

Antocléia de Sousa Santos

Ética e Política Social no Brasil na última década:
Estudo sobre Exclusão Social em Idosos

Universidade Fernando Pessoa
Porto – 2013

Antocléia de Sousa Santos

Ética e Política Social no Brasil na última década:
Estudo sobre Exclusão Social em Idosos

Universidade Fernando Pessoa
Porto – 2013

Antocléia de Sousa Santos

Ética e Política Social no Brasil na última década:
Estudo sobre Exclusão Social em Idosos

Tese apresentada à Universidade Fernando Pessoa
como parte dos requisitos para obtenção do grau de
doutora em Ciências Sociais, especialidade de
Sociologia.

RESUMO

ANTOCLÉIA DE SOUSA SANTOS: Ética e Política Social no Brasil na última década: Estudo sobre Exclusão Social em Idosos

Este trabalho intitulado “Ética e Política Social no Brasil na última década: Estudo sobre Exclusão em Idosos” tem como perspectiva analisar o fenômeno “exclusão social” em idosos como parte analítica de uma ética social e da nossa política social nesses últimos dez anos no Brasil. Todo o trabalho de investigação foi fundamentado na análise bibliográfica e casos de estudo, tendo como delimitação do tema, os idosos institucionalizados no Município de São Luís, capital do Estado do Maranhão – Brasil.

Considera-se que o fenômeno “exclusão social” está inserido em um contexto sociopolítico e demográfico, na medida em que, a população de velhos cresce rapidamente neste País. O envelhecimento é transformado em uma questão social, partindo-se das políticas públicas voltadas ao idoso, que não atendem às suas necessidades básicas, um direito social do idoso. A ética é identificada num contexto sociopolítico, dessa forma, desenvolvemos uma investigação para analisar a exclusão social em idosos institucionalizados juntamente com a Ética e as Políticas Sociais na última década, assim como, as leis de amparo aos idosos (a Política Nacional do Idoso, o Estatuto do Idoso, entre outros), sob uma perspectiva mais crítica e os efeitos sociais gerados dessas políticas públicas na população participante desta investigação.

O objetivo central deste trabalho é analisar a “ética e política social” referente à exclusão social em idosos. O estudo foi desenvolvido com base numa investigação efetuada no Conselho Estadual dos Direitos dos Idosos no Maranhão e em duas Instituições de Longa Permanência para Idosos. Procura-se estudar a problemática inicialmente com levantamento bibliográfico acerca de temas fundamentais, como: Considerações conceituais sobre Ética e Moral; Deontologia Ética; Ética e Política Social; Ética e Justiça Social; Dimensões conceituais das Políticas Públicas;

Implicações das Políticas Públicas para o Envelhecimento; O Diálogo entre Países para Formação da Agenda Social para o Idoso; Formação e Institucionalização da Agenda da Política Social Brasileira para o Idoso: perspectiva histórica; Questão Social; Estigma e Identidade; A Terceira Idade; Definições do Envelhecimento; O Idoso e o Amparo da Lei: A Evolução dos Direitos; O Estatuto do Idoso; O Idoso no Contexto Familiar; O Idoso no Contexto Social; A Problemática da Violência contra o Idoso; O Idoso e sua Saúde; A Exclusão Social do Idoso e o Processo de Intervenção; O Idoso Institucionalizado; Inclusão/Exclusão Social do Idoso e Princípios, Valores e Direitos do Ser Humano.

O resultado aponta para que o Estado apresente políticas de apoio, considerando os limites da assistência social referentes à implementação de ações que estão prevista no Estatuto do Idoso, na Política Nacional do Idoso e outras leis. Do mesmo modo, a família e a comunidade assumem a responsabilidade simultaneamente do ponto de vista social e ético na valorização da vida humana.

ABSTRACT

ANTOCLÉIA DE SOUSA SANTOS: Ethics and Social Policy in Brazil in the last decade: Study on Social Exclusion in Elderly

This work entitled “Ethics and Social Policy in Brazil in the last decade: Study in Elderly Exclusion” has the perspective to analyze the phenomenon of “social exclusion” in the elderly as part of an analytic social ethics and our social policy in the last ten years in Brazil. All research was based on literature review and case studies, with the delimitation of the subject, the institutionalized elderly in São Luís, principal city of Maranhão - Brazil.

It is considered that the phenomenon of “social exclusion” is inserted in a sociopolitical and demographic, in that the older population is growing rapidly in this country. Aging is transformed into a social issue, starting with public policies directed to the elderly who do not meet their basic needs, a social right of the elderly. Ethics is identified in a sociopolitical context, therefore, developed a study to analyze social exclusion in institutionalized elderly with the Ethics and Social Policies in the last decade, as well as the laws of support for the elderly (the National Policy for the Elderly, the Elderly Statute, among others), under a more critical perspective and the social effects of these policies in the population participating in this research

The objective of this paper is to analyze the “ethics and social policy” regarding social exclusion in the elderly. The study was developed based on research conducted in the State Council on the Rights of Older People in Maranhão and two long-stay institutions for the elderly. Seeks to study the problem initially with literature about fundamental issues such as: Conceptual considerations on Ethics and Morality; Deontology Ethics; Ethics and Social Policy; Ethics and Social Justice; Conceptual dimensions of Public Policy; Public Policy Implications for Aging; The Dialogue Countries for Training Social Agenda for the Elderly; Formation and Institutionalization of the Social Policy Agenda for the Brazilian elderly: a historical perspective; Social Issues; Stigma and

Identity; The Third Age; Definitions of Aging; The Aged and Protection Law: The Evolution of Rights; The Statute of the Elderly; The Elderly in the Family Context; The Elderly in Social Context; The Problem of Violence Against the Elderly; The Elderly and Their Health; The Social Exclusion of the Elderly and Intervention Process; The Institutionalized Elderly; Inclusion / Exclusion of Social Elderly and Principles, Values and Human Rights.

The result indicates that the present state support policies, considering the limits of social assistance related to the implementation of actions that are planned in the Elderly, in the National Policy for the Elderly and other laws. Similarly, the family and the community to take responsibility from the point of view of social and ethical valuation of human life.

RÉSUMÉ

ANTOCLÉIA DE SOUSA SANTOS: L'éthique et la politique sociale au Brésil dans la dernière décennie: Étude sur l'exclusion sociale en Elderly

Ce travail intitulé “Éthique et politique sociale au Brésil durant la dernière décennie: Study in Exclusion personnes âgées” a le point de vue d'analyser le phénomène de “l'exclusion sociale” chez les personnes âgées dans le cadre d'une éthique sociale analytiques et de notre politique sociale au cours des dix dernières années au Brésil. Tout recherche a été basée sur l'examen de la littérature et des études de cas, avec la délimitation du sujet, le institutionnalisées personnes âgées à São Luís, capitale de l'Etat du Maranhão - Brésil.

On considère que le phénomène de “l'exclusion sociale” est inséré dans un contexte sociopolitique et démographique, en ce que la population âgée augmente rapidement dans ce pays. Le vieillissement est transformé en un problème social, à commencer par les politiques publiques destinées aux personnes âgées qui ne répondent pas à leurs besoins fondamentaux, les droits sociaux des personnes âgées. L'éthique est identifié dans un contexte sociopolitique donc mis au point une étude pour analyser l'exclusion sociale des personnes âgées institutionnalisées avec l'éthique et les politiques sociales dans la dernière décennie, ainsi que les lois de soutien pour les personnes âgées (de la politique nationale pour les personnes âgées, Statut personnes âgées, entre autres), dans une perspective plus critique et les effets sociaux de ces politiques sur la population participant à cette recherche.

Le but de cet article est d'analyser la “politique éthique et social” en ce qui concerne l'exclusion sociale chez les personnes âgées. L'étude a été développé sur la base des recherches menées au sein du Conseil d'Etat sur les droits des personnes âgées en Maranhão et dans deux établissements pour les personnes âgées de long séjour. Cherche à étudier le problème d'abord avec la littérature sur les questions clés telles que:

considérations conceptuelles sur l'éthique et la morale; Ethique; L'éthique et la politique sociale; l'éthique et la justice sociale; dimensions conceptuelles de la politique publique; Incidences sur les politiques publiques pour le vieillissement; le dialogue entre les pays pour la formation agenda social pour les personnes âgées; Formation et l'institutionnalisation de l'agenda pour la politique sociale pour les personnes âgées brésilien: une perspective historique; les questions sociales; la stigmatisation et l'identité; Le troisième âge; les définitions du vieillissement; la loi âgées et Amparo: L'évolution de l'homme; le statut des personnes âgées; Les personnes âgées dans le contexte familial; les personnes âgées dans le contexte social; le problème de la violence contre les personnes âgées; les personnes âgées et leur santé; L'exclusion sociale des personnes âgées et le processus d'intervention, les personnes âgées en institution; inclusion / exclusion sociale des personnes âgées et principes, les valeurs et les droits de l'homme.

Le résultat indique que les politiques actuelles en matière de soutien de l'Etat, compte tenu des limites de l'aide sociale liée à la mise en œuvre des actions qui sont prévues chez les personnes âgées, la politique nationale pour les personnes âgées et autres lois. De même, la famille et la communauté à assumer la responsabilité du point de vue de l'évaluation sociale et éthique de la vie humaine.

DEDICATÓRIA

Dedico este trabalho à minha mãezinha querida, Maria Creonice de Sousa Santos, a meu papai, Antonio Batista dos Santos, que no término deste trabalho estarão entrando juntos para o “rol” dos idosos e serão os mais novos sexagenários da minha linhagem. E, a minha sogra, Terezinha de Jesus Alves Lopes, uma octogenária, com a qual convivo todos os dias.

AGRADECIMENTOS

A gratidão é um dos sentimentos mais nobre do ser humano, assim como, a mais humilde. Portanto, inicio meus agradecimentos, primeiramente, a Deus, meu Pai de todas as horas; segundo, a Jesus Cristo, meu amigo de fé e meu irmão camarada; a Nossa Senhora de Fátima, minha protetora em todas as ocasiões; aos meus pais pelo companheirismo e incentivo sempre; a meu marido, João Francisco Lopes Filho, agradeço pela ajuda e compreensão nos momentos primordiais e pelo aprendizado de todos os dias convivendo a seu lado; às minha irmãs pelo apoio em todos os momentos; à Prof^ª Dra Teresa Toldy, pelas orientações e ao Prof. Dr. António Fernandes, pelas sugestões e contribuições na primeira fase da minha tese; a todos os familiares e amigos que acreditaram em mais um trabalho; a Ana Lúcia Helal, a Isabel Lopizic e ao Ulysses Aires (gestores das instituições) pela contribuição e participação compromissada e finalizo, agradecendo aos idosos institucionalizados, onde minha investigação só foi possível pela confiança em relatarem suas histórias de vida. Sinto-me humildemente honrada e agradecida a todos, pois a realização desta tese foi um ato de socialização e humanismo em favor do outro.

ÍNDICE

GUIÕES DAS ENTREVISTAS	XVII
ÍNDICE DE FIGURAS	XVIII
ÍNDICE DE QUADROS	XIX
LISTA DE ABREVIATURAS	XX
INTRODUÇÃO	22
Estrutura da tese	26
CAPÍTULO I – Ética e Política no contexto Social Brasileiro na última década	28
1.1 Considerações conceituais sobre Ética e Moral	28
1.2 Deontologia Ética	30
1.3 Ética e Política Social	31
1.4 Ética e Justiça Social.....	40
1.5 Dimensões conceituais das Políticas Públicas	61
1.6 Implicações das Políticas Públicas para o Envelhecimento	62
1.7 O Diálogo entre Países para a Formação da Agenda Social para o Idoso	69
1.8 Formação e Institucionalização da Agenda da Política Social Brasileira para o Idoso: perspectiva histórica	73
CAPÍTULO II – Exclusão Social em Idosos	77
2.1 Questão Social	77
2.2 Estigma e Identidade	79
2.3 A Terceira Idade	83
2.4 Definições do Envelhecimento	86
2.5 O Idoso e o Amparo da Lei: A Evolução dos Direitos	91
2.6 O Estatuto do Idoso	100

2.7 O Idoso no Contexto Familiar	104
2.8 O Idoso no Contexto Social	105
2.9 A Problemática da Violência contra o Idoso	106
2.10 O Idoso e sua Saúde	108
2.11 A Exclusão Social do Idoso e o Processo de Intervenção	112
2.12 O Idoso Institucionalizado	118
i. Institucionalização temporária – Hospitais	120
ii. Institucionalização permanente	124
2.13 Inclusão/Exclusão Social do Idoso	125
2.14 Princípios, Valores e Direitos do Ser Humano	132
CAPÍTULO III – Metodologia da Investigação	149
3.1 Introdução à Metodologia	149
3.2 Objetivos do Estudo e Perguntas de Partida.....	155
3.3 Técnicas e Instrumentos da Investigação	160
3.4 Caracterização sócio-demográfica da amostra	167
i. A Entrada no Campo	167
ii. Descrição da População	167
3.5 Desenvolvimento da Investigação e Procedimentos para a Coleta de Dados	169
i. Guiões das Entrevistas: semiestruturadas em profundidade	175
CAPÍTULO IV – Análise e Interpretação dos Dados	181
4.1 Introdução	181
4.2 Análise das entrevistas realizadas com os gestores das Instituições de Longa Permanência no Acolhimento ao Idoso	182
4.3 Análise da entrevista realizada com a presidente do Conselho Estadual dos Direitos dos Idosos do Maranhão – CEDIMA	221
4.4 Análise das entrevistas realizadas com os Idosos Institucionalizados.....	229
i. Instituição de Longa Permanência para Idosos “Solar do Outono”.....	229
ii. Asilo de Mendicidade de São Luís “Lar do Idoso”	240
iii. Resumo dos indicadores: Perfil dos Idosos	251
CONCLUSÃO	256

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	270
ANEXOS – (RELAÇÃO DE DOCUMENTOS APRESENTADO EM VOLUME SEPARADO)	287

GUIÕES DAS ENTREVISTAS

GUIÃO 1: Entrevista semiestruturada com Caso de Estudo 1	176
GUIÃO 2: Entrevista semiestruturada com Caso de Estudo 2	178
GUIÃO 3: Entrevista semiestruturada com Caso de Estudo 3	179

ÍNDICE DE FIGURAS

FIGURA 1:	Fachada Solar do Outono	184
FIGURA 2:	Diretora da ILPI “Solar do Outono”, Ana Lúcia Azoubel Helal .	185
FIGURA 3:	Administrador do Asilo, Ulysses Mendes Aires	192
FIGURA 4:	Presidente do Asilo, Antonio Euzébio da Costa Rodrigues Filho	192
FIGURA 5:	Fachada frontal do Asilo de Mendicidade	193
FIGURA 6:	Fachada lateral do Asilo de Mendicidade	193
FIGURA 7:	Sala de Multimídia Solar do Outono (imagem 1)	196
FIGURA 8:	Sala de Multimídia Solar do Outono (imagem 2)	197
FIGURA 9:	Placa Maçônica do Asilo Mendicidade	203
FIGURA 10:	Área de convivência Solar do Outono	211
FIGURA 11:	Área de convivência Solar do Outono (foto mais ampla)	212
FIGURA 12:	Pátio Interno Solar do Outono	212
FIGURA 13:	Jardim Solar do Outono	213
FIGURA 14:	Placa fixa Solar do Outono	213
FIGURA 15:	Jardim do Asilo Mendicidade	214
FIGURA 16:	Praça do Asilo Mendicidade	215
FIGURA 17:	Igreja de São Francisco do Asilo de Mendicidade	215
FIGURA 18:	Museu de Arte e História da Maçonaria	220
FIGURA 19:	Presidente do CEDIMA, Isabel de Fátima Amorim Gonzalez Lopezic	221
FIGURA 20:	Defensoria Pública do Estado	226
FIGURA 21:	Irmã de Itamar pintada por ele	241
FIGURA 22:	Obras de Itamar expostas no Museu de Arte e História da Maçonaria	244
FIGURA 23:	Obra de Arte de Itamar (imagem 1)	245
FIGURA 24:	Obra de Arte de Itamar (imagem 2)	245
FIGURA 25:	Obra de Arte de Itamar (imagem 3)	246

ÍNDICE DE QUADROS

QUADRO 1:	Estrutura da tese	26
QUADRO 2:	Casos de estudo e indicadores da investigação	158
QUADRO 3:	Procedimentos, Técnicas e Instrumentos da Investigação	162
QUADRO 4:	Quadro Geral dos Indicadores de Investigação – Casos de Estudo nº 01	163
QUADRO 5:	Quadro Geral dos Indicadores de Investigação – Casos de Estudo nº 02	164
QUADRO 6:	Quadro Geral dos Indicadores de Investigação – Caso de Estudo nº 03	166
QUADRO 7:	População pesquisada	169
QUADRO 8:	Casos de Estudo da Investigação	176
QUADRO 9:	Caso de Estudo: ILPI “Solar do Outono”	182
QUADRO 10:	Caso de Estudo: Asilo de Mendicidade de São Luís “Lar do Idoso”	190
QUADRO 11:	Caso de Estudo: Conselho Estadual dos Direitos dos Idosos do Maranhão	222
QUADRO 12:	Indicadores p/ entrevista com os Idosos Institucionalizados	229
QUADRO 13:	Ping-pong: Vou falar nomes e acontecimentos e o (a) Sr. (a) vai dizer o que vier na sua cabeça (Idosos da ILPI “Solar do Outono”).....	238
QUADRO 14:	Ping-pong: Vou falar nomes e acontecimentos e o (a) Sr. (a) vai dizer o que vier na sua cabeça (Idosos do Asilo de Mendicidade de São Luís “Lar do Idoso”).....	248
QUADRO 15:	Perfil dos Idosos Institucionalizados	251
QUADRO 16:	Indicador: Histórias de vida: condicionantes familiares	251
QUADRO 17:	Indicador: Como o (a) Sr. (a) chegou a esta Instituição?	252
QUADRO 18:	Indicador: O (A) Sr. (a) gosta da Instituição?	253
QUADRO 19:	Indicador: O (A) Sr. (a) participa das atividades desenvolvidas pela Instituição e o Sr.(a) gosta das atividades?	254
QUADRO 20:	Indicador: O (A) Sr. (a) gosta dos seus colegas (amigos) que fez ao vir para esta Instituição?	255

LISTA DE ABREVIATURAS

- ADV – Atividade de Vida Diária
- AI – Ato Institucional
- AVC – Acidente Vascular Cerebral
- BSM – Bolsa Sem Miséria
- CAISI – Centro de Atenção Integral à Saúde do Idoso
- CEDIMA – Conselho Estadual dos Direitos dos Idosos do Maranhão
- CF – Constituição da República Federativa do Brasil
- CIAPVI – Centro Integrado de Apoio e Prevenção à Violência contra a Pessoa Idosa
- CN – Congresso Nacional
- Coren – Conselho Regional de Enfermagem
- CRAS – Centro de Referência da Assistência Social
- CREAS – Centro de Referência Especializado de Assistência Social
- CUT – Central Única dos Trabalhadores
- DH – Direitos Humanos
- DPE – Defensoria Pública do Estado
- DUDH – Declaração Universal dos Direitos Humanos
- ECOSOC – Conselho Econômico e Social
- ILPI – Instituição de longa Permanência para Idosos
- INSS – Instituto Nacional de Seguro Social
- LBA – Legião Brasileira de Assistência
- LOAS – Lei Orgânica de Assistência Social
- MNDH – Movimento Nacional de Direitos Humanos
- MST – Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra
- OEA – Organização dos Estados Americanos
- OIT – Organização Internacional do Trabalho
- OMS – Organização Mundial de Saúde

- ONG – Organização Não Governamental
- ONU – Organização das Nações Unidas
- PBF – Programa Bolsa Família
- PEI – Política Estadual do Idoso
- PFZ – Programa Fome Zero
- PIA – Plano Internacional do Trabalho
- PNDH – Programa Nacional dos Direitos Humanos
- PNI – Política Nacional do Idoso
- PNSI – Política Nacional de Saúde do Idoso
- SESC – Serviço Social do Comércio
- SF – Senado Federal
- SUS – Sistema Único de Saúde
- UNESCO – Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura
- UNIVIMA – Universidade Virtual do Maranhão

INTRODUÇÃO

Este trabalho possui como tema “Ética e Política Social no Brasil na última década: Estudo sobre Exclusão Social em Idosos”, tendo sido escolhido com o pressuposto de análise ao fenômeno “exclusão social” em idosos como parte descritiva da ética social e da política social brasileira nesses últimos dez anos.

Atualmente, a população vem passando por um acelerado processo de envelhecimento, apesar desse crescimento da população idosa, não se pode dizer que existe qualidade de vida dessas pessoas, pois ainda há um despreparo da família, da sociedade e do Estado em lidar com as questões sociais, psíquicas e fisiológicas que os envolvem. Com isso, ocorrem conflitos de interesse que acabam gerando violência social, psicológica e física contra o idoso.

As alterações da capacidade física, anatomo-fisiológica, psicossocial e cognitiva são comuns no processo de envelhecimento do ser humano. Entre os vários aspectos, o lazer é um dos responsáveis pela socialização, autoestima e saúde física e psicológica das pessoas em todo seu conjunto social.

Os quesitos relacionados à terceira idade têm muita importância atualmente, principalmente devido ao envelhecimento ser um fenômeno que atinge o mundo todo. É preciso traçar estudos paralelos para que nessa fase se tenha qualidade de vida.

Diante da urgência de se pensar propostas que abarquem a situação do idoso em uma sociedade adultocêntrica, surgem cada vez mais especialistas de diversas áreas voltados para este âmbito, tais quais médicos, arquitetos, psicólogos, fisioterapeutas, assistentes sociais, entre outros. O idoso ganha cada vez mais espaço no nosso cotidiano.

A sociologia do envelhecimento é pressuposta de uma análise do idoso, enquanto pessoa inserida na sociedade e com papéis sociais. Atualmente, chegar a uma idade avançada (terceira idade), já não é mais privilégio de poucas pessoas.

Assim, a pesquisa aqui proposta possui relevância social, visto que a terceira idade está cada vez mais presente no Brasil, são mais de 21 milhões de idosos – 11% da população¹, necessitando de intervenções e pesquisas que visem proporcionar qualidade de vida a essas pessoas, principalmente aquelas que se encontram institucionalizadas, público alvo dessa pesquisa. A relevância profissional se dá pelo fato de enriquecer o acervo de pesquisas relacionadas a esse público, possibilitando um maior conhecimento em torno das instituições que recebem esses idosos e do ponto de vista dos mesmos acerca de suas próprias histórias de vida.

Quando se faz referência à pessoa idosa, que começa com uma idade cronológica de 60 (sessenta) anos de idade como: terceira idade, velho ou idade avançada, está se referindo à velhice no contexto social brasileiro. A rejeição da velhice dar-se-á como preconceito que perpetua há vários anos no Brasil.

Contudo, a estrutura deste trabalho foi desenvolvida de acordo com a norma de apresentação do índice, da definição do objeto de estudo, da apresentação dos Estudos de caso e dos resultados obtidos nos argumentos descritivos.

O referencial está focado em aspectos relacionados com a ética e a política no contexto social brasileiro e com a exclusão social em idosos. Através da coleta de dados alcançados por meio da utilização da técnica de Estudos de caso, com o objetivo de avaliar os efeitos sociais gerados das políticas públicas nos casos de estudo.

O referencial teórico foi fundamentado na análise bibliográfica e pesquisa digital (internet) sobre o tema: Ética e Política Social no Brasil na última década: Estudo sobre Exclusão Social em Idosos, sendo delimitado com os idosos institucionalizados no Município de São Luís, capital do Maranhão - Brasil. Analisamos a ética e a política no

¹ Dados do IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística de 2012.

contexto social brasileiro e utilizamos como técnica os Estudos de caso sobre “exclusão social” em idosos institucionalizados.

Na investigação, utilizou-se a metodologia descritiva qualitativa, baseada em Estudos de caso, uma vez que, o instrumento escolhido seguiu uma metodologia qualitativa, com entrevista semiestruturada, conversa informal, aplicada em caráter de diálogo social.

Escolhemos observar e analisar as percepções dos participantes da investigação, por crermos ser este o melhor caminho. Saber o que pensavam nos fez também saber como pensamos sobre a tese trabalhada. Estabelecendo-se em uma investigação avaliativa dos efeitos sociais gerados das políticas públicas na população participante da pesquisa.

Os casos de estudo foram realizados na ILPI – Instituição de Longa Permanência para Idosos “Solar do Outono”, no Asilo de Mendicidade de São Luís “Lar do Idoso” e no Conselho Estadual dos Direitos dos Idosos do Maranhão – CEDIMA, na cidade de São Luís², durante o ano de 2013. A definição dos casos de estudo foi realizada, através das maiores Instituições de Acolhimento ao idoso no Estado e os idosos foram definidos através do seu estado de lucidez e história de vida, de forma a permitir uma melhor análise interpretativa dos dados observados. Analisou-se um segmento específico para o nosso universo de investigação, onde se limitou aos locais onde funcionam as instituições, onde ocorrem as ações sociais com os participantes da pesquisa.

Articulou-se na análise final, os dados alcançados com o referencial teórico e os objetivos da tese. As respostas foram transcritas e analisadas, sendo avaliados os aspectos éticos de aceitação e sigilo dos participantes. Analisando a ética e a política social no Brasil referente à exclusão social e os seus efeitos gerados das políticas públicas nos participantes da investigação.

² São Luís é capital do Estado do Maranhão, que está 2.157 km de distância de Brasília capital do Brasil, e fica localizada no Nordeste do país.

Destacamos que as referências pesquisadas das Instituições relatam experiências relacionadas com intervenções sociais, em um espaço onde existem as esferas: ético-político-social.

Ao realizar esta investigação, o nosso foco principal foi analisar a ética e a política em um contexto social referente à exclusão em pessoas idosas, possibilitando um novo olhar para as Instituições de Acolhimento ao Idoso, onde a análise das entrevistas permitiu identificar momentos significativos entre os participantes.

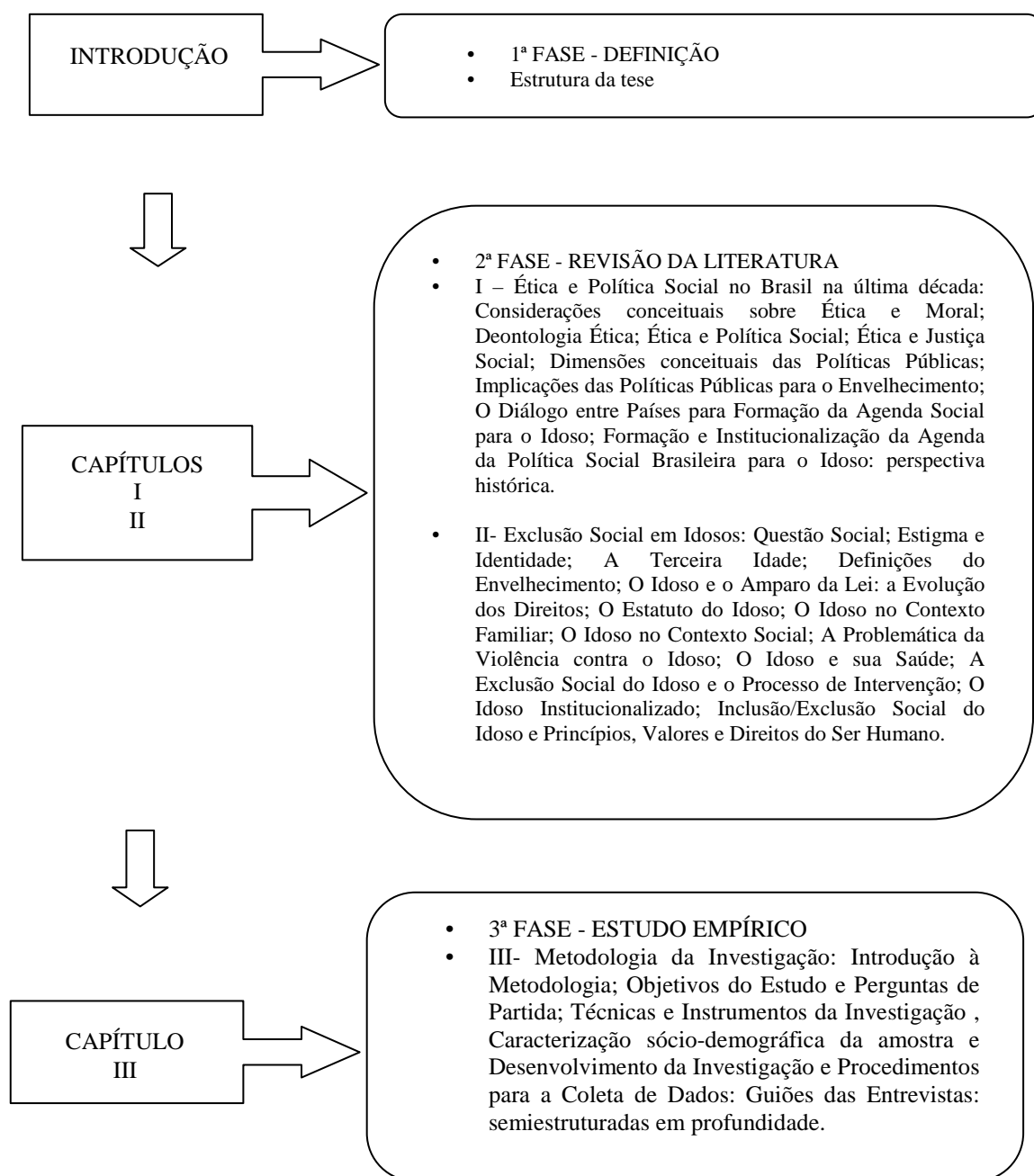
A nossa investigação foi dividida em cinco fases para possibilitar um melhor cumprimento de cada uma das ações da pesquisa: na primeira fase, foi descrita o desenho da investigação com as definições das fases da pesquisa. Nas fases ulteriores tiveram como finalidade a construção e o desenvolvimento do referencial teórico, a escolha e adoção dos instrumentos para a coleta de dados da pesquisa de campo, tendo como objetivo principal as questões gerais da investigação.

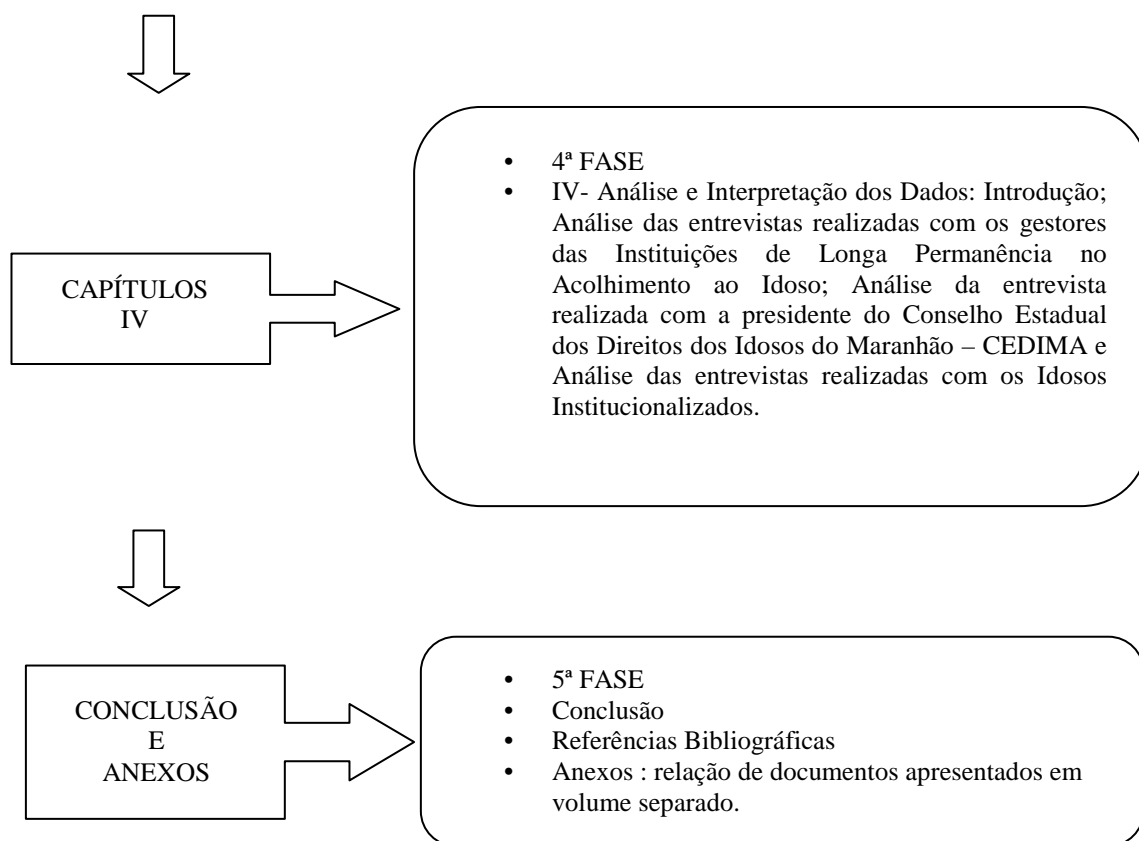
Na estrutura da pesquisa, primeiramente, apresentou-se o referencial teórico que sustenta a pesquisa como um todo. A investigação foi dividida em capítulos e em alguns subitens. Os Capítulos I e II encontram-se divididos em subcapítulos. Nestes capítulos procurou-se inter-relacionar os temas estudados: Ética e Política Social no Brasil e o fenômeno social “Exclusão Social” em Idosos Institucionalizados.

O Capítulo III referente à metodologia da investigação, onde descrevemos a metodologia utilizada e justificamos os objetivos do estudo e as perguntas de partida, assim como, apresentamos as técnicas e instrumentos da investigação utilizados na coleta dos dados e a caracterização sócio-demográfica da amostra, onde descrevemos os casos de estudo e a entrada no campo. Determinamos e detalhamos os Estudos de caso, de acordo com os objetivos e questionamentos da investigação. Assim como, descrevemos o desenvolvimento da investigação e procedimentos para coleta de dados através das técnicas e instrumentos de recolha das informações: observação e entrevistas semiestruturadas em profundidade.

O Capítulo IV, analisamos e interpretamos os dados coletados dos participantes da investigação. Apresentamos a conclusão da investigação através da análise da revisão da literatura e da observação de campo, originados das avaliações dos instrumentos da parte empírica. O material fruto das entrevistas faz parte dos anexos da pesquisa.

O esquema realizado da investigação para a construção da **estrutura da tese** está no QUADRO 1:





QUADRO 1 – Estrutura da tese

Fonte: Elaboração própria.

Assim, apresenta-se aqui a ética e a política social no Brasil na última década e um estudo sobre exclusão social em Idosos Institucionalizados, utilizando-se como amostra do universo pesquisado: os argumentos descritivos dos casos de estudo.

CAPÍTULO I – Ética e Política no contexto Social Brasileiro na última década

1.1 Considerações conceituais sobre Ética e Moral

Durante toda a história da sociedade o homem se apresentou com questionamentos acerca de seu modo de agir diante das outras pessoas. São esses questionamentos que formam a ética, que de acordo com Rega³ “*pode ser definida como um conjunto de normas que regulam as decisões humanas*”, ou seja, consiste em linhas gerais em um conjunto de regras e orientações de conduta, o certo e o errado.

Teoricamente a ética surgiu na Grécia e era transmitida pelas classes dominantes, na época em que os nobres eram exemplos a serem seguidos. Sócrates é considerado o “Pai da Ética”, por ter sido responsável por uma das primeiras reflexões acerca do assunto. Para ele, ética significava conhecimento para fazer julgamentos acerca do bem e do mal.

Em poucas palavras, o ensinamento ético de Sócrates reside no conhecimento e na felicidade. Em primeiro lugar, a ética significa conhecimento, tendo-se em vista que, na medida em que se pratica o mal, se crê praticar algo que leve à felicidade, e, normalmente, esse juízo é falseado por impressões e aparências puramente externas. Para saber julgar acerca do bem e do mal, é necessário conhecimento, este sim é a verdadeira sabedoria e discernimento. O conhece-te a ti mesmo é o mandamento que inscreve como necessária a gnose interior para a construção de uma ética sólida. Em segundo lugar, a felicidade, a busca de toda ética, para Sócrates, pouco tem que ver com a posse de bens materiais ou com o conforto e a boa situação entre os homens; tem ela que ver com a semelhança com o que é valorizado pelos deuses, pois parecem estes, ser os mais beatos dos seres. O cultivo da verdadeira virtude, consistente no controle efetivo das paixões e na condução das forças humanas para a realização do saber, é o que conduz o homem à felicidade⁴.

Segundo Sócrates, agir de acordo com os interesses da sociedade era o caminho para a felicidade. Outro filósofo de bastante influência foi Aristóteles, que também

³ L. S. Rega. Compreendendo o que é ética. 2006. p. 1.

⁴ E. C. Bittar. In: Curso de Ética Jurídica. 2002. p. 125-126.

afirmava que a finalidade da ética é a felicidade, que estava relacionada à vida digna. Vale ressaltar, que cada comunidade pode possuir valores diferentes, ou seja, o que pode ser ético para um, pode não ser para outro.

Apesar de os estudos em torno da ética terem se iniciado no campo da filosofia, através dos filósofos gregos, atualmente os estudos sobre a ética alcança os ramos da sociologia, da psicologia, da biologia, entre muitos outros que desenvolvem esboços acerca da ética.

É muito comum associar a ética com a moral, contudo apesar de possuírem o mesmo significado etimológico, os autores distinguem essas duas expressões. De acordo com Zilles⁵:

Para alguns, a moral diz respeito às ações praticadas por hábito e aos costumes em geral, ou seja, ao aspecto exterior. Reenvia então para a lei e as regras e trata dos princípios do permitido e do proibido e das atitudes do sujeito em relação aos mesmos. A conformidade com a lei, embora considerada como a cristalização do hábito, predomina. A ética, por sua vez, analisa a dimensão pessoal da ação, mostrando o modo como o agir surge da própria interioridade da pessoa que age, apontando para o enraizamento antropológico das normas e inserção em situações concretas. O mais importante já não é a conformidade com a lei, mas a fidelidade ao centro pessoal do qual emana a ação. Para outros, a moral considera o agir na sua relação com a lei, a constituição da regra e o juízo prudencial da consciência, enquanto a ética trata do fundamento da moral, incluindo uma reflexão que busca a base metafísica. Mas para quem não opõe ética e moral, os dois termos abrangem as mesmas áreas de problemas, tornando-se sinônimos⁶.

Assim pode-se dizer que a moral é um parâmetro baseado em princípios e regras fixas e individuais, e a ética são os costumes de determinada sociedade, fornecendo soluções para os dilemas mais comuns existente nela. Zilles⁷ afirma que a ética tem como objetivo fazer uma análise crítica da moral dominante e assim formular princípios para agir bem e retamente, justificando-os.

⁵ U. Zilles. Ética. 2006. p. 2

⁶ Ibid. p. 3.

⁷ Ibid.

O homem é um ser social, mantém relações constantes em sociedade, e para que essa relação seja harmoniosa faz-se necessário o uso de regras que de certa forma limitem as atitudes de cada ser humano, são estas regras que recebem o nome de ética, esta que visa proteger a vida em sociedade. Ressalta-se que a ética não é obrigatória, cabe a cada indivíduo segui-la ou não.

Atualmente, o que se observa na sociedade brasileira é uma ética proferida por muitos, mas praticada por poucos e os interesses de uma sociedade ficam adormecidos. A felicidade parece não ser interesse de todos, ou seja, o “bem comum”, é cada um por si.

1.2 Deontologia Ética

A palavra deontologia surgiu do grego “*déon, déontos*” que significa dever e “*logos*” - tratado, tendo como objetivo afirmar que o valor de uma ação não depende unicamente das consequências causadas por esta. Possui, portanto, a deontologia, uma relação intrínseca com a ética.

A palavra deontologia foi introduzida no vocabulário filosófico pelo inglês Jeremy Bentham em sua obra “*Deontology or the Science of Morality*” de 1834. Para a deontologia, o certo e o errado, o bem e o mal estão no centro da ética, e o criador das regras é a razão universal. À deontologia interessa inicialmente aquilo que o indivíduo faz e não o que acontece no mundo.

Esta teoria ganha especial esclarecimento por Immanuel Kant⁸ com o seu imperativo categórico com o qual define a moralidade dos atos. Pode-se afirmar que a influência de Kant é a expressão mais clara da deontologia.

Em linhas gerais, deontologia é o conjunto de princípios que conduzem o comportamento de um profissional, e muitas vezes não está codificado em regulamentações jurídicas, baseando-se no caráter moral de cada pessoa.

⁸ I. Kant. Fundamentação da metafísica dos costumes. 1984.

Kant aborda a ideia de que a razão é o início para uma ação, já que ela, de acordo com os objetivos do indivíduo determina o que fazer para atingi-los. Nesse caso a ação é o resultado do que se deseja e a função da razão é somente informar no que se deve acreditar e não possui informações disponíveis sobre a crença, o desejo. Sobre a importância da razão nas ações, David Hume em *Tratado da Natureza Humana* (1738) diz que:

Não é contrário à razão preferir a destruição do mundo a arranhar o meu dedo [...] Isto é tão pouco contrário à razão como preferir um bem reconhecidamente menor a um bem maior, e ter pelo primeiro uma afeição mais intensa do que pelo segundo⁹.

Corroborando com Hume, pode-se dizer que a ação não depende apenas da razão, ela é apenas um meio e toda ação deve ter um começo, um meio e um fim. Quando se fala em moralidade, Kant acredita que a razão decide tanto os meios como o fim. Isso se afirma, pois quando se age à luz da moralidade, a razão é quem diz se uma ação é boa ou má, então mesmo que se deseje aquele objetivo, é a razão quem decide se deve continuar com o ato ou não, excluindo assim a teoria de Hume.

1.3 Ética e Política Social

Analisando como as sociedades se organizaram historicamente, percebe-se que só na modernidade a noção de pessoa (indivíduo) auferiu importância. A relevância da pessoa estava inserida nos grupos sociais ao qual pertenciam (família, clã, Estado, etc). Se observar as sociedades indígenas, as antigas – gregas e romanas - e a medieval, as diferenças que havia entre as pessoas não faziam com que elas se desvinculassem de seus grupos.

No Séc. XVIII, a ideia de individualismo firmou-se com o desenvolvimento do capitalismo e do pensamento liberal, pois a felicidade das pessoas estava colocada como central. Mas, esta felicidade era puramente material, o que importava era a pessoa ter bens, dinheiro ou trabalho. Foi no Séc. XIX que esta visão se consolidou com a sociedade capitalista completamente estabelecida.

⁹ D. Hume apud C. E. Rodrigues – In: Ensaios morais, políticos e literários. 2004.

Na contemporaneidade com o filósofo Paul Ricoeur¹⁰ ao resumir seu pensamento nesta frase: “*morre o personalismo, volta a pessoa [...]*”¹¹, o que parece uma reprovação terá um novo sentido, quando ele, tenta considerar a pessoa como suporte de uma atitude, de uma aspiração, de uma perspectiva. Nesse sentido, é o olhar para a dimensão ao político-social da pessoa. A categoria antropológica do termo pessoa é de uma grande “*fecundidade política, econômica, social...*”¹². Assim como o retorno à pessoa também é muito significativo.

[...] Se volta a pessoa, é porque ela continua sendo o melhor candidato para sustentar os combates jurídicos, políticos, econômico e sociais evocados em outro lugar; quero dizer, um candidato melhor do que todas as outras entidades que foram levadas pelas tormentas culturais evocadas acima. Relativamente à “consciência”, ao “sujeito”, ao “eu”, a pessoa aparece como um conceito sobrevivente e ressuscitado. Consciência? Como se crê ainda na ilusão de transparência que se liga a esse termo, depois de Freud e da psicanálise? Sujeito? Como se nutriria ainda na ilusão de uma fundação última nalgum sujeito transcendental, depois da crítica das ideologias da escola de Frankfurt? O eu? Quem não sente a impotência do pensamento para sair do solipsismo teórico, a não ser que ele parta, como em Emmanuel Lévinas, do rosto do outro, eventualmente numa ética sem ontologia? Prefiro dizer pessoa em vez de consciência, sujeito, eu.¹³

Quando Ricoeur diz: *volta a pessoa!* Ele via apenas uma problemática, a defesa dos direitos humanos em outros países, ou difíceis casos de consciência postos pela legislação de extradição, ou os direitos de prisioneiros no seu próprio país, enfim. O argumento é: como se poderia interrogar em cada um desses casos sem fazer menção à pessoa?

Ele aponta para as gritantes desigualdades sociais, as injustiças, os constantes atos de violências, o desrespeito aos direitos humanos, a distribuição e concentração da renda e da riqueza, dos bens materiais e culturais, para persuadir acerca da necessidade e da urgência de efetivação de instituições justas. Por isso, a sua insistência em implantar instituições justas, onde seu fundamento é mais que notório.

¹⁰ P. Ricoeur. Leituras 2. 1996.

¹¹ Ibid. p. 155.

¹² Ibid.

¹³ Ibid. p. 158.

No Brasil, nessa última década, houve um crescimento na política social, a partir do Governo de Luís Inácio Lula da Silva (desde 2003) com o sistema de proteção social, a criação do programa de transferência de renda – “Bolsa Família”¹⁴. Mas, ao mesmo tempo, que o programa estava sendo realizado, a ética também estava sendo questionada, principalmente, no que diz respeito, à política social do país (com os programas de transferência de renda). Em uma entrevista com o pesquisador Dr. Jorge Abrahão de Castro¹⁵, quanto à política social brasileira ao IHU On-Line, ele diz:

A política social brasileira é um pilar de um paradigma de desenvolvimento econômico sustentável, baseado nos critérios de mais crescimento, melhor distribuição da renda e maior inovação e produtividade. O grande evento dessa década de avanços na área é a política de assistência social, que esteve marcada pelo atendimento via transferência de renda para deficientes físicos e aos idosos muito pobres, além da criação e desenvolvimento do “Bolsa Família”. Portanto, os pilares da atual política social brasileira são a previdência, assistência, saúde e educação.¹⁶

Kamel¹⁷, em seu livro “Não Somos Racistas” critica o PFZ – Programa Fome Zero e o Programa Bolsa Família criados em 2003 pelo então presidente Lula, argumentando que se trata de um programa assistencialista, sendo impossível saber até os dias de hoje para quem está indo o benefício. E comenta:

Assim, mesmo se o Bolsa Família fosse realmente eficaz no “combate a pobreza”, o dinheiro gasto com ele até poderia ter um impacto imediato nos índices de pobreza, mas este seria um impacto virtual, artificial, aparente. Em qualquer hipótese, no médio e no longo prazo, o Bolsa Família estará contribuindo, paradoxalmente, para a manutenção de milhões de brasileiros na pobreza, uma vez que drenará os recursos que deveriam estar indo para a educação e para a infra estrutura essencial ao crescimento. E sem educação e

¹⁴ O Programa Bolsa Família (PBF) é um programa de transferência direta de renda que beneficia famílias em situação de pobreza e de extrema pobreza em todo o País. O Bolsa Família integra o Plano Brasil Sem Miséria (BSM), que tem como foco de atuação os 16 milhões de brasileiros com renda familiar per capita inferior a R\$ 70 mensais, e está baseado na garantia de renda, inclusão produtiva e no acesso aos serviços públicos. [Consult. 28 Nov 2012] Disponível na internet: <<http://www.mds.gov.br/bolsafamilia>>.

¹⁵ Jorge Abrahão de Castro possui graduação em Estatística pela Universidade de Brasília e doutorado em Ciência Econômica pela Universidade Estadual de Campinas. Atualmente, é pesquisador associado da Universidade de Brasília e do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada – IPEA. (N. da A.)

¹⁶ Política Social Brasileira [Em linha] [Consult. 18 Nov 2012] Disponível na internet: <http://amaivos.uol.com.br/amaivos09/noticia/noticia.asp?cod_canal=41&cod_noticia=18381>.

¹⁷ A. Kamel. Não somos racistas. 2006.

sem empregos, ninguém, sai, de fato, da pobreza. Terá de viver, eternamente, de esmola¹⁸.

Indo mais além, Kamel afirma que a criação desses programas pelo Governo Lula é um tiro no pé, mas que rende votos. As críticas aos programas assistencialistas do Governo Federal pelo Kamel são pela falta de fiscalização e ineficácia aos índices da pobreza. Segundo Silva¹⁹ o que determina:

A proteção social em sociedades complexas como o Brasil é a sua institucionalização que acaba em transferência de recursos sociais sob várias formas: de esforço ou trabalho, de bens e serviços ou de dinheiro.

O Brasil passa por uma análise profunda na estrutura econômica e política na busca de soluções para seus problemas sociais. Jorge Abrahão de Castro explica como a política social está no cenário do desenvolvimento brasileiro atual:

A política social brasileira, por sua dimensão estratégica e abrangência na cobertura de riscos, contingências e necessidades da população, é central para o bem estar social em dois sentidos. Primeiro, porque alavanca a promoção social via educação, permite oportunidades de geração de renda e trabalho, tanto no campo quanto na cidade, como também é um dos elementos centrais para a produção e acesso à cultura. Por outro lado, sustenta a proteção social, fortalecendo a seguridade através da saúde, previdência e assistência, compondo um todo muito importante para gerar, na população brasileira, uma sensação de solidariedade e bem estar, além da possibilidade de, a partir disso, criar uma geração mais educada e aumentar a produtividade, a inovação e a distribuição da renda.

Pensando no futuro, a política social é central para aumentar a cidadania e a produtividade, além de ser, no presente, um elemento essencial da demanda e, por isso, ter a capacidade, em função do seu tamanho em termos de gastos públicos, de alavancar o crescimento econômico.

Neste sentido, penso que a política social brasileira tem dois vetores importantes: é central para o bem estar e distribuição de renda e, em segundo lugar, é fundamental para o crescimento econômico, também contribuindo para ampliar a autonomia da economia brasileira. É um pilar de um paradigma de desenvolvimento econômico sustentável, baseado nos critérios de mais crescimento, melhor distribuição da renda e maior inovação e produtividade.²⁰

¹⁸ A. Kamel. Não somos racistas. 2006. p. 127.

¹⁹ M. O. S. Silva. A Política Social Brasileira no Século XXI. 2008. p. 17-18.

²⁰ Política Social Brasileira [Em linha] [Consult. 18 Nov 2012] Disponível na internet: <http://amaivos.uol.com.br/amaivos09/noticia/noticia.asp?cod_canal=41&cod_noticia=18381>.

Na filosofia sistemática e analítica de Aristóteles²¹:

A ética junto com a política, pertence ao domínio do saber prático, que pode ser contrastado ao saber teórico. Enquanto no saber teórico, o objetivo é o conhecimento da realidade em suas leis e princípios, o saber prático o objetivo é estabelecer sob que condições podemos agir da melhor forma possível tendo em vista o objetivo primordial que é a felicidade (eudaimonia) ou a realização pessoal.

Segundo Pegoraro²², “*Ética e Política têm a mesma finalidade: a vida virtuosa e feliz. Mas, a felicidade não é somente uma prática de virtudes ou acúmulo de bens e honras*”. Ao contrário, a existência na sua plenitude é resultado de tudo isso de forma equilibrada.

Chegamos ao centro da ética e política aristotélica. Todo o esforço [...] convergia para a vida feliz do indivíduo sob o controle das virtudes morais. O equilíbrio interior do indivíduo e o nível de perfeição alcançado correspondem ao primeiro aspecto da definição: animal racional ou animal que se guia pela reta norma da razão. Isto não basta para que o homem alcance a sua plenitude, a sua causa final.²³

Aristóteles já dizia que, de modo natural, o homem é um ser racional e é também um ser político, que só atinge a realização de sua natureza na comunidade, como um ser social. Segundo Arendt:²⁴

A substituição inconsciente do social pelo político revela até que ponto a concepção original grega de política havia sido esquecida. Para tanto, é significativo, mas não exclusivo, que a palavra ‘social’ seja de origem romana. [...] É somente com o ulterior conceito de uma ‘sociedade da espécie humana’, que o termo ‘social’ começa adquirir o sentido geral de condição humana fundamental.

Contudo, partindo de um pressuposto ético, são pessoas e não coisas. Não se pode tratar como seres inertes, irracionais, destituídos de linguagem e de liberdade. Os valores éticos são oferecidos como expressão e garantia de sua condição de seres humanos ou de sujeitos racionais e agentes livres.

²¹ Aristóteles. *Ética a Nicômaco*. 2001, p. 27.

²² O. Pegoraro. *Ética é Justiça*. 1995. p. 28-29.

²³ *Ibid.*

²⁴ H. Arendt. *A condição humana*. 1997. p. 31-33.

A ética é construída por uma sociedade com base nos valores históricos e culturais. Cada sociedade e cada grupo possuem seus próprios códigos de ética, ou seja, seus códigos de conduta social. Mas, podemos dizer que, a ética não é simplesmente o cumprimento desses códigos ou conduta social, e sim uma atitude de profundo e permanente respeito ao ser humano e o compromisso de colaborar para o seu aprimoramento e valorização, visando sempre o bem comum.

Chalita²⁵ adverte tanto os brasileiros quanto o mundo que precisa tratar com profundidade a ética e a política. A ética deixa de ser apenas uma questão de conceito, para ser influenciada por hábitos e costumes e passa a ser um problema de consciência, se aplicando a padrões de comportamentos, a valores e paradigmas que variam em função de cada cultura.

À primeira vista, ética e política podem assomar como duas coisas incongruentes. Infelizmente, isso leva ao desânimo daqueles que já assistiram a promessas e decepções. Porque costuma haver distância entre o discurso e prática. [...].
[...]. O que leva um professor a querer servir de guia a outras pessoas? O que leva um político a optar pela construção da felicidade coletiva?
Essas inquietações não podem abandonar os sonhadores que resolveram converter o sonho em realidade. [...].²⁶

Na visão de Chalita há um distanciamento entre o discurso e a prática, ou seja, as pessoas já assistiram a tantas promessas não cumpridas, foram tantas decepções que, às vezes, fica difícil acreditar que os sonhos possam se converter em realidade.

Cortina²⁷ diz que, não deve atrapalhar a indagação sobre a felicidade. Porque as sociedades não são felizes e nem o contrário, mas sim, as pessoas. As sociedades são justas ou injustas, assim, a ética atual prefere garantir um norte de justiça. Pois, a ética é a passagem para se encontrar a felicidade, sem ela ninguém é feliz e nem se pode fazer o outro feliz. Em contrapartida, para Cortina²⁸:

²⁵ G. Chalita. Os dez mandamentos da ética. 2003.

²⁶ Ibid. p. 29-30.

²⁷ A. Cortina. Ética mínima. 2009.

²⁸ Ibid. p. 35.

A ética é uma incompreendida, e que essa incompreensão a está deixando sem tarefa, isto é, sem nada para fazer. Simplesmente porque ninguém sabe claramente o que fazer com ela.

Partindo do ponto de vista ético, podemos dizer que, os grupos sociais (família, Estado, etc.), perderam a noção de ética, de valores, na medida em que, não há um princípio de justiça pelos direitos comuns para os cidadãos. Cortina²⁹ diz que:

[...]. Na altura em que vivemos, a base da cultura que vai se ampliando de forma irrefreável, a ponto de se poder considerar como sustento universal para legitimar e deslegitimar instituições nacionais e internacionais, é o reconhecimento da dignidade do homem e de seus direitos; [...].

Maquiavel, em “O Príncipe”, com sua teoria realista e sistemática, separa a ética individual da ética do Estado. A intenção não é expor o quanto a política se afastou dos princípios morais, mas também de seus próprios princípios. E, levando mais uma vez, em relevância o ponto de vista do Paul Ricoeur³⁰, quando ele diz: “*que temos que estar sempre alerta para evitar o moralismo (para não reduzir a dimensão política à moral) e resgatar o sentido autêntico da ética*”.

É preciso ressaltar que, não é possível desvincular moral e política, reduzindo a moralidade à ação política. Por isso, é necessário resgatar o que foi chamado de sentido autêntico da ética por Ricoeur, recorrendo para a contribuição que esta pode trazer às ciências sociais, buscando discutir os valores morais dominantes de uma sociedade. Nas palavras de Marilena Chauí:³¹

A ética faz uma exigência, partindo de um pressuposto do agente moral, colocando uma diferença entre passivo e ativo. Passivo é aquele que se deixa governar e arrastar por seus impulsos, inclinações e paixões, pelas circunstâncias, não exercendo sua própria consciência, vontade, liberdade e responsabilidade. Em contrapartida, é ativo aquele que controla seus impulsos, suas inclinações e suas paixões, discute consigo mesmo e com os outros o sentido dos valores e dos fins estabelecidos.

²⁹ A. Cortina. Ética mínima. 2009. p. 43.

³⁰ P. Ricoeur, op. cit.

³¹ M. Chauí. Convite à filosofia. 2000. p. 39.

Segundo Stukart³² “a ética é o estabilizador que, aparentemente, mantém o equilíbrio entre as forças que separam e as forças que unem”. Sabe-se que a responsabilidade do político e do legislador é muito grande. Mas, a ética é o elemento vital para a sobrevivência de uma nação. Vale lembrar a sabedoria de Aristóteles na sua obra *Ética a Nicômaco*:

[...], o homem comum não obedece por natureza ao sentimento de honra, mas unicamente ao medo, e não se abstém de más ações porque elas são ignóbeis, e sim por temer o castigo.

[...] os legisladores deveriam estimular os homens à virtude e instá-los com o apelo do que é nobre, partindo do pressuposto de que aqueles que já progrediram pela formação de hábitos, serão sensíveis a tais influências; e que seria conveniente impor castigos e penalidades aos que são de natureza inferior, enquanto os incuravelmente maus seriam definitivamente banidos.³³

O que Aristóteles³⁴ diz é que, cada pessoa poderia agir melhor se ela se tornasse capaz de legislar. Agora, como se aprenderia a legislar? Existe diferença entre a ciência política e as outras ciências? Veja:

[...] a legislação faz parte da ciência política. Ou haverá alguma diferença entre a ciência política e as outras ciências e artes? Nestas, vemos que as mesmas pessoas as praticam e se oferecem para ensiná-las [...]. Mas enquanto sofistas pretendem ensinar política, ela não é praticada por nenhum deles, e sim pelos políticos, os quais parecem fazê-lo graças mais a uma espécie de habilidade ou experiência que pelo raciocínio. [...]. Todavia, a contribuição da experiência parece não ser pequena, se não fosse assim, eles não poderiam tornar-se políticos por simplesmente participar da vida política. Por conseguinte, os homens que ambicionam conhecer a arte da política necessitam também da experiência.³⁵

Hannah Arendt³⁶ expressa três atividades humanas como condições básicas designadas ao homem na Terra: o labor, o trabalho e a ação. Essas três atividades estão relacionadas com as condições da existência humana.

O labor é a atividade que corresponde ao processo biológico do corpo humano [...]. A condição humana do labor é a própria vida.

³² H. L. Stukart. *Ética e corrupção*. 2003. p. 18.

³³ Aristóteles. *Ética a Nicômaco*. 2001. p. 234-235.

³⁴ *Ibid.*

³⁵ *Ibid.* 2001. p. 237.

³⁶ H. Arendt, *op. cit.*

O trabalho é a atividade correspondente ao artificialismo da existência humana. [...] a condição humana do trabalho é mundanidade. A ação, única atividade que se exerce diretamente entre os homens sem a mediação das coisas ou da matéria, corresponde à condição humana da pluralidade. [...]. Todos os aspectos da condição humana têm alguma relação com a política; mas esta pluralidade é especificamente a condição – não apenas a *conditio sine qua non*, mas a *conditio per quam* – de toda vida política.³⁷

Para Hannah³⁸ “a pluralidade é a condição da ação humana pelo fato de sermos todos humanos e sem ter ninguém igual a qualquer pessoa que tenha existido, exista ou que venha a existir”.

Partindo de uma panorâmica dos valores, a ética exprime a maneira como uma cultura e uma sociedade definem para si mesma o que julgam ser o mal e o vício, e, como contrapartida, o que consideram ser o bem e a virtude. A ética por realizar-se como relação social, não é indiferente às condições históricas e políticas da ação moral.

Por conseguinte, apesar da ética, ser considerada universal do ponto de vista da sociedade que a institui, se está relacionado com o tempo e a história, transformando-se para responder a exigências novas da sociedade e da cultura, pois se tratam de seres históricos e culturais. Pondera Verástegui:³⁹

A ausência e o rompimento da ética ameaçam todos os setores e aspectos da vida e da cultura de um país. Mas não há como negar que, na vida política, a ausência e o rompimento da ética têm o efeito mais destruidor. Isto se dá porque o político deve ser um exemplo para a sociedade. A política é o ponto de equilíbrio de uma nação. Quando a política não realiza sua função, de ser a instância que faz valer a vontade e o interesse coletivo, rompe-se a confiabilidade política e social do país.

A responsabilidade ética das lideranças sociais é subsidiada na Constituição da República Federativa do Brasil (CF)⁴⁰ de 1988, no Art. 3º. Pois, um agente público é um

³⁷ H. Arendt, op. cit. p. 15

³⁸ Ibid. p. 16

³⁹ R. L. A. Verástegui. A educação e seu papel de construir a ética. 2008. p. 1. [Consult. Abr 2013] Disponível na internet: <<http://www.unioeste.br/cursos/cascavel/pedagogia/eventos/2008/6/Artigo%2008.pdf>>.

⁴⁰ Sigla da Constituição da República Federativa do Brasil. (N. da A.).

cidadão que assumiu a responsabilidade de realizar o interesse público. Não há responsabilidade histórica maior que essa: de fazer valer e realizar a vontade e o interesse coletivo.

Constituem objetivos fundamentais da República Federativa do Brasil:

I – construir uma sociedade livre, justa e solidária;

II – garantir o desenvolvimento nacional;

III – erradicar a pobreza e a marginalização e reduzir as desigualdades sociais e regionais;

IV – promover o bem de todos, sem preconceitos de origem, raça, sexo, cor, idade e quaisquer outras formas de discriminação.⁴¹

Com a CF de 1988, foi possível uma legislação democrática garantindo a plenitude dos direitos civis, políticos e sociais no Brasil. Podemos até dizer que hoje temos todos os direitos estabelecidos nas leis. Embora, haja muito que fazer para que as pessoas possam de fato viver dignamente, com educação de qualidade, sistema de saúde eficiente, direitos trabalhistas permanentes e habitações dignas.

1.4 Ética e Justiça Social

Partindo do ponto de vista que pessoas e sociedade fazem parte da mesma rede, criada pelas relações sociais. Não há separação entre ambas. Enquanto seres humanos nascem e passam a sua existência em sociedade porque necessitam uns dos outros. Então, o fato de precisarem uns dos outros não significa que não tem autonomia. A sociedade não os obriga a ser o que não querem. Mas, se questiona, é possível mudar a sociedade? Será que a sociedade modifica as pessoas ou as pessoas se adaptam à sociedade?

A sociedade brasileira nestes últimos dez anos, nunca tinha dado tanta importância ao ser humano como nos dias atuais, pois, somente ele pode agir eticamente consigo e/ou com o outro. A ética é o seu direcionamento na vida, no comportamento pessoal e nas ações coletivas. Segundo Stukart⁴², há uma ética específica para diferentes campos – é o princípio – aplicados tanto no campo profissional quanto no público e no privado.

⁴¹ Brasil, CF. 2009. p. 8. (Grifo nosso).

⁴² H. L. Stukart. Ética e Corrupção. 2003. p. 14-15.

A ética social preocupa-se, por exemplo, com questões como definição e garantia de liberdade, dignidade, solidariedade, sexo, tolerância, equidade e justiça em uma sociedade. [...]. A ética tem dezenas de aplicações como, por exemplo, definir dentro do campo da medicina o que é certo em relação a aborto, eutanásia, manipulação de genes, clonagem, experiências com seres humanos, aparelhos médicos para manter a vida, obrigação de dar informações, etc.⁴³

Os autores Arnsperger e Van Parijs⁴⁴, também estão preocupados com uma ética social e contribuem com alguns questionamentos. Para eles: “*nas sociedades cada vez mais diferentes, cada vez mais liberadas, cada vez mais desnorteadas, essas questões são, hoje, mais incisivas e mais urgentes que nunca*”. (ARNSPERGER; VAN PARIJS, 2003).

Onde começa o inaceitável? O que fará com que tenha valido a pena vivermos nossas existências? É preciso tentar fazer mais justas as nossas sociedades ou tentar torná-las mais livres? Como resolver os conflitos cotidianos entre os nossos prazeres e deveres, entre nossas múltiplas obrigações, entre as expectativas legítimas de nossos parentes e as necessidades vitais dos mais carentes? É preciso respeitar a lei, mesmo que outros a transgridam, mesmo que muitos a transgridam, mesmo que todos os outros a transgridam?⁴⁵

No Brasil, as palavras transgressão, desrespeito e violência são comuns escutarmos e presenciarmos no dia a dia. Transgredir as leis, desrespeitar o outro e praticar a violência com o seu próximo, viraram rotina no cotidiano do brasileiro. Por isso Pegoraro⁴⁶ coloca que:

*A ética visa duas metas principais: a) superar os conflitos inerentes ao ser humano e à sociedade; b) dimensionar os comportamentos pessoais e coletivos no sentido da construção da vida feliz numa sociedade justa.*⁴⁷

Superar conflitos e dimensionar os comportamentos pessoais e coletivos, como se refere Pegoraro, é o caminho para a construção da felicidade e de uma sociedade justa. A intenção de construir uma vida feliz numa sociedade justa é defendida também

⁴³ H. L. Stukart. Ética e Corrupção. 2003.

⁴⁴ C. Arnsperger; P. Van Parijs. Ética econômica e social. 2003. p. 7.

⁴⁵ Ibid.

⁴⁶ O. Pegoraro. Ética é Justiça. 1995. p. 12-13.

⁴⁷ Ibid.

pelo filósofo francês Paul Ricoeur⁴⁸ com a “ética da pessoa”, onde ele coloca que não é só uma ética individual, mas uma ética coletiva (desenvolvida na comunidade) e nas instituições. Para Ricoeur⁴⁹, a ética da pessoa foi desenvolvida pela intenção ética que se define pelos três termos seguintes: “*intenção da vida boa, com e para os outros, em instituições justas*”; enfatizando que esses três termos não se sobrepõem, mas tornam possível a aspiração espontânea para uma vida feliz.

[...]: se quiser distinguir a ética da moral, entendendo por esta última a ordem dos imperativos, das normas, das proibições, descobre-se uma ética mais radical do ethos, suscetível de fornecer um fio condutor na exploração das outras camadas da constituição da pessoa. Em um trabalho que está sendo publicado, proponho a seguinte definição do ethos: aspiração a vida realizada – com e para os outros – em instituições justas. Esses três termos me parecem igualmente importantes para a constituição ética da pessoa. Aspiração a uma vida realizada: inscrevendo assim a ética na profundidade do desejo, sublinhando-se o caráter de anseio, de optativo, anterior a todo imperativo. A fórmula completa seria: Ah! Se eu pudesse viver bem, sob o horizonte de uma vida realizada e, nesse sentido, feliz! [...].⁵⁰

Em tese, essa teoria é uma aspiração para uma vida feliz, porém, no Brasil para que funcione, será preciso todos ou a maioria, colocar em prática com ações visionárias de um denominador comum. Adela Cortina⁵¹ diz que:

As pessoas estão nesse momento tão unidas em construir uma sociedade justa e tornar possível em sociedades pluralistas uma convivência pacífica, que deixaram para segundo plano o que precisamos fazer para sermos felizes. A felicidade parece coisa dos indivíduos e dos grupos, uma questão que cada pessoa vai responder a seu modo de ser e querer, a partir de seu modo de esperar e sonhar. A justiça, por sua vez, nos parece como coisa de todos nós, como negócio que devemos fazer juntos, e do qual ninguém pode escapar.

Segundo Cortina⁵² atualmente abordamos mais sobre uma ética social (compromissos que uma pessoa adquire em sociedade) do que uma ética individual (reflexão sobre a pessoa). Ricoeur⁵³ caracteriza essa relação social, acrescentando que a vida na comunidade e a intenção da vida boa deve se desenvolver em “instituições

⁴⁸ P. Ricoeur. Leituras 2. 1996. p. 162.

⁴⁹ Ibid.

⁵⁰ Ibid.

⁵¹ A. Cortina. O fazer ético. 2003. p. 54-55.

⁵² Ibid.

⁵³ Ricoeur, loc.cit.

justas” para uma vida feliz. Ressaltando, portanto, o valor ético das instituições. Por isso, existe a necessidade de um suporte objetivo que seja adequado às relações interpessoais. A formulação ética determinada pelo Ricoeur⁵⁴ se compõe originalmente de três expressões (estima de si, solicitude pelo outro, instituições justas).

[...] Minha fórmula de três termos (estima de si, solicitude pelo outro, instituições justas) me parece completar, mais do que refutar, a fórmula de dois termos (pessoa e comunidade). Distingo as relações interpessoais, que têm por emblema a amizade, das relações institucionais, que têm por ideal a justiça. [...].⁵⁵

Com esta expressão “desejo de uma vida realizada” (boa ou feliz), o Ricoeur⁵⁶, mostra a precedência de todo e qualquer imperativo, inscrevendo aqui a ética na profundidade do desejo, sendo à maneira do optativo⁵⁷ e não do imperativo:

É, no sentido mais forte da palavra, uma aspiração: “Possas eu, possas tu, possamos nós viver bem!”, [...] Se a palavra “aspiração” parece demasiado fraca, falemos [...] de “cuidado”: cuidado de si, cuidado do outro, cuidado da instituição.⁵⁸

Segundo Ricoeur⁵⁹, o ponto inicial é o “cuidado de si”. Depois que agrega o termo “si” ao termo “estima” no plano ético, onde reserva o de “respeito” para o nível moral. Sendo que, de nenhum modo se confunde com o “eu”. Portanto, com uma posição egológica que o encontro com o outro arruinaria imprescindivelmente. Para ele, a capacidade de agir intencionalmente e a capacidade de iniciativa, são estimáveis em si mesmas.

[...] Duas coisas são fundamentalmente estimáveis em si mesmas: primeiro a capacidade de escolher por razões, de preferir isso àquilo, em poucas palavras, a capacidade de agir *intencionalmente*; em seguida, a capacidade de introduzir mudanças no curso das coisas, de começar alguma coisa no mundo, em poucas palavras, a capacidade de *iniciativa*. Nesse sentido, a estima de si é o momento reflexivo da práxis: é apreciando nossas ações que

⁵⁴ Ricoeur, loc.cit.

⁵⁵ Idem. Leituras 2. 1996. p. 167-168.

⁵⁶ Idem. Leituras 1. 1995. p. 162.

⁵⁷ Gramaticamente é uma expressão tipicamente aristotélica. (N. da A.).

⁵⁸ P. Ricoeur. Leituras 1. 1995. p. 162.

⁵⁹ Ibid.

apreciamos a nós mesmos como sendo os autores delas e, portanto, como sendo outra que simples forças da natureza ou simples instrumentos. Seria necessário desenvolver toda uma teoria da ação para mostrar nossas ações.⁶⁰

John Rawls⁶¹ apresenta os dois princípios da justiça, que na sua primeira afirmação, “*são aplicados à estrutura básica da sociedade, governam a atribuição de direitos e deveres e regulam as vantagens econômicas e sociais*”.

Primeiro: cada pessoa deve ter um direito igual ao mais abrangente sistema de liberdades básicas iguais que seja compatível com um sistema semelhante de liberdades para as outras. Segundo: as desigualdades sociais e econômicas devem ser ordenadas de tal modo que sejam ao mesmo tempo (a) consideradas como vantajosas para todos dentro dos limites do razoável, e (b) vinculadas a posições e cargos acessíveis a todos.⁶²

Que bom seria, se a teoria da justiça de Rawls⁶³ fosse desenvolvida no Brasil, seria vantajosa para todos, com as distribuições de renda e da riqueza, assim como, seria acessível para todos com as posições de autoridade e responsabilidade. Desse modo, todos se beneficiariam com a organização das desigualdades sociais e econômicas.

Contudo, o Brasil está acordando de um sono profundo e nesta última década com os programas de distribuição de renda do Governo Federal têm amenizado a pobreza, mas por outro lado, a população que tem recebido o benefício, não quer mais trabalhar, são as vantagens e desvantagens dos benefícios da coisa pública. Com os princípios da justiça, Rawls⁶⁴ diz:

Todos os valores sociais – liberdade e oportunidade, renda e riqueza, e as bases sociais da autoestima – devem ser distribuídos igualmente a não ser que uma distribuição desigual de um ou de todos esses valores traga vantagens para todos.

[...], suponhamos que a estrutura básica da sociedade distribua certos bens primários, ou seja, coisas que qualquer homem racional presumivelmente quer. Esses bens em geral têm uma utilidade, não importam quais sejam os planos racionais da vida de uma pessoa. Para simplificar, suponhamos que os

⁶⁰ P. Ricoeur. Leituras I. 1995.

⁶¹ J. Rawls. Uma teoria da justiça. 1997. p. 64-65.

⁶² Ibid.

⁶³ Ibid.

⁶⁴ Ibid

principais bens primários à disposição da sociedade sejam direitos, liberdades e oportunidades, renda e riqueza. Esses são os bens primários sociais. [...].⁶⁵

Se a sociedade brasileira agisse com a intenção de vivermos e convivermos felizes em instituições justas e tivesse a iniciativa de desenvolver uma ética de justiça igualitária para aplicá-la na comunidade. Nesta última década, o Brasil já teria avançado mais, no que diz respeito, a distribuição de renda e diferenças sociais.

O segundo termo da intenção ética de Ricoeur⁶⁶ é caracterizado pela fórmula: com e para os outros. Mas, ele prefere chamarmos “solicitude”, expressando esse movimento em relação ao outro. Não importando como seria ou fosse a relação com o outro e com a instituição, mas não haveria nenhum sujeito responsável se este não estimasse a si mesmo como sendo capaz de agir intencionalmente. A estima de si, não é uma forma aprimorada de egoísmo ou de solipsismo, não da forma como foi idealizada ou pensada pelo Ricoeur. O termo si, só está prevenindo contra a redução do “eu” situado sobre si mesmo.

[...] Dizer “si” não é dizer “eu”. “Si” implica o outro de si, a fim de que se possa dizer de alguém que se estima a si mesmo como um outro. A dizer a verdade, é só por abstração que se pôde falar da estima de si sem pô-la em dupla com a demanda de reciprocidade, segundo um esquema de estima cruzado, que resume a exclamação *tu também*: tu também és um ser de iniciativa e de escolha, capaz de agir segundo razões, de hierarquizar teus fins; e, estimando bons os objetos de tua busca, és capaz de estimar a ti mesmo. O outro é, assim, aquele que pode dizer eu como eu e, como eu, ser considerado um agente, autor e responsável pelos seus atos. Do contrário, nenhuma regra de reciprocidade seria possível. O milagre da reciprocidade é que as pessoas são reconhecidas como insubstituíveis umas às outras na própria troca. [...].⁶⁷

Segundo Ricoeur⁶⁸, a reciprocidade dos insubstituíveis é o mistério da solicitude. “*O voto da ética no que diz respeito à relação entre a estima de si e a solicitude é um outro semelhante a mim*”. Para ele:

⁶⁵ J. Rawls. Uma teoria da justiça. 1997.

⁶⁶ P. Ricoeur. Leituras 1. 1995. p. 163

⁶⁷ Ibid.

⁶⁸ Idem. Leituras 2. 1996. p. 165.

É no relacionamento de amizade que a semelhança e o reconhecimento mais se aproximam de uma igualdade entre dois insubstituíveis, ou seja, na qual um estima o outro tanto quanto a si. Mas, quando a solicitude é marcada por uma desigualdade inicial, é o reconhecimento que restabelece a solicitude.⁶⁹ [...], como na submissão do discípulo ao mestre; a desigualdade, todavia, é corrigida pelo *reconhecimento* da superioridade do mestre, reconhecimento que restabelece a reciprocidade. Inversamente, a desigualdade pode provir da fraqueza do outro, do seu sofrimento. Nesse caso, é tarefa da compaixão restabelecer a reciprocidade, na medida em que, na compaixão, aquele que aparentemente é o único a dar recebe mais do que dá por via da gratidão e do reconhecimento. A solicitude restabelece a igualdade de lá onde ela não é dada, como na amizade entre iguais.⁷⁰

Nesse sentido, o autor, não consegue imaginar a relação do si com o seu outro de outra forma que não seja através da busca de igualdade moral pelas diversas vias do reconhecimento. Sendo que, a reciprocidade, aparente na amizade, é uma forma de esconder as desigualdades da solicitude, isto é, o movimento em relação ao outro.

Na sociedade brasileira, também se percebe que existe semelhança e reconhecimento nos relacionamentos de amizade entre os iguais e, quando esta amizade é iniciada por uma desigualdade é o reconhecimento da superioridade do outro que acontece a reciprocidade.

A partir desse ponto, Paul Ricoeur, diz que se poderia desenvolver toda uma reflexão a partir da categoria do próximo, sendo esta frequentemente empregada pelo filósofo. Ressaltando que, “*podemos tratar o outro como próximo, amigo ou “socius” nessa relação humana, esta última categoria é muito utilizada pelas Ciências Sociais e pela Psicologia Social*”⁷¹. Ricoeur nos diz que:

Se denominamos sociologia a ciência das relações humanas em grupos organizados, não existe sociologia do próximo. [...]. Se não existe sociologia do próximo, talvez exista uma sociologia **a partir** da fronteira do próximo. (grifo nosso).⁷²

⁶⁹ Ricoeur. Leituras 2. 1996. p. 166

⁷⁰ Idem. Leituras 1. 1995. p. 163.

⁷¹ Idem. História e Verdade. 1955. p. 99

⁷² Ibid.

Segundo Paul Ricoeur⁷³, não há uma sociologia do próximo, pois se interpretarmos pela práxis do próximo, não tem um próximo, ou posso me fazer próximo de qualquer um. Percebemos aqui, em que sentido se anula uma sociologia do próximo. Pois, “*o próximo é a forma ou o modo pessoal pela qual eu encontro o outro, para além de toda mediação social*”.

No universo onde as diferenças e a organização de grupos sociais não param de crescer, o Ricoeur⁷⁴ diz: “*Temos o impulso de dizer que não vivemos no mundo do “próximo”, mas no do “socius”. O socius é aquele a quem me aproximo através da função social*”. É uma relação mediata, atinge o homem na qualidade disto ou daquilo. Quanto ao próximo, podemos fazer uma pergunta: quem é nosso próximo?

[...] Talvez tenhamos de evoluir da surpresa à crítica e concluir que o encontro imediato de um homem, encontro que me tornaria o próximo desse homem concreto, é um mito em relação à vida em sociedade, o sonho de um modo de relação humana diferente do modo real.⁷⁵

Ricoeur⁷⁶ coloca na sua filosofia que o tema do “próximo” é anteriormente um convite a nos tornar conscientes. É um convite para quebrarmos com as velhas filosofias da natureza e instituímos uma crítica interna da existência “artificial” do homem. Pois, o filósofo quando disserta sobre a sua perspectiva ética da pessoa, resume-a nesta proposição: “*Visar à vida boa, com e para os outros em instituições justas*”.

No Brasil, a ética social é deveras imprecisa, dessa forma, a ética individual se desenvolve com a falta de sólidos referenciais coletivos de valores, capazes de dar às pessoas segurança e apoio para que elas venham a realizar suas aspirações, para que permita à pessoa, respeitar a si e respeitar ao próximo, ver-se como parte integrante de uma ética social e perceber-se como co-criador dessa ética, atuar construtivamente em benefício dela.

⁷³ Ricoeur. História e Verdade. 1955.

⁷⁴ Ibid. p. 99

⁷⁵ Ibid. p. 103.

⁷⁶ Ibid.

Todas essas colocações exigem inovação na estrutura de Governo e na sua forma de atuação. Pois, inovar exige tanto criatividade como maior responsabilidade ética para que as novas situações tragam benefícios sociais.

Para Ricoeur⁷⁷, a intenção à vida boa está tanto nos grandes princípios e normas da ética quanto nas práticas ou efetivações da justiça que se realizam e se concretizam nas instituições. Estas, todavia, supõem normas, instâncias, rituais e códigos, que estabilizam as práticas sociais. A palavra “instituição” é também utilizada pelo filósofo com a finalidade de evidenciar a diferença na relação que se estabelece em face da amizade e do outro.

Ao introduzir o conceito de *instituição*, introduzo uma relação com o outro que não se deixa reconstruir sobre o modelo da amizade. O outro é aquele que está face-a-face, só que sem rosto, o cada *um* de uma distribuição justa. [...] O cada um é uma pessoa distinta, mas eu só me junto a ela pelos canais da instituição. [...].⁷⁸

A tríade do *ethos* do Paul Ricoeur: estima de si, solicitude, instituições justas, é semelhante à tríade linguística: locução, interlocução e linguagem como instituição. “*É uma retomada contemporânea da ideia de pessoa inspirada nas filosofias da linguagem*”. A palavra “instituição” agora será empregada no nível da pragmática⁷⁹.

O equivalente da estima de si no plano da pragmática é constituído pelo “eu falo” implicado em cada uma das configurações de atos de discurso. [...] O avanço na caracterização da pessoa como si é evidente: enquanto no nível da semântica a pessoa era apenas uma das coisas a respeito das quais falamos, no nível da pragmática a pessoa é imediatamente designada como si, na medida em que o sujeito falante designa a sua palavra. [...] Quanto à relação com o *outro*, ela é evidentemente posta em ação no contexto da interlocução que a pragmática considera quando se distingue da semântica. [...] É de se notar que, nessa relação de interlocução, os dois pólos do discurso estão igualmente implicados como cada um designando a si mesmo e como dirigindo-se ao outro. Para dizer a verdade, a expressão dirigir-se ao outro a inversão: um outro se dirige a mim e eu respondo [...] Mas eu não seria aquele a quem a palavra é dirigida se eu não fosse ao mesmo tempo capaz de designar a mim mesmo como aquele a quem a palavra é dirigida. Nesse sentido, autodesignação e alocação são tão recíprocas quanto o eram um pouco acima a estima de si e a solicitude. Gostaria de dizer mais uma coisa

⁷⁷ Ricoeur, op. cit., 1996.

⁷⁸ Ibid. p. 166.

⁷⁹ Ibid. p. 168-173.

antes de deixar o plano da linguagem: não são apenas *o eu* e *o tu* que são assim levados ao primeiro plano pelo processo de interlocução, mas a própria linguagem como *instituição*. Falamos [...] mas ninguém inventa a linguagem; apenas a colocamos em movimento, ou melhor ainda, em ação, no momento em que tomamos a palavra, [...] Mas tornar a palavra é assumir a totalidade da linguagem como instituição que me precede e que me autoriza de algum modo a falar. [...] ⁸⁰.

A linguagem finaliza também valores morais e com esta afirmação, fica claro, como toda tradição que nasceu e foi se constituindo e estabelecendo antes de nascermos. Por isso, Ricoeur, ao analisar a linguagem como instituição, aponta para a sua abrangência significativa.

[...] Deste ponto de vista, a correlação entre a linguagem como instituição e o discurso como locução e alocução constitui um modelo insuperável para toda relação entre instituições de todo gênero (político, jurídico, econômico, etc.) e as inter-relações humanas. [...] Nascer é aparecer em um meio onde já se falou antes de nós. ⁸¹

De fato, se nasce numa realidade cultural, ética e política já existente. Com isso, a nossa existência fica marcada na história. Existe uma espécie de lei que imana no interior do nosso processo histórico, que age de forma obscura tanto na história pessoal quanto na história coletiva. Somente refletindo filosoficamente, talvez possam descobrir esta lei que imana no cerne da história e projetar para o futuro os valores que queremos descobrir.

Os elementos que constituem as normas de conduta, só podem ser encontrados nas ações históricas e não em teorias criadas pelo pensamento humano. E, parafraseando Ladrière: “*É naquilo que a história produz que descobrimos os valores éticos*” ⁸².

Ricoeur⁸³ explorando categorias da teoria da ação, bem como da linguística e da filosofia analítica, descobriu que, a estrutura triádica da ação apresenta a mesma estrutura do *ethos*.

⁸⁰ Ricoeur, op. cit., 1996. p. 171-172.

⁸¹ Ibid. p. 172.

⁸² J. Ladrière et al. *Fondements d'une théorie de la Justice*. 1984. p. 241.

⁸³ Ricoeur, op. cit.

[...] não há agente que não possa designar a si mesmo como sendo autor responsável por seus atos. Neste sentido, reencontramos os dois componentes da estima de si: capacidade de agir segundo intenções e a de produzir por nossa iniciativa mudanças eficazes no curso das coisas; [...] É então que o terceiro componente do ethos aparece: não há ação que não se refira ao que foi chamado, na teoria da ação, de aferidores de excelência. É o caso das profissões, dos jogos, das artes, das técnicas, impossíveis de definir sem fazer referência a preceitos (técnicos, estéticos, jurídicos, morais etc.) que definem o nível de sucesso ou de fracasso de dada ação. [...] Nesse sentido, as estruturas avaliativas e normativas implicadas nos aferidores de excelência são instituições. [...] o termo instituição não deve ser tomado em um sentido político, nem mesmo jurídico ou moral, mas no sentido de uma teologia reguladora de uma ação cujo melhor exemplo é o das regras constitutivas de um jogo de xadrez. [...] A partida é aqui o equivalente da troca de palavras da situação de interlocução. Ninguém pode prever o que a conversa se tornará: acordo ou disputa. Assim como no xadrez, cada partida é aleatória, mesmo que as regras sejam fixas. Destas breves observações concluo que é preciso dar à noção de instituição um sentido pré-moral, ou melhor ainda, pré-ético, à própria dimensão da práxis humana.⁸⁴

Devemos respeitar a reciprocidade que há na ligação entre teoria da ação e teoria ética. Pois, quem dá um registro ontológico à ética são as estruturas da ação. Como diz Ricoeur: “[...] *Só existe ética para um ser capaz não apenas de autodesignar enquanto locutor, mas ainda de se autodesignar enquanto agente de sua ação. [...]*”⁸⁵

Na realidade, mesmo que a pessoa procure confrontar suas soluções, seu modo de relacionamento com o outro e com o mundo ou com a realidade não conseguirá uma isenção de julgamento imparcial. Toda a sua crítica partirá sempre de um determinado lugar, de uma situação a qual pertença.

Percebemos que na visão ricoeuriana, todo ponto de vista é visto de um ponto, e no que diz respeito, à justiça social para todos, no Brasil, ainda há muito a ser feito. Pois, conviver com o outro e respeitá-lo na sua alteridade para uma vida boa e feliz em instituições justas é um desafio para os governantes e para a sociedade brasileira.

⁸⁴ Ricoeur, op. cit., p. 174-175.

⁸⁵ Ibid. p. 176.

Seguindo uma ética reflexiva sobre o bem comum, a busca da felicidade e a justiça, enfatizando os valores morais. Para Stukart⁸⁶, o sumo Bem reúne: “*felicidade, liberdade e o bem que são os grandes temas da ética*”.

Segundo Pegoraro⁸⁷, a ética é a prática da justiça ou o comportamento ético é a própria conduta segundo a justiça. Esta é a virtude da cidadania que regula toda convivência política, que relaciona uma pessoa com as outras. Para Aristóteles a justiça é a estrela que mais brilha na constelação das virtudes morais. E, para Ricoeur:

A justiça, como qualidade moral do indivíduo e como virtude da cidadania, é a excelência central e unificadora da existência pessoal e política. A vida ética consiste, portanto, na prática da justiça na comunidade humana.⁸⁸

A justiça para Pegoraro⁸⁹ é a virtude total, pois ordena a obediência às leis e o respeito da igualdade entre os cidadãos. Já para Aristóteles é uma virtude moral intrínseca à condição humana. Sendo assim, Aristóteles aborda a justiça distributiva, que não tem apenas o papel de se preocupar com a distribuição dos bens econômicos, mas também com outros valores sociais, como papéis na sociedade, cargos, tarefas de ordem administrativa, assim como, toda a repartição de direitos e deveres, de responsabilidades e obrigações, vantagens e encargos, que não representam valores puramente materiais. Rawls⁹⁰ na sua *Teoria da Justiça* aborda Aristóteles e diz que este atribui a justiça:

[...], o sentido de evitar que se tire alguma vantagem em benefício próprio tomando o que pertence a outro, sua propriedade, sua recompensa, seu cargo, e coisas semelhantes, ou recusando a alguém o que lhe é devido, o cumprimento de uma promessa, o pagamento de uma dívida, a demonstração do respeito devido [...]. Evidentemente essa definição está estruturada para aplicar-se a ações, e as pessoas são consideradas justas na medida em que tenham, como um, dos elementos permanentes de seu caráter, um desejo firme e eficaz de agir com justiça.⁹¹

⁸⁶ Stukart, op. cit.

⁸⁷ Pegoraro, op. cit.

⁸⁸ Ricoeur, op. cit., p. 38.

⁸⁹ Pegoraro, loc.cit.

⁹⁰ Rawls, op. cit.

⁹¹ Apud Rawls. *Teoria da Justiça*. p. 11-12.

Paul Ricoeur⁹² faz uma abordagem colocando um problema de justiça nesse processo de distribuição. Ele coloca que neste processo de distribuição, a instituição amplia seu face-a-face (da amizade e do amor) na intenção ética. Veja:

[...]. É esse caráter *distributivo* [...] que põe um problema de justiça. Com efeito, uma instituição tem uma amplitude mais vasta do face-a-face da amizade e do amor: na instituição, e por meios dos processos de distribuição, a intenção ética estende-se a todos os que o face-a-face deixa fora a títulos de terceiros. Assim forma-se a categoria do cada um, que não é o se, mas o partidário de um sistema de distribuição. A justiça consiste, precisamente, em atribuir a cada um a sua parte. [...].⁹³

A noção de distribuição, encontrada na expressão “justiça distributiva”, que é uma ideia desde Aristóteles⁹⁴, o francês Ricoeur não se prende na noção de igualdade proporcional pela qual a justiça distributiva é definida por ele. Mas, pega como ponto inicial, já que o problema da justiça se torna um problema ético muito complexo, devido nenhuma sociedade ter conseguido uma distribuição igual, não apenas entre os bens e a renda, mas também entre encargos e responsabilidades.

[...] Correlativamente, a justiça estende-se para além do face-a-face. Duas asserções estão aqui em jogo: de acordo com a primeira, o viver bem não se limita às relações interpessoais, mas estende-se à vida nas instituições; de acordo com a segunda, a justiça apresenta traços éticos que não estão contidos na solicitude, a saber, essencialmente uma exigência de igualdade de uma espécie diferente daquela da amizade. Relativamente ao primeiro nível de investigação, todas as estruturas do viver-em-comum de uma comunidade histórica, irredutíveis às relações interpessoais e, contudo, ligadas a elas num sentido específico, que a noção de distribuição [...] permite esclarecer.⁹⁵

Percebe-se que o problema de distribuição de bens e rendas, valores sociais, papéis na sociedade e cargos administrativos, vem desde a Antiguidade até os dias de hoje. Portanto, o Brasil não é diferente com o problema de justiça distributiva.

⁹² Ricoeur, op. cit., 1995.

⁹³ Ibid. p. 164.

⁹⁴ Com a obra: *Ética a Nicômaco*.

⁹⁵ Ricoeur, op. cit., 1995. p. 164.

O que diferencia a relação de amizade no face-a-face da relação com o outro na instituição, é esse intermédio das estruturas de distribuição, que buscam uma proporcionalidade digna de ser chamada de equitativa. Onde Aristóteles observa:

A razão disto é que toda lei é universal, mas não é possível fazer afirmação universal que seja correta [...] Desse modo, a natureza do equitativo é uma correção da lei quando ela é deficiente em razão da sua universalidade.⁹⁶

Paul Ricoeur⁹⁷ diferencia amizade de justiça, preservando a força do face a face, igualmente quando der lugar ao cada um sem rosto. Usando outros termos, onde sob o termo de “outro”, é colocado duas ideias diferentes: outro e cada um (o outro da amizade e o cada um da justiça).

[...] Detenhamo-nos nesses verbos: ‘distribuir’, ‘partilhar’, ‘repartir’. Eles só podem se referir às instituições, principalmente políticas, que se definem por essa função de distribuição, de partilha, de repartição. [...] A ideia de justiça exigiria assim que partíssemos da imagem de uma sociedade caracterizada não só por um querer-viver em comum, um voto de cooperação, mas por regras de repartição – as partes distribuídas fazendo de cada cidadão um parceiro, no sentido próprio da palavra. Dois corolários dessa ideia de sociedade como sistema de distribuição merecem destaque. Primeiro, é essa passagem pela instituição, [...], que distingue a virtude da justiça da virtude da amizade, a qual se exerce diretamente entre iguais no face-a-face, sem mediação institucional. A amizade tem diante de si um próximo; a justiça, terceiro. Assim, o outro da justiça não é o outro da amizade, mas o *cada um* de uma distribuição justa. [...] Segundo corolário: esse conceito de distribuição que, é estreitamente ligado à ideia de justiça permite por lado a lado os protagonistas de um falso debate sobre a relação entre os indivíduos e sociedade. [...] A concepção da sociedade como sistema de distribuição transcende os termos dessa oposição. [...].⁹⁸

É a aplicação da fórmula que os latinos, desde Aristóteles, muito bem resumiram neste adágio: *suum cuique tribuere*, isto é, dar a cada um, o que é seu. Desta maneira, a justiça, de virtude moral, passa a ser a virtude das instituições.

A justiça distributiva está baseada no princípio de que, embora todas as pessoas sejam iguais, elas têm distintas responsabilidades e atribuições conforme os trabalhos que cada uma realiza. Essa distribuição garante que cada pessoa da comunidade tenha

⁹⁶ Aristóteles. *Ética a Nicômaco*. 2001. p. 125.

⁹⁷ Ricoeur, op. cit., 1995.

⁹⁸ Ibid.

sua parcela de responsabilidade, de valores e de reconhecimento social conforme seus méritos. Para Pegoraro⁹⁹, a atitude ética correta está no reconhecimento e no respeito aos direitos das pessoas.

A atitude ética correta consiste em reconhecer, proteger, garantir, e respeitar os direitos decorrentes do nascimento humano. Ora o reconhecimento e o respeito são atitudes subjetivas e morais de cada pessoa. Exercer o respeito à vida e aos direitos decorrentes é praticar a virtude moral da justiça. É a atitude justa perante a vida de outros seres humanos. Respeitar a vida dos outros e as coisas que lhes pertencem é o conteúdo básico da justiça, como virtude moral que orna a interioridade da pessoa. O respeito aos outros é a exigência incondicional da ética e a pedra angular do novo edifício social, onde tudo – mercado, tecnologia e progresso – esteja em função do ser humano.¹⁰⁰

Paulo Freire¹⁰¹ diz que só a partir do reconhecimento, é que as pessoas se tornam seres capazes de observar, de comparar, de avaliar, de escolher, de decidir, de intervir, de romper, de optar, que se fazem seres éticos, e que também se abriu a probabilidade de transgredir a ética, mas, nunca se poderia aceitar a transgressão como direito e sim como uma possibilidade. A possibilidade de se exercer influência sobre algo da natureza é diferente da possibilidade de exercer influência sobre alguém, colocada através de princípios sociais. Para Freire:

O ser humano é um ser incompleto e que se sabe incompleto, que vive num mundo ‘em aberto’, transformado pela ação dos homens, seja no sentido da opressão ou da libertação¹⁰².

No pensamento de Pegoraro¹⁰³ quando diz que, “*a ética consiste na convivência social justa de seres humanos, formados para o respeito dos semelhantes e das coisas que lhes pertencem*”. Paul Ricoeur questiona:

[...]. Que é uma sociedade justa? Quais são os pilares filosóficos e éticos do edifício de uma sociedade, onde as pessoas se respeitam mutuamente? Onde

⁹⁹ Pegoraro, op. cit.

¹⁰⁰ Ibid. p. 105.

¹⁰¹ P. Freire. Pedagogia da autonomia. 2003.

¹⁰² Ibid. p. 100.

¹⁰³ Pegoraro, loc.cit.

os bens sejam repartidos equitativamente? Onde as desigualdades não firmam os princípios de justiça? Onde não haja miseráveis de um lado e uns poucos senhores do outro? Onde saúde, educação, habitação e participação sejam acessíveis a todos?¹⁰⁴

Segundo Ricoeur¹⁰⁵, em uma sociedade justa, a diferença de qualidade nas coisas que temos a partilhar perde-se de vista no processo de distribuição. Rawls¹⁰⁶ também compartilha do pensamento de Ricoeur quando diz: “*se todos os bens primários sociais são distribuídos igualmente, todos têm direitos e deveres semelhantes, e a renda e a riqueza são partilhadas de modo imparcial*”.¹⁰⁷

[...] A diversidade das coisas a partilhar desaparece no processo de distribuição. Perde-se de vista a diferença qualitativa entre as coisas a partilhar, numa enumeração que põe no mesmo nível rendimentos e patrimônios, posições de responsabilidade e de autoridade, honras e desonras. [...] Constituem ‘esferas’ distintas de justiça as regras que decidem sobre as condições da cidadania; as que se referem à segurança e ao bem-estar; as que têm por referência a ideia de mercadoria, isto é, a noção daquilo que, por sua natureza de bem, pode ser ou não comparado ou vendido; as que regulamentam a atribuição dos empregos, das posições de autoridade e de responsabilidade sobre bases diferentes da herança ou das relações pessoais. [...].¹⁰⁸

Segundo Pegoraro¹⁰⁹, a ética na sociedade consiste na prática da justiça. Mas, a prática da justiça postulada numa fundamentação filosófica que está acenada em três proposições.

[...] A primeira afirma que o ser humano, consciente e livre, é o único ser que escolhe e decide seus comportamentos. O ser humano é a única natureza que se autodetermina e assume a responsabilidade de realizar-se e perder-se. [...]. A segunda proposição sustenta que o ser humano decide sobre todos os comportamentos: estritamente subjetivos e os comportamentos que o relacionam com os outros; ele é responsável pela ética privada e pública. Estas duas proposições se esclarecem na terceira. Se tomarmos como referência a filosofia clássica, a ética consiste na prática das virtudes morais que aperfeiçoam as subjetividades e que são englobadas na virtude da justiça, a qual preside as relações com os demais seres humanos. [...]. De fato,

¹⁰⁴ Ricoeur, op. cit., 1995, p. 103.

¹⁰⁵ Ibid.

¹⁰⁶ Rawls, op. cit.

¹⁰⁷ Ibid. p. 66-67.

¹⁰⁸ Ricoeur, loc.cit., p. 172.

¹⁰⁹ Pegoraro, op. cit.

ninguém é virtuoso para si, mas em relação aos outros. Neste sentido a ética é pessoal (privada) e coletiva (pública) ao mesmo tempo.¹¹⁰

Para Hannah Arendt¹¹¹, no que diz respeito, “às esferas pública e privada, ela diz que a vida humana quando empenhada na atividade de fazer algo, tem suas raízes no mundo dos homens ou das coisas feitas por eles”.

As coisas e os homens constituem o ambiente de cada uma das atividades humanas, que não teriam sentido sem tal localização; e no entanto, este ambiente, o mundo ao qual viemos, não existiria sem atividade humana que o produziu, como no caso de coisas fabricadas [...]. Nenhuma vida humana, nem mesmo a vida do eremita em meio à natureza selvagem, é possível sem um mundo que, direta ou indiretamente, testemunhe a presença de outros seres humanos. Todas as atividades humanas são condicionadas pelo fato de que todos vivem juntos; mas a ação é a única que não pode sequer ser imaginada fora da sociedade dos homens. [...]. Só a ação é prerrogativa exclusiva do homem; nem um animal nem um deus é capaz de ação, é só a ação que depende inteiramente da constante presença de outros.¹¹²

Na sociedade brasileira nesta última década temos presenciado muita teoria e pouca prática. Os brasileiros esperam que as questões éticas na sociedade tenham seu propósito comum, tanto na vida pública quanto na vida privada. Pois, a ética se preocupa tanto com o bem da comunidade quanto o bem de cada pessoa, porque fica impossível falar de uma comunidade com harmonia que não seja constituída de pessoas que vivam harmoniosamente consigo e com o próximo.

E, para a ética só podemos ser bons e atingirmos objetivos bons à medida que o bem é materializado na convivência com pessoas livres, nossos companheiros na sociedade. O conceito de justiça também está relacionado com o bem social, assim como a ética, e chegamos a essa finalidade de várias formas. Conforme elucidada Chalita:

[...], a justiça social é promovida pelas leis, que determinam as condutas individuais e grupais da comunidade e definem, assim, o que é justo e o que é injusto. Embora possamos dizer que o objetivo de todas as leis seja estabelecer uma convivência equilibrada e igualitária entre todas as pessoas, o bem (e a justiça) que elas podem promover não ocupa o mesmo lugar do bem e da justiça na ética. O próprio fato de existirem violações das leis –

¹¹⁰ Pegoraro, op. cit. p. 109-110.

¹¹¹ H. Arendt. A condição humana. 1997. p. 31.

¹¹² Ibid.

sempre, com maior ou menor frequência e gravidade – indica que a justiça não deve ser entendida somente como um conjunto de leis perfeitas, cumpridas perfeitamente. Em certo sentido, as leis definem a justiça, pois enunciam o que é bom e mau, o que é certo e errado, o que é justo e injusto; o ideal seria que a justiça definisse as leis e não o contrário. [...].¹¹³

Para Cortina¹¹⁴, não bastam às normas jurídicas para que uma sociedade seja justa, sem entender à dimensão moral das pessoas, fica impossível, pelas seguintes razões:

- 1- As leis jurídicas nem sempre protegem suficientemente todos os direitos que são reconhecidos por uma moral cívica.
- 2- Às vezes, elas exigem comportamentos que não parecem justos aos que se sabem obrigados por elas.
- 3- As reformas legais são lentas, e uma sociedade nem sempre pode esperar que uma forma de atuação esteja contemplada em lei para considerá-la correta. Por isso, muitas vezes a ética se antecipa ao direito.
- 4- Por outro lado, esse tipo de lei não contempla certos casos particulares que, no entanto, requerem consideração.
- 5- O ato de “juridicizar” é próprio das sociedades em que a liberdade é escassa. Nas sociedades mais livres, a necessidade de regulação legal é menor porque os cidadãos agem corretamente.
- 6- Embora aparentemente as normas jurídicas que protegem direitos fundamentais garantam essa proteção em maior medida que as normas morais, ou seja, embora pareçam mais eficazes, o certo é que sua capacidade protetora é muito limitada. As leis podem ser eludidas, manipuladas e tergiversadas – principalmente pelos poderosos. Por isso, creio que só a convicção das pessoas de que vale a pena respeitar os direitos pode garantir que eles sejam efetivamente respeitados. Tomando emprestado o célebre *slogan* “uma imagem vale mais que mil palavras”, poderíamos dizer que **uma convicção moral vale mais que mil leis**.¹¹⁵ (grifo da autora).

No Brasil, existem tantas brechas nas leis que as pessoas não acreditam mais nelas e, portanto não as respeitam. Por isso, a justiça brasileira está desacreditada. É comum escutarmos as pessoas proferirem que “*vivemos em um País sem lei ou não existe justiça neste País*” (N. da A.).

O filósofo Ricoeur¹¹⁶ utiliza bastante a palavra “justo” entre o “bom” e o “legal”. Mas, aтем-se em delinear a ampla polissemia do termo “justo”, o momento reflexivo dessa prática pode ser considerada a ideia de justiça.

¹¹³ G. Chalita. Os dez mandamentos da ética. 2003. p. 109-110.

¹¹⁴ Cortina, op. cit.

¹¹⁵ Ibid. p. 37.

¹¹⁶ Ricoeur, op. cit., 1955.

É preciso dizer de início que as duas vias que vamos explorar não esgotam as fontes do que se pode chamar de “ideia de justiça”. [...] Nossa ideia de justiça é, pois, duplamente reflexiva: de um lado, com relação à prática social que ela rege; de outro, com relação à sua origem quase imemorial. Como anunciei a pouco, duas vias se abrem a esta, que conduzem a duas concepções rivais da justiça e eu gostaria de mostrar que sua oposição não é invenção de filósofo, mas constitutiva na própria ideia de justiça. O predicado “justo” parece, com efeito, alternativamente atraído, como sugere o título da minha lição, para o lado do “bom” e para o lado do “legal”. Que significa essa posição? Ela marca a fraqueza de um conceito ou, ao contrário, constitui a sua estrutura dialética que deve ser respeitada? Segundo essa segunda interpretação, que será a minha, a dialética do “bom” e do “legal” seria inerente ao papel de ideia reguladora, que pode ser atribuído à ideia que nela se reflete. [...].¹¹⁷

Muito interessante essa dualidade de sentidos que pode revestir, isto é, o moral e o jurídico. Paul Ricoeur¹¹⁸ coloca de um lado a justiça como uma virtude para orientar a ação humana, do outro há uma ausência de consenso daquilo que seja verdadeiro, sendo atingido pela incerteza.

Com efeito, situada sob o signo do bem, a justiça anuncia-se como uma das virtudes, no sentido que os gregos deram à palavra *areté*, que poderíamos traduzir por “excelência” e que os latinos traduziram por *virtus*. Considerar a justiça como uma virtude, ao lado da prudência, da temperança, da coragem [...], é admitir que ela contribui para orientar a ação humana para um cumprimento, uma perfeição, da qual a noção popular da felicidade dá uma ideia aproximada. [...] Mas vemos logo em seguida o que essa concepção comporta, ao mesmo tempo, de sedutor ou de perturbador. De um lado, a ação humana recebe um sentido dessa intenção, quero dizer, não só uma significação, mas uma direção, sugerido pela palavra “sentido”; de outro, a ausência de consenso sobre o que constitui verdadeira e absolutamente o Bem faz com que a significação ligada ao predicado “bom” seja atingida pela incerteza [...] A justiça sempre constituiu um capítulo à parte nos tratados das virtudes, em razão de um traço particular anunciador da inversão que conduz do ponto de vista teleológico ao ponto de vista deontológico, que fará prevalecer as ideias de obrigação e dever, e a ideia correlativa de direito. [...] É sob o impulso da filosofia kantiana que a teoria da justiça passou para o lado deontológico, vale dizer, uma concepção na qual todas as relações morais, jurídicas e políticas são postas sob a ideia de legalidade, de conformidade com a lei. Mas essa concepção está longe de ser homogênea. [...] Quanto [...], a conformidade com a lei significa conformidade com as leis surgidas da atividade legislativa do corpo político.¹¹⁹

Portanto, não existe regra que não podemos mudá-la para classificarmos no universo, as exigências estimáveis iguais as da segurança, da liberdade, da legalidade,

¹¹⁷ Ricoeur, op. cit., 1955. 1995. p. 90-91.

¹¹⁸ Ibid.

¹¹⁹ Ibid. p. 91-96.

da solidariedade, enfim, que de algum modo originam as prioridades. Sabe-se que a lei é deficiente quando universaliza algo para casos específicos. A equidade no sentido da justiça atravessa conflitos provocados pela própria aplicação da regra da justiça.

O próprio Paul Ricoeur dá um tratamento especial à justiça, após ter verificado quase uma carência de estudos a respeito da mesma no campo da Filosofia Contemporânea. Instrumentalizado com o domínio da fenomenologia hermenêutica, nos mostra como aparece na prática social.

[...], chamei de “justiça como prática social”, a saber, os *argumentos* da justiça (que nomeei em seguida às circunstâncias e aos canais da justiça). [...], o discurso da justiça está em ação no debate público relativamente à ordem de prioridade a estabelecer entre os bens sociais primários e os valores subjacentes a esses bens. De outro lado, todo o procedimento judiciário, da lei à pronúncia da sentença através do processo, não é mais que um longo discurso. [...]. Antes de constringir, a sentença visa a *pronunciar o direito*, isto é, a situar as partes no seu justo lugar; esse é, sem dúvida, o sentido mais importante que se deve atribuir ao *juízo*, tal como é dirigido a uma circunstância particular; e, se assim é, é porque o julgamento conclui provisoriamente a parte viva do *processo*, que não é mais que uma *troca regrada de argumentos*, vale dizer, de razões *pro* ou *contra*, supostas como plausíveis e dignas de ser consideradas pela outra parte. Tomado sob esse ângulo, o processo é um segmento de uma atividade comunicativa de uma sociedade, o confronto de argumentos diante de um tribunal constituindo um caso admirável do uso dialógico da linguagem. [...], esse uso tem sua lógica e sua ética, uma inseparável da outra.¹²⁰

A justiça, para Pegoraro¹²¹, é a primogênita no quesito virtude das instituições sociais, do mesmo modo que a verdade é para os sistemas de pensamento. Os princípios da justiça servem de regras para uma sociedade bem ordenada, onde seus cidadãos atuem com justiça e contribuam para manterem as instituições justas. A justiça faz menção ao comportamento humano, estabelece a ponte entre as pessoas, sustenta as instituições e é a base concreta de todo julgamento.

Aqui a ética concentra-se na prática das virtudes morais que aperfeiçoam a subjetividade humana. Pelo esforço e pelo constante exercício, o homem se torna forte, temperante, ativo e acolhedor. Mas estas virtudes da subjetividade encontram seu pleno desdobramento e significado na virtude da coletividade que é a justiça. A virtude moral da justiça confere a todas as

¹²⁰ Ricoeur, op. cit., p. 106-107.

¹²¹ Pegoraro, op. cit.

outras um significado social e público. [...]. Somente na convivência social justa o homem chega à perfeição de si mesmo.¹²²

Nesse caso, a justiça é a virtude total, pois prescreve a obediência às leis e o respeito à equidade entre os cidadãos. Como qualidade moral do indivíduo e virtude da cidadania – a justiça – é a excelência principal que une excelência pessoal e política. E, a vida ética consiste na prática da justiça na comunidade.

Portanto, nesse sentido a justiça não é uma parte da virtude, mas a virtude inteira; nem seu contrário, a injustiça, é uma parte do vício, mas o vício inteiro. O que dissemos torna evidente a diferença entre a virtude e a justiça nesse sentido: são elas a mesma coisa, mas sua essência não é a mesma. Aquilo que é justiça praticada em relação ao próximo, como uma determinada disposição de caráter e em si mesmo, é virtude.¹²³

O ponto de convergência dos tratados da Ética e da Política – é a justiça. A moralidade da vida política tem seu sólido fundamento quando recebe as virtudes morais da justiça, no seu significado social. Dessa forma, a sociedade brasileira deve ser impregnada pelo senso de justiça, de igualdade de oportunidades e de liberdade, colocando o desenvolvimento da pessoa humana e das comunidades em primeiro lugar como diz Pegoraro¹²⁴. Pois, segundo Rawls:

O exercício da justiça deveria pressupor, por conseguinte, a participação dos integrantes de determinado grupo social na constituição de acordos que vão estabelecer e decidir regras que vão nortear suas reivindicações.¹²⁵

A vida em sociedade só é aceitável porque as pessoas usam a mesma linguagem, são julgadas por determinadas leis comuns, além de possuir uma história e alguns costumes em comuns que fazem com que se sintam pertencentes a um grupo social. O importante é perceber que o que é de cada um, o comum e o que é compartilhado por todos – o individual não está separado. Pelo contrário, é nesse processo que se formam as relações que se constituem conforme as reações perante àquelas situações que se

¹²² Pegoraro, op. cit. p. 102-103.

¹²³ Aristóteles, op. cit., 106

¹²⁴ Pegoraro, op. cit.

¹²⁵ Rawls, op. cit., p. 83.

enfrenta no cotidiano. Cada pessoa reage a seu modo, umas são mais passivas, outras mais ativas, mas, é nesse processo que se constrói a sociedade em que se vive.

A Ética, a Política Social e a Justiça Social são essenciais para que possamos fazer uma sociedade mais justa, no que diz respeito, às virtudes morais, no seu significado social. Sem ética não existe política e a política não existe sem a ética. E, o ponto unificador entre ética e política, chama-se Justiça.

1.5 Dimensões conceituais das políticas públicas

Entende-se por políticas públicas, as diretrizes e princípios norteadores de ação do poder público, formuladas em documentos que geralmente envolvem aplicações de recursos públicos¹²⁶. Cristovam¹²⁷ define da seguinte maneira:

As políticas públicas podem ser entendidas como o conjunto de planos e programas de ação governamental voltados à intervenção no domínio social, por meio dos quais são traçadas as diretrizes e metas a serem fomentadas pelo Estado, sobretudo na implementação dos objetivos e direitos fundamentais dispostos na Constituição.

Fazendo uma distinção entre políticas públicas e políticas de governo, Carvalho Filho¹²⁸ explica:

Políticas públicas, por conseguinte, são as diretrizes, estratégias, prioridades e ações que constituem as metas perseguidas pelos órgãos públicos, em resposta às demandas políticas, sociais e econômicas e para atender aos anseios oriundos das coletividades. Vale a pena explicar o conceito. Diretrizes são os pontos básicos dos quais se originara a atuação dos órgãos; estratégias correspondem ao *modus faciendi*, isto é, aos meios mais convenientes e adequados para a consecução das metas; prioridades são as metas obtidas mediante processo de opção ou escolha, cuja execução antecederá à exigida para outros objetivos; e ações constituem a efetiva atuação dos órgãos para alcançar seus fins. As metas constituem os objetivos a serem alcançados: decorrem, na verdade, das propostas que nortearam a fixação das diretrizes. Por fim, temos os elementos mobilizadores, ou seja, as causas responsáveis pelas políticas públicas. De um lado, as demandas

¹²⁶ E. C. Teixeira. O papel das políticas públicas no desenvolvimento local e na transformação da realidade. 2002. [Consult. Jun 2013] Disponível na internet: <http://www.dhnet.org.br/dados/cursos/aatr2/a_pdf/03_aatr_pp_papel.pdf>.

¹²⁷ J. S. Silva Cristovam. Breves considerações sobre o conceito de políticas públicas e seu controle jurisdicional. 2005. p. 8.

¹²⁸ J. S. Carvalho Filho. Políticas Públicas e pretensões judiciais determinativa. 2008, p. 110-111.

sociais, políticas e econômicas, representando os fatos que, em determinado lugar e tempo, rendem ensejo à perseguição de metas específicas. De outro, os anseios das coletividades, que é o que resulta das vontades coletivas, vale dizer, os resultados que, efetivamente, podem causar satisfação às pessoas em geral.

A adoção de políticas públicas é um demonstrativo de que o poder público está exercendo sua função sendo necessário o envolvimento de vários atores sociais para que se possa ter eficácia nas ações. Teixeira¹²⁹, sobre elaboração de políticas públicas, diz que:

Definir quem decide o quê, quando, com que consequências e para quem. São definições relacionadas com a natureza do regime político em que se vive, com o grau de organização da sociedade civil e com a cultura política vigente.

Com isso a função o maior objetivo das políticas públicas é promover resultados de questões que envolvem o interesse público devendo por isso ser transparente e elaborada em espaços públicos.

Entende-se que qualquer ação de política pública em prol da igualdade social entre escolas públicas e privadas é válida, pois a educação é direito de qualquer cidadão e é um dever do Estado realizar ações para a sua promoção, assim como, a saúde é um direito básico a todo cidadão de sobrevivência e qualidade de vida.

1.6 Implicações das políticas públicas para o envelhecimento

O envelhecimento pode ser visto como um fenômeno individual e social, assim, deve ser discutido considerando o contexto histórico-estrutural que o envolve, sabendo-se que vivemos em um país capitalista, tal contexto é marcado pelo conflito entre acumulação e distribuição e pela contradição entre capital e trabalho. O homem passou a vender sua força de trabalho ao mercado capitalista, sendo dessa venda retirada uma porcentagem que é direcionada ao Estado, supostamente para ser revertida em favor de seu bem estar, sendo aplicados na saúde, educação, acessibilidade em programas sociais, dentre outros.

¹²⁹ Teixeira, op. cit., p. 2.

Marx acreditava que a base da sociedade é a produção econômica, sobre a qual se ergue uma superestrutura, um Estado e as ideias econômicas, sociais, políticas, morais, filosóficas e artísticas. Marx almejava a inversão da pirâmide social, colocando no poder a maioria, os proletários, que seria a única força capaz de destruir a sociedade capitalista e construir uma nova sociedade, socialista. Para ele, os trabalhadores estariam dominados pela ideologia da classe dominante, as ideias que eles possuem do mundo e da sociedade seriam as mesmas que a burguesia espalha¹³⁰ (MARX apud MILIBAND, 1979).

O capitalismo seria atingido por crises econômicas porque ele se tornou a barreira para que as forças produtivas se desenvolvessem. Seria um absurdo que a humanidade inteira se dedicasse a trabalhar e a produzir subordinada a grandes empresários. A economia do futuro que associaria todos os homens e povos do planeta, só poderia ser uma produção controlada por todos os homens e povos¹³¹ (MARX apud MILIBAND, 1979).

Para Marx, quanto mais o mundo se unifica economicamente mais ele necessita de socialismo. Não basta existir uma crise econômica para que haja uma revolução. A luta do proletariado do capitalismo não deveria se limitar à luta dos sindicatos por melhores salários e condições de vida. Ela deveria também ser a luta ideológica para que o socialismo fosse conhecido pelos trabalhadores e assumido como luta política pela tomada do poder¹³² (MARX apud MILIBAND, 1979).

Quanto à parcela retirada do valor de trabalho do homem, Marx chama de mais-valia. A mais-valia é constituída pela diferença entre o preço pelo qual o empresário compra a força de trabalho (6 horas) e o preço pelo qual ele vende o resultado (10 horas, por exemplo). Desse modo, quanto menor o preço pago ao operário e quanto maior a duração da jornada de trabalho, tanto maior o lucro empresarial¹³³ (MARX, 1980).

¹³⁰ Apud R. Miliband. *Marxismo e política*. 1979.

¹³¹ *Ibid.*

¹³² *Ibid.*

¹³³ K. Marx. *O Capital*. 1980.

No capitalismo moderno, com a redução progressiva da jornada de trabalho, o lucro empresarial seria sustentado através do que se denomina mais-valia relativa (em oposição à primeira forma, chamada mais-valia absoluta), que consiste em aumentar a produtividade do trabalho, através da racionalização e aperfeiçoamento tecnológico, mas ainda assim não deixa de ser o sistema semi-escravista, pois o operário cada vez se empobrece mais, quando produz mais riquezas, o que faz com que ele se torne uma mercadoria mais vil do que as mercadorias por ele criadas¹³⁴ (MARX, 1980).

A citação aos pensamentos de Karl Marx acerca da produção capitalista e o trabalhador visou aqui destacar o dever do Estado em proporcionar o bem estar social de todos os cidadãos, visto ser retirada uma porcentagem do valor pago ao trabalhador, os chamados impostos, para que tenha condições de viver em sociedade, mesmo, assim, ainda tem tais condições precárias.

Segundo a concepção marxista da luta de classes, haveria uma permanente força entre poderosos e fracos, opressores e oprimidos, tornando a história da humanidade uma constante luta de classes. As classes seriam etapas consecutivas de um processo único, mesmo com a clara diversidade entre elas, tendo em vista a escravidão, a servidão e o capitalismo. De acordo com Engels:

Todas as lutas históricas quer se desenvolvam no terreno político, no religioso, no filosófico ou noutro terreno ideológico qualquer, não são, na realidade, mais do que a expressão mais ou menos clara de lutas de classes sociais¹³⁵.

Corroborando com o autor, a luta de classes é um fenômeno regido por leis sociais que é um resultado necessário de determinadas condições econômicas, sociais e históricas. De fato, sempre houve divisão da sociedade em classes, onde o homem pertence às classes de exploradores ou de explorados. Para Marx¹³⁶:

¹³⁴ K. Marx. O Capital. 1980.

¹³⁵ F. Engels. Prefácio à terceira edição alemã de O 18 de Brumário de Louis Bonaparte. 1982. p. 416.

¹³⁶ Marx, op. cit, 2004, p. 71.

[...] Uma classe oprimida é a condição vital de toda sociedade fundada no antagonismo entre classes. A libertação da classe oprimida implica, pois, necessariamente, a criação de uma sociedade nova. Para que a classe oprimida possa libertar-se, é preciso que os poderes produtivos já adquiridos e as relações sociais existentes não possam mais existir uns ao lado de outras. De todos os instrumentos de produção, o maior poder produtivo é a classe revolucionária mesma. A organização dos elementos revolucionários como classe supõe a existência de todas as forças produtivas que poderiam se engendrar no seio da sociedade antiga.

O autor afirma ainda que a história do homem é a história da luta de classes. Entre as classes de cada sociedade há uma luta constante por interesses opostos. Marx aponta a divisão social da apropriação dos meios de produção por um grupo de pessoas e outro grupo possuindo apenas a capacidade de trabalho¹³⁷ (MARX, 2004).

Marx tentou demonstrar que no capitalismo sempre haveria injustiça social, e que o único jeito de uma pessoa ficar rica e ampliar sua fortuna seria explorando os trabalhadores, ou seja, o capitalismo, sendo este selvagem, pois o operário produz mais para o seu patrão do que o seu próprio custo para a sociedade, apresentando-se, assim, como um regime econômico de exploração, sendo a mais-valia a lei fundamental do sistema.

A partir da leitura de Marx, percebe-se que existe contradição no capitalismo, que o grau de exploração da classe trabalhadora atinge um nível cada vez mais elevado, que o capitalismo não consegue encontrar uma solução para a crise estrutural que se estabeleceu no mundo. Não se pode negar que a compra e a venda da força de trabalho continua a ser a forma de dominação do capital sobre o trabalho.

No grupo dos idosos sente-se também a contradição do capitalismo na própria atenção social e a distribuição e acesso aos bens necessários à existência humana, percebendo-se o envelhecimento como um fenômeno vulnerável ao quadro de desigualdade imposto pelo modelo econômico vigente, devendo-se considerar que essa população, justamente, em decorrência dos efeitos biopsicossociais decorrentes do próprio envelhecimento, tornaram-se mais frágeis tanto social quanto economicamente.

¹³⁷ Marx, op. cit, 2004.

O envelhecimento é inevitável para todos os seres humanos. Segundo Marx, o capitalismo não consegue solucionar a crise estrutural estabelecida mundialmente. Por isso, Goldman, relata acerca das dificuldades enfrentadas pela população na atual conjuntura econômica que:

A conjuntura dos primeiros anos do terceiro milênio aponta para o aprofundamento do modelo neoliberal, para a mundialização da economia e para a intensificação do arsenal tecnológico e das transformações do mundo do trabalho, dentre outras. As transformações conjunturais se refletem em todas as gerações, mas é o segmento idoso o que mais sofre as mazelas decorrentes da crise resultante do Estado Mínimo [...]. [Nesse contexto] as desigualdades sociais tornam-se mais visíveis quando os trabalhadores alcançam a etapa da aposentadoria. Muitos trabalhadores aposentados [...] não conseguem sobreviver com seus benefícios, tornando comum o reingresso no mercado de trabalho (formal e/ou principalmente informal), quase sempre sob a forma de subemprego. [...]. [Além disso,] a população que chega a alcançar a idade mais elevada encontra dificuldades de se adaptar às condições de vida atuais, pois além das limitações físicas, psíquicas, sociais e culturais decorrentes do envelhecimento, sente-se relegada a um plano secundário no mercado de trabalho, no seio da família e na sociedade em geral. [...] o idoso [ainda] se depara com problema de rejeição da auto-imagem e tende a assumir como verdadeiros os valores da sociedade que o marginaliza [...]. A marginalização dos idosos parece mais gravemente evidenciada no modo de produção capitalista, em sociedades que atingiram grau de urbanização e industrialização e requerem um contingente de trabalho produtivo, jovem e dinâmico.

Ainda destacando-se sobre a vulnerabilidade da pessoa idosa, destaca-se a opinião de Huechuan e Morlachetti¹³⁸ que mencionam tal vulnerabilidade a nível de América Latina como associada à desigualdade na distribuição dos recursos gerados pelo processo de desenvolvimento econômico. Segundo os autores existe descaso e negligência das instituições em relação aos idosos, bem como ausência de políticas públicas eficientes.

Considerando as contradições do capitalismo e a vulnerabilidade social que ele favorece, tem-se, por outro lado, que o progresso econômico necessita do desenvolvimento social, só sendo possível através dele, necessitando, portanto, da intervenção do Estado para os menos favorecidos, sendo daí que emergem os chamados direitos sociais, efetivados por meio de políticas sociais elaboradas pelo Estado, se

¹³⁸ S. Huenchuan; A. Morlachetti. Análises de los instrumentos internacionales y nacionales de derechos humanos de las personas mayores. 2006.

configurando como um sistema de garantias legais que visam a promoção e garantia de tais direitos. Cardoso Jr. e Jaccoud¹³⁹ sobre esse sistema afirma que ele:

Responde, de um lado, à emergência dos conflitos sociais gerados nas economias capitalistas e, de outro, às demandas por igualdade gestadas num contexto de lutas pela democracia. Os conflitos sociais associados ao processo de industrialização das sociedades modernas impulsionaram o estado a intervir e a instituir certas garantias na medida em que ampliou-se o reconhecimento da incapacidade da esfera econômica para suprir, via mercado, um conjunto de necessidades consideradas socialmente relevantes.

Vale destacar aqui as palavras de Draibe¹⁴⁰ que fazem menção às políticas sociais como uma onda trazida pela globalização:

Os países latino-americanos, com poucas exceções, arrastaram até os tempos atuais padrões inaceitáveis de desigualdades e pobreza que, sob a onda transformadora da globalização, foram expostos aos novos e fortes mecanismos que reforçam a diferenciação, que aumentam a desigualdade e ampliam a exclusão social.

Em oposição, Oppenheim¹⁴¹ menciona acerca da dialética da política social, afirmando que, embora, existam “*necessidades fundamentais que são substancialmente idênticas, há outras, peculiares de um segmento ou de uma determinada sociedade ou comunidade*”. Dessa forma, as políticas sociais funcionam como instrumento de concretização dos direitos sociais, estando comprometidas com essa dialogia e com a igualdade social. Sobre a necessidade de igualdade social, Sposati¹⁴² disserta que:

O reconhecimento e a efetivação, com igualdade, dos direitos da população, sem restringir o acesso a eles nem estigmatizar as diferenças que conformam os diversos segmentos que a compõem. Assim, equidade é entendida como possibilidade das diferenças serem manifestadas e respeitadas, sem discriminação; condição que favoreça o combate das práticas de subordinação ou de preconceito em relação às diferenças de gênero, políticas, étnicas, religiosas, culturais, de minorias etc.

¹³⁹ J. C. Cardoso Jr.; L. Jaccoud. Políticas sociais no Brasil. 2005. p. 184.

¹⁴⁰ S. M. Draibe. Uma nova institucionalidade das políticas sociais? 1997. p. 11.

¹⁴¹ F. E. Oppenheim. Igualdade [verbetes] – In: Dicionário de Política. 2004. p. 25.

¹⁴² A. Sposati. Mapa da exclusão/inclusão social. 2002, p. 1. [Consult. Mai 2013] Disponível na internet: <<http://www.comciencia.br/reportagens/publicas/p10.htm>>.

Cabe aqui destacar o princípio da igualdade. O princípio da igualdade está determinado no Art. 150, inc. II da CF de 1988 veda o tratamento desigual entre os contribuintes que estão em situação equivalente, priorizando a isonomia constitucional, desta forma, por este princípio todos são iguais perante a lei, de forma que a tributação atinja a todos os contribuintes que se encontram em situação equivalentes. A igualdade recomendada, no sentido jurídico, é a igualdade perante a lei, de acordo com o Art. 5º da CF:

Todos são iguais perante a lei, sem distinção de qualquer natureza, garantindo-se aos brasileiros e aos estrangeiros residentes no País a inviolabilidade do direito à vida, à liberdade, à igualdade, à segurança e à propriedade, nos termos seguintes: I – homens e mulheres são iguais em direitos e obrigações, nos termos desta Constituição¹⁴³.

E, ainda, o Art. 150, inciso II, da CF, prevê expressamente o princípio da igualdade:

Sem prejuízo de outras garantias asseguradas ao contribuinte, é vedado à União, aos Estados, ao Distrito Federal e aos Municípios: [...] II – instituir tratamento desigual entre contribuintes que se encontram em situação equivalente, proibida qualquer distinção em razão da ocupação profissional ou função por eles exercida, independentemente da denominação jurídica dos rendimentos, títulos ou direitos¹⁴⁴.

A isonomia perante a lei é um princípio universal de justiça, desta forma, as consequências da lei devem ser sempre as mesmas, independente da pessoa que esteja envolvida.

Considerando os idosos, é necessário destacar que essa população, em decorrência da vulnerabilidade trazida pela própria idade, necessitam de demandas diferenciadas no que concerne ao caráter social e político, que proporcionem à essa população exercer sua cidadania de forma ativa.

¹⁴³ Brasil. Constituição Federal de 1988.

¹⁴⁴ Ibid.

1.7 O diálogo entre países para formação da agenda social para o idoso

Antes do ano de 1977, o debate internacional acerca do envelhecimento não possuía uma visibilidade central, porém neste ano o ECOSOC – Conselho Econômico e Social adotou a Resolução 32/132 convocando países membros para uma Assembléia Geral da ONU¹⁴⁵ (MRE, 2013).

A primeira Assembléia Mundial sobre Envelhecimento foi realizada em Viena na Áustria em 1982 na qual foram discutidos tópicos como educação, saúde, nutrição, trabalho, bem-estar, moradia, meio ambiente, seguridade social, proteção¹⁴⁶ (CAMARANO; PASINATO, 2004).

Esta Assembléia resultou no primeiro PIA – Plano Internacional de Ação com os seguintes objetivos¹⁴⁷ (PESSOA, 2009).

a) fomentar a compreensão nacional e internacional das consequências econômicas, sociais e culturais do envelhecimento populacional no processo de desenvolvimento; b) promover a compreensão nacional e internacional das questões humanitárias e de desenvolvimento relacionadas com o envelhecimento; c) propor e estimular políticas e programas destinados a garantir a segurança social e econômica das pessoas idosas, bem como dar-lhes oportunidades de contribuir com o desenvolvimento e compartilhar seus benefícios; d) apresentar alternativas e opções de política compatíveis com os valores e metas nacionais, bem como com os princípios reconhecidos internacionalmente a respeito do envelhecimento populacional e as necessidades das próprias pessoas idosas; e, por último, e) estimular o desenvolvimento de propostas de ensino, capacitação e investigação adequados para lidar com o envelhecimento da população mundial e fomentar o intercâmbio internacional de atitudes e conhecimentos nesta esfera.

Foi por meio dessa Assembléia e Plano que o envelhecimento foi inserido na agenda internacional para que fossem discutidas políticas públicas em benefício da

¹⁴⁵ MINISTÉRIO DAS RELAÇÕES EXTERIORES (MRE). Relatório Nacional Brasileiro sobre o Envelhecimento da População Brasileira. [Consult. Mai 2013] Disponível na internet: <www2.mre.gov.br/relatorio_envelhecimento.doc>.

¹⁴⁶ A. A. Camarano; M. T. Pasinato. O envelhecimento populacional na Agendas das políticas públicas. 2004. p. 253-292.

¹⁴⁷ I. L. Pessoa. Envelhecimento na agenda da política social brasileira. 2009. p. 139.

pessoa idosa, buscando a promoção da independência, autonomia física e financeira¹⁴⁸ (CAMARANO; PASINATO, 2004).

Observou-se uma espécie de luta ético-ideológica recorrente na formação das agendas das políticas sociais para a população idosa e que pode ser percebida na polarização do debate político entre os que acreditam ser o envelhecimento da população uma “ameaça ao futuro das economias e da democracia” e dos que consideram este fato como um aspecto que contribui para o desenvolvimento social e econômico.¹⁴⁹

Em 1991, a ONU por meio da Resolução 46/91 se atentou para a realidade socioeconômica da população idosa, adotando princípios que orientassem para a elaboração de políticas públicas para o idoso. Foram estes os princípios:

- 1) *independência*, que significa que as pessoas idosas devem: ter acesso aos bens e serviços indispensáveis à satisfação de suas necessidades básicas, por meio do apoio de suas família, da comunidade ou de sua própria autossuficiência; ter oportunidade de trabalho e outros meios para obter renda; ter liberdade para determinar e decidir quanto à sua participação no mercado de trabalho; ter acesso a programas de educação e formação adequados; ter possibilidade de viver em ambientes seguros e adaptados às suas condições e preferências; poder residir em seu próprio domicílio o maior tempo possível;
- 2) *participação*, que significa que as pessoas idosas devem: permanecer integrados à sociedade, participando ativamente da formulação e implementação das políticas públicas que afetam seu bem estar e ter oportunidade de compartilhar seus conhecimento e habilidades com os demais grupos etários;
- 3) *cuidados*, que baseia-se na ideia de que as pessoas idosas devem: poder desfrutar do cuidado e proteção da família e da comunidade em conformidade com o sistema de valores de cada sociedade; ter acesso aos serviços de saúde que as ajude a manter seu bem estar físico e emocional, assim como prevenir ou retardar enfermidades; ter acesso a serviços sociais e jurídicos que assegurem maior nível de autonomia, proteção e cuidado; ter acesso a meios apropriados de atenção institucional que lhes proporcione proteção, reabilitação e estímulo social e mental e, portanto, que ofereçam um entorno humano e seguro; poder desfrutar de seus direitos humanos e liberdades fundamentais mesmo quando institucionalizados. Isso significa que as instituições devem oferecer aos idosos institucionalizados tratamento e cuidado respeitando sua dignidade, crenças, necessidades e intimidades, assim como respeitar seu direito de tomar e participar das decisões sobre atenção, cuidado e qualidade de vida;
- 4) *realização pessoal*, que significa que as pessoas idosas devem ter condições de aproveitar as oportunidades para desenvolver plenamente suas potencialidade e ter acesso aos recursos educativos, culturais, espirituais e recreativos da sociedade.
- 5) *dignidade*, significa que as pessoas idosas têm direito de viver livre de qualquer tipo de exploração, violência e maus-tratos, bem como receber

¹⁴⁸ A. A. Camarano; M. T. Pasinato, op. cit.

¹⁴⁹ Ibid. 2004, p. 256-257.

tratamento digno independente de idade, cor, raça, sexo, condição de dependência e ser valorizado independentemente de sua contribuição econômica.

No ano seguinte a ONU proclamou o ano de 1999 como o Ano Internacional da Pessoa Idosa, com o lema “*uma sociedade para todas as idades*” visando destacar o desenvolvimento individual do idoso, as relações entre gerações, a relação entre o desenvolvimento das sociedades e do idoso e a situação social do idoso¹⁵⁰ (PESSOA, 2009).

A segunda Assembléia Mundial sobre o Envelhecimento foi realizada no ano de 2002 em Madri, na Espanha objetivando mostrar que o envelhecimento é uma realidade mundial e por isso deveriam ser desenvolvidas recomendações divididas em três eixos.¹⁵¹ (ANNAN, 2003).

O primeiro eixo chamado *pessoas idosas e o desenvolvimento* recomenda que o idoso seja inserido no planejamento das políticas setoriais destacando o seu acesso ao mercado de trabalho, desenvolvimento rural, migração e urbanização, educação e capacitação, solidariedade entre as gerações. O segundo eixo chamado *saúde e bem estar na velhice* atenta para o conceito de envelhecimento, manutenção de independência e capacidade funcional. O terceiro eixo denominado *criação de ambiente propício e favorável* buscava despertar a atenção do governo para criação de ambientes que possibilitassem e mantivesse a inclusão social da pessoa idosa. (ANNAN, 2003).

Além das Assembléias Mundiais sobre o Envelhecimento, foram realizados o Fórum Mundial das ONG's, o Fórum Científico Internacional e o Ciclo de Diálogos 2020. A partir do Fórum Mundial houve a proposta de se instituir uma Convenção da Pessoa Idosa pela ONU objetivando eliminar todas as formas de discriminação da pessoa idosa.

¹⁵⁰ I. L. Pessoa, op. cit.

¹⁵¹ K. Annan. Discursos do Sr. Kofi Annan, Secretário Geral das Nações Unidas. 2003.

O Fórum Científico por sua vez orientou acerca das prioridades de pesquisas sobre as políticas destinadas a pessoa idosa. Foram estabelecidos os seguintes aspectos:

- 1) eixo “pessoas idosas e o desenvolvimento” - abarca a necessidade de se investigar o processo de participação, a integração social a segurança econômica da população idosa, bem como as transformações e a evolução macrossocial das estruturas familiares, das trocas intergeracionais e os novos modelos de funcionamento familiar e institucional;
 - 2) eixo “saúde e bem-estar na velhice” - enfatiza os fatores que concorrem para o envelhecimento saudável; a Biomedicina, no que diz respeito aos mecanismos biológicos básicos e de enfermidades associadas à idade; a funcionalidade física e mental; e a qualidade de vida na velhice nas diferentes situações culturais, socioeconômicas e ambientais;
 - 3) eixo “criação de um entorno propício e favorável” - prioriza os sistema de assistência social e as mudanças na estrutura e função da família e da comunidade;
 - 4) e, por fim, chama atenção para o fomento e apoio às pesquisa sobre processo de implantação, implementação, formulação, avaliação, acompanhamento e monitoramento das políticas públicas destinadas à população idosa, apresentado um conjunto de prioridades e orientações metodológicas para a investigação.
- Em síntese, esse programa constitui verdadeira agenda de pesquisa e proposta de acompanhamento e monitoramento do Plano de Ação Internacional para o Envelhecimento.¹⁵²

Ainda, o Ciclo de Diálogos 2020 abordou o futuro do envelhecimento entre comunidade de especialistas e pesquisadores, de modo que ficaram garantidos os direitos humanos e a proteção social da pessoa idosa.

Destaca-se ainda o documento criado pela OMS chamado “envelhecimento ativo” na qual participaram de sua apreciação o Brasil e outros países. Tornou-se uma espécie de tratado, haja vista, os países somente poderiam custear o envelhecimento se houvesse uma implementação de políticas e programas de envelhecimento ativo que é definido pela OMS (2005, p. 14) como:

Um processo pelo qual se oportuniza ao máximo as condições de saúde, participação e segurança das pessoas, com o objetivo de melhorar a qualidade de vida à medida que elas envelhecem.¹⁵³

¹⁵² I. L. Pessoa, op. cit, p. 141.

¹⁵³ OMS - Organização Mundial de Saúde. Envelhecimento Ativo. 2005. p. 14.

Considera a OMS que o processo de envelhecimento ativo deve seguir os seguintes critérios:

1) as influências dos diferentes aspectos sobre o processo de envelhecimento, que são: os *determinantes considerados transversais*, ou seja, aqueles que perpassam todos os demais, como: a cultura, relacionada com o modo como as pessoas consideram, enxergam e lidam com a velhice e o gênero, dado o processo de feminização do envelhecimento e as transformações no papel desempenhado pela mulher na sociedade; e *os determinantes de cunho estrutural, econômicos e social*. Estes estão associados ao estabelecimento de políticas que proporcionem acesso ao conjunto de bens e serviços adequados ao bem-estar social da população (educação, saúde, trabalho, renda, entorno ambiental propício, entre outros); aos aspectos comportamentais (hábitos, estilos de vida e oportunidades de participação ativa nos atos da sociedade e do Estado); e aos fatores de origem pessoal (biologia e carga genética).¹⁵⁴

A OIT – Organização Internacional do Trabalho por sua vez, apresentou um documento denominado *uma sociedade inclusiva para uma população que envelhece: o desafio do emprego e proteção social*, apresentando a atenção e oportunidades que devem ter os idosos, defendendo a educação como um meio de atualizar e formar a pessoa idosa, combatendo assim a sua exclusão social.

1.8 Formação e institucionalização da agenda da política social brasileira para o idoso: perspectiva histórica

A questão do envelhecimento despertou atenção internacional de organizações internacionais que tiveram destaque nos discursos acerca do envelhecimento, com ênfase para o campo da saúde, na busca de um envelhecimento saudável e na luta pelo envelhecimento com direitos e dignidade¹⁵⁵ (GOLDMAN, 2004).

A partir da década de 80 houve uma maior valorização da pessoa idosa influenciando a Construção da Primeira Constituição Cidadã, no ano de 1988 dispendo sobre a proteção jurídica do idoso, impondo o amparo à família¹⁵⁶ (UVO; ZANATTA, 2005).

¹⁵⁴ OMS - Organização Mundial de Saúde. Envelhecimento Ativo. 2005. p. 15.

¹⁵⁵ S. N. Goldman. As dimensões sociopolíticas do envelhecimento. 2004. p. 61-81.

¹⁵⁶ R. T. Uvo; M. L. A. L. Zanatta. O Ministério Público na defesa dos direitos do idoso. 2005.

Porém, até o ano de 1994 não havia no Brasil uma política nacional para idosos, apenas medidas de iniciativa privada destinadas aos idosos carentes¹⁵⁷ (SCHONS; PALMA, 2000).

Assim, só houve de fato uma iniciativa do governo para adotar políticas públicas para os idosos em meados de 1996, em virtude de uma tragédia ocorrida na Clínica Santa Genoveva no Rio de Janeiro onde morreram uma centena de idosos. Entende Paz¹⁵⁸ que:

A percepção do problema social da velhice e a proposta de políticas públicas são resultantes de um processo de negociação em que se realiza o diálogo entre os sujeitos do problema (a sociedade e o movimento social dos idosos) e os agentes das políticas (Estado e instituições) na busca de coresponsabilidade democrática pela preservação dos direitos e garantias sociais.

Com a CF de 1988 os direitos do idoso passaram a ser assegurados e foram regulamentados por meio da LOAS – Lei Orgânica de Assistência Social n. 8.742/93. Tal lei trouxe como benefício a Prestação Continuada disposta em seu Art. 20 que permite o repasse de um salário mínimo mensal para pessoas idosas e pessoas portadoras de deficiência que não tenha condição de sobrevivência¹⁵⁹ (GOMES, 2002). Silva¹⁶⁰ relata:

O grau de seletividade existente na LOAS faz com que muitos idosos não sejam incluídos nos benefícios, seja por estarem fora do patamar de pobreza ou da faixa etária estipulados pelos critérios da lei (65 anos), seja por não terem acesso aos documentos exigidos ou por não se encontrarem na condição de “incapazes para o trabalho”.

No ano de 1994 a Lei 8.842 instituiu a PNI, sendo regulamentada no ano de 1996 pelo Decreto 1.948 garantindo os direitos do idoso, haja vista, as garantias pela

¹⁵⁷ C. R. Schons; L. T. S. Palma. Política social para a velhice. 2000.

¹⁵⁸ S. F. Paz. A situação de conselhos e fóruns na defesa dos direitos dos idosos. 2002. p. 125.

¹⁵⁹ A. L. Gomes. O Benefício da prestação continuada: uma trajetória de retrocessos e limites – construindo possibilidades de avanços. 2002.

¹⁶⁰ J. C. Silva. Da Velhice e assistência social no Brasil. 2006. p. 21.

LOAS eram restritas. Tal política tem como base os seguintes princípios¹⁶¹ (COSTA, 1996):

1. a família, a sociedade e o Estado têm o dever de assegurar ao idoso todos os direitos da cidadania, garantindo sua participação na comunidade, defendendo sua dignidade, bem-estar e o direito à vida;
2. o processo de envelhecimento diz respeito à sociedade em geral, devendo ser objetivo de conhecimento e informação para todos;
3. o idoso não deve sofrer discriminação de qualquer natureza;
4. o idoso deve ser o principal agente e o destinatário das transformações a serem efetivadas através dessa política;
5. as diferenças econômicas, sociais, regionais e, particularmente, as contradições entre o meio rural e o urbano do Brasil deverão ser observadas pelos poderes públicos e pela sociedade em geral na aplicação dessa lei.

Para que tais princípios fossem cumpridos, foi criado um Plano Integrado (Interministerial) de Ação Governamental que manteve o Benefício de Prestação Continuada e acrescentou a readequação da rede de saúde e assistência social ao idoso, elaborou instrumentos que permitissem a sua inserção social na sociedade, modernizou leis e regulamentos, desenvolveu turismo e lazer para idosos, e reformulou os currículos universitários de modo que pudesse melhorar a atuação dos profissionais no cuidado com o idoso¹⁶² (FERNANDES; SANTOS, 2013).

Em 2003, o Estatuto do Idoso foi criado pela Lei 10.741 estabelecendo prioridade absoluta à proteção do idoso, estabelecendo novos direitos e mecanismos de proteção¹⁶³ (CENEVIVA, 2004). Os direitos do idoso estão dispostos no Art. 3 do referido Estatuto:

É obrigação da família, da comunidade, da sociedade e do poder público assegurar ao idoso, com absoluta prioridade, a efetivação do direito à vida, à saúde, à alimentação, à educação, à cultura, ao esporte, ao lazer, ao trabalho, à cidadania, à liberdade, à dignidade, ao respeito e à convivência familiar e comunitária.

¹⁶¹ L. V. A. Costa. Política Nacional do Idoso. 1996. p.16.

¹⁶² M. G. M. Fernandes; S. R. Santos. Políticas Públicas e Direitos do Idoso. 2013.

¹⁶³ W. Ceneviva. Estatuto do Idoso, Constituição e Código Civil. 2004.

Para Neri, as políticas de proteção social acabam que associando o envelhecimento a perdas físicas, intelectuais e sociais e negam a possibilidade de que este possa ter um ambiente na qual possa ter sua vida social¹⁶⁴ (NERI,1993).

Desta forma, o correto seria uma universalização, extensão dos direitos dos cidadãos ao idoso, garantindo proteção social a todas as idades desde que se encontrasse em situação de vulnerabilidade.

¹⁶⁴ A. L. Neri. Qualidade de vida e idade madura. 1993.

CAPÍTULO II – Exclusão Social em Idosos

2.1 Questão Social

Para falar acerca do que vem a ser questão social com base na literatura, vale destacar que sua constituição se deu em torno das transformações econômicas, políticas e sociais ocorridas no século XX, na Europa. Essas questões sociais se modelaram a partir da industrialização, quando a sociedade passou a tomar consciência dos problemas decorrentes do trabalho e da pauperização como fenômeno social. Todavia, mais que problemas relacionados ao trabalho, hoje as questões sociais dizem respeito à expressão das desigualdades e lutas sociais nas mais diversas variações e manifestações, independentemente do segmento social¹⁶⁵ (SANTOS, 2006).

Conceituando questão social, Carvalho e Iamamoto¹⁶⁶ afirmam que:

A questão social não é senão as expressões do processo de formação e desenvolvimento da classe operária e de seu ingresso no cenário político da sociedade, exigindo seu reconhecimento como classe por parte do empresariado e do Estado. É a manifestação, no cotidiano da vida social, da contradição entre o proletariado e a burguesia, a qual passa a exigir outros tipos de intervenção mais além da caridade e repressão.

Iamamoto¹⁶⁷ define questão social como:

[...] conjunto das desigualdades sociais engendradas na sociedade capitalista madura, impensáveis sem a intermediação do Estado. [...] A questão social expressa, portanto, disparidades econômicas, políticas e culturais das classes sociais, mediatizadas por relações de gênero, características étnico-raciais e

¹⁶⁵ A. M. Santos. Questão social, trabalho e desemprego. 2006.

¹⁶⁶ R. Carvalho; M. V. Iamamoto. Relações Sociais e Serviço Social no Brasil. 1983. p. 77.

¹⁶⁷ M. V. Iamamoto. A questão social no capitalismo. 2001. p. 16.

formações regionais, colocando em causa as relações entre amplos segmentos da sociedade cível e o poder estatal.

Pode-se dizer que a questão social impacta diretamente no processo saúde-doença, conforme destaca Minayo¹⁶⁸, a grande demanda exigida de atenção à saúde é devido aos determinantes sociais, econômicos, políticos e culturais que interferem diretamente no processo saúde-doença, onde as condições de saúde são precárias.

A qualidade de vida e melhoria na saúde é inerente ao atendimento das necessidades básicas da população. A partir da condição social que muitas pessoas vivenciam, torna-se necessário que o Estado, a partir das atribuições que lhe cabe, elabore políticas sociais no sentido de amenizar a condição de pobreza e das desigualdades sociais.

A falta de eficiência nas políticas públicas voltadas para a sociedade influencia as condições socioeconômicas da população, colocando a sociedade em riscos sociais, visto que suas necessidades básicas, como moradia, alimentação, educação, saúde e lazer, são atendidas de forma precária.

É nesse sentido que Pastorini¹⁶⁹ destaca que não se pode perder de vista os atores sociais que vivem nesse contexto, pois segundo afirma não considerá-los é o mesmo que tratar as questões sociais de des-historicizada, des-economizada e des-politizada, sendo estas palavras literalmente mencionadas pelo autor.

Estevam e Magri¹⁷⁰ por sua vez comentam que o direito social está relacionado ao mínimo de bem estar econômico, como o direito a levar uma vida digna de um cidadão civilizado conforme os padrões estabelecidos pela sociedade.

¹⁶⁸ M. C. S. Minayo. A Saúde em Estado de Choque . 1986.

¹⁶⁹ A. Pastorini. A categoria “questão social em debate”. 2004.

¹⁷⁰ É. F. B. Estevam. G. P. Magri. Assistente Social: Um garantidor de direitos? 2005.

Assim, questão social, nada mais é que tudo que envolve a sociedade, as diversas expressões e manifestações sociais, bem como as contradições existentes, as quais geram as necessidades de intervenção.

2.2 Estigma e Identidade

Atualmente, os direitos humanos são um dos assuntos mais abordados na sociedade. Assim, estudar sobre o estigma e os estigmatizados, pode ser de grande valia para a modificação da sociedade frente a seus preconceitos, vale ressaltar que este é um dos problemas mais antigos que assolam a sociedade.

As relações sociais atribuem aos indivíduos, de forma depreciativa, constituindo-se em estigmas. Goffman¹⁷¹ define o estigma como:

Um tipo especial de relação entre atributo e estereótipo, sendo compreendido no contexto das relações humanas e não substantivado. Um atributo que estigmatiza alguém pode confirmar a normalidade de outrem.

Antigamente, o estigma estava relacionado a uma marca da graça divina que se manifestava através da pele, era considerado também como um identificador médico, concebendo perturbações físicas, porém, foi generalizada a característica negativa do termo.

Nessa época, a pessoa estigmatizada possuía uma marca no corpo, seja um corte ou uma queimadura, que representavam algo ruim para a sociedade. Simbolizava que pertenciam ao grupo dos escravos ou que eram criminosos, ou que faziam parte de ritual de desonra, entre outros. Assim, o estigma era um sinal que advertia para evitar o contato social, seja no contexto particular ou, principalmente, nas relações institucionais de caráter público. Assim para Goffman¹⁷²:

A pessoa estigmatizada aprende e incorpora o ponto de vista dos normais, adquirindo, portanto, as crenças da sociedade mais ampla em relação à identidade e uma ideia geral do que significa possuir um estigma particular.

¹⁷¹ E. Goffman. Estigma: notas sobre a manipulação da identidade deteriorada. 1982. p. 13.

¹⁷² Ibid.

Atualmente, estigma significa algo de ruim, que deve ser evitado, como uma advertência ao convívio social, ou seja, uma identidade arruinada por um ato social.

As pessoas consideradas normais tendem a julgar as pessoas que apresentam alguma diferença, excluindo-as de seu convívio, assim a relação existente entre estigmatizados e os ditos normais é dolorosa e complexa. Deve-se também levar em conta as reações da pessoa estigmatizada, muitas se deprimem, outras buscam correção para sua deficiência, e na maioria das vezes perdem a motivação para viver em sociedade. Para Goffman¹⁷³:

Os indivíduos que têm um estigma, sobretudo os que têm um defeito físico, podem precisar aprender a estrutura da interação para conhecer as linhas ao longo das quais devem reconstruir a sua conduta se desejam minimizar a intromissão de seu estigma.

A sociedade estabelece um modelo de conduta e relaciona as pessoas de acordo com as características consideradas comuns e adequadas aos membros de determinadas categorias. Assim, pode-se dizer que a sociedade determina um padrão externo que presume ao indivíduo a classe e os predicados, a identidade social e as relações com o meio em que este deve está inserido.

Pode-se dizer que a identidade é estabelecida na relação social com o outro, é um fenômeno concreto, social, histórico e político. De acordo com Ciampa¹⁷⁴ a identidade se apresenta sob forma de personagens, interpretados pelos indivíduos no âmbito social.

A identidade é concreta; a identidade é o movimento de concretização de si, que se dá necessariamente, porque é o desenvolvimento do concreto e, contingencialmente, porque é a síntese de múltiplas e distintas determinações. O homem como ser temporal, é ser-no-mundo, é formação material. (...) Como ser histórico, como ser social, o homem é um horizonte de possibilidades [...] Na práxis, que é a unidade da subjetividade e da objetividade, o homem se produz a si mesmo. Concretiza sua identidade¹⁷⁵.

¹⁷³ E. Goffman. Estigma: notas sobre a manipulação da identidade deteriorada. 1982. p. 115.

¹⁷⁴ A. Ciampa. A estória do Severino e a história da Severina. 1998. p. 200.

¹⁷⁵ Ibid. p. 201.

A sociedade cria um modelo padrão a ser seguido que nem sempre corresponde à realidade, mas ao que Goffman¹⁷⁶ designa de uma identidade social virtual. O que chama de atributos da identidade social real, são, de fato, o que pode confirmar a que classe o indivíduo pertence. Assim, pode-se dizer que a identidade social virtual é aquela importada pela sociedade, e a identidade social real são as características que o indivíduo possui na realidade.

Quando uma pessoa possui características incomuns ou diferentes é pouco aceita pelo grupo social, este que na maioria das vezes não consegue lidar com a diferença existente na pessoa, é este fato que indica um sujeito estigmatizado socialmente.

Ciampa¹⁷⁷ discorre sobre uma identidade pressuposta, que é interiorizada pelo indivíduo e que esse personagem é incorporado na sua objetividade social, no caso de não haver essa pressuposição, a construção da identidade passa a ser problemática. Assim, o indivíduo possui sua identidade pressuposta baseada na sua não identificação com a normalidade social.

A identidade pressuposta é construída através de relações concretas vivenciadas no âmbito social. Ciampa¹⁷⁸ ressalta ainda que a identidade pressuposta não é como a identidade metamorfose, que é construída em um processo social, histórico e contínuo de construção, ela é considerada dada.

Assim as pessoas que são estigmatizadas interiorizam uma identificação pela negação, por não se sentir parte da sociedade dominante. Conforme Goffman¹⁷⁹, à medida que a sociedade estabelece métodos para categorizar as pessoas quanto aos seus atributos, está contribuindo para a construção da identidade.

¹⁷⁶ Goffman, op.cit., 1988.

¹⁷⁷ Ciampa, loc.cit.

¹⁷⁸ Ibid.

¹⁷⁹ Goffman, op.cit., 1982.

Conforme Goffman¹⁸⁰, o estigma situa uma relação impessoal com o outro, ou seja, o sujeito não nasce como uma personalidade empírica, mas como aspecto circunstancial de determinadas características peculiares à categoria do estigma, com deliberações e marcas internas que podem sinalizar um desvio, e também uma diferença de identidade social.

Para os estigmatizados, as oportunidades e os valores são reduzidos, a sociedade impõe a essas pessoas a perda da identidade social e ainda origina uma imagem deteriorada, de acordo com o padrão imposto pela sociedade. Dessa forma, a sociedade anula todos os que rompem com o modelo estabelecido por ela.

Goffman¹⁸¹ enfatiza que, quanto mais divergente for a diferença, mais acentuado o estigma, quanto mais aparente a diferença entre o real e as características determinantes do social, maior será a problemática do indivíduo conduzido pela força do controle social, esse indivíduo assumirá uma atitude isolada da sociedade ou de si mesmo, passando a ser uma pessoa desacreditada.

Em consequência ao estigma sofrido, o indivíduo muitas vezes passa a não aceitar a si mesmo, sente-se sem espaço e sem função dentro da sociedade. A visibilidade do estigma compõe um fator categórico e aqueles que possuem uma convivência com o indivíduo podem influenciar na preocupação da sua identidade social.

Quando o indivíduo possui um estigma muito visível, o simples contato com o outro deixará perceptível o estigma. A informação que os outros têm do estigmatizado pode ser fundamentado nos rumores ou nas relações anteriores. Outro aspecto a considerar em uma circunstância do indivíduo estigmatizado e até que ponto isso interfere em suas interações com o meio social.

¹⁸⁰ Goffman, op.cit..

¹⁸¹ Ibid.

Um indivíduo com uma identidade social estigmatizada tem seus atributos e qualidades destruídos, a sociedade desempenha o poder de influência das suas ações e reforça a degradação da sua identidade social, destacando as irregularidades e ocultando a atitude ideológica dos estigmas.

No cotidiano, os indivíduos que ficam à “margem da sociedade” sofrem com termos que assumem que admitem representações discriminatórias e que contribuem para formar uma identidade inferiorizada. Dessa forma, considerando aqui os idosos, pode-se afirmar que as rugas, os cabelos brancos, as dificuldades de se locomover, por exemplo, são tidos como sinais de referência aos idosos, sendo, portanto, estigmas, ou seja, marcas/sinais. O estigma é ocasionado por falta de informação e preconceito ocasionando em exclusão social e fortes consequências para as pessoas que são estigmatizadas.

2.3 A terceira idade

O envelhecimento cronológico, de acordo com Goldman¹⁸² consiste em um processo biológico universal, ou seja, todos os indivíduos do mundo estão destinados a viver essa experiência com o passar do tempo. Para que esse processo de envelhecimento seja uma experiência positiva o ser humano deve ser acompanhado por oportunidades ininterruptas voltadas para a saúde, participação e segurança.

De acordo com a OMS – Organização Mundial de Saúde o indivíduo que envelhece com qualidade de vida está tendo um “envelhecimento ativo”, referindo-se à participação contínua nas questões sociais, econômicas, culturais, políticas, espirituais e civis, e não apenas ao estado físico¹⁸³ (GOLDMAN, 2004).

Segundo a OMS¹⁸⁴ o envelhecimento ativo tem como objetivo aumentar a expectativa de uma vida saudável e qualidade de vida aos indivíduos que estão em processo de envelhecimento.

¹⁸² S. Ni. Goldman. As Dimensões Sociopolíticas do Envelhecimento. 2004.

¹⁸³ Ibid.

¹⁸⁴ OMS - Organização Mundial da Saúde. Global Burden of Disease. 2002.

As aparições somáticas da velhice, que é a última fase do ciclo da vida, as quais são caracterizadas por redução da capacidade funcional, calvície e redução da capacidade de trabalho e da resistência, entre outras, associam-se perdas dos papéis, solidão e perdas psicológicas, motoras e afetivas¹⁸⁵ (FREITAS, 2004).

Considera-se que na maioria das pessoas essas manifestações somáticas, começam a se tornar mais evidente já a partir do fim da terceira década de vida. Pesquisas apontam que as mudanças decorrentes do envelhecimento e sua compreensão como processo não envolvem somente aspectos clássicos como capacidades mentais, produtivas e independência, agregadas as variáveis relacionadas (escolaridade, renda, saúde física, etc.), mas também a extensão em que fatores ambientais, culturais e psicossociais interagem com as alterações morfofuncionais e comportamentais observadas ao longo do tempo¹⁸⁶ (FREITAS, 2004).

Vale ressaltar, com base em Moraes¹⁸⁷ que o processo de envelhecimento não se resume aos aspectos demográficos, mas também, à cultura, ao tempo e ao espaço, devendo ser avaliada sob diversos ângulos. De acordo com Moraes¹⁸⁸:

O envelhecimento representa a consequência ou os efeitos da passagem do tempo no organismo (envelhecimento somático) e psiquismo (envelhecimento psíquico). Todas as dimensões são igualmente importantes, na medida em que são coadjuvantes para a manutenção da estabilidade somática e psíquica, indispensáveis para o ser humano cumprir a sua meta, que é ser feliz.

Entende-se que o envelhecer é um processo de alterações físicas, psíquicas e sociais que determina o modo único que cada indivíduo viverá os últimos anos de sua vida. Refere-se a um fenômeno biológico, social e psicológico¹⁸⁹ (FREITAS, 2004).

¹⁸⁵ E. V. Freitas. Demografia e Epidemiologia do Envelhecimento. 2004. p. 19-38.

¹⁸⁶ Ibid.

¹⁸⁷ E. N. Moraes. Princípios básicos de geriatria e gerontologia. 2009.

¹⁸⁸ Ibid. p. 72.

¹⁸⁹ Freitas, op. cit.

Segundo Lawton¹⁹⁰ a qualidade de vida na velhice, constitui o resultado da inter-relação de critérios sócio-normativos e intrapessoais do idoso, relacionadas as suas vivências atuais, passadas e prospectivas.

Destaca-se que no Brasil, conforme bem afirma Ferrari¹⁹¹ o envelhecimento é visto como um problema social, haja vista, que a maioria dos idosos encontra-se em um grupo etário considerado mais frágil, estando, assim, vulneráveis.

O idoso para ser considerado com uma boa capacidade funcional deve realizar as AVD (Atividade de Vida Diária), ou seja, as tarefas normais, como se vestir, atender ao telefone e se alimentar. Essa capacidade refere-se à aptidão do idoso de realizar uma tarefa motora com os próprios meios, sendo ligada à mobilidade, permitindo que o indivíduo viva sem necessitar ajuda para o desempenho das atividades básicas e instrumentais do cotidiano¹⁹² (FREITAS, 2004).

A restrição da mobilidade do idoso diminui o seu convívio social, interfere na autoestima e no senso de bem estar, podendo ocasionar o desenvolvimento de processos depressivos e em muitos casos, até mesmo a institucionalização¹⁹³ (FREITAS, 2004).

Souza¹⁹⁴ elucida que o indivíduo busca melhorias em sua vida com base a autonomia e na realização pessoal, sendo que para os idosos a autonomia assume fundamental importância nas relações entre saúde e envelhecimento, podendo continuar inserido na sociedade, fator este que depende dos níveis mínimos de aptidão funcional.

Na velhice, de acordo com Freitas¹⁹⁵ o ser humano depara-se com a redução das disposições físicas, declínio das capacidades funcionais, diminuição da massa óssea e

¹⁹⁰ Apud Freitas, *ibid.*

¹⁹¹ M. A. C. Ferrari. *Envelhecimento e Bioética*. 2004.

¹⁹² Freitas, *loc. cit.*

¹⁹³ Freitas, *loc. cit.*

¹⁹⁴ L. S. Souza; Pauli Jr. *Envelhecimento e Aptidão Funcional*. 2005.

¹⁹⁵ Freitas. *loc. cit.*

muscular, elasticidade, circulação e movimentos das articulações, aumento de peso, maior lentidão e doenças crônicas.

Será que a sociedade brasileira está preparada para as possíveis consequências no aumento das expectativas de vida dos idosos? Há uma pressão na sociedade muito grande para modificar sua estrutura para oferecer mais recursos que facilitem a vida de pessoas com mais de 60 anos de idade. A inevitabilidade da idade é o envelhecimento, que chega para todos os seres humanos.

2.4 Definições de Envelhecimento

O termo envelhecimento, de acordo com Papaléo Netto¹⁹⁶ é frequentemente empregado para descrever as mudanças morfofuncionais e psicofisiológicas ao longo da vida, que ocorrem progressivamente e comprometem a capacidade de resposta dos indivíduos ao estresse ambiental e a manutenção da homeostase, ocasionando maior vulnerabilidade a estados patológicos. Segundo Papaléo Netto¹⁹⁷:

[...] dentro de uma visão prioritariamente biogerontológica, o envelhecimento é conceituado como um processo dinâmico e progressivo, no qual há modificações morfológicas, funcionais, bioquímicas e psicológicas que determinam perda da capacidade de adaptação do indivíduo ao meio ambiente, ocasionando maior vulnerabilidade e maior incidência de processos patológicos que terminam por levá-los a morte.

Para Meassi¹⁹⁸ a natureza humana é dividida em três dimensões: biológica, psicossocial e espiritual. A dimensão biológica é referente às necessidades físicas, a psicossocial relaciona-se com as necessidades psicológicas e sócias, e a espiritual refere-se à necessidade de desenvolver valores que dão sentido à vida.

Nesse contexto, não se configura como uma fase negativa da vida, sendo nesta fase que o homem poderá usufruir de toda a sabedoria que adquiriu no decorrer de sua

¹⁹⁶ Apud Freitas et al. Tratado de Geriatria e Gerontologia. 2002.

¹⁹⁷ Ibid. p. 10.

¹⁹⁸ C. G. Meassi. Os meios de comunicação e a formação do conceito de velho. 2008. p. 210-227.

vida. Como bem destaca Meassi¹⁹⁹ a velhice consiste em uma construção social, desta forma, o modo como a sociedade lida com o idoso depende do modo como ela compreende essa fase da vida.

Acredita-se ainda que o envelhecimento seja um fenômeno constituído de uma natureza complexa, pois abarca todos os aspectos e fenômenos que permeiam o ciclo de vida. Sua dinâmica ocorre ao longo de toda a existência humana, sendo intrínseca e, ao mesmo tempo, peculiar a cada indivíduo²⁰⁰ (FREITAS et al, 2002). De acordo com Freitas et al. (2002, p.112):

Existem evidências de que o processo do envelhecimento seja, em sua essência, de natureza multifatorial, dependendo da programação genética e das alterações que vão ocorrer em nível celular e molecular.

Corroborando com o que foi dito acima, Silva et al. (2007) acredita que o envelhecimento do homem deve ser observado a partir de fatores multidimensionais, estando dentre esses fatores o psicológico e o biológico, sendo neste último destacadas as mudanças que ocorrem no organismo.

No que tange ao envelhecimento cronológico, as pesquisas apontam que “*a demarcação entre a maturidade e o envelhecimento é arbitrariamente fixada, mais por fatores socioeconômicos e legais do que biológicos*”²⁰¹ (FREITAS et al, 2002).

As mudanças ocorridas durante o processo de envelhecimento podem ser atribuídas, de acordo com Hoffmann²⁰², a algumas variáveis como a imperfeição genética, fatores ambientais e aparecimento de doenças. A autora destaca ainda que o processo de envelhecimento não estar associado diretamente a uma predisposição genética, para ela:

¹⁹⁹ Ibid.

²⁰⁰ Freitas, et al., op.cit.

²⁰¹ Ibid.

²⁰² M. E. Hoffmann. Velhice: bases biológicas do envelhecimento. 2007.

Embora seja uma fase previsível da vida, o processo de envelhecimento não é geneticamente programado, como se acreditava antigamente. Não existem genes que determinam como e quando envelhecer. Há sim, genes variantes cuja expressão favorece a longevidade ou reduz a duração da vida²⁰³.

Néri concorda com esse aspecto, pois, para a autora, além do sexo, classe social, saúde e educação, outros fatores como personalidade e história passada, são importantes, juntamente com a idade cronológica, para determinar as diferenças entre os idosos, na faixa etária de 60 a 100 anos²⁰⁴ (FREITAS et al, 2002).

Neste sentido, o envelhecimento pode ser conceituado através de diversos aspectos de referência, quais sejam: cronológico, biológico, psíquico e social. Existindo ainda, o enfoque “fenomenológico”, que apresenta a avaliação subjetiva da idade, adquirindo valor quando analisadas os mecanismos de adaptação que conduzem ao envelhecimento com êxito²⁰⁵. Moraes et al.²⁰⁶ complementa afirmando que:

O envelhecimento biológico é implacável, ativo e irreversível, causando mais vulnerabilidade do organismo às agressões externas e internas. Existem evidências de que o processo de envelhecimento é de natureza multifatorial e dependente da programação genética e das alterações que ocorrem em nível celular-molecular. Pode haver, conseqüentemente, diminuição da capacidade funcional das áreas afetadas e sobrecarga dos mecanismos de controle homeostático, que passam a servir como substrato fisiológico para influência da idade na apresentação da doença, da resposta ao tratamento proposto e das complicações que se seguem.

Aldwin²⁰⁷ argumenta que os idosos, acerca dos acontecimentos de perda, lidam muito bem com o estresse, ou seja, os idosos geralmente são mais eficientes do que os adultos mais jovens em suas respostas de enfrentamento ao estresse. A autora elucida estas informações, posto aos eventos considerados marcantes vividos ao longo de toda a vida ampliando a possibilidade de que, no envelhecimento, os idosos possuam tanto um maior repertório de táticas de enfrentamento quanto o fato de que estes se tornam mais decididos com o passar dos anos.

²⁰³ M. E. Hoffmann. Velhice: bases biológicas do envelhecimento. 2007. p. 3.

²⁰⁴ Apud Freitas, et al., op.cit.

²⁰⁵ Ibid.

²⁰⁶ E. N. Moraes et al. Características biológicas e psicológicas do envelhecimento. 2010. p. 68.

²⁰⁷ C. M. Aldwin. Stress, coping and development. 1994.

Para o bom funcionamento das funções vitais é fundamental que se pratique atividade corporal, favorecendo o melhor desempenho das atividades cotidianas. O envelhecimento é caracterizado por um conjunto de modificações anatômicas e funcionais peculiares. Neste sentido, Freitas et al.²⁰⁸ esclarece:

O envelhecimento é um processo biológico intrínseco, progressivo, declinante e universal, no qual se podem reconhecer marcas físicas e fisiológicas inerentes. Essas mudanças, próprias do envelhecimento, com suas trocas anatômicas e funcionais, não são produzidas por doenças, e variam de indivíduo para indivíduo.

Segundo Firmino²⁰⁹, quando o indivíduo possui um organismo envelhecido, se ficar exposto à situações de *stress*, seja ele físico ou emocional, poderá apresentar uma sobrecarga funcional, culminando em processos patológicos, haja vista que os sistemas endócrino, nervoso e imunológico são comprometidos.

Dentre as alterações anatômicas, podem-se citar aquelas que ocorrem na coluna vertebral, na composição do corpo e na estrutura óssea. A coluna vertebral, com o envelhecimento sofre redução, principalmente no sexo feminino, sendo que essa perda se inicia aos 40 anos de idade, com o decréscimo de um centímetro a cada década e acentuação a partir dos 70 anos de idade. Porém, nas pessoas que são ativas e bem nutridas, essa perda não alcança os dois centímetros²¹⁰ (FREITAS et al, 2002).

O fenômeno do envelhecimento determina ainda modificações típicas, quais seja, na estrutura do corpo, como se fosse na parte superior da coluna, na região cervicodorsal; o tórax tende a aumentar em ambos os diâmetros; a distância biacromial também sofre redução com a idade²¹¹ (FREITAS et al, 2002).

No aparelho locomotor, a marcha passa a se caracterizar por passos curtos e mais lentos, enquanto que os braços tendem a se manter mais próximos do corpo e

²⁰⁸ Freitas et al., op.cit., p. 606.

²⁰⁹ H. Firmino. Psicogeriatria. 2006.

²¹⁰ Freitas, loc.cit.

²¹¹ Ibid.

perdem amplitude. Com estas modificações, o centro da gravidade corporal se adianta, e ocorre ampliação da base de sustentação, a fim de possibilitar maior segurança e equilíbrio.

Além disso, ocorrem alterações fisiológicas no sistema cardiovascular; no sistema respiratório com a redução da capacidade vital. No sistema nervoso central e periférico, no sistema sensorial e no sistema músculo-esquelético.

Segundo Okuma²¹², com o decorrer da idade a elasticidade e estabilidade dos músculos, tendões e ligamentos se deterioram. A área transversal dos músculos torna-se menor pela atrofia muscular e a massa muscular diminui em proporção ao peso do corpo, o que leva a uma redução da força muscular. Além disso, observa-se um prejuízo na flexibilidade, ocasionando degenerações e danos nas articulações.

Os inúmeros declínios supracitados podem ser atribuídos ao envelhecimento, a doenças, a estilos de vida ou a combinações destes elementos cujo tempo de reação tende a declinar e incidirem com a diminuição da capacidade de reserva e de defesa do organismo. E desta forma, determinam redução da capacidade de adaptação, tornando o idoso mais vulnerável a quaisquer estímulos, sejam eles internos ou externos ao seu corpo²¹³ (OKUMA, 1998).

De acordo com Firmino²¹⁴, no processo de envelhecimento ocorrem várias alterações no organismo que são perceptíveis, tais como:

- Redução do fluxo sanguíneo para os rins, fígado e cérebro;
- Redução da capacidade dos rins para eliminar toxinas e medicamentos;
- Redução da frequência cardíaca máxima, mas sem alterações da frequência cardíaca em repouso;
- Redução do débito cardíaco (saída de sangue do coração) máxima;

²¹² S. S. Okuma. O Idoso e a Atividade Física. 1998.

²¹³ Ibid.

²¹⁴ Firmino, op.cit.

- Redução da tolerância à glicose;
- Redução da capacidade pulmonar de mobilização do ar;
- Aumento da quantidade de ar retida nos pulmões depois de uma expiração;
- Redução da função celular de combate às infecções.

Com as transformações fisiológicas e psicológicas ocorridas durante o processo de envelhecimento, o indivíduo tende a viver uma vida social mais restrita, se aproximando cada vez mais de sua família. Assim, a família torna-se um fator básico tanto para a sobrevivência do idoso, como para que este se mantenha emocionalmente equilibrado. É no seio familiar que as gerações se encontram, se ajudam e se completam de forma intensa²¹⁵ (PAPALÉO NETTO, 2002).

2.5 O Idoso e o Amparo da Lei: A Evolução dos Direitos

Alexandre Kalache²¹⁶, alerta que:

No período entre 1980 e 2000 na América Latina, ocorreu um aumento de 120% da população total (o que equivale de 363,7 para 803,6 milhões), enquanto o aumento da população de 60 anos ou mais de idade foi de 263% (de 23,3 para 78,2 milhões), ou seja, o dobro da população total.

Kalache diz que, as expectativas em longo prazo são mais chocantes ainda:

Entre os 11 países com as maiores populações de idosos daqui a quarenta anos, oito situam-se na categoria de países em desenvolvimento de acordo com os critérios atuais. Haverá, portanto, uma substituição: as grandes populações idosas dos países europeus cedendo lugar a países caracteristicamente jovens, como a Nigéria, o Brasil ou o Paquistão. Em termos práticos, o aumento é sem precedentes. Por exemplo, no Brasil, o aumento da população idosa será da ordem de 15 vezes, entre 1950 e 2025, enquanto o da população como um todo será de não mais que cinco vezes no mesmo período. Tal aumento colocará o Brasil, no ano 2025, como a sexta população de idosos do mundo em termos absolutos.²¹⁷

²¹⁵ M. Papaléo Netto. Gerontologia. 2002.

²¹⁶ É o brasileiro que coordena o programa de envelhecimento na Organização Mundial de Saúde (OMS). (N. da A.)

²¹⁷ A situação social do idoso no Brasil: uma breve consideração. [Consult. 18 Nov 2012] Disponível na internet: <<http://www.scielo.br/pdf/ape/v18n4/a11v18n4.pdf>>.

Isso significa como discurso político que o governo brasileiro necessitará possivelmente criar políticas sociais para preparar a sociedade para esse fato. A OMS também definiu a idade limite do idoso (com 65 anos ou mais de idade para as pessoas de países desenvolvidos e 60 anos ou mais de idade para pessoas de países subdesenvolvidos – onde o Brasil está incluído).

No Capítulo VII da CF de 1988, que abrange os quesitos (da Família, da Criança, do Adolescente e do Idoso) os Arts. 229 e 230 especificam uma preocupação evidente quanto à questão do idoso.

Art. 229. Os pais têm o dever de assistir, criar e educar os filhos menores, e os filhos maiores têm o dever de ajudar e amparar os pais na velhice, carência ou enfermidade.

Art. 230. A família, a sociedade e o Estado têm o dever de amparar as pessoas idosas, assegurando sua participação na comunidade, defendendo sua dignidade e bem-estar e garantindo-lhes o direito à vida.

§ 1º Os programas de amparo aos idosos serão executados preferencialmente em seus lares.²¹⁸

Partindo desse ponto da CF de 1988, ao contemplar os idosos, garantindo assim a sua cidadania, foi criada a PNI – Política Nacional do Idoso no Brasil, que traçou os direitos desse público e suas linhas de ação.

Assim, no Brasil, a atenção aos direitos do idoso se reflete através da lei nº 8.842 de 04 de janeiro de 1994 que estabelece a PNI. Esta lei tem por finalidade assegurar direitos sociais que garantam a promoção da autonomia, integração e participação efetiva do idoso na sociedade, exercendo sua cidadania. Nessa lei estipula-se o limite 60 anos de idade ou mais para uma pessoa ser considerada idosa²¹⁹ (PAVARINI et al, 2005). No Art. 3º diz quais os princípios que regem a PNI:

I - a família, a sociedade e o estado têm o dever de assegurar ao idoso todos os direitos da cidadania, garantindo sua participação na comunidade, defendendo sua dignidade, bem-estar e o direito à vida;²²⁰

²¹⁸ Brasil, CF. 2009. p. 174.

²¹⁹ S. C. I. Pavarini, et al. A arte de cuidar do idoso. 2005, p. 398-402.

²²⁰ Inciso igual ao Art. 230 da CF de 1988. (Grifo nosso).

II - o processo de envelhecimento diz respeito à sociedade em geral, devendo ser objeto de conhecimento e informação para todos;
III - o idoso não deve sofrer discriminação de qualquer natureza;
IV - o idoso deve ser o principal agente e o destinatário das transformações a serem efetivadas através desta política;
V - as diferenças econômicas, sociais, regionais e, particularmente, as contradições entre o meio rural e o urbano do Brasil deverão ser observadas pelos poderes públicos e pela sociedade em geral, na aplicação desta Lei.²²¹ (grifo nosso).

Quando se trata do direito à vida do idoso, isso engloba não apenas vida longa, mas envelhecer com dignidade, respeito, proteção e inclusão social. Após a criação da PNI no Brasil (criada em 1994), cada governo criou no seu Estado a PEI – Política Estadual do Idoso, no Estado do Maranhão (no qual faz parte à cidade de São Luís – capital do Estado, que está sendo investigada neste trabalho) está sob a Lei nº 8.368, de 6 de janeiro de 2006, que institui a Política Estadual do Idoso e dá outras providências. A finalidade da PEI é garantir ao cidadão com idade de sessenta anos ou mais, condição indispensável para o exercício da cidadania. Os princípios que regem a PEI que estão nos seus Arts. 2º, 3º, 4º e 5º, são praticamente idênticos aos da PNI, veja:

Art. 2º - Ao cidadão idoso serão assegurados todos os direitos à cidadania, dentre os quais:
I – direito à vida;
II – direito à dignidade;
III – direito ao bem-estar físico, mental, social e espiritual;
IV – direito à participação na sociedade.
Art. 3º - A família, a sociedade e o Estado observarão a aplicação e o cumprimento da presente Lei.
Art. 4º - A Política Estadual do Idoso é universal, e reger-se-á pelo princípio da igualdade.
Art. 5º - O processo do envelhecimento deve ser objeto de conhecimento, de estudo e de informação da sociedade em geral.²²²

Contudo, o que se observa é que o idoso quase sempre não é tratado como cidadão, por isso, essa realidade obrigou o constituinte a estabelecer os meios legais

²²¹ Lei n. 8.842, de 4 de janeiro de 1994. Dispõe sobre a Política Nacional do Idoso, cria o Conselho Nacional do Idoso e dá outras providências. 1994. (Consult. 18 Nov 2012] Disponível na internet: <<http://www.planalto.gov.br/centrodeestudos/bibliotecavirtual/dh/volume%20i/idosolei8842.htm>>.

²²² Lei nº 8.368, de 6 de janeiro de 2006, princípios que regem a Política Estadual do Idoso, sancionada pelo Governo do Estado do Maranhão. 2007. p. 64-65.

para que o deixe de ser discriminado e receba o tratamento que lhe convém. Segundo Alexandre de Moraes²²³ diz que:

Mais do que reconhecimento formal e obrigação do Estado para com os cidadãos da terceira idade, que contribuíram para seu crescimento e desenvolvimento, o absoluto respeito aos direitos humanos fundamentais dos idosos, tanto em seu aspecto individual como comunitário, espiritual e social, relaciona-se diretamente com a previsão constitucional de consagração da dignidade da pessoa humana.

O reconhecimento àqueles que construíram com amor, trabalho e esperança a história de nosso país tem efeito multiplicador de cidadania, ensinando às novas gerações a importância de respeito permanente aos direitos fundamentais, desde o nascimento até a terceira idade.

Apesar de se possuir a lei, precisa-se verificar e acompanhar o seu cumprimento. Mas, o que se observa é um total descaso, um abandono pela sociedade e até violência contra os idosos por parte da família.

Outro instrumento legal em relação aos direitos do idoso brasileiro consiste no Estatuto do Idoso (lei nº 10741 de 1º de Outubro de 2003), que estabelece por lei os direitos destes cidadãos, fazendo-os plenamente reconhecidos na sociedade moderna. Neste estatuto são abordados os pontos em que os direitos dos idosos devem ser garantidos, tal qual prioridade no atendimento de saúde, transporte coletivo grátis e garantias contra violência e abandono, com penalidade de prisão para quem pratica tais atos.

O idoso é amparado também pela PNSI – Política Nacional de Saúde do Idoso (2007), que apresenta como principais diretrizes: promoção do envelhecimento saudável; manutenção da autonomia e da capacidade funcional; assistência às necessidades de saúde do idoso; reabilitação da capacidade funcional comprometida; apoio ao desenvolvimento de cuidados informais. Além disto, descreve que os idosos precisam ser tratados com prioridade pelo SUS – Sistema Único de Saúde e convênios privados.

²²³ A. Moraes. Direito constitucional. 2002. p. 805.

De acordo com a Portaria nº 280/99 do Ministério da Saúde é obrigatória, nos hospitais públicos contratados ou conveniados com o SUS, a permanência do acompanhante hospitalar para pacientes maiores de 60 anos de idade. Esta portaria estabelece que o hospital receba do SUS diária de acompanhante, quando devidamente formalizada pela Autorização de Internação Hospitalar.

Quanto ao idoso institucionalizado (abrigado em asilo) é importante destacar que, mesmo sem qualquer custo para ele, o mesmo tem direito ao benefício da aposentadoria, podendo os dirigentes de tais instituições serem procuradores junto ao INSS – Instituto Nacional de Seguro Social.

Segundo Rulli Neto²²⁴ ao fazer considerações sobre as Diretrizes da Política Nacional do Idoso, destaca o seguinte:

Constituem diretrizes da Política Nacional do Idoso a:

- (a) viabilização de formas alternativas de participação, ocupação e convívio do idoso, que proporcionem sua integração às demais gerações;
- (b) participação do idoso, através de suas organizações representativas, na formulação, implementação e avaliação das políticas, planos, programas e projetos a serem desenvolvidos;**
- (c) priorização do atendimento ao idoso através de suas próprias famílias, em detrimento do atendimento asilar, à exceção dos idosos que não possuam condições que garantam sua própria sobrevivência;
- (d) descentralização político-administrativa;
- (e) capacitação e reciclagem dos recursos humanos nas áreas de geriatria e gerontologia e na prestação de serviços;
- (f) implementação de sistema de informações que permita a divulgação da política, dos serviços oferecidos, dos planos, programas e projetos em cada nível de governo;
- (g) estabelecimento de mecanismos que favoreçam a divulgação de informações de caráter educativo sobre os aspectos biopsicossociais do envelhecimento;
- (h) priorização do atendimento ao idoso em órgãos públicos e privados prestadores de serviços, quando desabrigados e sem família;**
- (i) apoio a estudos e pesquisas sobre as questões relativas ao envelhecimento.

Para fazer um comparativo entre a Política Nacional e a Política Estadual dos Idosos, no Art. 6º do Capítulo III da PEI, diz o seguinte sobre seus objetivos e metas:

I – resgatar a identidade, o espaço e a ação do idoso na sociedade;

²²⁴ A. Rulli Neto. Proteção legal do idoso no Brasil. 2003. p. 103-104. (Grifo nosso).

II – integrar o idoso à sociedade em geral, através de formas alternativas de participação, ocupação e convívio;

III – estimular a organização dos idosos para participarem efetivamente da elaboração de sua política em nível nacional, estadual e municipal;

IV – estimular a permanência dos idosos junto à família, em detrimento do atendimento asilar, à exceção dos idosos que não possuam família para garantir sua própria sobrevivência;

V – estimular a criação de Políticas Municipais por meio dos Conselhos Municipais de Idosos;

VI – capacitar os recursos humanos em todas as áreas ligadas ao idoso;

VII – divulgar informações acerca do processo de envelhecimento como fenômeno natural da vida;

VIII – estabelecer formas de diálogo eficiente entre o idoso, a sociedade e os poderes públicos;

IX – priorizar o atendimento ao idoso desabrigado e sem família;

X – apoiar e desenvolver estudos e pesquisas sobre questões relativas ao envelhecimento;

XI – respeitadas as normas constitucionais e legais em vigor, criar um sistema de informações – banco de dados – contendo dados sociais, culturais, econômicos e de violação dos direitos dos idosos, bem como serviços oferecidos pelos planos, programas e projetos em cada nível de governo;

XII – atender com dignidade o idoso, de acordo com suas necessidades. ²²⁵
(grifo nosso).

De acordo com a PEI, no Capítulo IV²²⁶ que trata da sua organização e funcionalidade, o CEDIMA, fica sendo o “*órgão responsável pelo monitoramento e avaliação da Política Estadual do Idoso*”. Assim como, “*a implantação da Política Estadual do Idoso dar-se á por meio de ações integradas e de parcerias entre o poder público e a sociedade civil*”. E, “*prioriza a criação, a regulamentação e a manutenção do Fundo Estadual do Idoso, com base na Lei Federal nº 10.741/2003 (Estatuto do Idoso)*”. Na implementação da PNI, Rulli Neto²²⁷ enfatiza o seguinte:

I – na área de promoção e assistência social: (a) prestar serviços e desenvolver ações voltadas para o atendimento das necessidades básicas do idoso, mediante a participação das famílias, da sociedade e de entidades governamentais e não-governamentais; (b) estimular a criação de incentivos e de alternativas de atendimento ao idoso, como centros de convivência, centros de cuidados diurnos, casas-lares, oficinas abrigadas de trabalho, atendimentos domiciliares e outros; (c) promover simpósios, seminários e encontros específicos; (d) planejar, coordenar, supervisionar e financiar estudos, levantamentos, pesquisas e publicações sobre a situação social do idoso; (e) promover a capacitação de recursos para atendimento ao idoso;

II – na área de saúde: (a) garantir ao idoso a assistência à saúde, nos diversos níveis de atendimento do SUS; (b) prevenir, promover, proteger e recuperar a saúde do idoso, mediante programas e medidas profiláticas; (c) adotar e aplicar normas de funcionamento às instituições geriátricas

²²⁵ Lei nº 8.368, de 6 de janeiro de 2006, Política Estadual do Idoso. 2007. p. 65-66.

²²⁶ Ibid. Arts. 7º, 8º e 10º. 2007. p. 66.

²²⁷ Ibid., op. cit. p. 107.

e similares, com fiscalização pelos gestores do SUS; (d) elaborar normas de serviços geriátricos hospitalares; (e) desenvolver formas de cooperação entre as Secretarias de Saúde dos Estados, do Distrito Federal, e dos Municípios e entre os Centros de Referência em Geriatria e Gerontologia para treinamento de equipes interprofissionais; (f) incluir a Geriatria como especialidade clínica, para efeito de concursos públicos federais, estaduais, municipais e do Distrito Federal; (g) realizar estudos para detectar o caráter epidemiológico de determinadas doenças do idoso, com vistas a prevenção, tratamento e reabilitação; (h) criar serviços alternativos de saúde para o idoso;

III – na área de educação: (a) adequar currículos, metodologias e material didático aos programas educacionais destinados ao idoso; (b) inserir nos currículos mínimos, nos diversos níveis do ensino formal, conteúdos voltados para o processo de envelhecimento, de forma a eliminar preconceitos e a produzir conhecimentos sobre o assunto; (c) incluir a Gerontologia e a Geriatria como disciplinas curriculares nos cursos superiores; (d) desenvolver programas educativos, especialmente nos meios de comunicação, a fim de informar a população sobre o processo de envelhecimento; (e) desenvolver programas que adotem modalidades de ensino à distância, adequadas às condições do idoso; (f) apoiar a criação de universidade aberta para a terceira idade, como meio de universalizar o acesso às diferentes formas do saber;

IV – na área de trabalho e previdência social: (a) garantir mecanismos que impeçam a discriminação do idoso quanto a sua participação no mercado de trabalho, no setor público e privado; (b) priorizar o atendimento do idoso nos benefícios previdenciários; (c) criar e estimular a manutenção de programas de preparação para aposentadoria nos setores público e privado com antecedência mínima de dois anos antes do afastamento;

V – na área da habitação e urbanismo: (a) destinar, nos programas habitacionais, unidades em regime de comodato ao idoso, na modalidade de casas-lares; (b) incluir nos programas de assistência ao idoso, formas de melhorias de condições de habitabilidade e adaptação de moradia, considerando seu estado físico e sua independência de locomoção; (c) elaborar critérios que garantam o acesso da pessoa idosa à habitação popular; (d) diminuir barreiras arquitetônicas e urbanas;

VI – na área de justiça: (a) promover e defender os direitos da pessoa idosa; (b) zelar pelas aplicações das normas sobre o idoso determinando ações para evitar abusos e lesões de seus direitos;

VII – na área de cultura, esporte e lazer: (a) garantir ao idoso a participação no processo de produção, reelaboração e fruição dos bens culturais; (b) propiciar ao idoso o acesso aos locais e eventos culturais, mediante preço reduzido em âmbito nacional; (c) incentivar os movimentos de idosos a desenvolver atividades culturais; (d) valorizar o registro da memória e a transmissão de informações e habilidades do idoso aos mais jovens, como meio de garantir a continuidade e a identidade cultural; (e) incentivar e criar programas de lazer, esporte e atividades físicas que proporcionem a melhoria da qualidade de vida do idoso e estimule a sua participação na comunidade.

O ponto de vista de Ana Maria Viola de Sousa²²⁸ sobre a Lei n° 8.842 de 1994 que estabeleceu a PNI:

²²⁸ A. M. V. Sousa. Tutela jurídica do idoso. 2004. p. 124.

Ela veio consolidar os direitos dos idosos já assegurados na Constituição Federal, apresentando formas de concretização de instrumento legal capaz de coibir a violação desses direitos e promover a proteção integral do idoso em situação de risco social, retratando as novas exigências da sociedade brasileira para o atendimento da população idosa, sob o pressuposto da manutenção da Política Nacional do Idoso, como norma orientadora da atuação governamental da área.

Do mesmo modo que enfatiza o Rulli Neto²²⁹ sobre a implementação da PNI, enfatiza-se a implementação da PEI que compete aos órgãos públicos estaduais à estimulação e execução dos seguintes programas:

I – na área da Promoção e Assistência Social: (a) promover o entendimento e a parceria entre organizações governamentais, não-governamentais e a família do idoso, para garantir o atendimento às necessidades básicas e a inclusão em rede social de atendimento e solidariedade; (b) implantar e manter atualizado o sistema estadual de cadastro e de registro, das entidades governamentais e não-governamentais, de atendimento e assistência à pessoa idosa; (c) estimular a criação de formas alternativas de atendimento domiciliar, de acordo com as condições e exigências do idoso, compatíveis com a realidade; (d) garantir, conforme estabelecido em lei, os mínimos direitos sociais ao idoso; (e) assegurar ao cidadão idoso, sem condições de prover sua subsistência, modalidades de atendimento, institucional ou não, por meio de órgãos públicos e privados, contratados ou conveniados, prestadores de serviço à população; (f) facilitar, junto aos órgãos competentes, o processo de orientação e encaminhamento de pedidos para obtenção de aposentadoria e de benefícios de prestação continuada; (g) estimular a integração social dos idosos; (h) garantir formas de parceria para ajudar na manutenção das entidades que atendem em regime de abrigo, meio aberto ou outras alternativas, por meio de contratos e convênios; (i) priorizar e manter residência temporária para idosos vítimas de violência, vulneráveis e em situação de risco, podendo, para tanto, estabelecer parcerias; (j) planejar, coordenar e supervisionar estudos, levantamentos pesquisas e publicações sobre a situação social do idoso.

II – na área da saúde: (a) garantir ao idoso, nos serviços públicos estaduais, assistência a sua saúde; (b) incentivar a formação de equipes multiprofissionais e interdisciplinares, para garantir um atendimento aprimorado; (c) assegurar a internação hospitalar aos cidadãos idosos doentes que dela necessitem; (d) assegurar o fornecimento gratuito de medicamentos, especialmente os de uso continuado, e de outros recursos necessários à recuperação da saúde, para idosos de baixa renda; (e) criar, aplicar e fiscalizar, dentro dos limites constitucionais de sua competência, as normas que regem os serviços prestados aos idosos pelas instituições geriátricas; (f) incentivar o atendimento preferencial aos idosos, com hora marcada e em domicílio, nos diversos níveis do Sistema de Saúde; (g) apoiar os programas destinados a prevenir, promover, proteger e recuperar a saúde do idoso; (h) garantir a capacitação dos profissionais da saúde ligados aos serviços de atendimento de idosos, bem como a orientação a cuidados familiares e grupos de auto-ajuda; (i) garantir os serviços médicos e hospitalares aos idosos asilados, portadores de doenças crônicas ou terminais; (j) estimular e apoiar a criação e implantação de unidades geriátricas, com pessoas especializado nas áreas de geriatria e gerontologia social; (l) assegurar atendimento

²²⁹ Rulli Neto. Op. cit.

especializado aos idosos portadores de deficiência ou com limitação incapacitante.

III – na área da educação, ciência e tecnologia: (a) promover seminários, simpósios, encontros, palestras, cursos e fóruns permanentes de debates, procurando criar uma nova cultura na sociedade em relação ao processo de envelhecimento; (b) estabelecer programas de estudo e pesquisa sobre a situação do idoso em parceria com os poderes públicos, organizações governamentais e a sociedade; (c) desenvolver programas que reparem as famílias e a sociedade para assumirem as responsabilidades sobre seus idosos; (d) incentivar o acesso do idoso a curso de alfabetização e outros níveis de ensino, inclusive o universitário; (e) apoiar programas que eduquem a sociedade em geral a não discriminar o idoso; (f) estimular a transmissão, em lugares públicos, de mensagens educativas sobre os idosos; (g) incentivar e apoiar a criação de núcleos de estudo e publicações de livros e periódicos sobre o envelhecimento; (h) inserir, nos currículos do ensino formal, conteúdos voltados para o processo de envelhecimento, de forma a eliminar preconceitos e a produzir conhecimento sobre o assunto.

IV – na área do trabalho e previdência social: (a) estimular, nos centros de convivência, a prestação de serviços de laborterapia e terapia ocupacional; (b) estimular a realização de cursos para a habilitação de profissionais, atendentes e cuidadores de idosos; (c) incentivar a capacitação e a reciclagem profissional, com vistas à inserção do idoso no mercado de trabalho, evitando qualquer tipo de discriminação; (d) estimular programas de preparação para a aposentadoria; (e) apoiar programas que estimulem o trabalho voluntário do idoso nos serviços comunitários; (f) incentivar programas que orientem ações em forma de mutirão a favor dos idosos.

V – na área da habitação e urbanismo: (a) implantar e estimular programas habitacionais para os idosos de baixa renda, respeitando o direito de cada um à sua individualidade, liberdade e privacidade; (b) implementar programas públicos que visem facilitar a locomoção do idoso, eliminando as barreiras arquitetônicas e urbanas; (c) formular programas que melhorem as condições do transporte e da segurança dos coletivos urbanos e intermunicipais, introduzindo as necessárias adaptações e regulamentações; (d) viabilizar o direito do idoso ao transporte gratuito; (e) promover a construção de centros de convivência e centros dia, em parceria com organizações governamentais e não-governamentais.

VI – na área da justiça/cidadania/segurança: (a) divulgar a legislação acerca do atendimento à pessoa idosa; (b) zelar pela aplicação das leis e da Política do Idoso; (c) estimular a criação de Defensoria do Idoso; (d) promover estudos para alterar e atualizar a legislação, visando à garantia dos direitos dos idosos; (e) receber representações e agilizar providências para seu encaminhamento legal, fomentando a articulação da Rede de Atendimento de Proteção e Defesa do Idoso; (f) criar e manter Delegacia Especializada de Proteção ao Idoso; (g) incentivar a criação de Varas Especializadas e exclusivas do idoso, bem como o atendimento preferencial.

VI – na área da cultura, esporte, turismo e lazer: (a) apoiar iniciativas que ofereçam ao idoso oportunidade de produzir e usufruir os bens culturais; (b) estabelecer mecanismos que facilitem o acesso do idoso aos locais e aos eventos culturais; (c) estimular a participação dos idosos em atividades culturais; (d) valorizar o registro da memória e a transmissão de informações e habilidades dos idosos aos mais jovens, como meio de garantir a continuidade e a identidade cultural; (e) estimular a organização de eventos em espaços e locais onde os idosos possam colocar suas experiências à consideração e apreciação do público e das gerações mais novas; (f) promover programas de lazer, de turismo e de práticas esportivas que proporcionem uma melhor qualidade de vida; (g) desenvolver ações que estimulem as organizações governamentais e não governamentais a destinarem áreas de lazer para os idosos, tanto na Capital como no Interior;

(h) estimular o turismo para idosos, mediante a oferta de viagens e excursões de baixo custo.²³⁰

As políticas públicas governamentais têm procurado implementar modalidades de atendimento aos idosos tais como, Centros de Convivência – espaço destinado à prática de atividade física, cultural, educativa, social e de lazer, como forma de estimular as pessoas idosas a participarem no contexto social no qual estão inseridos.

Em 28 de dezembro de 2006, o CN – Congresso Nacional decretou e o Presidente da República (na época), Luiz Inácio Lula da Silva sancionou a Lei nº 11.433, que dispõe sobre o Dia Nacional do Idoso no Brasil que ficou instituído o dia 1º de outubro de cada ano, para ser celebrado por todos os órgãos públicos responsáveis que coordenam e implementam a PNI, estes terão que promover e divulgar eventos que valorizem a pessoa idosa na sociedade. Assim como, a PEI terá que valorizar a importância do trabalho do idoso para o Estado, até porque envelhecer é um direito de todos.

2.6 O Estatuto do Idoso

O estatuto do idoso, Lei nº 10.741²³¹, sancionada pelo então Presidente da República, Luiz Inácio Lula da Silva, e aprovada pelo SF – Senado Federal em 1º de outubro de 2003, foi criada com a finalidade de garantir ao idoso, dignidade e cidadania. De acordo com Rulli Neto²³², o Estatuto do Idoso segue as diretrizes da Política Nacional do Idoso, em vários parâmetros. Mas, o próprio Estatuto instituiu mecanismos de segurança de cumprimento de seus pareceres, com a cautela de fiscalizar e sancionar tudo de antemão. Braga²³³ enfatiza a importância do Estatuto do Idoso, conforme se pode ver:

Esta lei é um marco importante no estudo dos direitos dos idosos brasileiros. Tanto assim que merece estudo próprio e individualizado, no entanto, é impossível deixar de citar, ao menos, alguns de seus pontos importantes. E

²³⁰ Lei nº 8.368, de 6 de janeiro de 2006, Política Estadual do Idoso. Art. 13º. 2007. p. 67-72.

²³¹ Lei nº 10.741 de 1 de outubro de 2003. Estatuto do Idoso. 2003.

²³²A. Rulli Neto. Proteção legal do idoso no Brasil. 2003.

²³³ P. M. V. Braga. Direitos do Idoso. 2005.

uma vez definida a pretensão, podemos afirmar que sua maior contribuição é, sem dúvida alguma, a publicidade dada à temática do envelhecimento. A sociedade começa a perceber-se como envelhecida e os índices já divulgados pelos institutos de pesquisa passam a ser notados. O Estatuto do Idoso é um instrumento que proporciona autoestima e fortalecimento a uma classe de brasileiros que precisa assumir uma identidade social. Ou seja, o idoso brasileiro precisa aparecer! Precisa se inserir na sociedade e, assim, passar a ser respeitado como indivíduo, cidadão e participar da estrutura politicamente ativa.²³⁴

O Estatuto do Idoso, para Rulli Neto²³⁵:

Está sedimentado na proteção ativa aos idosos, assim como, nos mecanismos de educação e conscientização da sociedade. E diz mais, que o Estatuto do Idoso não inova somente quando se refere à proteção da pessoa idosa, mas também quando faz cobranças às pessoas envolvidas no funcionamento efetivo do que foi anteriormente visto pelo legislador.

Nesse sentido, o Moraes²³⁶ pensa o seguinte:

Ao garantir atendimento preferencial, imediato e individualizado junto aos órgãos públicos e privados prestadores de serviços da população, viabilização de formas alternativas de participação, ocupação e convívio do idoso com as demais gerações, capacitação e reciclagem dos recursos humanos nas áreas de geriatria e gerontologia e na prestação de serviços aos idosos, estabelecimento de mecanismos que favoreçam a divulgação de informações de caráter educativo sobre os aspectos biopsicossociais de envelhecimento e garantia de acesso à rede de serviços de saúde e de assistência social locais, entre outras formas de prioridade à terceira idade, a nova legislação brasileira reconheceu, como se faz nos países europeus, o envelhecimento como um direito social, a ser devida e especificamente protegido. A nova legislação será mais um valioso instrumento para a continuidade do trabalho prioritário que o Poder Público deve realizar defesa da efetividade dos direitos da terceira idade.

Percebe-se que o Estatuto do Idoso não somente criou direitos, como também um sistema completo de proteção ao idoso. No Brasil, quando uma lei é aprovada e colocada em prática, leva certo tempo até atingir seus objetivos, ou seja, fazer as mudanças que desejamos, para isso, nós temos que nos dedicar e nos empenhar na sua fiscalização para que a lei seja cumprida. Sousa diz que:

²³⁴ P. M. V. Braga. Direitos do Idoso. 2005. p. 186.

²³⁵ Rulli Neto, op.cit., p. 42.

²³⁶ A. Moraes. Direito constitucional. 2007. p. 805.

Com o envelhecimento populacional e a ascensão dos direitos humanos, os idosos estão obtendo a revalorização e o reconhecimento de seus direitos na atual sociedade, mas, ainda que legislações de âmbito federal, estadual e municipal estabeleçam atendimentos prioritários, ocorrem diuturnamente descumprimentos impunes.

Situar o idoso no seio da família, individualizá-lo como cidadão é, portanto, imperioso para garantir todos os seus direitos previstos nos ordenamentos jurídicos, os quais existem em função do homem e da sociedade.²³⁷

Ressaltamos que a nossa Carta Magna, juntamente com a PNI e o Estatuto do Idoso colocam a família brasileira como parte fundamental na proteção à pessoa idosa. A família sendo uma instituição natural tem a função de proteger, de respeitar, de dar afeto, de dar o alimento, de dar um lar como princípios para sustentar seus próprios membros, assim como, o próprio desenvolvimento da sociedade.

Segundo uma observação de Rulli Neto²³⁸ quanto à necessidade da criação de política de proteção à família:

Criação de política de proteção à família e, do mesmo modo, para a formação e amparo do indivíduo como relevante para o crescimento humano, social e econômico, que reflete em toda a sociedade é de suma importância no sentido de valorização e proteção desta que é a origem de toda sociedade.

Em contrapartida, Sousa²³⁹ diz que:

O ser humano é um ser social e a sua história é a história de sua família. A manutenção dessa raiz amolda-se à estrutura da nossa sociedade brasileira, na medida em que o comportamento do povo é o reflexo do comportamento familiar.

Rulli Neto também contribui ao destacar os direitos e as garantias dadas aos idosos após a aprovação da Lei n° 10.741, vejamos:

Amparo à Saúde – a manutenção da saúde dos indivíduos, dentro dos padrões comumente utilizados é dever do Estado, cabendo à União, Estados, Municípios e Distrito Federal, zelar independentemente ou em conjunto, pelo trabalho de prevenção e tratamento.

²³⁷ A. M. V. Sousa. Tutela jurídica do idoso. 2004. p. 178.

²³⁸ Rulli Neto, op.cit., 2004. p. 64.

²³⁹ A. M. V. Sousa, loc.cit. p. 180.

Educação – o Estatuto do Idoso coloca como obrigação da família, da comunidade, da sociedade e do Poder Público assegurar ao idoso, com absoluta prioridade, a efetivação do direito à educação. Ou seja, o Poder Público, em última instância, deverá criar mecanismos para assegurar a educação do idoso.

Cultura – o direito a cultura assegurado pelo Estatuto também é amplo, pois compreende diversões, espetáculos, meia-entrada etc. A intenção do legislador foi realmente ampla ao permitir ao idoso, especialmente com a meia-entrada, maneira mais efetiva de acesso à cultura.

Esporte – o acesso ao esporte é um direito do idoso, sendo que sua prática deve respeitar as peculiaridades e condições de idade. Assim, as unidades esportivas devem também estar preparadas ao atendimento esportivo e de recreação da população.

Lazer – É obrigação da família, da comunidade, da sociedade e do Poder Público assegurar ao idoso, com absoluta prioridade, a efetivação do direito ao lazer. O idoso tem direito ao lazer, diversões, espetáculos, em condições que respeitem sua peculiar condição de idade.

Trabalho – o Estatuto do Idoso assegura o direito ao exercício de atividade profissional, respeitadas suas condições físicas, intelectuais e psíquicas. É proibida a discriminação e a fixação de limite máximo de idade, na admissão do idoso em qualquer trabalho ou emprego.

Previdência Social – o Estatuto do Idoso determina que os benefícios de aposentadoria e pensão do Regime Geral da Previdência Social observarão, na sua concessão, critérios de cálculo que preservem o valor real dos salários sobre os quais incidiram contribuição.

Assistência Social – é garantida a todos e implementada de acordo com normas específicas para cada situação, lembrando-se que a assistência social não se baseia em caridade, mas na promoção da dignidade da pessoa humana visando à sua integração. O Estatuto do Idoso traz disposições específicas acerca da assistência social que será prestada, de forma articulada, conforme os princípios e diretrizes previstos na Lei Orgânica da Assistência Social, na Política Nacional do Idoso, no Sistema Único de Saúde e demais normas pertinentes.

Habitação – o idoso tem direito a moradia digna, no seio da família natural ou substituta, ou desacompanhado de seus familiares, quando assim o desejar, ou, ainda, em instituição pública ou privada.

Acessibilidade – o Estatuto do Idoso garante o direito à vida digna, com eliminação de barreiras arquitetônicas e urbanísticas, para garantia de acessibilidades em programas habitacionais públicos ou subsidiados com recursos públicos.

Transporte – o Estatuto do Idoso segue a Constituição e asseguram aos maiores de 65 anos, gratuidade dos transportes coletivos públicos urbanos e semi-urbanos. A gratuidade não vale para os serviços seletivos e especiais, quando prestados paralelamente aos serviços regulares. O Estatuto determina também que nos veículos de transporte coletivo, devem ser reservados 10% dos assentos para os idosos, devidamente identificados com a placa de reservado preferencialmente para idosos.²⁴⁰ (grifo nosso)

O Estatuto do Idoso antes de ter sido aprovado, foi analisado todos os direitos e as garantias da pessoa idosa, e, apesar de algumas falhas podemos dizer que foi a maior conquista na área do envelhecimento no Brasil. Mas, existe “ainda” a necessidade de sua efetiva implantação.

E para que isso ocorra, será necessário que todos possam vivenciá-lo diariamente, dando um tratamento melhor e com dignidade aos cidadãos idosos e não

²⁴⁰ Rulli Neto, op.cit., p. 155.

apenas ficar esperando que o governo ou alguma instituição cuide deles, pois somente com ações conjuntas, estando a população envolvida, será possível dar o pontapé inicial a este movimento.

2.7 O Idoso no Contexto Familiar

De acordo com Nina e Paiva²⁴¹ o desenvolvimento da sociedade tem demonstrado que *“a família é capaz de resolver ou ajudar a resolver problemas biopsicossociais, individuais ou coletivos, apesar de poder ser também geradora de conflitos e doenças”*.

Desta forma, a família deve ser uma estrutura que proporciona uma melhor adaptação, proteção, participação, crescimento e apoio afetivo. Contudo, vale ressaltar, que nem todas as famílias agem dessa maneira, muitas isolam os idosos, os maltratam, cometem com eles, a chamada violência doméstica, esta que vem sendo crescente no Brasil.

No decorrer da vida, as pessoas assumem múltiplos papéis, assim, é essencial que estejam preparados para os mesmos. Um dos papéis inevitáveis é o do envelhecimento, onde o indivíduo fica bem mais vulnerável, tanto fisicamente, quanto psicologicamente.

Entender a dinâmica familiar dos idosos é fator crucial, tendo em vista que eles tendem, na maioria das vezes, a disfarçar o seu real posicionamento no agregado familiar. De acordo com Fernandes²⁴² hoje, as famílias se organizam em torno de laços de parentesco, construindo relações através das quais circulam ajudas, bens e afetos.

As relações familiares são de suma importância para o dia a dia do idoso, haja vista, o sentimento de solidão é bem comum na velhice. A problemática atual está na

²⁴¹ Apud R. Martins, et al. A Vida... Vista pelos Idosos. 2010, p. 25.

²⁴² Ibid.

formação familiar que tem mudado e com isso os idosos não recebem os cuidados que necessitam²⁴³ (NERI, 1993).

Hernandis²⁴⁴ enfatiza que dentre os membros da família o cônjuge é considerado pelo idoso o mais importante. Apenas em sua ausência necessitam de ajuda de filhos ou outros parentes próximos. Nesse contexto, deve-se atentar às formas de tratamento que os idosos recebem, pois muitas vezes os maus tratos são mascarados pelo conceito de lar.

2.8 O Idoso no Contexto Social

Considerando as limitações físicas e biológicas que passam a ser inevitáveis durante a terceira idade, por mais qualidade de vida que o idoso tenha as suas capacidades físicas e psicológicas não são mais as mesmas.

Fraiman²⁴⁵ fala sobre a perspectiva social do idoso, que segundo ela são coagidos ao isolamento, pois para a autora a sociedade gira em torno da população jovem, deixando os idosos aquém de suas atividades.

É importante para o idoso um convívio social saudável onde possa haver troca de experiências evitando assim o isolamento e a ociosidade e até mesmo a crença de que não são inúteis. Para Bulla e Kunzler²⁴⁶:

Para enfrentar essas mudanças, por um lado, é necessário que os idosos recriem novas alternativas de participação, lazer e ocupação do tempo livre, mas por outro, é imprescindível que a sociedade garanta o desenvolvimento integral e permanente do homem também nessa etapa da vida.

²⁴³ A. L. Neri. Qualidade de vida e idade madura. 1993.

²⁴⁴ S. P. Hernandis. El apoyo social y las relaciones sociales de las personas mayores. 2005. p. 221-256.

²⁴⁵ A. P. Fraiman. Coisas da idade. 1995.

²⁴⁶ L. C. Bulla; R. Kunzler. Envelhecimento e gênero. 2005, p. 82.

Acreditam Rizolli e Surdi²⁴⁷ que grupos de convivência para idosos constituem uma alternativa eficiente para que estes ocupem seu tempo livre com programação de lazer, além da construção de laços afetivos.

Importante destacar a referência de Bulla e Kunzler (2005) acerca das universidades para terceira idade que são capazes de fazer com que o idoso se sinta realizado, com ideia de autonomia, independência e vontade de viver.

2.9 A Problemática da Violência contra o Idoso

Nos últimos tempos, vem ocorrendo um acelerado envelhecimento da população, assim, em razão do aumento da expectativa de vida da população mundial, muitos países convivem com idosos de distintas gerações, com necessidades variadas, exigindo políticas assistenciais peculiares²⁴⁸ (SOUZA et al, 2007).

A violência já faz parte do cotidiano de muitos idosos no contexto social brasileiro, em qualquer lugar, o idoso está vulnerável a qualquer maltrato, independente de sua natureza, por mais simples que seja, são conflitos de relações interpessoais que afetam a convivência pacífica, a solidariedade humana e, conseqüentemente, a qualidade de vida das pessoas.

A violência contra o idoso não é um fato recente no Brasil, ela o acompanha no decorrer da história da humanidade e vem crescendo em proporções alarmantes. Acredita-se que este fato se deve à falta de denúncia, poucos têm coragem de realizar a denúncia, inclusive os próprios idosos que são vítimas, pois na maioria das vezes, são dependentes dos agressores, sem falar nas limitações físicas dos mesmos.

A violência cometida contra os idosos vai desde descuido, omissão, ofensas morais ou físicas, e ainda através do isolamento que estes enfrentam da sociedade. A violência doméstica contra os idosos é tema de bastante complexidade, envolve aspectos

²⁴⁷ D. Rizolli; A. C. Surdi. Percepção dos idosos sobre grupos de terceira idade. 2010. p. 225-233.

²⁴⁸ J. A. V. Souza et al. Violência contra os idosos. 2007. [Consul. Abr 2013] Disponível na internet: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0034-71672007000300004&lng=&nrm=iso>.

como as condições de vida, os aspectos sociais e os valores e princípios morais construídos ao longo da vida, deve-se levar em conta que o problema fere a dignidade das vítimas.

Estudar sobre a violência contra os idosos leva a uma reflexão sobre a falta de estrutura e políticas sociais no Brasil voltadas para o bem estar destas pessoas, o que culmina com o aumento dos maus tratos sofridos pelos mesmos.

De acordo com Minayo²⁴⁹ em 1987, alguns autores internacionais tentaram classificar os maus tratos por ação e/ou omissão, todos concluíram que o problema é bem maior e complexo do que parece, e independe de etnias e classes sociais. Os maus tratos sofridos pelos idosos podem ser classificados como: maus tratos físicos, psíquicos, e econômicos.

Os maus tratos físicos são caracterizados por lesões repetidas não justificáveis, por queimaduras, feridas, erosões, hematomas, fraturas, entre outros que representem que o idoso sofreu agressões de natureza física. Os maus tratos psíquicos são aqueles que consistem em agressões ou insultos verbais, em omissão, em ameaças ou censuras, em desprezos e isolamento do indivíduo, de suas ideias e vontades, ou seja, agridem o psicológico do idoso. No caso dos maus tratos econômicos, são aqueles caracterizados por roubo de bens e imóveis, saques de dinheiro com cartão mediante fornecimento de senha pelo idoso, privação ao idoso de seus próprios pertences, mau uso dos bens do idoso.

Nesse contexto, Kauffman²⁵⁰ elucida que os maus tratos ao idoso podem assumir desde dano físico real ou a angústia mental à negação dos serviços médicos e sociais, necessários. O abuso contra o idoso pode ser exercido pelos membros da família, pelos atendentes ou pelos próprios profissionais da saúde. Contudo, a violência contra o idoso é predominante no contexto familiar.

²⁴⁹ M. C. S. Minayo. Social Violence from a Public Health Perspective. 1994. p. 07-18.

²⁵⁰ T. L. Kauffman. Manual de Reabilitação Geriátrica. 2001.

Ressalta-se, que justamente, pela maior parte da violência contra o idoso ser cometida dentro do próprio seio familiar, muitas vezes, por seus filhos, há uma maior dificuldade de diagnóstico, tendo em vista que as agressões físicas podem se confundir com as doenças próprias da idade, como fraturas, demências, e ainda, que muitos deles não denunciam por medo ou vergonha de denunciar seus próprios filhos ou familiares.

Para diferenciar os maus tratos de possíveis patologias, faz-se necessário que os médicos realizem o histórico clínico do idoso, criando um ambiente descontraído que facilite confidências em relação ao problema. Deve-se atentar ainda, se o acompanhante do idoso naquele momento é o mesmo que lhe presta cuidados em seu dia a dia, se existem lesões antecedentes que não foram bem explicadas, e se foram ocasionadas de modo intencional ou negligenciada, deve-se analisar, ainda, o estado de nutrição do idoso. Com isso, pode ser verificado o tratamento adequado em caso de patologias, ou a intervenção social, no caso de violência, para que as mesmas não se repitam.

Em geral, o tipo de violência que predomina é a agressão física com lesão corporal, somada a outros tipos de violência, como psicológica, abandono, negligência, apropriação indevida e tentativa de homicídio.

A denúncia da violência, geralmente, é feita pelos próprios idosos, que denunciam somente quando são movidos pela dor e pelo medo, depois de terem sofrido inúmeras agressões e ameaças. A violência cometida contra idosos infringe dor e sofrimento provocando sérios traumas físicos, morais e psicoemocionais, bem como, sociais.

2.10 O Idoso e sua Saúde

A terceira idade é um período complexo quanto à manutenção da saúde. Ao longo dos anos, o corpo se desgasta em graus diferentes devido às agressões causadas por uma nutrição deficiente, tabagismo, consumo exagerado de gorduras e bebidas alcoólicas, sedentarismo, estresse, poluição, doenças, remédios e outros fatores. Além disso, o organismo do idoso perde a chamada reserva funcional, ou seja, a capacidade

de responder de maneira adequada ao ser exigido além do normal, como durante uma cirurgia ou uma doença que porventura possa acometer o idoso.

É importante ressaltar que embora a maioria dos idosos apresente pelo menos uma doença crônica, é possível continuar vivendo com qualidade desde que estas doenças sejam controladas. Muitas vezes o surgimento da doença é inevitável, pois se efetiva devido ao desgaste natural do organismo, porém, podendo ser prevenida ou retardada se houver uma consciência e preparação para o enfrentamento desta fase, resgatando a própria dignidade e propiciando uma melhor qualidade de vida²⁵¹ (OLIVEIRA, 2006).

Conforme menciona Bandeira et al²⁵² algumas patologias mais frequentes ao processo do envelhecimento que podem levar o idoso à hospitalização são:

Sistema Cardiovascular: enfarto, angina, insuficiência cardíaca. São fatores de risco para essas doenças o sedentarismo, o fumo, o diabetes, o colesterol alto e a obesidade. Entre os sintomas das doenças estão falta de ar, dor no peito, palpitações e inchaço. Para preveni-las é preciso praticar atividades físicas, não fumar, controlar o peso, o colesterol e o diabete. Como atividade física, pode ser adotada a caminhada, três vezes por semana, com duração de meia hora.

Acidente Vascular Cerebral (AVC): Os fatores de risco são semelhantes aos das doenças cardiovasculares: fumo, sedentarismo, obesidade e colesterol elevado, além da hipertensão. A prevenção, também, é feita por meio de atividades físicas e controle da pressão arterial, do peso e do colesterol, além do abandono do cigarro.

Sistema respiratório – a) Pneumonia: Pacientes idosos com gripe, enfisema e bronquite anteriores e os que estão restritos ao leito estão no grupo de risco da doença.

²⁵¹ L. C. C. Oliveira. Doença invisível, medicina ambígua. 2006. [Consult. Jun 2013] Disponível na internet: <<http://www.ergonet.com.br/download/ler-correia.pdf>>.

²⁵² F. Bandeira et al. Vitamin D Deficiency. 2006.

Seus sintomas são febre, dor ao respirar, escarro e tosse. Uma das mais eficazes formas de prevenção é a vacinação, tanto contra a gripe como contra a pneumonia; **b) Enfisema e bronquite crônica:** Entre os fatores de risco dessas doenças estão o fumo, a ocorrência de casos na família e a poluição excessiva. Os médicos recomendam manter a casa ventilada e aberta ao sol, além de cessar o tabagismo. Os sintomas são tosse, falta de ar e escarro.

Sistema Geniturinário – a) Infecção urinária: Homens que sofrem de retenção urinária e mulheres de incontinência correm o risco de apresentar a doença, cujos sintomas são ardor ao urinar e vontade frequente de ir ao banheiro.

Sistema músculo-esquelético – a) Osteoporose: Mais comum nas mulheres, nas quais o risco é sete vezes maior, é resultado do enfraquecimento dos ossos do corpo. Dieta pobre em cálcio, fumo e sedentarismo são agravantes da doença. Geralmente a osteoporose é diagnosticada quando o paciente sofre alguma fratura. A prevenção é feita por meio de atividades físicas, dieta com alimentos ricos em cálcio e abandono do cigarro; **b) Osteoartrite:** As dores nas articulações (joelho, tornozelo e coluna) e nas mãos são os principais sintomas da doença, cujos fatores de risco são obesidade, traumatismos e história familiar. Para se prevenir, é preciso controlar o peso e praticar atividades físicas.

Sistema endócrino – a) Diabetes mellitus: As pessoas que apresentam essa doença têm como sintomas muita sede e aumento no volume de urina. São fatores de risco a obesidade, o sedentarismo e a existência de casos na família. Os médicos orientam os pacientes a controlar o peso e a taxa de glicose no sangue.

Sistema Nervoso – a) Mal de Parkinson: É causado pela morte de neurônios ou pela perda da capacidade da célula nervosa de atuar no controle dos movimentos do corpo. O paciente apresenta tremores, rigidez nos músculos, dificuldades de locomoção e equilíbrio. Tratamentos com medicamentos reduzem os efeitos da doença. Não há modo de prevenção; **b) Doença de Alzheimer:** É a forma mais comum de demência entre os idosos. São atingidas as partes do cérebro que controlam o pensamento, a

memória e a linguagem. A causa da doença ainda é desconhecida, mas sabe-se que a idade é um dos principais fatores de risco. Os sintomas aparecem de forma lenta, primeiramente, com a dificuldade de lembrar-se de eventos recentes, nomes de pessoas e coisas familiares, até chegar a um grave dano cerebral. Nenhum tratamento pode deter o Alzheimer, mas há medicamentos que amenizam alguns sintomas.

Sistema Sensorial – a) Catarata: Atinge o cristalino, a chamada “lente do olho”, formando uma camada que atrapalha e deixa a visão nebulosa. Pode levar à cegueira, mas uma cirurgia simples remove a catarata, devolvendo a visão ao paciente. O índice de recuperação satisfatória chega a 90% dos casos; **b) Glaucoma:** É causado pelo aumento da pressão intraocular, o que pode afetar o nervo óptico e causar a perda da visão. Na maioria dos casos, as pessoas não apresentam sintomas quando a doença ainda está se desenvolvendo, antes de atingir o nervo óptico. A melhor forma de prevenir-se é fazer exames regulares. O tratamento pode incluir medicamentos e cirurgia.

Com relação aos problemas e riscos específicos para a população idosa que passa a fazer parte do contingente de hospitalizados, refere-se principalmente o enfraquecimento de diversos mecanismos fisiológicos protetores. Além do problema físico que motivou a sua internação, está também a questão da baixa autoestima, depressão e sensação de inutilidade. Estes aspectos podem ser decorrentes da perda do seu papel ativo na sociedade e, muitas vezes, da falta de respeito pela sua experiência de vida. Segundo Sthal et al²⁵³:

O grupo etário dos 60 anos apresenta maiores índices de morbidade em relação aos outros grupos. Os idosos apresentam números mais expressivos de doenças crônicas em relação aos mais jovens [...].

A população idosa é o grupo que mais consome benefícios da saúde complementar, essa população tende a sofrer com as privações que enfrentam nas longas filas a espera de atendimento, situações que denotam preconceitos e

²⁵³ H. C. Sthal et al. Caracterização de idosos internados em enfermaria de pronto-socorro quanto à vulnerabilidade social e programática. 2010. p. 700.

constrangimentos que interferem na autonomia, integração e participação dos mesmos na sociedade.

2.11 A Exclusão Social do Idoso e o Processo de Intervenção

No contexto social brasileiro, observamos que o envelhecimento tem ficado à margem da sociedade, o que é muito preocupante. Em contrapartida, o envelhecimento humano no Brasil tem sido uma questão explorada por pesquisadores, epidemiologistas e estatísticos por meio de investigações científicas encontradas na literatura nacional e internacional, que revelam a projeção evidente desta população de idosos. Então, buscamos estudar o envelhecimento como fator de “exclusão social”.

Os autores Vieira et al²⁵⁴ ao analisarem o conceito de exclusão social perceberam que ele é recente, ainda que, o processo delimitado por ele não o seja. Os mesmos autores também esclarecem que o conceito de exclusão social, às vezes, é compelido com os de desigualdade e pobreza, e abrem um parêntese para explicar as diferenças entre eles:

As desigualdades sociais são estruturais no modo de produção capitalistas e têm sido uma característica histórica predominante no Brasil, que se caracteriza como um dos países de maior concentração de renda e desigualdades sociais e que entendemos ser fundamental na compreensão do processo de exclusão social.

Outro conceito ou termo relacionado, porém distinto da exclusão social, é a pobreza. A pobreza é definida pela falta de acesso às necessidades básicas para se ter uma vida digna ou adequada, baseada geralmente em relação à insuficiência de renda pelos indivíduos.²⁵⁵

Observamos que a exclusão social é resultante de vários fatores e as situações de inclusão social das pessoas apresentam múltiplas dimensões, tanto objetivas quanto subjetivas. De acordo com Nascimento²⁵⁶(apud MELAZZO, 2010) o processo de exclusão social para ser analisado é considerado cinco dimensões das quais neste trabalho iremos analisar somente duas: social e política.

²⁵⁴ A. B. Vieira et al. Exclusão social: a formação de um conceito. 2010. p. 34-36.

²⁵⁵ Ibid. p. 37.

²⁵⁶ Apud. Melazzo; Guimarães. Exclusão social em cidades brasileiras. 2010. p. 47.

Dimensão social: representada por uma parcela da população que se vê impossibilitada de participar da vida social da família ou da comunidade, que perde seus vínculos básicos e que é conduzida às formas e estratégias mais inesperadas de sobrevivência. [...]. Dimensão política: [...] essa dimensão que está relacionada às possibilidades de existência de qualidade política nas relações sociais, ou seja, a existência da exclusão social estaria ligada à pobreza política. A exclusão social também deve ser analisada pela ótica da participação política, [...], seja a partir das lutas sociais por melhorias nas condições materiais básicas, seja nas lutas por maior representatividade política por parte da população menos beneficiada ou excluída, seja nos movimentos reivindicatórios que confluam para além daquilo que era o ponto inicial da luta e que se convertam em uma forma de luta por transformações mais amplas e coletivas para a sociedade como um todo.²⁵⁷

De acordo com Vieira et al²⁵⁸ “a exclusão social pode ser resultado da submissão de um indivíduo ou grupo à pobreza, da mesma forma que, pode ser resultado de valores culturais”. Os idosos, por exemplo, eles dizem que “são excluídos não porque são velhos ou estão relacionados à pobreza, mas por estarem socialmente relacionados a valores culturais, sociais e morais [...]”.

A exclusão social é um fenômeno que somente pode ser analisado quando se considera a historicidade do processo ao qual é referido. Portanto, ao observarmos o envelhecimento que é um processo natural na vida de todos os seres humanos que se apresenta com transformações físicas, psicológicas e sociais que abordam de forma característica cada pessoa com longevidade. Esta fase pondera sobre a própria existência, onde a pessoa idosa conclui que alcançou muitos objetivos, mas também sofreu muitas perdas, das quais a saúde ganha destaque como um dos aspectos mais comprometidos.

Segundo o entendimento de Moraes²⁵⁹, há uma percepção de evolução social que traz grandes avanços para a sociedade:

A intensidade e a efetividade do respeito aos idosos demonstram o grau de desenvolvimento educacional de um povo, e somente com educação integral poderemos garantir a perpetuidade e a efetividade do Estado Democrático de Direito, a partir da formação de consciência de cidadania e justiça em todos os cidadãos.

²⁵⁷ Apud. Melazzo; Guimarães. Exclusão social em cidades brasileiras. 2010. p. 48.

²⁵⁸ A. Benjamim Vieira et al. 2010. p. 49.

²⁵⁹ A. Moraes. Direito constitucional. 2002. p. 805.

De acordo com Rulli Neto²⁶⁰ essa evolução, não deixa de ser contraditória, pois:

A Constituição brasileira, ao garantir os direitos a todos os cidadãos brasileiros ou estrangeiros aqui residentes, tais como respeito à vida, à cidadania, à dignidade, entre outros, não está sendo aplicado aos idosos, pois a sociedade atual valoriza mais os jovens. Em contrapartida, observa-se a necessidade de adoção contínua de comportamentos sociais e estatais visando a proteger a pessoa idosa, medidas que garantam a proteção dos direitos humanos.

Segundo Braga²⁶¹ expõe seu pensamento dizendo que: só reconhecendo todos os ciclos da vida que a sociedade brasileira será ética.

Quando o Brasil reconhecer o potencial de seus membros idosos, passará a lutar para que o direito os reconheça como cidadãos. E, finalmente, se os idosos tiverem sua cidadania reconhecida e garantida, será possível dividir entre a família, o estado e a sociedade, a responsabilidade e o prazer de cuidar daqueles, que estão envelhecendo. Quando estivermos neste grau de evolução, estaremos conquistando o nosso próprio espaço no futuro e resguardando a nós mesmos um envelhecimento digno. Neste momento, poderemos nos identificar como uma sociedade ética, que reconhece todos os ciclos da vida e os preserva sem distinção. A criança, o adolescente, o adulto e o idoso têm o mesmo espaço social e o mesmo direito ao respeito, respeito esse entendido na sua forma mais ampla.

Ana Maria Viola de Sousa²⁶² se posiciona:

A preocupação com a real situação dos idosos em nosso país nos levou a repensar formas ou meios que conduzissem o legislador e o aplicador do direito a fazer justiça a essa camada crescente em nossa sociedade. Contudo, direitos apenas formalmente inseridos na lei não conferem aos idosos a dignidade, o respeito, e a integração no novo modelo da sociedade atual e nem mesmo na futura.

O objetivo deste item é fazer uma análise sucinta da concepção teórica de intervenção social, com a finalidade de fornecer um referencial para analisarmos e compreendermos o processo de intervenção social que ocorre na política social brasileira. Nessa análise da nossa investigação, consideramos a intervenção social, por apresentar uma semelhança com as ações desenvolvidas nos casos de estudo.

²⁶⁰ A. Rulli Neto. Proteção legal do idoso no Brasil. 2003. p. 43.

²⁶¹ P. M. V. Braga. Direitos do Idoso. 2005. p. 161.

²⁶² A. M. V. Sousa. Tutela jurídica do idoso. 2004. p. 9.

As ações originadas através das relações com o meio social são chamadas de intervenções sociais, juntamente com os agentes (interventores) que a realizam através: do Estado com as suas políticas sociais, das ações de instituições, ou da participação de grupos individuais. Segundo Melazzo²⁶³:

A intervenção do Estado sobre determinada realidade, ou incorporar mecanismos e estruturas de tomadas de decisão ou implementação de ações sujeitas a controles sociais, só isso e somente isso justificaria sua análise mais específica.

As Ciências Sociais fornecem um conjunto de explicações para a construção teórica da intervenção social e os cientistas chamam de paradigmas sociais. Por exemplo: a palavra intervenção tem sua etimologia no latim “interveio” que significa “vir entre” ou “interpor-se”, podendo ser sinônima de interseção, de ajuda ou de uma ação de mediação. Assim como pode ser o oposto, a repressão, a intromissão que pode significar também ambas as ações (as duas faces de uma moeda).

A intervenção se concretiza como ação social a partir da rejeição de uma situação vivida por uma pessoa, por um grupo ou por uma comunidade, e provocada pelo sistema social, mas isso só ocorre se existir um movimento ou uma comunidade de mudança dos agentes envolvidos no processo da intervenção. O interventor do processo necessita possuir um olhar crítico para o social baseado em ações sólidas (reais). O que diferenciará ou determinará o tipo de intervenção a ser realizada, será o olhar crítico do interventor, a saber, se uma intervenção sociopolítica ou uma intervenção assistencial. Para Melazzo²⁶⁴:

[...] O que se coloca de maneira clara é a intencionalidade, os propósitos e a deliberação em torno a uma estratégia de intervenção sobre a realidade. [...]. Estratégias de intervenção que envolve a formulação, o planejamento, a gestão/execução e a avaliação de ações propostas ou implementadas no plano consciente, racional e sem margem a dúvidas ou subjetivismos, uma vez que tais “tarefas” seriam realizadas pelo Estado.

²⁶³ E. S. Melazzo. Políticas públicas. 2010. p. 235.

²⁶⁴ Ibid. p. 237.

A intervenção procura respostas para as questões sociais em relação ao que se pretende no meio social. Ações com propostas organizadas, com um comportamento ético e uma capacidade técnica para intervir de modo efetivo na sociedade são elementos fundamentais na intervenção social.

Assim, a intervenção versa em uma ação social a respeito de um determinado elemento, com o intuito de interpretar as necessidades humanas e também com a finalidade de resolver uma problemática social, que se constitui em uma ação social, individual ou coletiva. A intervenção social busca entender o funcionamento da sociedade se fundamentando através de teorias das relações e das Ciências Sociais. A finalidade das relações sociais é estabelecer uma ordem social construída e aplicada através das ações institucionais situadas entre “o que se pode fazer e o que não se pode fazer”, ou seja, a norma é uma maneira de realizar uma determinada ação do meio externo por uma pessoa.

A intervenção com caráter sociopolítico é verificada através da sua relação com os objetivos sociais (sua relação com o funcionamento e desenvolvimento de uma determinada sociedade), apoiando ou criticando o social. Mas, esse tipo de intervenção sociopolítico só acontece quando os agentes (interventores) da sociedade, atuando através do Estado ou organizados a partir da sociedade civil, identificam uma rejeição na realidade social que esteja afetando a vida diária de algumas pessoas com a origem no funcionamento da sociedade no que diz respeito à normalidade.

Analisamos na nossa investigação as ações voltadas mais para uma intervenção social, que abrange uma ação onde partilham tanto o individual quanto o coletivo, independente da idade, gênero ou etnia, inserido em um contexto sócio histórico. Consideramos um espaço social comum e as relações estabelecidas entre a instituição onde ocorre à intervenção.

A finalidade da análise da intervenção social implica uma ação sobre as pessoas, grupos ou comunidades, com o objetivo de fazer mudanças e possíveis melhorias sociais. Para isso, a intervenção deve reunir princípios flexíveis que sejam capazes de

considerar as particularidades pessoais, culturais e sociais, apresentando como meta os processos de desenvolvimento, autonomia, socialização e humanização.

Contudo, ao esquematizar o modo de intervenção, deve-se observar e avaliar os princípios éticos, culturais, cognitivos, sociais e políticos da sociedade e do grupo na qual a intervenção será realizada. O objetivo é promover o fortalecimento do grupo ou comunidade e seus diferentes segmentos por meio dos processos da intervenção.

Segundo Melazzo referente às políticas públicas, a análise da capacidade de intervenção sobre a realidade, é estabelecida a partir de três fases básicas: formulação, implementação e avaliação.

A elaboração de um projeto ou formulação ou ainda o planejamento de uma ação/intervenção se definiria como um espaço também político, concebido como um processo de trocas e barganhas, conflito e poder. [...]. Nem a etapa do planejamento/formulação é isenta de procedimentos e rotinas que constroem sua ação, nem a etapa da implementação é apenas racional e objetiva, segundo critérios estabelecidos de ação para os agentes públicos. [...]. Quanto aos formuladores de políticas, é necessário ressaltar ainda que produzem suas propostas e caminhos para a ação a partir de suas leituras do mundo sensível. Isto é, encontram-se necessariamente limitados por um conjunto restrito de possibilidades que se ajustam a suas origens, formações e perspectivas da realidade. Daí, em primeiro lugar, não haver nenhuma possibilidade de neutralidade técnica em sua ação, e, tão importante quanto, em segundo lugar, existirem constrangimentos de conhecimento sobre a realidade. [...]. O caminho a lidar com problemas dessa natureza, principalmente quando se toma o caminho do exercício concreto da formulação, execução e avaliação de políticas públicas, é tomar [...] um campo estratégico de disputas de forças, projetos, propostas e ações, onde estão presentes com forças, capacidades e graus de possibilidade de intervenção distintos dos formuladores, os implementadores e a própria população-alvo de um programa.²⁶⁵

Não se pode desconsiderar que existe uma relação direta nas informações sobre a realidade a ser transformada. A forma de leitura, a compreensão e a análise do mundo são resultantes em termos de ações para a intervenção. As informações ganham forma de instrumento normativo, de lei, onde são estabelecidos os princípios e a finalidade da política, seus instrumentos e estrutura, assim como, as condições para a sua implementação.

²⁶⁵ E. S. Melazzo. Políticas públicas. 2010. p. 246-247.

Dessa forma, analisar políticas públicas é se valer de capacidade técnica de visão da realidade às possibilidades políticas da intervenção, inserindo-as como partes de um mesmo processo. A realidade na qual deve se dar a intervenção, deve ser conhecida em profundidade, sempre focalizando as estratégias da ação em pontos cruciais de uma política social, onde as desigualdades, os preconceitos, a exclusão social não é tão aparente.

Considerando a intervenção social uma prática social crítica da realidade, percebemos que ela só tem viabilidade em torno do conhecimento onde foi fundamentada, seguindo um compromisso participativo e democrático.

2.12 O Idoso Institucionalizado

A institucionalização do idoso possui o risco de evidenciar as patologias, aumentar a velhice, tornando-o mais vulnerável, principalmente por estar afastado da família e da sociedade²⁶⁶ (CARVALHAIS; SOUSA, 2007).

O idoso institucionalizado traz várias consequências, dentre elas a alteração sociofamiliar do asilado exigindo uma relação dinâmica entre ele e a equipe cuidadora. Assim, atividades em grupos, diálogos proporcionam uma maior aproximação criando, dessa forma, um vínculo. Carvalhais e Sousa menciona:

A averiguação dos anseios dos idosos, decorrente da comunicação efetiva, possibilitou a delimitação de uma característica intrínseca voltada diretamente à obtenção de uma verbalização clara e condizente com a realidade imposta pela institucionalização, de maneira a propiciar conhecimento e compreensão desta realidade. O que por sua vez desencadeia uma necessidade de atuação frente às peculiaridades, anteriormente, obscuras, e agora expostas de tal forma que necessitem de intervenções efetivas, individuais e coletivas²⁶⁷.

²⁶⁶ M. Carvalhais; L. Sousa. Comportamentos dos enfermeiros e impacto em idosos em situação de internamento hospitalar. [Revista eletrônica] 2007. p. 596-616. [Consult. Mai 2013] Disponível na internet: <<http://www.fen.ufg.br/revista/v9/n3/v9n3a04.htm>>.

²⁶⁷ Ibid. p. 21.

Tal vulnerabilidade se dá pela dúvida do asilado em referência a sua expectativa de vida, o fazendo se isolar e estabelecer uma comunicação frágil e ausente de vínculos sociais.

As instituições no final do século XV se dividiam em albergarias, mercearias que se tratavam de locais que praticavam o bem pela alma ou saúde de alguém, hospitais, leprosas²⁶⁸ (JACOB, 2002). Destas, apenas os hospitais permanecem até atualmente.

Os motivos que levam um idoso a ser institucionalizado na maioria das vezes é a limitação da saúde em conjunto com a falta de recursos econômicos para mantê-los em casa junto com a família, ainda, casos de viuvez e despejos são fatores em destaque²⁶⁹ (PAÚL, 1991).

Independente da qualidade da instituição, sempre haverá riscos em relação ao afastamento do vínculo familiar, tendo o idoso que passar a conviver em um novo espaço com novas rotinas e muitas vezes isso pode gerar revoltas e angústias²⁷⁰ (BORN; BOECHAT, 2006). Elucida Golant:²⁷¹

Os resultados da mudança para um lar têm a ver, por um lado, com as características sócio demográficas dos idosos, a congruência entre a personalidade, o ambiente e os padrões comportamentais, bem como a avaliação que fazem do meio, os recursos pessoais, a avaliação dos processos de mudança e os respectivos recursos para lidar com a situação.

Por outro lado, há situações em que a institucionalização do idoso se faz pertinente, como o estado de saúde precário e a falta de familiares que possam atuar

²⁶⁸ L. Jacob. Origem e desenvolvimento das IPSS [Em linha]. 2002. [Consult. Mai 2013] Disponível na internet: <<http://www.socialgest.pt>>.

²⁶⁹ M. C. Paúl. Percursos pela velhice. 1991. [Consult. Jun 2013] Disponível na internet: <<http://hdl.handle.net/10400.12/1668>>.

²⁷⁰ T. Born, & N. S. Boechat. A qualidade dos cuidados ao idoso institucionalizado. 2006.

²⁷¹ Apud Paúl. Op. cit., p. 261.

como cuidadores que possam se responsabilizar. Ainda menciona Vendeuve²⁷² (1999 apud BERNARDINO, 2006) que:

[...] muitas vezes os laços familiares se fortalecem e a qualidade relacional melhora com a institucionalização do idoso, talvez porque a carga, por vezes excessiva de olhar por um idoso dependente, que a família sentia, ficou resolvida, deixando lugar à expressão do afeto.

Sabendo-se que as instituições funcionam como reguladoras do convívio humano, o homem tende a multiplicá-las para que evitem confrontos em seu meio, este que precisa para sua sobrevivência, em relação ao surgimento das instituições, segundo Freud²⁷³ “*a identificação esforça-se por moldar o próprio ego de uma pessoa segundo o aspecto daquele que foi tomado como modelo*”.

Sendo a proteção do homem contra o próprio homem uma das funções das instituições, conclui-se que estas são multiplicadas para protegê-los de seus próprios atos, como elucida Freud²⁷⁴ (1980 apud SAMPAIO, 2009) os homens são criaturas que possuem dotes instintivos com uma poderosa agressividade, desta forma, as instituições agem para aplacar esse furor, estabelecendo limites aos mesmos.

i. Institucionalização temporária - Hospitais

A pessoa idosa, em determinadas épocas de sua vida, tende a necessitar de cuidados especiais relativos à saúde, uma vez que podem apresentar comprometimentos como artrites e artroses, osteoporose, hipertensão, angina, insuficiência cardíaca, enfisema e bronquites crônicas, constipação intestinal e incontinência urinária, entre outras doenças que podem se manifestar nessa fase da vida. Tais condições muitas vezes podem levar à hospitalização do idoso²⁷⁵ (FREITAS et al, 2006).

²⁷² Apud M. P. A. Bernardino. As respostas sociais de apoio na satisfação das necessidades humanas básicas da pessoa idosa. 2006. p. 39.

²⁷³ Apud P. P. Sampaio. As instituições na perspectiva Freudiana. 2009. p. 250.

²⁷⁴ Ibid

²⁷⁵ E. V. Freitas et al.. Tratado de Geriatria e Gerontologia. 2006.

No âmbito hospitalar, a pessoa idosa precisa ter o suporte de profissionais especializados para evitar que essa experiência se transforme em uma situação de trauma emocional com implicações imprevisíveis, as quais podem marcar o início de um processo irreversível de declínio funcional²⁷⁶ (SILVA et al, 2009).

Assim, o idoso hospitalizado necessita do acompanhamento de profissionais especializados que, ao mesmo tempo em que exerçam suas atividades dentro de todas as especificações inerentes à profissão, também reconheçam a importância do respeito e responsabilidade no cuidado ao idoso, os quais se constituem valores primordiais.

Os cuidados ao idoso devem levar em consideração que esta faixa etária está predisposta a doenças incapacitantes e que nessa condição precisam de atenção especial até mesmo como prevenção a futuros problemas e agravamentos de suas patologias. Pavarani²⁷⁷ (et al, 2005) relaciona como doenças incapacitantes:

[...] as doenças incapacitantes apresentam um quadro crônico, déficit sensorial e cognitivo e que por isso não podem ser ignorados, devendo o profissional de enfermagem considerar esse idoso hospitalizado em sua singularidade e contexto, visando desenvolver um acompanhamento que preserve o máximo possível da sua autonomia e independência.

Em um estudo realizado por Backes et al²⁷⁸ observou-se que os pacientes internados tanto pelo SUS, como pelos convênios privados desconheciam seus direitos ao serem internados em unidades hospitalares, fato que demonstraram ao desconhecerem que poderiam consentir ou não a realização de procedimentos, assim como o de serem solicitados a permitir a implementação de cuidados em si.

Considerado frágil e incapaz, o idoso na condição de hospitalizado tende a aceitar todos os procedimentos e assim, abre mão do que é melhor para si, deixando de

²⁷⁶ L.T. Silva et al. Conhecimento de Enfermeiro de um Hospital Universitário Acerca do Cuidado ao idoso. 2009. p. 99-106.

²⁷⁷ S. C. I. Pavarini et al. A arte de cuidar do idoso. 2005. p. 398-402.

²⁷⁸ S. D. Backes et al. O papel do enfermeiro no contexto hospitalar. 2008. p. 319-332.

participar das decisões acerca de sua hospitalização, muitas vezes relegando esse papel a família, ao hospital e a própria equipe médica. Silva et al²⁷⁹ complementa que:

[...] fica claro que o adoecimento e a hospitalização geram grande impacto na vida do idoso. A condição de ser/estar doente leva a uma mudança de valores. A pessoa idosa reflete sobre o que ela é, o que foi e o que pode vir a ser.

A precariedade do SUS, no que se refere ao atendimento ao idoso, é mais um dos motivos pelos quais as famílias tendem a decidir pelo mesmo sem considerar as decisões que este possa tomar, mesmo tendo condições para isso. Assim, em muitos casos quando o idoso está internado em um hospital público a necessidade e a urgência por um atendimento rápido e eficaz comprometem as decisões que o mesmo poderia tomar com relação aos cuidados integrais e a saúde. Prochet e Silva²⁸⁰ consideram o cuidado à pessoa idosa como uma atividade que exige conhecimento e ação pautada em valores éticos.

No que tange à escolha entre a medicina privada e a medicina pública no contexto da saúde do idoso, Souza²⁸¹ explicita que:

A precarização e o sucateamento da saúde pública ampliam a ascensão do projeto privatista aumentando a participação dos sistemas de medicina de grupo, que se beneficia da opinião desfavorável dos serviços prestados pelo SUS". A PNAD/ IBGE 2003 estimou em 43,2 milhões o número de brasileiros cobertos por plano de saúde, correspondendo a 24,6% da população do país. [...] As pessoas maiores de 64 anos eram as que possuíam mais planos de saúde (29,8%).

Em consequência da saúde pública universal, a população idosa é alvo de uma medicina que precisa compreender que o envelhecimento da população é uma realidade crescente e que, no segmento da enfermagem, o cuidado ao idoso deve ser prestado com mais critério.

²⁷⁹ A. C. G. M. Silva et al. Cuidados de Enfermagem e o envelhecimento: da prática à reflexão. 2007. p. 5.

²⁸⁰ T. C. Prochet; Maria Júlia Paes Silva. Situações de desconforto vivenciadas pelo idoso hospitalizado com a invasão do espaço pessoal e territorial. 2008.

²⁸¹ R. M. Souza et al. Diagnósticos de Enfermagem identificados em idosos hospitalizados. 2010. p. 732-740.

Esse critério deve ter a atenção voltada para cursos de pós-graduação, ou mesmo disciplinas específicas que abordem a gerontologia de modo mais contundente. Deve-se visar cuidados ao idoso que possibilitem, especialmente na condição de hospitalizado, a capacidade de se sentir seguramente cuidado e poder assim participar ativamente de seu tratamento ou mesmo de demais atividades que não o isolem, fato que agrava mais ainda sua condição de doença.

Outro aspecto importante a ser observado é a questão do respeito ao idoso hospitalizado no que se refere ao conhecimento das intervenções realizadas e sua situação de saúde. Fato que se reflete, por exemplo, nas informações incompletas ou pouco claras dadas à família ou na realização de exames específicos, onde devem ser explicados os pormenores do procedimento realizado a fim de que o mesmo não se sinta abandonado²⁸² (BRUM et al, 2005).

Os familiares desempenham papel importante durante o processo de hospitalização do idoso, visto que será o maior responsável pelo seu cuidado após alta hospitalar, como influenciará na sua recuperação e respectivo retorno à sociedade, o mais rápido possível²⁸³ (RODRIGUES, 2007).

O idoso, ao ser inserido neste ambiente, pode apresentar sentimentos de medo, angústia, raiva, perda da privacidade, depressão, entre outros. A mudança de ambiente junto com as mudanças decorrentes da idade pode ser percebida como fator estressor para o idoso internado, entretanto, a permanência do acompanhante durante o período de internação pode minimizar esta situação²⁸⁴ (WEYDT et al, 2004).

Segundo a Portaria nº 280/99 do Ministério da Saúde é obrigatória, nos hospitais públicos contratados ou conveniados com o SUS, que o acompanhante hospitalar permaneça no ambiente para pacientes maiores de 60 anos de idade. Desse modo, esta

²⁸² R. K. A Brum et al. O Enfermeiro como Instrumento de Ação do Idoso. 2005. p. 19-26.

²⁸³ N. C. Rodrigues. Política Nacional do Idoso e a contribuição da enfermagem. 2007.

²⁸⁴ P. C. Weydt et al. Grupo de Convivência com Idosos Hospitalizados 2004. p. 116-134.

portaria institui que o hospital receba do SUS diária de acompanhante, quando devidamente formalizada pelo hospital.

ii. Institucionalização permanente

A institucionalização do idoso, por na maioria das vezes trazer consequências negativas, deve ser a última decisão a ser tomada. Para o idoso, ser institucionalizado significa uma dependência, trata-se da saída do seu lar para um novo ambiente em que necessita uma adaptação e integração²⁸⁵ (SOUSA, 2006).

Vale destacar, a imagem do asilo para idoso que se associa ao afastamento da vida social, fazendo se sentirem excluídos da sociedade simbolizado pela ruptura de laços afetivos. “*Significa em princípio, um estado de extrema solidão, muitos asilos são, portanto, desertos de solidão*”²⁸⁶ (NOBERT, 2001).

O asilo enquanto instituição possui elementos que caracterizam uma organização com regras e regulamentos, na qual o idoso na condição de interno tem que se submeter às obrigações impostas. Nas palavras de Souza²⁸⁷:

Os indivíduos cada vez mais cedo são relegados à condição de desnecessários, num processo que os retira do mundo do trabalho de forma prematura, inexorável e impiedosamente. Essa saída produz um rompimento com as instâncias formuladoras de sua condição de indivíduo, representando uma espécie de morte do sujeito social que ele é, tornando-o opaco diante dos outros indivíduos. Esse processo de liquidação do Outro, nesse caso o Outro velho, é operado por uma síntese artificial da alteridade que provoca o desaparecer da memória.

Verifica-se que uma vez asilado, o idoso precisa reinventar sua socialização, criar novos laços, se adaptar a novas rotinas e isso em conjunto com fatores como a saúde dos familiares e fragilidade na saúde acaba por acarretar em uma angústia e depressão.

²⁸⁵ L. Sousa et al. Envelhecer em família. 2006.

²⁸⁶ E. Norbert. A Solidão dos Moribundos, seguido de Envelhecer e Morrer. 2001. p. 85-86.

²⁸⁷ J. L. C. Souza. Asilo para idoso. 2003. p. 77-86.

Muitos familiares, após a institucionalização do idoso, não retornam para visitá-lo, delegando os cuidados aos profissionais da instituição. Isto às vezes se deve a problemas de relacionamentos familiares nunca resolvidos, os quais levam algumas famílias a não se sentirem responsáveis pelos idosos. Neste contexto, é necessário compreender as circunstâncias que levaram a essa situação mediante a avaliação das forças e das fragilidades da família, pois isto pode expandir o conhecimento relacionado ao processo de cuidado do idoso institucionalizado e melhorar a avaliação das necessidades do idoso referentes à relação familiar²⁸⁸ (PAPALÉO NETTO, 2000).

Desta forma, para uma institucionalização permanente mais saudável é fundamental que haja o apoio emocional, devendo a família do idoso estar sempre presente. E os idosos que não possuem família, a equipe cuidadora deve promover um ambiente em que este se sinta bem.

Ressalta-se que, nenhuma instituição substituirá a família, porém a solidariedade do ser humano para com o outro, colocar-se à disposição para ajudar, ouvir para diminuir a solidão, a perda do convívio com seus entes familiares.

2.13 Inclusão/Exclusão Social do Idoso

A população idosa vem passando por um crescimento nos últimos anos, como aumento, inclusive, da expectativa de vida. Fator este, que segundo Armstrong, está levantando discussões em torno da morte, se de fato tem-se mesmo que morrer. Especialistas afirmam que se um indivíduo conseguir viver 50 anos, com certeza as tecnologias terão avançado suficientemente para que ele viva a mesma quantidade de anos novamente, e assim, sucessivamente, podendo até mesmo viver para sempre²⁸⁹ (ARMSTRONG, 2011).

Esse fato levantado pelo autor gerou bastante curiosidade, pois se parar para olhar a sociedade, percebe-se que até certo tempo atrás uma pessoa de 50 anos era considerada velha, e tinha-se a expectativa de vida apenas até os 65 anos. Hoje, uma pessoa com 50 ou 60 anos ainda é considerada jovem, trabalha, estuda, sem nenhum indício de se aproximarem da morte. Cada vez mais as tecnologias avançam, e tornam

²⁸⁸ M. Papaléo Netto. Gerontologia. 2000. p. 92-97.

²⁸⁹ T. Armstrong. Capítulo 11 – Idade adulta avançada. 2011.

cada vez mais jovens aqueles que vão atingindo uma idade avançada. A morte está ficando cada vez mais distante.

Lógico, conforme Armstrong²⁹⁰, que com o passar dos anos, se chegasse a atingir 150 anos ou 1500 anos, o corpo sentiria de alguma forma, dificuldades visuais, a mobilidade, a mente, enfim, a idade avançada traz consigo certa fragilidade que precisa ser enfrentada.

Armstrong²⁹¹ faz menção ainda, ao preconceito que rodeia o idoso, e de como eles se sentem ao serem denegridos e ao mesmo tempo saberem toda a sua contribuição para a sociedade, e todos os conhecimentos e experiências que possui ao longo de toda sua vida. O autor fala dessas experiências destacando o fato desses idosos terem em sua própria lembrança fatos históricos que hoje são estudados em sala de aula. Até mesmo, experiências que adolescentes passam pela primeira vez, os idosos já passaram inúmeras vezes por elas, assim são pessoas que já viveram boa parte do que ainda viveremos.

Armstrong²⁹² traz esclarecimentos sobre a vida espiritual dos idosos, exemplificando, com Madre Tereza de Calcutá que dedicou sua vida à sociedade, tentando erradicar os problemas sociais. Segundo ele, ao chegar na idade avançada, os indivíduos passam a ver além do que as pessoas pensam, e não se importam mais com o que vão pensar, ou que vão dizer, se é certo ou errado, conforme pensam os mais jovens. Na verdade, essa preocupação não existe mais. Com as palavras do autor: “*A velhice traz consigo acesso a um espectro mais amplo do ser [...]*”²⁹³.

Na perspectiva social do idoso, sempre se cogita o isolamento, haja vista, a sociedade gira em torno da população jovem, deixando os idosos aquém de suas atividades. No âmbito familiar, não existe um preparo para dar o apoio e os cuidados que os idosos precisam, o que faz com que muitas vezes conflitos sejam criados. A

²⁹⁰ T. Armstrong. Capítulo 11 – Idade adulta avançada. 2011.

²⁹¹ Ibid.

²⁹² Ibid.

²⁹³ Ibid. p. 25.

saúde dos idosos também deve ser observada já que, a hospitalização é crescente²⁹⁴ (FRAIMAN, 1995).

Percebem-se no cotidiano as observações da autora sobre as perspectivas de vida dos idosos, familiares que não conseguem prestar os cuidados necessários aos idosos, por vezes os violentando, ou deixando em condições subumanas, hospitais lotados de idosos a esperar em corredores por um bom atendimento, e o isolamento social, haja vista não serem lançadas campanhas com projetos que tragam a sua inclusão²⁹⁵ (FRAIMAN, 1995).

No que concerne à inclusão/exclusão social vale aqui ressaltar, o uso amplo dessas palavras, por vezes utilizadas de forma banal na sociedade, como uma representação da residualidade de algum fenômeno até a sua capacidade crítica de debater acerca da igualdade social. Para Sposati²⁹⁶ a exclusão social não está mais centrada no setor econômico, hoje, ela está centrada no acesso às políticas públicas, especialmente, às políticas sociais, visto que na luta social travada pela sociedade contra o Estado, importante se faz a presença dessas políticas.

Os idosos são frequentemente excluídos da sociedade, em decorrência de sua vulnerabilidade e de suas capacidades não serem mais as mesmas, são julgados como incapazes. Vale ressaltar que, a sociedade impõe padrões a serem seguidos e quando estes não são seguidos se caracteriza um desvio de comportamento. Para Becker²⁹⁷ o desvio consiste em infringir as regras impostas pela sociedade, onde o indivíduo que apresenta um comportamento desviante é visto como alheio a ela.

Aquele que infringe as regras impostas pela sociedade consiste no desviante, pois não vive com o comportamento ideal pré-estabelecido, de acordo com Velho²⁹⁸ o

²⁹⁴ A. P. Fraiman. Coisas da Idade. 1995.

²⁹⁵ Ibid.

²⁹⁶ A. Sposati. A fluidez da inclusão/exclusão social. 2006. p. 4-5.

²⁹⁷ H. S. Becker. Uma teoria da ação coletiva. 2008.

²⁹⁸ G. Velho. Desvio e Divergência. 2003. p. 17.

desviante pertence à mesma cultura dos outros indivíduos, porém, faz uma leitura diferente dela e enfatiza que:

A noção de desviante vem tão carregada de conotações problemáticas que é necessário utilizá-la com muito cuidado. A ideia de desvio, de um modo, ou de outro, implica a existência de um comportamento 'médio' ou 'ideal'.

Nesse contexto, pode-se dizer que o comportamento desviante é aquele que foge aos padrões impostos por determinado grupo, daquilo que o grupo acha certo. No caso dos idosos, estes são considerados desviantes por já não atender mais o que a sociedade impõe, visto a redução das suas capacidades físicas, mentais e sociais advindas com a idade.

Ao se falar em integração e em inclusão social, Walber e Silva²⁹⁹ mencionam que tais termos são dependentes da pessoa excluída socialmente, visto que busca-se aproximar os mesmos dos padrões impostos pela sociedade.

O conceito de integração tem origem no princípio ideológico e filosófico da normalização criado na Dinamarca por Bank-Mikel Kelsen (1959) e amplamente adotado na Suécia, em 1969, por Nije, Diretor da Associação de Crianças Deficientes Mentais, que defendia, para essas crianças, modos de vida e condições iguais ou parecidas com as dos demais membros da sociedade. A ideia da normalização, como foi proposta, subentendia não tornar o indivíduo normal, mas que o mesmo pudesse participar da corrente natural da vida, inclusive da escola³⁰⁰ (BRUNO, 1999).

Integração é estabelecer formas comuns de vida, de aprendizagem e de trabalho entre pessoas excluídas e aquelas ditas normais. Significa ser participante, ser considerado, fazer parte, ser levado a sério e ser encorajado. Requer a promoção das qualidades próprias do indivíduo, sem estigmatização e sem segregação.

²⁹⁹ V. B. Walber; R. N. Silva. As práticas de cuidado e a questão da deficiência. 2006. p. 29-37.

³⁰⁰ Marilda Moraes Garcia Bruno. O significado da deficiência visual na vida cotidiana. 1999. 158 p.

É válido ressaltar que existe uma diferença terminológica em integração e inclusão que tem sido bastante útil para que se possam compreender as mudanças as quais vem sendo propostas em referência ao tratamento dado às pessoas excluídas socialmente.

Integrar-se é um caminho de mão única: cabe à pessoa excluída modificar-se para poder dar conta das exigências da sociedade. É um processo de seleção, processo que atinge todas as pessoas, uma vez que vivemos em uma sociedade altamente competitiva, com as pessoas ditas diferentes, no entanto, o processo se faz mais perverso: não lhes é dada nem a oportunidade de competir, elas são excluídas por princípio, o princípio da incapacidade. Se incapazes, devem ser reabilitadas, se não são reabilitadas adequadamente, não podem se integrar.

Salienta-se que a diversidade não é regra, não é possível basear os pensamentos e ações na ideia dos iguais entre os iguais. É a partir do princípio do respeito à diversidade que se firma o movimento de inclusão social. Propõe-se então a equidade a todos, oportunidades iguais a cada um, segundo sua necessidade, não se tratando apenas de preparar para integrar, e sim de incluir e transformar.

Integração requer diálogo, diversidade, amor, convivencialidade, relacionamento, relação entre o intelecto e o afeto, relação consigo, com o outro e com o meio, autoconhecimento e compromisso com o mundo.

Na convivência com outros e com o meio ambiente, as necessidades de qualquer ser humano se apresentam. Em razão disso, questionamos os critérios que tem sido utilizado para distinguir as necessidades especiais das necessidades comuns e vice-versa, em particular no contexto escolar. É fundamental, pois, a compreensão de que a inclusão e integração de qualquer cidadão, com necessidades especiais ou não, são condicionadas pelo seu contexto de vida, ou seja, dependem das condições sociais, econômicas e culturais da família, da escola e da sociedade.

A tentativa de institucionalização dos diferentes foi uma opção que a princípio surgiu com o intuito de oferecer procedimentos especializados para

melhorar a qualidade de vida dessa parcela da população, classificada entre outras expressões como “portadoras de necessidades especiais”, porém o termo “especial” significava a “designação de espaços educacionais distintos (e separados) em relação aos espaços educacionais destinados às pessoas ditas normais e, de certa forma, fechados em si mesmos”.³⁰¹

A prática de Institucionalização de pessoas ditas “diferentes”, somente é concebível se, atentarmos que para alguns indivíduos com graves condições psicopatológicas e orgânicas que podem não se socializar e nem se beneficiar com os programas educativos regulares. Neste caso em particular, necessitam de cuidados e ambientes especializados. E, Michel Foucault em seu livro *Doença Mental e Psicologia*, diz:

De fato, quando o homem permanece estranho ao que se passa na sua linguagem, quando as determinações econômicas e sociais o reprimem, sem que possa encontrar sua pátria nesse mundo, então ele vive numa cultura que torna possível uma forma patológica como a esquizofrenia; estranho num mundo real é enviado a um “mundo privado”, que objetividade nenhuma pode mais garantir; submetido, entretanto, ao constrangimento desse mundo real, ele experimenta este universo para o qual foge, como um destino³⁰².

Para definir os termos integração e inclusão, Sasaki³⁰³ informa que trata-se de um processo histórico, onde a sociedade primeiramente começou a excluir aquelas pessoas que apresentavam padrão comportamental distinto daquele imposto pela sociedade. Em seguida, pensou na integração, fornecendo um atendimento segregado e, hoje, atua com a inclusão social, modificando os sistemas sociais gerais.

O que de fato ocorre é que mudar o pensamento da sociedade em relação às pessoas segregadas envolve questões bastante complexas, trata-se de um processo histórico que acompanha tais exclusões sociais, modificar essa postura da sociedade exige um novo processo histórico e, talvez, nem mesmo o tempo, seja capaz de dirimir todas as questões que envolvem esse assunto. Idosos, negros, índios, mulheres, pessoas com deficiência e, inúmeras outras pessoas ainda buscam garantir seu lugar na

³⁰¹ M. E. A. Tomasini. Atuais desafios da educação especial, na educação e trabalho dos “chamados deficientes mentais”. 1998. p. 119.

³⁰² J. B. C. Ribas. O que são pessoas deficientes. 2003. p. 22.

³⁰³ R. K. Sasaki. Inclusão: construindo uma sociedade para todos. 1997.

sociedade, notando-se mais um processo de integração do que de inclusão social, visto que buscam sempre seguir os padrões impostos. Carmo³⁰⁴ afirma que:

É preciso explicitar as identidades negadas, ou seja, idosos, negros, mulheres, deficientes... e negar as que sempre foram explicitadas, os ricos, com acesso a educação, lazer e trabalho.

No caso específico dos idosos, foco deste trabalho, percebe-se a busca pela sua integração social na legislação vigente, onde o Ordenamento Jurídico visa garantir que essa população será amparada por força de lei, todavia, mais do que tornar a inclusão social dos idosos como uma obrigação, é necessário conscientizar a sociedade sobre a importância delas.

Ao fazer uma busca pelo Ordenamento Jurídico brasileiro é possível encontrar inúmeras leis voltadas para o amparo ao idoso, acredita-se que se estes indivíduos não fossem tão segregados não se faria necessária a elaboração de tantas leis visando seu bem estar e proteção. Sobre o assunto, Carmo³⁰⁵ disserta que:

Os legisladores não podem jamais elaborar leis específicas dando concreticidade às identidades. É preciso negar as identidades nos corpos das leis e das políticas públicas. O texto tem que transparecer que todos [...] possuem direitos, mesmo tendo consciência de que somente alguns gozam desse privilégio; todos passam fome, mesmo sabendo da falsidade dessa afirmação; todos podem frequentar a mesma escola, sabendo que isso é impossível; que todos podem dançar, mesmo sabendo que as técnicas exigidas estão somente ao alcance de alguns.

Acerca dos motivos que podem levar à exclusão social, Cavalli et al.³⁰⁶ destacam as características próprias do envelhecimento como os fatores relativos à saúde do idoso, perda dos entes queridos e entrada numa instituição geriátrica, considerando estes como fatores-chave no processo de exclusão social. Segundo os autores os problemas de saúde são os que mais afetam a vida social ativa desses indivíduos e, partindo do pressuposto que o idoso institucionalizado encontra-se com problema de saúde, a exclusão social passa a ser sofrida duplamente por essas pessoas.

³⁰⁴ A. A. Carmo. Diversidade Humana e Educação. 2005. p. 42.

³⁰⁵ Ibid. p. 43-44.

³⁰⁶ S. Cavalli et al. Exclusion in very old age. 2007. p. 9-31.

A própria institucionalização do idoso é uma exclusão do mesmo da sociedade, independente do seu estado de saúde. O idoso vive e vivencia a realidade da Instituição. Todavia, acabar com a institucionalização dos idosos não poderia resolver o problema, considerando a prestatividade desses locais, apesar das limitações apresentadas por algumas instituições, e, também, o grande número de idosos atendidos por esses locais. Cita-se neste momento uma importante passagem do texto de Fraiman³⁰⁷:

Os velhos, pela rabugice ou pelo mutismo, protestam contra a morte em vida a quês estão sendo condenados. E todos nós que nos omitimos do contato e do diálogo, somos responsáveis pela marginalização social do idoso; a omissão também é uma forma de participação, ainda que ingênua ou irresponsável.

Deixa-se essa passagem do texto para um momento de reflexão: até onde se contribui para a qualidade de vida dos idosos? Até onde pode se omitir frente a um idoso? Enfim, faz-se necessária uma reflexão sobre o assunto, haja vista que somos nós quem construímos a sociedade, que tanto afirmamos que deve ser melhor.

2.14 Princípios, valores e direitos do ser humano

Em linhas gerais, direito é a forma de agir ou de decretar uma determinada conduta dos outros, portanto, direitos humanos são aqueles correspondentes à dignidade do ser humano.

Os DH – Direitos Humanos firmam-se através da busca constante contra o domínio, a exploração e todas as formas de agressão à dignidade humana, é uma luta permanente por relações solidárias e justas. Ressalta-se que em instrumentos normativos, a proclamação dos direitos humanos é relativamente recente, mas sua história é marcada por avanços significativos.

Os direitos humanos ou direitos do homem são, modernamente, entendidos aqueles direitos fundamentais que o homem possui pelo fato de ser homem, por sua própria natureza humana, pela dignidade que a ela é inerente. São direitos que não resultam de uma concessão da sociedade política. Pelo

³⁰⁷ Fraiman, op.cit., p. 41.

contrário, são direitos que a sociedade política tem o dever de consagrar e garantir³⁰⁸.

No ordenamento jurídico a declaração dos direitos humanos foi produto de uma longa evolução da sociedade, que foram sendo conquistados através de lutas entre governantes e governados. A preocupação com os direitos humanos remonta de muitos séculos, porém sem uma “garantia legal”.

De acordo com Comparato³⁰⁹ os direitos humanos não surgiram todos de uma vez, mas foram sendo descobertos no decorrer da história, sendo que um dos principais fatores para o resguardo desses direitos foram as lutas pela limitação do poder político:

A simples técnica de estabelecer em constituições e leis, a limitação do poder, embora importante, não assegura, por si só o respeito aos Direitos Humanos. Assistimos em épocas passadas e estamos assistindo, nos dias de hoje, ao desrespeito dos Direitos Humanos em países onde eles são legal e constitucionalmente garantidos. Mesmo em países de longa estabilidade política e tradição jurídica, os Direitos Humanos são, em diversas situações concretas, rasgados e vilipendiados³¹⁰.

Os DH têm suas bases históricas na Grécia antiga, Martins³¹¹ afirma que a primeira colaboração da Grécia para os direitos humanos foi quando colocou a pessoa humana no centro dos estudos filosóficos. Na antiguidade as relações sociais eram centradas na religião e na família, não toleravam a liberdade individual, o Estado não tinha limites em sua atuação e ditava todas as regras, até mesmo na religião e na educação, ou seja, tripudiavam em cima dos DH.

A população grega começa a se levantar contra essa autoridade e a partir de então se reúnem para decidir a vida da cidade e discutirem sobre o poder público, surgindo assim a participação popular no poder do Estado. De acordo com Comparato³¹²:

³⁰⁸ J. B. Herkenhoff. Curso de Direitos Humanos. 1994, p. 30.

³⁰⁹ F. K. Comparato. Afirmção Histórica dos Direitos Humanos. 2003.

³¹⁰ Ibid. p. 52.

³¹¹ F. J. B. Martins. Dignidade da Pessoa Humana. 2003.

³¹² Loc. cit., p. 39.

A proto-história dos direitos humanos começa já no século VI a.C., com a criação das primeiras instituições democráticas em Atenas, e prossegue no século seguinte, com a fundação da república romana.

O Código de Hamurabi (1690 a.C.), que foi criado na Babilônia pelo rei Hamurabi, é considerado a primeira codificação a consagrar direitos comuns aos homens, como a vida, a honra, a dignidade, a prosperidade, a família, este código previa a hegemonia das leis em relação aos governantes. Ressalta-se que o Código de Hamurabi se aproxima de uma obra literária, sendo dividido em três partes: o prólogo e o epílogo que são escritos de maneira épica e o corpo de leis em forma casuística³¹³ (ARRUDA; PILETTI, 2001).

De acordo com Altavila³¹⁴, o código possui 282 artigos e em seu preâmbulo contém o seguinte texto:

Quando o alto Anu, Rei de Anunaki e Bel, Senhor da Terra e dos céus, determinador dos destinos do mundo, entregou o governo de toda a humanidade a Marduc; quando foi pronunciado o alto nome da Babilônia; quando ele a fez famosa no mundo e nela estabeleceu um duradouro reino cujos alicerces tinham a firmeza do céu e da terra, por esse tempo Anu e Bel me chamaram, a mim Hamurabi, o excelso príncipe, o adorador dos deuses, para implantar justiça na terra, para destruir os maus e o mal, para prevenir a opressão do fraco pelo forte, para iluminar o mundo e propiciar o bem estar do povo. Hamurabi, governador escolhido por Bel, sou eu; eu o que trouxe a abundância à terra; o que fez obra completa para Nippur e Dirilu; o que deu vida à cidade de Uruk; supriu água com abundância aos seus habitantes; o que tornou bela a nossa cidade de Brasíppa; o que encelerou grãos para a poderosa Urash; o que ajudou o povo em tempo de necessidade; o que estabeleceu a segurança na Babilônia; o governador do povo, o servo cujos feitos são agradáveis a Anuit.

O cristianismo também foi gerador das concepções dos DH, pois pregava que o homem foi criado a imagem e semelhança de Deus, portanto, possuía dignidade. Jesus Cristo, precursor do cristianismo, em o Sermão da Montanha do livro de Matheus na Bíblia Sagrada, estabelece os direitos básicos que deveriam orientar os atos humanos. Nesse contexto as mensagens passadas por Jesus contribuíram muito para o

³¹³ J. J. Arruda; N. Piletti. Toda a história: história Geral e do Brasil. 2001. Adaptado de Emanuel Bouzon. Código de Hamurabi. 1987.

³¹⁴ J. Altavila. Origem dos Direitos dos Povos. 1995. p. 41.

aperfeiçoamento das instituições sociais e políticas, assim como para a ideia de igualdade entre os homens, portanto, o cristianismo continha os fundamentos dos DH.

A Idade Média é marcada por descentralização política e desigualdade entre os homens, a sociedade era dividida em castas, sendo o clero e a nobreza, que eram considerados iguais e possuíam certo grau de liberdade, e o restante da população que estavam submetidos às pessoas que formavam o clero e a nobreza, como os senhores feudais e os bispos.

Segundo Ferreira Filho³¹⁵ na segunda metade da Idade Média começou a serem difundidos documentos que estabeleciam direitos a determinadas comunidades, nunca a todas as pessoas, entre estes documentos destaca-se a Carta Magna.

A Carta Magna foi outorgada pelo Rei João Sem Terra, na Inglaterra em 1215, quando se sentiu pressionado pelos barões, que segundo Comparato³¹⁶ eram decorrentes do acréscimo de exações fiscais para financiar campanhas bélicas e pressões da igreja para o Rei submeter-se a autoridade do Papa. A importância desta carta deve-se ao fato de ser o primeiro documento que buscava limitar o poder do governante.

Canotilho³¹⁷ afirma que “*a Carta Magna, embora contivesse fundamentalmente direitos estamentais, fornecia já ‘aberturas’ para a transformação dos direitos corporativos em direitos do homem*”.

Foi a partir da Carta Magna que os direitos e a liberdade dos ingleses foram se garantindo no transcorrer da história. Comparato³¹⁸ elucida que este documento histórico reconheceu os direitos como a liberdade eclesial, a não existência de impostos e anuências dos contribuintes, a propriedade privada, a liberdade e desvinculação da lei e da jurisdição da pessoa do monarca.

³¹⁵ M. G. Ferreira Filho. Direitos Humanos Fundamentais. 1998.

³¹⁶ Comparato, op.cit., p. 71.

³¹⁷ J. J. G. Canotilho. Direito Constitucional e Teoria da Constituição. 2000. p. 352.

³¹⁸ Comparato, op.cit. p. 79.

Ainda na idade média pode-se afirmar que São Tomás de Aquino foi de grande importância na parte teórica, pois pregava a dignidade e igualdade do ser humano por ter sido criado à imagem e semelhança de Deus. Em relação a este fato relata Dallari³¹⁹:

No final da Idade Média, no século XIII, aparece a grande figura de Santo Tomás de Aquino, que, tomando a vontade de Deus como fundamento dos direitos humanos, condenou as violências e discriminações, dizendo que o ser humano tem direitos naturais que devem ser sempre respeitados, chegando a afirmar o direito de rebelião dos que forem submetidos a condições indignas.

Vale lembrar que nesta época os direitos não eram dirigidos para todas as pessoas, era apenas privilégios de determinadas castas aliados a uma limitação territorial³²⁰ (RUBIO, 1998).

A Idade Moderna é caracterizada por inúmeras mudanças, como o surgimento do comércio e com ele uma nova classe social, a burguesia, e principalmente a aparição do Estado Moderno, onde o poder político tornou-se centralizado, sem as diversas fontes de poder existentes na Idade Média. Segundo Martinez³²¹ houve uma mudança de mentalidade, os fenômenos passam a ser explicados cientificamente, através da razão e não apenas através de uma visão religiosa, ocorrendo, portanto, uma mundialização da cultura.

Outro marco importante para o reconhecimento dos direitos humanos foi a reforma protestante que contestava a uniformidade da igreja católica. Neste período da história apesar do grande avanço dos direitos humanos, ainda não se podia falar em direitos universais, pois podiam ser revogados, não representavam um limite constante na atuação do governo.

Tendo em vista a liberdade, revolucionários ingleses, franceses e americanos criaram um Estado com poderes limitados, visavam a garantia dos direitos individuais. O primeiro momento histórico do reconhecimento dos direitos humanos está nas

³¹⁹ D. A. Dallari. A Luta pelos Direitos Humanos. 1999. p. 54.

³²⁰ V. L. Rubio. Introduccion a la Teoria de los Derechos Humanos. 1998.

³²¹ G. P. B. Martínez. Historia de los Derechos Fundamentales Tomo I. 1998.

revoluções inglesa, francesa e americana com a colocação de limite ao poder público e o reconhecimento da dignidade do ser humano.

Outra etapa importante na história dos DH são os movimentos operários, onde os trabalhadores revoltaram-se com as condições de trabalho que eram exaustivas, com baixos salários e alto índice de desemprego. Esses movimentos trouxeram conquistas dos direitos e edição de algumas leis protetoras do trabalhador.

A internacionalização dos direitos humanos só aconteceu efetivamente após a Segunda Guerra Mundial, com as atrocidades ocorridas durante a guerra a comunidade internacional compreendeu que a paz mundial só poderia vir a ocorrer com a total proteção do ser humano.

A ONU – Organização das Nações Unidas, criada em 1945, no ano de 1946 organizou um comitê responsável por elaborar a escrita para a DUDH – Declaração Universal dos Direitos Humanos, este documento tem como objetivo a paz mundial através da cooperação entre as nações, tendo em vista a garantia dos direitos humanos e liberdade essencial, assim como o respeito universal e o estado de direito.

Atualmente já se reconhece o homem como um sujeito de direitos onde quer que ele esteja, enquanto membro da comunidade mundial o ser humano tanto pode ser vítima das violações dos direitos humanos, como pode ser acusado de violar estes mesmos direitos.

Elucida-se que assim como os direitos que os homens possuem atualmente foram conquistados ao longo dos tempos através de lutas contra os governantes, nos dias de hoje, mesmo que de forma indireta o ser humano ainda busca a cada dia a conquista de seus direitos. A qualidade de vida, a paz mundial, o direito ao meio ambiente, estes são erguidos como novos direitos humanos.

A história da formação social brasileira possui em suas raízes marcas de racismo e desigualdade social, de acordo com Carbonari³²² essas marcas estão basicamente em três pontos: pobreza e desigualdade, racismo e sexismo.

No Brasil o órgão responsável pelos eventos acerca dos DH é a UNESCO – Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura, que vem participando desde sua criação, em 1945, de todos os eventos mundiais que envolvem este tema. Contudo, na época que a ONU definia a DUDH, o Brasil vivia a ditadura militar, portanto, este documento era inviável para a realidade brasileira tanto na teoria como na prática.

Parte da população brasileira resistia à ditadura militar e assim começaram a se levantar contra a arbitragem do regime, desta forma, apesar de os direitos humanos estarem ausentes na legislação, eles estavam presentes nessas constantes lutas. Essas lutas cresceram e tornaram-se movimentos sociais, como exemplos se podem citar o MNDH – Movimento Nacional de Direitos Humanos, CUT – Central Única dos Trabalhadores, MST – Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra entre outros, nessa época surgiram também inúmeras ONGs com diversos temas, entre eles os DH.

A história dos direitos humanos no Brasil está diretamente ligada à constituição brasileira. A primeira constituição brasileira do ano de 1824 já gerou reivindicações de liberdade que culminaram com a consagração dos DH.

Em 1891 com a primeira constituição republicana foi instituída as eleições diretas, sem a exigência de uma renda mínima para exercer o direito ao voto, porém os mendigos, analfabetos e religiosos não podiam exercer esse direito. Essa constituição ampliou os DH, além de manter os que já vigoravam na constituição imperial.

A constituição de 1934 garantiu alguns direitos individuais, como a vedação da prisão perpétua, assim como prisão por dívidas, criou a assistência judiciária para os necessitados. Além desses direitos individuais esta constituição assegurou normas de

³²² P. C. Carbonari. A construção de um Sistema Nacional de Direitos Humanos. 2004.

proteção social ao trabalhador e ainda direitos culturais. De acordo com Herkenhoff³²³ essa constituição tratava-se de uma constituição que tinha como objetivo primordial, o bem estar geral. Ao instituir a Justiça Eleitoral e o voto secreto, essa constituição abriu os horizontes do constitucionalismo brasileiro. Com os tribunais de exceção do Estado Novo, que julgavam os crimes cometidos contra o Estado, foram suspensos todos os tipos de direitos a que o ser humano tinha direito, inclusive o direito de ir e vir.

A constituição de 1946 veio para restaurar e ampliar esses direitos, e foi nesta constituição que foi estabelecido o salário mínimo para o trabalhador, entre outros direitos, inclusive cultural.

Na CF de 1967 os DH sofreram retrocessos, como o suprimento a liberdade de publicação, reduziu a idade mínima de permissão para o trabalho para 12 anos, restringiu a liberdade de expressão e de opinião.

O Ato Institucional-5 arruinou a CF de 1967 e é considerado como o ato que mais desrespeitou os direitos humanos no Brasil, ele trouxe novamente o poder arbitrário do presidente. Foi um longo período de arbitrariedade e corrupção. A CF de 1969 só veio vigorar após a queda do AI-5 no ano de 1978.

A CF de 1988 mostrava a importância da dignidade humana, o direito à vida, à liberdade, à segurança e a igualdade. Piovesan³²⁴ afirma que:

A ordem constitucional de 1988 apresenta um duplo valor simbólico: é ela o marco jurídico da transição democrática, bem como da institucionalização dos direitos humanos no país. A Carta de 1988 representa a ruptura jurídica com o regime militar autoritário que perpetuou no Brasil de 1964 a 1985.

A justiça é a única capaz de garantir o valor fundamental para o ser humano, a dignidade. O homem é animal racional e tem sua essência e individualidade, portanto

³²³ J. B. Herkenhoff, op.cit.

³²⁴ F. Piovesan. Temas de Direitos Humanos. 1998. p. 206.

merece garantia de direitos a dignidade, o respeito e o bem estar, tendo em vista a paz e a justiça social.

A Política Nacional de Direitos Humanos do Brasil, desenvolvida em 1985 e definida em 1995, pelo governo do Presidente Fernando Henrique Cardoso aprofunda e assume como política oficial do governo a DUDH de 1948, depois da resistência ao regime autoritário de 1970. As primeiras comissões de DH foram fundadas nos anos 1970, chamando atenção para a tortura e assassinatos de presos políticos, o que levou aos indivíduos se voltarem contra a defesa dos direitos humanos.

O PNDH – Programa Nacional de Direitos Humanos criado em 13 de maio de 1996 pelo governo Fernando Henrique Cardoso se deu devido ao trauma causado pelo massacre em Eldorado dos Carajás sob a Coordenação de José Gregori, chefe de gabinete do Ministro da Justiça, Nelson Jobim.

Em pouco tempo o programa atingiu seus objetivos e se tornou referência para as ações governamentais, passando a cobrar dos governos estaduais e municipais, do CN – Congresso Nacional, do Judiciário e da sociedade participação na implementação do programa.

O programa é um conjunto de 228 propostas de ação governamental para proteger e promover os DH no Brasil, definidos em constituição e leis nacionais correspondendo as obrigações assumidas em tratados internacionais ratificados pelo Congresso Nacional. Enfatiza que a violência criminal deve ser totalmente dominada, defendendo enfrentar o desafio da construção plena do estado de direito, onde os direitos civis ganham destaque. De fato são inegáveis as mudanças nas políticas governamentais quanto à promoção dos DH durante o ano de vigência do PNDH.

A realização dos direitos humanos é um ato importante para a consolidação da democracia onde deve interagir com todas as políticas de governo, se tornando além de uma preocupação de somente algumas esferas do poder político. Um ser humano, quando desprovido de seus direitos fundamentais, inerentes mesmo a sua condição de

humano, como tal não pode ser considerado, do qual não se faz razoável exigir qualquer respeito às normas de conduta impostas pela sociedade.

Direitos Humanos são direitos de todos. Através deles outros foram criados como da defesa da criança e do adolescente, do idoso, do consumidor, da mulher, entre outros. Faltam políticas públicas mais rigorosas, principalmente contra o narcotráfico, assim como, políticas públicas de prevenção mais intensificadas na segurança, educação, saúde e social, fortalecendo a comunidade.

O PNDH fez com que o Brasil tivesse maior participação na ONU e na OEA – Organização dos Estados Americanos quanto a política de adesão a pactos e convenções internacionais de direitos humanos, aumentando a cooperação com órgãos internacionais de salvaguarda, o que resultou na elaboração de relatórios contendo recomendações para identificar medidas concretas para a superação de problemas acerca dos DH no Brasil. De acordo com o Projeto básico do PNDH, elaborado pela Universidade de São Paulo os DH referem-se:

A um sem número de campos da atividade humana: o direito de ir e vir sem ser molestado; o direito de ser tratado pelos agentes do Estado com respeito e dignidade, mesmo tendo cometido uma infração; o direito de ser acusado dentro de um processo legal e legítimo, onde as provas sejam conseguidas dentro da boa técnica e do bom direito, sem estar sujeito a torturas ou maus tratos; o direito de exigir o cumprimento da lei e, ainda, de ter acesso a um Judiciário e a um Ministério Público que, ciosos de sua importância para o Estado democrático, não descensem enquanto graves violações de direitos humanos estejam impunes, e seus responsáveis soltos e sem punição, como se estivessem acima das normas legais; o direito de dirigir seu carro dentro da velocidade permitida e com respeito aos sinais de trânsito e às faixas de pedestres, para não matar um ser humano ou lhe causar acidente; o direito de ser, pensar, crer, de manifestar-se ou de amar sem tornar-se alvo de humilhação, discriminação ou perseguição. São aqueles direitos que garantem existência digna a qualquer pessoa³²⁵.

Nesse contexto, os DH são um traçado de diversos trabalhos entre organizações internacionais e constituições que asseguram direitos aos indivíduos estabelecendo obrigações jurídicas concretas aos Estados, compondo normas programáticas que os obrigam nos planos interno e externo.

³²⁵ Brasil. Plano Nacional de Desenvolvimento Humano – PNDH. 1995.

Os direitos humanos são universais e indivisíveis, não existindo hierarquia de direitos, já que todos os direitos econômicos, sociais, civis, políticos ou culturais são igualmente importantes.

A atual conjuntura mundial devido a globalização acentua a contradição entre os direitos de liberdade e direitos sociais já que os direitos humanos não participa da globalização da economia, vinculada ao lucro, ou seja, o processo de globalização significa um retrocesso a defesa dos direitos do homem, sem intervenção do Estado.

Para Beck³²⁶ (1999) não há lugar para os direitos socioeconômico e/ou de solidariedade da tradição socialista e do cristianismo social; por isto, novas e velhas desigualdades sociais e econômicas estão surgindo no mundo inteiro.

Em virtude dos atentados e a guerra desencadeada pelos Estados Unidos contra o terrorismo, a ONU vem tentando criar uma “nova ordem mundial” a fim de que os organismos internacionais e as grandes potências defendam e promovam os direitos humanos no mundo através de uma intervenção humanitária, impondo uma hegemonia política e econômica.

No caso do Brasil, em virtude das altas taxas de inflação, tem dificuldade em assegurar a igualdade e a paz, em uma luta constante para respeitar o homem e seus direitos fundamentais. A consolidação dos DH deve partir da conscientização de cada membro da sociedade para depois atingir os níveis mundiais de conscientização, baseada na educação. Piovesan³²⁷ afirma que:

Os sistemas globais e regionais não são dicotômicos, mas complementares. Inspirados pelos valores e princípios da Declaração Universal, compõem o universo instrumental de proteção dos direitos humanos, no plano internacional. Em face deste complexo universo de instrumentos internacionais, cabe ao indivíduo, que sofreu violação de direito, a escolha do aparato mais favorável, tendo em vista que, eventualmente, direitos idênticos são tutelados por dois ou mais instrumentos de alcance global ou regional, ou ainda, de alcance geral ou especial.

³²⁶ U. Beck. O que é a globalização. Equívocos do globalismo. 1999.

³²⁷ F. Piovesan. Direitos humanos globais, justiça internacional e o Brasil. 2000. p. 101.

A sociedade brasileira deve procurar promover a democracia, na tentativa de erradicar a injustiça e a impunidade mesmo que leve bastante tempo para isso. Ações do governo e da sociedade devem trabalhar para reduzir as diferenças sociais e a banalização da morte que é frequente nos presídios brasileiros, nas filas de hospitais, na prática de trabalho infantil e escravo, e principalmente com a falta de acesso à justiça por parte da população de nível social inferior.

As organizações internacionais instituíram mecanismos de responsabilização no momento em que o Estado não corresponde positivamente as tarefas de implementação de direitos e liberdades fundamentais, passando assim a consentir no controle e na fiscalização da comunidade internacional no caso de violação dos direitos fundamentais, mesmo que a ação internacional seja uma ação suplementar, oferecendo garantia adicional de proteção dos direitos humanos.

Essas defesas são necessárias para garantir direitos, como alimentação, saúde, moradia e educação. Porém, além de defender, deve-se estender os benefícios dos direitos humanos a todos, sem exceção. Sobre essa questão Schwenck³²⁸ comenta:

A questão dos novos direitos é polêmica e embora se tenha grande temor das consequências negativas da biotecnologia, da bioengenharia, do uso das comunicações e da informática, não se pode evitar que aconteçam, sendo preciso que o Direito esteja preparado para o enfrentamento destas questões, com princípios e normas concretas.

Ainda há muito que é evoluir em se tratando de DH, o crescimento é essencial para a sociedade e à condição de ser humano, o mais importante é fazer com que os direitos sejam respeitados já que cabe aqui a ideia de que os DH já nasceu com o próprio homem.

É correto afirmar que direito à vida e à segurança confunde-se com o direito da dignidade da pessoa humana, pois sem assegurar a vida, não há como exercer a dignidade humana e todos os direitos decorrentes da mesma. Assim sendo, não basta

³²⁸ T. Schwenck. Os novos direitos. 2001. p. 3 [Consul. 15 Mai 2013] Disponível na internet: <<http://jus.com.br/revista/texto/2566/os-novos-direitos/3>>.

assegurar a vida como mera existência, e sim uma vida íntegra e digna. Por esse motivo, todos os demais direitos humanos estão centrados na garantia de vida e de dignidade humana.

O direito à vida é um direito fundamental do homem, visto que é dele que emanam todos os outros direitos. É ainda direito natural essencial à condição de ser humano. Diante disso, a CF afirma que o direito à vida é inviolável. Conforme o artigo 5º da Constituição, “*todos são iguais perante a lei, sem distinção de qualquer natureza, garantindo-se aos brasileiros e aos estrangeiros residentes no País a inviolabilidade do direito à vida...*”³²⁹ (BRASIL, 1988).

Entretanto, sabe-se que todos os direitos são invioláveis, pois não existe direito passível de violação. Mas a CF fez questão de frisar a inviolabilidade do direito à vida exatamente por se tratar de direito fundamental. É essencial que se tenha em mente que a CF é a Lei Maior do país, e todas as demais leis devem se reportar a ela.

Ressalta-se que não apenas a CF do Brasil consagra a inviolabilidade do direito à vida, mas também acordos internacionais sobre DH assinados pelo país, que estabelecem ser a vida inviolável.

Vale ressaltar que, para que não se cometa erro habitual, esses direitos e garantias são direcionados a todas as pessoas, até mesmo os suspeitos de crimes ou criminosos. A integridade física é um bem vital e expõe um direito fundamental do ser humano, cuja violação, em qualquer circunstância, é criminosa. Pondera-se que o direito à vida alude em uma vida digna e não vegetativa. Em linhas gerais, pode-se afirmar que a segurança incide na proteção atribuída pela sociedade a cada um de seus membros para conservação de sua pessoa e de seus direitos.

Além da segurança jurídica em sentido amplo, a CF também garante a segurança dos indivíduos através de regras que consagram o direito do indivíduo à comodidade do

³²⁹ Brasil, Constituição Federal Brasileira. 1988.

lar com sua família ou só, definindo o lar como o “*asilo inviolável do indivíduo*” (Art.5º, inc. XI)³³⁰ (BRASIL, 1988).

Deve-se destacar também o princípio da dignidade da pessoa humana, que tem sua introdução no ordenamento jurídico como mérito da reflexão filosófica acumulada de séculos anteriores, cuja grande contribuição foi dada a Kant, no começo do século XVIII, em sua obra *Fundamentação da Metafísica dos Costumes* de 1785³³¹. O pensamento de Kant (1785) buscou uma compreensão ética da natureza humana, conforme descreve:

No reino dos fins tudo tem ou um preço ou uma dignidade. Quando uma coisa tem um preço, pode-se pôr em vez dela qualquer outra como equivalente, mas quando uma coisa está acima de todo o preço, e, portanto, não permite equivalente, então tem ela dignidade³³².

A dignidade da pessoa humana teve seu marco com a DUDH em 1948, estabelecendo: “*Todos os cidadãos têm a mesma dignidade social e são iguais perante a lei, sem distinção de sexo, raça, língua, religião, opinião pública e condições pessoais e sociais*”.

A partir dessa concepção a dignidade humana tornou-se um princípio essencial ao Estado Democrático de Direito. No ordenamento pátrio, o princípio da dignidade humana tornou-se expresso na CF de 1988, em seu art. 1º, inciso III³³³. Segundo Madaleno³³⁴:

A dignidade humana atua na órbita constitucional na condição de princípio fundamental do Estado Democrático de Direito, e como princípio constitucional consagra os valores mais importantes da ordem jurídica, gozando de plena eficácia e efetividade, porque de alta hierarquia e

³³⁰ Brasil, Constituição Federal Brasileira. 1988.

³³¹ R. C. Pereira. Princípios fundamentais norteadores do direito de família. 2006.

³³² P. L. N. Lôbo. Direito ao estado de filiação e direito à origem genética. p. 37. [Consult. 15 mai 2013] Disponível na internet: <<http://www.iobonlinejuridico.com.br>>.

³³³ Pereira, op.cit.

³³⁴ R. Madaleno. Curso de Direito de Família. 2009. p. 18.

fundamental prevalência, conciliando a segurança jurídica com a busca da justiça.

Como princípio constitucional, a dignidade humana, independentemente do regime político adotado, deverá ser reconhecido pelo Estado³³⁵ (PEREIRA, 2006). Devido à superioridade hierárquica normativa da Constituição, todos os diplomas normativos, devem-lhe obediência, seja formal e/ ou material, sob pena de inconstitucionalidade³³⁶ (FARIAS; ROSENVOLD, 2008).

Atualmente, no ordenamento jurídico pátrio, o Direito de Família não pode mais prescindir de normas que não estejam fundamentadas ou não levem em consideração o princípio da dignidade da pessoa humana³³⁷ (PEREIRA, 2006).

A CF de 1988 proclamou a dignidade da pessoa humana como princípio basilar do Estado Democrático de Direito e do ordenamento positivo. Neste contexto, afirma Moraes³³⁸:

[...] o atual ordenamento jurídico, em vigor desde a promulgação da Constituição Federal de 5 de outubro de 1988, garante tutela especial privilegiada a toda e qualquer pessoa humana, em suas relações extrapatrimoniais, ao estabelecer como princípio fundamental, ao lado da soberania e da cidadania, a dignidade humana.

No capítulo dedicado à família, a Constituição em seus Arts. 226, 227, caput 230, tutelou a instituição familiar, propiciando a proteção funcionalizada do desenvolvimento da dignidade humana dos membros que a integram³³⁹ (FARIAS; ROSENVOLD, 2008). Podendo-se destacar nesse ponto a proteção ao idoso como incumbida no princípio da dignidade da pessoa humana.

³³⁵ Pereira, op.cit.

³³⁶ C. C. Farias e N. Rosenvold. Direito das Famílias. 2008.

³³⁷ Pereira, loc.cit.

³³⁸ M. C. B. Moraes. O conceito de dignidade humana. 2004. p. 119.

³³⁹ Farias; Rosenvold, op.cit.

De acordo com Farias e Rosenthal³⁴⁰, a proteção especial do Estado à família se justifica, pois ela é o instrumento responsável por efetivamente promover, de forma concreta, a dignidade através do desenvolvimento da personalidade humana e a realização plena de seus integrantes.

Além dos direitos já citados aqui, podendo-se destacar os mesmos como principais, quando o assunto é proteção ao idoso cita-se também os princípios da solidariedade familiar e da convivência familiar.

De acordo com Dias³⁴¹, o princípio da solidariedade originou-se dos vínculos de afeto, tendo como significado a própria expressão solidariedade, definido como o que cada um deve ao outro. É um princípio de conteúdo ético, relacionado à fraternidade e a reciprocidade.

Lôbo³⁴² afirma que a solidariedade no âmbito familiar, representa a reciprocidade entre cônjuges e companheiros, principalmente quanto à assistência material e moral. Com relação aos filhos, a solidariedade é imposta aos pais o dever de assistência moral e material, desde o nascimento até atingir a capacidade civil, devendo ser mantidos, instruídos e educados para que tenham uma plena formação social. Há também o dever de amparo às pessoas idosas, constituído também pela solidariedade. Conforme assevera Madaleno³⁴³:

A solidariedade é princípio e oxigênio de todas as relações familiares e afetivas, porque esses vínculos só podem se sustentar e se desenvolver em ambiente recíproco de compreensão e de cooperação, ajudando-se mutuamente sempre que se fizer necessário.

O princípio da solidariedade está expresso na CF de 1988, sendo a regra matriz o Art. 3º, inciso I. No capítulo destinado à família, está nos Arts. 226, 227 e 230. Este princípio revela-se no dever imposto à família, a sociedade e ao Estado de proteção a

³⁴⁰ Ibid.

³⁴¹ M. B. Dias. Manual de direito das famílias. 2010.

³⁴² Lôbo, op.cit.

³⁴³ Madaleno, op.cit., p. 63.

entidade familiar, a criança, ao adolescente e ao idoso³⁴⁴ (MADALENO, 2009). Moraes³⁴⁵ declara a importância deste princípio constitucional:

A expressa referência à solidariedade, feita pelo legislador constituinte, estabelece em nosso ordenamento um princípio jurídico inovador, a ser levado em conta não só no momento da elaboração da legislação ordinária e na execução de políticas públicas, mas também nos momentos de interpretação e aplicação do Direito, por seus operadores e demais destinatários, isto é, por todos os membros da sociedade. Se a solidariedade fática decorre da necessidade imprescindível da coexistência humana, a solidariedade como valor deriva da consciência racional dos interesses em comum, interesses esses que implicam, para cada membro, a obrigação moral de “não fazer aos outros o que não se deseja que lhe seja feito”. [...] É o conceito dialético de “reconhecimento” do outro.

Assim, o princípio da solidariedade familiar, como o próprio nome já indica, destaca que os entes familiares devem ter um com os outros, principalmente quando se trata de crianças e idosos, considerados como vulneráveis. Quanto ao princípio da convivência familiar, Lôbo³⁴⁶ define convivência familiar:

A convivência familiar é a relação afetiva diuturna e duradoura entretecida pelas pessoas que compõem o grupo familiar, em virtude de laços de parentesco ou não, no ambiente comum. Supõe o espaço físico, a casa, o lar, a moradia, mas não necessariamente, pois as atuais condições de vida e o mundo do trabalho provocam separações dos membros da família no espaço físico, mas sem a perda da referência ao ambiente comum, tido como pertença de todos. É ninho no qual as pessoas se sentem recíproca e solidariamente acolhidas e protegidas, especialmente as crianças.

Assim, pressupõe o dever de proteção e acolhimento por parte da família aos seus entes. Nesse contexto, pode-se afirmar que os idosos, assim, como qualquer outro ser humano, independente da fase da vida em que se encontre, são incumbidos de direitos, os quais devem ser assegurados tanto pela própria família quanto pelo Estado.

³⁴⁴ Madaleno, op.cit.

³⁴⁵ Moraes, op.cit., p. 112-113.

³⁴⁶ Lôbo, op.cit., p. 52.

CAPÍTULO III – Metodologia da Investigação

3.1 Introdução à Metodologia

Apresenta-se e delinea-se neste capítulo a metodologia adotada na pesquisa, com os objetivos e perguntas de partida que foram estabelecidos para os casos de estudo, com os indicadores referentes a cada um. Do mesmo modo, apresentam-se as técnicas e instrumentos da investigação e a caracterização sócio-demográfica da amostra.

A pesquisa foi desenvolvida por meio da metodologia descritiva qualitativa, baseada em Estudos de caso, fenomenológicos, onde os sujeitos da investigação foram observados e entrevistados. Portanto, a ideia de Sarup³⁴⁷ do “*mundo ser criado pela consciência, a realidade ser construída socialmente: recai sobre a fenomenologia, que a própria socialização é considerada como uma relação recíproca*”.

A escolha pela metodologia descritiva qualitativa com um foco interpretativo é que permitiu ampliar a experiência em torno do problema, possibilitou a descrição dos casos e uma abordagem mais ampla do processo estudado, em função dos casos de estudo possuírem muitas características, portanto, este método pareceu o mais adequado.

O que permitiu atuar em níveis de realidade na qual os dados se apresentam aos sentidos e tem como prática e finalidade trazer à luz fenômenos, indicadores e tendências observáveis, foi à investigação quantitativa. Trabalhar com valores, hábitos, atitudes, opiniões possibilitou aprofundar a complexidade de fatos e processos particulares e específicos aos casos de estudo. Quanto à abordagem qualitativa, esta

³⁴⁷ M. Sarup. Marxismo e educação. 1980. p. 21.

pode auxiliar a compreensão de fenômenos caracterizados por um grau de complexidade interna muito alta.

As pesquisas qualitativas são o universo que não pode ser apreendido por hipóteses perceptíveis, verificáveis e de difícil quantificação. A imersão na esfera da subjetividade que está enraizada no contexto social do qual surgem, é condição essencial para o seu desenvolvimento. Conseqüentemente, através dela penetrou-se nas intenções e motivos, a partir dos quais ações e relações adquirem sentido. Portanto, sua utilização é imprescindível quando os temas pesquisados exigem um estudo essencialmente interpretativo.

A antropologia e sua identificação com os métodos qualitativos de pesquisa reforçam que o envolvimento inevitável com o objeto de estudo não constitui defeito ou imperfeição dos métodos utilizados. O pesquisador, sendo membro da sociedade, tem que ter o cuidado e a capacidade de relativizar o seu próprio lugar ou de transcendê-lo de tal forma a colocar-se no lugar do outro, o que não invalida seu rigor científico.

O processo de investigação foi fundamentado na realidade da população, por meio da observação direta, através da análise interpretativa dos fatos, assim como, análise de conteúdo, que permitiu responder aos questionamentos da investigação e a compreender o fenômeno analisado desde a perspectiva dos participantes do processo (sujeitos da investigação), e não desde a perspectiva do investigador.

Quando esta investigação foi iniciada, anteriormente, o objetivo do que seria observado foi identificado, as informações que estavam relacionadas com os casos a serem analisados foram colhidas, através de um processo deliberado e sistemático, orientados para os problemas da investigação.

De acordo com Marconi e Lakatos³⁴⁸, problema de pesquisa “*é uma dificuldade, teórica ou prática, no conhecimento de alguma coisa de real importância, para a qual se deve encontrar uma solução*”. Ressalta-se que um problema bem formulado e

³⁴⁸ M. A. Markoni e E. M. Lakatos, op. cit. p. 159.

delimitado facilita a condução do trabalho. Isto é confirmado por Kerlinger³⁴⁹ quando afirma que “*um problema é uma questão que mostra uma situação necessitada de discussão, investigação, decisão ou solução*”.

O problema da investigação apresentou sentido à observação, determinando aspectos como: O que e quem observar? Como, quando e onde observar? Quando e quais observações anotar? Como analisar os dados procedentes da observação ou que utilidade dar aos dados?

A investigação aqui realizada abrangendo um processo reflexivo, sistemático e crítico que fez com que permitisse a descoberta de novos dados no campo do conhecimento investigado. Tem-se consciência que a pesquisa científica não pode ser fruto somente da espontaneidade e da intuição do pesquisador, porque existe dependência tanto dos procedimentos do método como dos recursos da técnica.

Para realizar a análise acerca da *Ética e Política Social no Brasil na última década: Estudo sobre Exclusão Social em Idosos*, onde foi necessário realizar Estudos de caso, tendo sido feita anteriormente uma pesquisa bibliográfica para o embasamento teórico. A pesquisa bibliográfica foi realizada em livros, revistas e artigos com o intuito de conseguir o embasamento teórico necessário, posicionando melhor o leitor acerca do tema abordado.

Entende-se por método, de acordo com Gil³⁵⁰, o caminho para se chegar a determinado fim e método científico são métodos intelectuais e técnicos, adotados para se atingir um conhecimento. A observação, nesse caso, foi o caminho inicial e determinante para a investigação sobre a problemática a ser pesquisada: “*analisar a ‘ética e a política social’ referente à ‘exclusão social’ em idosos*”.

³⁴⁹ F. N. Kerlinger. Metodologia da pesquisa em Ciências Sociais. 1980. p. 35.

³⁵⁰ A. C. Gil. Como elaborar projetos de pesquisa. 2007. p. 26.

Gil³⁵¹ elucida que o primeiro passo, antes de se iniciar uma pesquisa social, normalmente, é quando o pesquisador determina o problema a ser pesquisado, que pode ser qualquer questão não resolvida que seja objeto de discussão em qualquer área do conhecimento, que involuntariamente, recebe influências do meio cultural, social e econômico do pesquisador.

De acordo com Markoni e Lakatos³⁵² a pesquisa bibliográfica tem como finalidade posicionar o leitor, o colocando em contato com tudo que foi escrito, dito ou filmado sobre determinado assunto.

A pesquisa pode ser considerada um procedimento formal com método de pensamento reflexivo que requer um tratamento técnico ou científico, e se constitui no caminho para se conhecer a realidade ou para descobrir verdades parciais. Significa muito mais do que apenas procurar a verdade, mas descobrir respostas para perguntas ou soluções para os problemas levantados, por meio do emprego de métodos científicos³⁵³.

Na fase inicial do desenvolvimento da investigação é preciso fazer a pesquisa bibliográfica com o intuito de conhecer mais sobre o assunto a ser analisado: saber se já existem trabalhos publicados acerca do tema, se é interessante repetir a investigação com os mesmos objetivos, quais os métodos utilizados em outras investigações, decidir o melhor método de pesquisa para ser aplicado para garantir a eficiência do resultado final.

A pesquisa bibliográfica constitui uma excelente técnica para fornecer ao pesquisador a bagagem teórica, de conhecimento, e o treinamento científico que habilitam a produção de trabalhos originais e pertinentes.

Segundo as bases lógicas da investigação foi determinado o método fenomenológico como forma de interpretação do problema em questão e reflexão sobre o mesmo.

³⁵¹ A. C. Gil. Como elaborar projetos de pesquisa. 2007.

³⁵² M. A. Marconi; E. M. Lakatos. Metodologia científica. 2006.

³⁵³ Ibid. p. 14.

De posse do referencial bibliográfico, procedeu-se a leitura seletiva de capítulos, artigos, textos que contribuiriam com esta investigação. Houve uma primeira aproximação com o material, mas outras se procederam em momentos distintos na tentativa de explicar alguma informação não compreendida ou se realizar comparações entre autores.

Em seguida, nova exploração dos textos foi realizada, mas em uma perspectiva mais crítica e analítica. Buscou-se compreender o que os autores tratavam e a razão de defenderem suas ideias. Finalmente, em uma leitura interpretativa, relacionou-se o conteúdo das fontes bibliográficas com os Estudos de caso. Estes consistiram em um recorte da realidade empírica que foi investigada a partir da técnica de análise de conteúdo. Para Bardin (2011, p. 32)³⁵⁴:

[...] qualquer comunicação, isto é, qualquer transporte de significações de um emissor para um receptor controlado ou não por este, deveria poder ser escrito, decifrado pelas técnicas de análise de conteúdo.

Assim, essa técnica de análise possibilitou uma descrição dos casos de estudo mais aprofundada. Como instrumento de coleta de dados optou-se por uma entrevista semiestruturada. O método da entrevista se caracteriza pela existência de um entrevistador, que fará perguntas aos entrevistados. A entrevista pode ser feita para cada indivíduo, em grupo, por telefone ou pessoalmente³⁵⁵ (MATTAR, 1996).

No caso desta pesquisa a entrevista foi feita pessoalmente. Os casos de estudo apresentam-se através das entrevistas e das observações feitas no Conselho Estadual dos Direitos dos Idosos do Maranhão, com os responsáveis em duas Instituições de Acolhimento aos Idosos e com os Idosos Institucionalizados. Esse tipo de entrevista, de acordo com Triviños³⁵⁶:

³⁵⁴ L. Bardin. *Análise de Conteúdo*. 2011.

³⁵⁵ F. N. Mattar. *Pesquisa de marketing*. 1996.

³⁵⁶ A. N. S. Triviños. *Introdução à pesquisa em ciências sociais*. 1987. p. 146.

A entrevista semiestruturada tem como característica questionamentos básicos que são apoiados em teorias e hipóteses que se relacionam ao tema da pesquisa. Os questionamentos dariam frutos a novas hipóteses surgidas a partir das respostas dos informantes. O foco principal seria colocado pelo investigador-entrevistador. [...] a entrevista semiestruturada favorece não só a descrição dos fenômenos sociais, mas também sua explicação e a compreensão de sua totalidade, além de manter a presença consciente e atuante do pesquisador no processo de coleta de informações.

Assim, à medida que os participantes respondiam às perguntas feitas, a pesquisadora os instigava a falar novas respostas. As entrevistas foram gravadas, e depois transcritas, para que posteriormente os dados pudessem ser analisados.

Optou-se por realizar um estudo de natureza exploratória, com abordagem qualitativa, pelo fato dessa metodologia possibilitar descrever a complexidade do problema investigado³⁵⁷ (RICHARDSON, 1999).

A pesquisa aqui apresentada possui natureza qualitativa, porquanto visa encontrar novas informações e relações para verificação e ampliação do conhecimento disponível sobre o assunto, partindo de questões e focos de interesse amplo³⁵⁸ (GODOY, 1995).

O estudo apresenta características típicas da pesquisa qualitativa, apontadas por Merriam³⁵⁹, como:

- O instrumento-chave na coleta e análise de dados é o pesquisador, responsável por realizar a ligação do fenômeno em questão com o ambiente real e complexo;
- O ambiente natural é a fonte direta dos dados da pesquisa: como os problemas são estudados no ambiente em que ocorre o fenômeno, esse tipo de estudo é também chamado de naturalístico;
- O processo de análise é fundamentalmente indutivo: os pesquisadores não se preocupam em buscar evidências que comprovem hipóteses definidas antes do

³⁵⁷ R. J. Richardson. Pesquisa social. 1999.

³⁵⁸ A. S. Godoy. Pesquisa qualitativa. 1995. p. 20-29.

³⁵⁹ S. B. Merriam. Qualitative research and case study applications in educations. 1998.

início dos estudos. As abstrações se formam ou se consolidam a partir da investigação dos dados;

- O foco do estudo reside na compreensão e descrição do fenômeno – um eficaz processo de implementação de um modelo de desempenho organizacional em uma empresa – a partir da ótica dos participantes. A pesquisa é rica em descrição de pessoas, situações e acontecimentos, incluindo-se transcrição de entrevistas e depoimentos de executivos;
- O estudo apresenta uma preocupação com o processo, e não simplesmente com os resultados e o produto, pois se verifica que o produto final é caracterizado por uma rica descrição do fenômeno. Ao estudar um problema específico, o pesquisador tem interesse em verificar como ele se manifesta nas atividades, nos procedimentos e nas interações do cotidiano.

Quanto aos objetivos do trabalho, trata-se de uma pesquisa Exploratória e Descritiva. De acordo com Gil³⁶⁰, a pesquisa Exploratória proporciona maior familiaridade com o problema, tendo em vista torná-lo mais explícito. A Descritiva tem como principal objetivo a descrição das características de determinadas populações ou fenômenos. Assim, através da metodologia citada, pretende-se chegar à resposta do problema levantado, bem como atingir os objetivos traçados.

3.2 Objetivos do Estudo e Perguntas de Partida

Na construção desta investigação, estabelece-se em primeiro lugar, o referencial teórico e conceitual, com fundamento na pesquisa bibliográfica e na pesquisa digital (*internet*) focalizada em aspectos referentes: *Ética e Política Social no Brasil na última década: Estudo sobre Exclusão Social em Idosos*. Através dos pontos de ligação e as relações existentes entre as temáticas, busca-se analisar a questão sociopolítica no processo de exclusão social em idosos.

A pesquisa bibliográfica é relevante em estudo dessa natureza, porque se estabelece em uma técnica de pesquisa, que tem por objetivo permitir ao cientista o reforço paralelo na análise de sua pesquisa ou acesso de informações. Após o

³⁶⁰ Gil, op.cit.

estabelecimento do marco de análise, o procedimento à construção do estudo interpretativo para dar resposta às perguntas formuladas e aos objetivos estabelecidos para a investigação:

- Como a ética é contextualizada considerando o fenômeno “exclusão social” em idosos?
- Quais as políticas públicas aplicadas ao grupo dos idosos na última década no Brasil?
- Quais as ações metodológicas realizadas pelos administradores das Instituições, no que diz respeito, aos idosos para que os mantenha em contato social?
- Como são organizadas as ações sociais pelas Instituições?
- Quais os objetivos e ideologias como propostas da Instituição em relação aos idosos?
- Como é feita a fiscalização nas Instituições de Acolhimento? (Por quem?).

Nesse contexto, o **objetivo geral** consiste em analisar a Ética e a Política Social no Brasil na última década, desenvolvendo uma investigação analítica sobre exclusão social em idosos “institucionalizados”, assim como, os efeitos sociais gerados das políticas públicas na população participante dessa investigação, tendo como delimitação, o Município de São Luís, capital do Estado do Maranhão. E os **objetivos específicos** consistem em: analisar a ética no contexto social brasileiro considerando o fenômeno “exclusão social” em idosos institucionalizados; analisar as políticas públicas aplicadas ao grupo dos idosos na última década no Brasil; analisar as ações metodológicas realizadas pelos administradores das Instituições, no que diz respeito, aos idosos para que os mantenha em contato social; analisar as ações sociais organizadas pelas Instituições; analisar os objetivos e ideologias como propostas da Instituição em relação aos idosos e investigar como é feita a fiscalização nas Instituições de Acolhimento ao idoso.

Contudo, após a determinação dos objetivos que orientam a pesquisa, foram definidos os argumentos descritivos em três categorias de casos de estudo.

- ILPI “Solar do Outono” (Centro de Referência Especializada no Atendimento ao Idoso) – Responsabilidade total do Governo Estadual (Diretora e Idosos);
- Asilo de Mendicidade de São Luís “Lar do Idoso” (Instituição filantrópica) – Responsabilidade total da Loja Maçônica Renascença Maranhense (Administrador e Idosos);
- Conselho Estadual dos Direitos do Idoso do Maranhão – CEDIMA (Presidente/Conselheira);

Os casos de estudo foram identificados e selecionados de acordo com os objetivos e questionamentos da pesquisa. Considerando que os casos de estudo têm múltiplas funções, em ciência, Segundo Revault d’Allones (2004)³⁶¹, disse quais podem ser:

- Informar, uma vez que descreve um conjunto de dados sobre uma ou mais pessoas em determinada situação;
- Ilustrar, pela referência a uma ou mais experiências, um raciocínio clínico;
- Problematizar, levantando ou fundamentando hipóteses em relação a uma problemática, entrelaçando a teoria com o material proveniente de uma prática, permitindo uma leitura alternadamente analítica e sintética;
- Apoiar ou provar formulações teóricas prévias.

Com a finalidade intencional de profundidade e estruturação da investigação, cada caso de estudo foi dividido em indicadores com a característica correspondente. Sendo, para cada indicador foram citadas as ações e atitudes necessárias aos procedimentos do estudo, assim como, dos instrumentos e a metodologia utilizada para a coleta de dados. E, para fornecer uma visão do esquema adotado nesta investigação, foi construído o QUADRO 2 – Casos de estudo e indicadores da investigação. Categorizando e relacionando os Estudos de caso com os indicadores correspondentes a cada caso investigado.

³⁶¹ C.. Revault d’Allones. Os procedimentos Clínicos em Ciências Humanas. Documentos, métodos, problemas. 2004

	<ul style="list-style-type: none">❖ Tempo de vínculo na Instituição;❖ Gosta da Instituição;❖ Como é tratado pelos profissionais da Instituição;❖ Mudança sócio-política;❖ Participa das atividades desenvolvidas pela Instituição;❖ Gosta dos colegas (amigos) que fez na Instituição;❖ Avaliação das atividades desenvolvidas pela Instituição pelos idosos.
<p>CASOS DE ESTUDO Nº 03 ❖ CEDIMA</p> <p>✓ Presidente/Conselheira</p>	<ul style="list-style-type: none">❖ Local onde situa a Instituição;❖ Tempo de criação do Conselho;❖ Quantos conselheiros há no CEDIMA;❖ Quais os objetivos e ideologias propostas pelo CEDIMA;❖ Problemas comuns registrados pelo Conselho em relação aos idosos das Instituições investigadas;❖ Características de atuação do Conselho;❖ Quem são os parceiros do CEDIMA;❖ Processo de intervenção social realizado;❖ Quais ações são desenvolvidas pelo CEDIMA;❖ Resultados e repercussões alcançados pela Instituição no diz respeito ao processo de intervenção: níveis locais e nacionais.

QUADRO 2 – Casos de estudo e indicadores da investigação.

3.3 Técnicas e Instrumentos da Investigação

O instrumento usado para coleta de informações foi entrevista semiestruturada e conversa informal, porém com coerência entre si e significação em relação à abordagem teórica na qual foi fundamentada a pesquisa.

Cada fase desta investigação constitui-se em fases de aprendizagem, em um processo que demandou o questionamento da realidade para a construção do objeto estudado. Esta pesquisa foi à descoberta de resultados, à medida que o entrevistado respondia as perguntas feitas, surgiam novas questões juntamente com a curiosidade da pesquisadora. A escolha da metodologia de investigação, de uma disciplina, em um

procedimento de trabalho sistemático, colocou-se certos critérios de rigor para se fazer público o resultado deste trabalho.

A investigação teve uma perspectiva metodológica instrumental, com a combinação e a utilização de instrumentos de investigação: entrevista semiestruturada e conversa informal com os participantes.

O enfoque instrumental possibilitou observar e analisar os sujeitos da investigação através dos relatos com as conversas informais, por meio da utilização do instrumento de investigação: a entrevista. Adotou-se além da técnica de análise de conteúdo, a técnica de recopilação padronizada com conversação livre, com “guia” ou “pauta” com a finalidade de orientar a conversação. Cada encontro teve a duração aproximada de duas horas. A coleta de dados foi realizada por meio de conversações informais, entrevistas abertas em profundidade.

Escolheu-se como método de aproximação e inserção no campo, o diálogo, através das entrevistas e conversas informais como formas de viabilizar a colaboração dos participantes da investigação na realização da pesquisa. A conversa informal foi um instrumento facilitador na obtenção de informações com algumas pessoas com escassa instrução formal³⁶², que teriam dificuldade em responder um questionário escrito e, por permitir a uma maior profundidade que outros métodos no recolhimento dos dados.

Escolheu-se como instrumento de coletas de dados a entrevista semiestruturada juntamente com a narrativa de vida³⁶³, por possibilitarem ao entrevistado falar sobre o assunto proposto sem respostas ou condições fixadas pelo pesquisador, com um diálogo realizado através da adaptação a determinadas questões. Desse modo, elegeu-se a entrevista semiestruturada porque esta, do mesmo modo, que valoriza a presença do investigador, oferece todas as perspectivas possíveis para que o informante alcance a

³⁶² Referente aos idosos.

³⁶³ Ibid.

liberdade e a espontaneidade necessárias, enriquecendo a investigação³⁶⁴ (TRIVIÑOS, 1987).

Os instrumentos de registro de dados selecionados para a investigação seguem uma metodologia qualitativa, com a adoção de algumas estratégias metodológicas, com a intenção de captar aspectos distintos da composição da realidade. Considera-se como “dados” todos os materiais recolhidos e estudados na investigação. São fontes de dados: os documentos pesquisados, diários, etc. Como também os que foram construídos como: transcrições de entrevista e notas de campo³⁶⁵ (BOGDAN; BIKLEN, 1994).

As notas de campo foram descritas em um diário de campo, que foi utilizado com o intuito de anotar todas as observações de forma aprofundada, nele são anotados o máximo possível de aspectos observados, devendo ser escrito no momento exato da observação. Posteriormente, tais observações anotadas serão transformadas em relatos ampliados, englobando aspectos descritivos, reflexivos e comentários pessoais, com o maior número possível de detalhes sobre as atividades e situações abordadas.

Expõe-se no QUADRO 3, os procedimentos, técnicas e instrumentos adotados na investigação³⁶⁶:

PROCEDIMENTOS	TÉCNICAS/INSTRUMENTOS
CASOS DE ESTUDO Nº 01 ❖ Entrevista semiestruturada ❖ Conversa Informal	❖ Guia da entrevista ❖ Observação ❖ Diário de campo ❖ Análise de conteúdo ❖ Gravações de voz e fotos ❖ Elaboração de documentos
CASOS DE ESTUDO Nº 02 ❖ Entrevista semiestruturada	❖ Guia da entrevista ❖ Observação

³⁶⁴ A. N. S. Triviños. Introdução à pesquisa em ciências sociais. 1987. p. 146.

³⁶⁵ R. Bogdan; S. Biklen. A investigação qualitativa em educação. 1994.

³⁶⁶ Dados primários da pesquisa

❖ Conversa Informal	<ul style="list-style-type: none"> ❖ Diário de campo ❖ Análise de conteúdo ❖ Gravações de voz e fotos ❖ Elaboração de documentos
<p>CASOS DE ESTUDO Nº 03</p> <ul style="list-style-type: none"> ❖ Entrevista semiestruturada ❖ Conversa Informal 	<ul style="list-style-type: none"> ❖ Guia da entrevista ❖ Observação ❖ Diário de campo ❖ Análise de conteúdo ❖ Gravações de voz e fotos ❖ Elaboração de documentos

QUADRO 3 – Procedimentos, Técnicas e Instrumentos da Investigação.

Com a finalidade de fornecer uma visão geral do esquema adotado nesta investigação, foram construídos os quadros gerais com os casos de estudo (QUADRO 4, QUADRO 5 e QUADRO 6), relacionando aos casos eleitos e categorizando os indicadores relativos a cada caso investigado com os procedimentos, técnicas, instrumentos e tempo empregados na realização da investigação.

<p>CASOS DE ESTUDO Nº 01 Instituição de Longa Permanência para Idosos “Solar do Outono” Diretora / Idosos</p>
<p>INDICADORES</p>
<ul style="list-style-type: none"> ❖ Local onde situa a Instituição; ❖ Fundação da Instituição; ❖ Quantos profissionais e suas respectivas formações; ❖ Existe voluntário na Instituição; ❖ Número de idosos na Instituição; ❖ Qual o tipo de procedimento é feito ao receber o idoso na Instituição; ❖ O idoso da Instituição recebe o benefício da Previdência; ❖ Existem outros parceiros além do Governo do Estado; ❖ Quais os objetivos e ideologias propostas pela Instituição; ❖ Relação da direção com os participantes da investigação nas ações sociais; ❖ Quantitativo de projetos desenvolvidos em um ano; ❖ Projetos de sustentabilidade da Instituição;

<ul style="list-style-type: none"> ❖ Qual a metodologia de trabalho adotada; ❖ Tempo de duração das atividades/ações; ❖ Expectativa da Instituição com as atividades desenvolvidas; ❖ Processo de Intervenção social realizado; ❖ Resultados e repercussões alcançados pela Instituição com os participantes da investigação no processo de intervenção: níveis locais e nacionais. <p>-----</p> <ul style="list-style-type: none"> ❖ Idade; ❖ Gênero; ❖ História de vida (condicionantes familiares); ❖ Como chegou à Instituição; ❖ Tempo de vínculo na Instituição; ❖ Gosta da Instituição; ❖ Como é tratado pelos profissionais da Instituição; ❖ Mudança sociopolítica; ❖ Participa das atividades desenvolvidas pela Instituição; ❖ Gosta dos colegas (amigos) que fez na Instituição; ❖ Avaliação das atividades desenvolvidas na Instituição pelos idosos. 			
PROCEDIMENTOS	TÉCNICAS/INSTRUMENTOS	TEMPO	PARTICIPANTE
Entrevista semiestruturada Conversa Informal	Guia da entrevista Observação Diário de campo Análise de conteúdo Gravações de voz e fotos Elaboração de documentos	2013 Observação de campo na Instituição	Diretora: (1) Idosos (3)

QUADRO 4 – Quadro Geral dos Indicadores de investigação/Caso de Estudo nº 01

<p>CASOS DE ESTUDO Nº 02 Asilo de Mendicidade de São Luís “Lar do Idoso” Administrador / Idosos</p>
<p>INDICADORES</p>
<ul style="list-style-type: none"> ❖ Local onde situa a Instituição; ❖ Fundação da Instituição; ❖ Quantos profissionais e suas respectivas formações; ❖ Existe voluntário na Instituição; ❖ Número de idosos na Instituição; ❖ Qual o tipo de procedimento é feito ao receber o idoso na Instituição;

- ❖ O idoso da Instituição recebe o benefício da Previdência;
- ❖ Existem outros parceiros além da Loja Maçônica;
- ❖ Quais os objetivos e ideologias propostas pela Instituição;
- ❖ Relação da direção com os participantes da investigação nas ações sociais;
- ❖ Quantitativo de projetos desenvolvidos em um ano;
- ❖ Projetos de sustentabilidade da Instituição;
- ❖ Qual a metodologia de trabalho adotada;
- ❖ Tempo de duração das atividades/ações;
- ❖ Expectativa da Instituição com as atividades desenvolvidas;
- ❖ Processo de Intervenção social realizado;
- ❖ Resultados e repercussões alcançados pela Instituição com os participantes da investigação no processo de intervenção: níveis locais e nacionais.

-
- ❖ Idade;
 - ❖ Gênero;
 - ❖ História de vida (condicionantes familiares);
 - ❖ Como chegou à Instituição;
 - ❖ Tempo de vínculo na Instituição;
 - ❖ Gosta da Instituição;
 - ❖ Como é tratado pelos profissionais da Instituição;
 - ❖ Mudança sociopolítica;
 - ❖ Participa das atividades desenvolvidas pela Instituição;
 - ❖ Gosta dos colegas (amigos) que fez na Instituição;
 - ❖ Avaliação das atividades desenvolvidas na Instituição pelos idosos.

PROCEDIMENTOS	TÉCNICAS/INSTRUMENTOS	TEMPO	PARTICIPANTE
Entrevista semiestruturada Conversa Informal	Guia da entrevista Observação Diário de campo Análise de conteúdo Gravações de voz e fotos Elaboração de documentos	2013 Observação de campo na Instituição	Administrador: (1) Idosos (3)

QUADRO 5 – Quadro Geral dos Indicadores de investigação/Caso de Estudo nº 02

CASO DE ESTUDO N° 03 Conselho Estadual dos Direitos dos Idosos do Maranhão Presidente e Conselheira			
INDICADORES			
<ul style="list-style-type: none">❖ Local onde situa a Instituição;❖ Tempo de criação do Conselho;❖ Quantos conselheiros há no CEDIMA;❖ Quais os objetivos e ideologias propostas pelo CEDIMA;❖ Problemas comuns registrados pelo Conselho em relação aos idosos das Instituições investigadas;❖ Características de atuação do Conselho;❖ Quem são os parceiros do CEDIMA;❖ Processo de intervenção social realizado;❖ Quais ações são desenvolvidas pelo CEDIMA;❖ Resultados e repercussões alcançados pela Instituição no diz respeito ao processo de intervenção: níveis locais e nacionais.			
PROCEDIMENTOS	TÉCNICAS/INSTRUMENTOS	TEMPO	PARTICIPANTE
Entrevista semiestruturada Conversa Informal	Guia da entrevista Observação Diário de campo Análise de conteúdo Gravações de voz e fotos Elaboração de documento	2013 Observação de campo na Instituição	Presidente (1)

QUADRO 6 – Quadro Geral dos Indicadores de investigação/Caso de Estudo n° 03

Segundo Bardin (2011)³⁶⁷, as unidades de registro utilizadas para a análise de conteúdo são:

- a) Tema – é a unidade de significação que se liberta naturalmente de um texto analisado segundo certos critérios relativos à teoria que serve de guia à leitura;
- b) O objeto – trata-se de temas eixo em redor dos quais o discurso se organiza;
- c) A personagem – o ator ou atuante pode ser escolhido como unidade de registro. Neste caso, o codificador indica as personagens, e no caso de uma análise categorial, as classes em função da grelha escolhida;
- d) O documento – [...] é possível tomar como unidade de registro a resposta (a uma questão aberta) ou a entrevista, com a condição de que a ideia dominante ou principal, seja suficiente para o objetivo procurado.

³⁶⁷ L. Bardin. Análise de conteúdo. 2011.

3.4 Caracterização sócio-demográfica da amostra

Descreve-se a localidade onde foi realizada a pesquisa, a identificação e descrição dos participantes da investigação. A seleção dos participantes precisou atender a alguns critérios, por isso, optou-se por pessoas que trabalhassem nas instituições e/ou morassem nelas, estabelecendo-se em casos representativos do universo analisado. Utilizou-se como local da investigação o próprio espaço de trabalho e/ou moradia dos participantes.

i. A Entrada no Campo

Inicialmente foi feita uma busca *on-line* pelos contatos das instituições. Depois de encontrados, foi enviado um *e-mail* para as instituições como tentativa de primeiro contato, nessa ocasião não houve retorno das mesmas. Posteriormente foi feito contato através do telefone, onde foi obtido o primeiro contato com as pessoas responsáveis pelas instituições. A partir desse momento iniciamos uma agenda de encontros. Os responsáveis pelas instituições se colocaram à disposição para colaborar com as informações necessárias para esta investigação.

Os encontros foram obtidos através de adequação de horários, tanto dos responsáveis pelas instituições como pelos idosos institucionalizados. Contou-se com a colaboração e disponibilidade dos participantes para fornecer as informações necessárias à pesquisa, atendendo deste modo a coleta de informações necessárias para a investigação. A investigação de campo foi iniciada no mês de março de 2013, quando as entrevistas começaram a ser realizadas, bem como foram feitas observações e registros das narrativas de vida dos participantes.

ii. Descrição da População

Analisou-se um segmento específico para o universo de casos pesquisados, limitando-se às entrevistas e observações das instituições selecionadas. A seleção dos participantes obedeceu a alguns critérios de significação dos participantes, em relação ao objeto de estudo: pessoas com referências de histórias de vida, inseridas no contexto do processo de exclusão social. Estabelecendo-se em uma amostra intencional, focalizada em pessoas previamente eleitos para a observação, sendo analisado também o ambiente.

A observação, de acordo com Danna e Matos³⁶⁸, mostra-se relevante, especialmente, para que se possa entender o que os organismos fazem e sob quais circunstâncias. Na observação participante, o investigador é, de forma simultânea, instrumento de coleta de dados e interpretador, trata-se de uma técnica dinâmica e envolvente com o modo cooperativo de agir, e caracteriza-se pela interação entre os pesquisadores e os membros das situações investigadas. No caso desse estudo tratou-se de uma observação de situações do cotidiano, ressalta-se, corroborando com os autores supracitados, que, em interações humanas, as situações vividas dificilmente seriam captadas ou apreendidas de outra forma.

Para a observação dessa pesquisa foram definidos: 05 (cinco) encontros com duração aproximada de duas horas para as Instituições de Longa Permanência para Idosos e somente 04 (quatro) encontros com duração aproximada de uma hora para o CEDIMA. A pesquisa foi realizada com 09 (nove) participantes: 01 (uma) diretora, 01 (um) Administrador, 01 (uma) Presidente e 06 (seis) idosos institucionalizados.

Portanto, analisou-se 06 (seis) entrevistas de idosos institucionalizados e 03 (três) entrevistas com os responsáveis das instituições. Ressalta-se que a pequena amostra dos idosos institucionalizados foi devido a grande maioria está com demência. Os relatos obtidos mediante entrevistas sucessivas foram significativos desde o ponto de vista qualitativo.

A entrevista sendo utilizada como técnica de pesquisa, para Minayo³⁶⁹ possibilita ao pesquisador a obtenção de informações privilegiadas pelo fato de ser obtida por meio da fala individual revelando condições estruturais, sistema de valores, normas e símbolos, e ainda, transmite por meio de um “porta-voz” as representações do grupo social em estudo.

O espaço escolhido tanto com os representantes das Instituições quanto com os idosos institucionalizados foi no seu próprio local de trabalho e/ou moradia. Dessa

³⁶⁸ M. F. Danna; M. A. Matos. Aprendendo a observar. 2006.

³⁶⁹ M. C. S. Minayo et al. Pesquisa Social. 1994.

forma, a pesquisadora foi ao encontro de cada um, deixando-os bem a vontade, facilitando desse modo, a liberdade de se expressarem.

Escolheu-se trabalhar com o Asilo de Mendicidade de São Luís “Lar do Idoso”, por ser uma instituição filantrópica, por ter o maior tempo de fundação (94 anos), por sua repercussão social e por ajudar outras instituições sociais (Escola de Cegos). Optou-se, também, em trabalhar com a ILPI “Solar do Outono”, por ser uma instituição pública, a única mantida total pelo Governo do Estado, com 34 anos de atuação e, ainda, por ser o Centro de Referência Especializada no Atendimento ao Idoso no Estado do Maranhão. A escolha do CEDIMA foi por ser o órgão fiscalizador das instituições pesquisadas.

POPULAÇÃO PESQUISADA	
Diretora	1
Administrador	1
Presidente/Conselheira	1
Idosos institucionalizados	6
TOTAL	9

Quadro 7 – População pesquisada

As entrevistas revelaram uma significativa quantidade de informações para a investigação. Averiguou-se certa repetição das informações, atingindo um ponto onde não era acrescentada informação relevante aos questionamentos³⁷⁰ (HAMEL et al, 1993).

3.5 Desenvolvimento da Investigação e Procedimentos para Coleta de Dados

Apresenta-se neste capítulo a análise das informações e o desenvolvimento metodológico da investigação juntamente com os guiões das entrevistas utilizados para a coleta de dados e os recursos empregados no registro das informações dos participantes da investigação.

³⁷⁰ J. Hamel et al. Case Study Methods. 1993.

Para a análise dos depoimentos, adotamos os seguintes passos: ordenação dos dados, classificação e análises finais, incluindo, organização do conteúdo através da leitura do material pesquisado. Procurou-se construir esta investigação, não só com os dados coletados através de pesquisa bibliográfica, como também por meio da observação direta do funcionamento e das atividades desenvolvidas pelas instituições investigadas.

Todas as entrevistas dos participantes foram registradas em áudio, por meio de anotações escritas, diários de pesquisas, com as informações dos entrevistados em fichas identificadas. Após, deve ser imediatamente transcrita e analisada detidamente pelo pesquisador, antes de realizar outra entrevista com o mesmo sujeito ou outras pessoas³⁷¹ (TRIVIÑOS, 1987).

Os depoimentos foram reunidos de acordo com os casos investigados, numa análise-síntese documental, com a finalidade de captar os aspectos mais relevantes dos relatos referentes aos casos de estudo. Foram utilizadas fotos das instituições observadas e dos entrevistados, com exceção dos idosos³⁷² institucionalizados, com a finalidade de transcrever posteriormente, com a permissão dos entrevistados.

No documento oficial encaminhado a cada instituição (Anexo I, II e III), buscou-se garantir a cada uma delas que todas as entrevistas coletadas e as observações feitas do local seriam utilizadas unicamente para fins de pesquisa, dessa forma, tivemos o consentimento e a colaboração que nos foi fundamental na investigação. O tipo de entrevista adotada foi a semiestruturada ou semirígida, onde as perguntas são resultados não só na teoria que alimenta a ação do investigador, como de toda a informação que já recolheu sobre o fenômeno social que interessa³⁷³. (TRIVIÑOS, 1987).

³⁷¹ A. N. S. Triviños. Introdução à pesquisa em ciências sociais. 1987. p. 147.

³⁷² A pesquisadora, por uma questão de ética, não quis expor a imagens dos idosos entrevistados. (N. da A.).

³⁷³ A. N. S. Triviños. Introdução à pesquisa em ciências sociais. 1987. p. 146.

Para a construção e desenvolvimento dessa pesquisa, foi elaborado um roteiro prévio ou “perguntas guia”, com questionamentos amplos e flexíveis, porém mantendo-se uma uniformidade entre os entrevistados. Cada entrevista transformou-se em uma oportunidade de descoberta e aprendizado.

Procuramos ser receptivos para conhecer e explorar a linguagem dos entrevistados, porém sem introduzir na entrevista conceitos que pudessem conduzir a conversação para uma determinada posição que não a pensada pelo entrevistado, buscando melhor compreender sua posição e forma de entender os temas abordados.

A nossa intenção era controlar a perspectiva ética, ou seja, para não “contagiar” ou influenciar as respostas dos participantes. Ao realizar a análise das entrevistas, foi realizada uma revisão em paralelo, a fim de averiguar até que ponto o tipo de pergunta realizada poderia ter induzido o participante a utilizar certo tipo de linguagem ou resposta dada.

Optou-se pela entrevista aberta em profundidade como metodologia para a obtenção dos dados desejados, por ser o método que melhor contribuiria para entendermos as trajetórias dos entrevistados e a fundação das instituições dentro do contexto social investigado. E também, por proporcionar múltiplas maneiras de observarmos a singularidade de cada participante (maneiras de vida, crenças, valores, sentimentos...), estabelecendo ainda, distintos modos de aproximação (através da metodologia), permitindo deste modo, diferentes formas de análise para a investigação.

Outro instrumento importante para a investigação foi o diário de campo, onde foram registradas as observações e conversações informais prévias e posteriores a cada entrevista. Teve o objetivo principal de estabelecer o marco e processo da entrevista, e a minha percepção sobre o desenvolvimento da mesma, assim como as ideias que poderiam surgir durante o processo. O diário destinou-se também para os registros das dúvidas sobre o processo de análise e o instrumento a ser utilizado, servindo como meio de apoio para realizar futuras decisões: Quem entrevistar e como confrontar as informações? E, quando terminar as entrevistas?

A entrevista em profundidade envolveu vários encontros com o (a) participante, todas nas instituições investigadas, para falar sobre o tema em estudo. As análises e compreensões dos temas abordados foram sendo construídas pela pesquisadora em comunhão com os responsáveis das instituições investigadas, que sabiam do tema e das intenções da investigação desde o início. Partiu-se de questões-chave referidas ao mundo da vida dos (as) participantes e das suas atividades nas instituições. A entrevista semiestruturada tem o propósito de favorecer não só a descrição dos fenômenos sociais, mas também sua explicação e a compreensão de sua totalidade, tanto dentro de sua situação específica como de situações maiores³⁷⁴ (TRIVIÑOS, 1987).

As observações de campo foram transcritas e analisadas, sendo considerados os aspectos éticos de consentimento e sigilo dos participantes da investigação. Os conteúdos obtidos são resultados de uma situação de encontro, entre seres humanos, conscientes da objetividade do encontro e também de sua subjetividade.

Observar um “fenômeno social”, segundo Triviños³⁷⁵, significa que determinado evento social, simples ou complexo, tenha sido abstratamente separado de seu contexto para que, em sua dimensão singular, seja estudado em seus atos, atividades, significados e relações.

A entrevista permitiu a uma aproximação e maior conhecimento do entrevistado. Constituindo-se em processo resultante de uma escuta e reflexão sobre as informações coletadas. Embora se tenha deixado o entrevistado livre para falar o que queria de acordo com o questionamento feito, foi necessário aprofundar determinados aspectos, relevantes para a pesquisa, que foram surgindo no decorrer da entrevista, imprimindo singularidade a cada entrevista, como resultado da narração e da interação com o entrevistado. Considerou-se a especificidade deste material, quando posteriormente foi lido e transcrito.

³⁷⁴ A. N. S. Triviños. Introdução à pesquisa em ciências sociais. 1987. p. 152.

³⁷⁵ Ibid. p. 153.

Pode-se, tentar fazer o discurso escrito o mais fiel possível ao discurso falado. No entanto, a fonte oral é sempre uma invocação à memória, reconstruindo um passado pela perspectiva do presente e marcado pelo social.

Os comportamentos dos entrevistados como: verbalizações, silêncios, hesitações, risos e lapsos foram registrados para sustentarem as análises. Portanto, falas, silêncios, hesitações, imprecisões, a linguagem gestual foram elementos importantes para a compreensão da análise.

Durante a pesquisa, trabalhou-se com dois materiais distintos: as memórias faladas, que foram registradas na memória (pesquisadora) e destacadas no diário de campo, e que inconscientemente poderão estar presentes durante a análise, e o material escrito, que nos exigiu atenções e cuidados.

Todas as anotações de campo consistem fundamentalmente na descrição por escrito de todas as manifestações (verbais, ações, atitudes etc.) que o pesquisador observa no sujeito, as circunstâncias físicas que se considerem necessárias e que rodeiam a este. Assim como, as anotações de campo devem registrar “as reflexões” do investigador que surjam em face da observação dos fenômenos. Elas representam ou podem representar as primeiras buscas espontâneas de significados, as primeiras expressões de explicações. Podem ficar como um produto final do estudo, ou sofrer reformulações ou desaparecer³⁷⁶ (TRIVIÑOS, 1987).

Quando trabalhamos com a memória, existe a possibilidade de esta falhar. Num relato, há esquecimentos e omissões que podem ser ou não intencionais. Para preencher estas possíveis lacunas, realizou-se uma leitura minuciosa de cada relato obtido, indagando sempre, sobre o conteúdo das possíveis lacunas existentes, conectando um assunto a outro.

Após a coleta oral, fez-se a transcrição, em seguida, realizou-se um fichamento detalhado dos relatos obtidos das entrevistas e narrativas de vida. As entrevistas foram

³⁷⁶ A. N. S. Triviños. Introdução à pesquisa em ciências sociais. 1987. p. 154-155.

ricas e cheias de revelações que se apresentaram aos poucos, à medida que escutávamos várias vezes cada gravação, o material transcrito, por outro lado permitiu uma visão de conjunto e um trabalho com as memórias de forma mais dinâmica.

Desta forma, o trabalho de campo, possibilitou um estado de igualdade, oferecendo condições para que o elemento diferente se desvelasse e tivesse a capacidade de estabelecer diferenças, plenas de significados, como também estabeleceu, entre os sujeitos pesquisados, os aspectos comuns que possibilitaram trocas.

A transcrição das entrevistas foi revisada pelos entrevistados responsáveis pelas instituições e a apreciação dos dados foi discutida com eles. Estabelecendo-se uma ação de compromisso e compreensão com o tema investigado entre a pesquisadora e os participantes.

Acredita-se que um processo desta natureza não é apenas um momento de conversação em que uma pessoa, o entrevistador, consegue alguma informação de outra, o entrevistado. Constitui-se em um encontro onde se conduz uma relação na qual ambos chegam a se comprometer com um problema que se quer conhecer e que se produz um efeito nos dois implicados no processo.

Na etapa da transcrição das entrevistas, foi enviado o material transcrito aos entrevistados, a fim de que revisassem o conteúdo, ou modificassem as suas afirmações e conferissem a sua fidelidade à narrativa feita. Em seguida, estes depoimentos foram analisados e interpretados, a partir dos significados que se revelaram na experiência narrada, constituindo-se em produto das reflexões feitas pelo pesquisador.

Considerou-se que a ética perpassa todo o processo metodológico e técnico ao se trabalhar com história oral. Manteve-se uma fidelidade às palavras e sentido das entrevistas, não lhes alterando o significado global, explicitando para os informantes, os objetivos do trabalho e os possíveis usos a serem feitos do material coletado.

Foram sugeridos nomes fictícios para os pesquisados, principalmente para os idosos, porém, todos os participantes da investigação optaram na utilização do seu nome verdadeiro, autorizando também a divulgação de fotos, todavia, por uma questão ética da própria pesquisadora, não foi utilizado às imagens dos idosos. Demonstrando contentamento em contribuir para a investigação, por ser a pesquisa uma forma de reconhecimento do trabalho dos gestores das instituições, assim como, dos direitos dos idosos.

i. Guiões das Entrevistas: semiestruturadas em profundidade

Elaborou-se guões para a realização das entrevistas, com a finalidade de orientar a nossa abordagem com os pesquisados. Ressaltando-se que este roteiro destinou-se a uma utilização “imaginária”. Apesar de haver um roteiro a ser seguido durante a entrevista, ele foi adequado e modificado à medida que avançamos a investigação, sendo definido segundo as variáveis estabelecidas para a investigação.

Através das declarações dos participantes da investigação, por meio das entrevistas e observações, buscou-se analisar os efeitos da exclusão social, éticos, políticos e sociais, nas atividades geradas pelas instituições investigadas. Analisando-se a ética e a política no contexto social brasileiro no processo de exclusão social em idosos institucionalizados.

Tem-se consciência que compreender a experiência humana é uma tarefa de extrema complexidade, pois o ser humano constitui-se em uma subjetividade que pensa, sente e tem na linguagem a expressão da sua experiência.

Foram construídos roteiros onde constam as perguntas que orientaram as entrevistas, são roteiros utilizados e adaptados, segundo o desenrolar das entrevistas e respostas dos entrevistados. Adaptando o roteiro da entrevista à medida que se avançava nas investigações.

Descrevendo-se os questionamentos que conduziram o nosso roteiro, segundo os casos de estudo adotados na pesquisa, as perguntas foram definidas segundo os seguintes casos de estudo da investigação:

Caso de estudo 1 – Instituição de Longa Permanência para Idosos “Solar do Outono” (Diretora e Idosos);

Caso de estudo 2 – Asilo de Mendicidade de São Luís “Lar do Idoso” (Administrador e Idosos);

Caso de estudo 3 – Conselho Estadual dos Direitos do Idoso do Maranhão – CEDIMA (Presidente e Conselheira).

Quadro 8 – Caso de estudo da Investigação

Para cada caso foram elaborados os guíões da entrevista semiestruturada baseados nos indicadores referentes a cada caso de estudo investigado.

GUIÃO 1 – CASO DE ESTUDO 1: Instituição de Longa Permanência para Idosos “Solar do Outono” Diretora / Idosos

- 1.1 **Por que** Solar do Outono?
- 1.2 Quando foi **fundada** esta Instituição?
- 1.3 Quantos **profissionais trabalham** na Instituição?
- 1.4 Qual a **formação** dos demais profissionais que trabalham na Instituição?
- 1.5 Existem **voluntários na Instituição**? (A comunidade participa?)
- 1.6 Como **faz para ser voluntário** da Instituição? (Existe algum critério?)
- 1.7 Quantos **idosos têm permanentes** no Solar do Outono?
- 1.8 Quantos homens? Quantas mulheres?
- 1.9 Qual a **idade mínima** que a Instituição recebe a pessoa idosa?
- 1.10 Qual o **tipo de procedimento** feito ao receber o idoso na Instituição? (Existe algum critério?)
- 1.11 Os idosos da Instituição recebem o **benefício da Previdência**?
- 1.12 Quem são os **parceiros da Instituição**? (Sabemos que a Instituição é mantida total pelo Governo do Estado, mas existem outros parceiros?)
- 1.13 Quais os **objetivos e ideologias** propostas pela Instituição? (Por quê? E Para quê?).

- 1.14 Como é a **relação da diretora da Instituição com os idosos** no desenvolvimento dos programas sociais?
- 1.15 Quantos **projetos são desenvolvidos** por ano? (Quais os meios e/ou recursos desenvolvidos para a sustentabilidade?)
- 1.16 Qual a **metodologia de trabalho** adotada? (Em que consiste a técnica?)
- 1.17 Quanto **tempo dura cada atividade/ação**? (Quando e onde ocorrem essas atividades?)
- 1.18 Quais as **expectativas da Instituição** em relação às atividades desenvolvidas para os idosos?
- 1.19 Existe um **processo de intervenção social** nas atividades da Instituição? (caso exista, Como se realiza essa intervenção?)
- 1.20 Qual é a **carência da Instituição** hoje? (O que é preciso para melhorar?)
- 1.21 Quais os **resultados e repercussões alcançadas** a nível local e nacional?
-
- 1.22 O (A) Sr. (a) tem **família**?
- 1.23 Como o (a) Sr. (a) **chegou a esta Instituição**?
- 1.24 Quanto **tempo estar nesta Instituição**?
- 1.25 O (A) Sr. (a) **gosta da Instituição**?
- 1.26 Como o (a) Sr. (a) é **tratado (a) pelos profissionais** da Instituição?
- 1.27 O (A) Sr. (a) consegue perceber se **houve alguma mudança consigo** neste período que encontra-se nesta Instituição? (Positiva ou Negativa?) (Qual?)
- 1.28 O (A) Sr. (a) participa das **atividades desenvolvidas** pela Instituição?
- 1.29 O (A) Sr. (a) **gosta dessas atividades** que são desenvolvidas pela Instituição?
- 1.30 O (A) Sr. (a) **gosta dos seus colegas (amigos) que fez** ao vir para esta Instituição?
- 1.31 **Ping-Pong**: (Vou falar nomes e acontecimentos e o (a) Sr. (a) vai dizer o que vier na sua cabeça):
- **“Solar do Outono” ou “Asilo de Mendicidade”**
 - **Violência**
 - **Política Brasileira**
 - **Saúde**
 - **Educação**
 - **Lazer**
 - **Brasil**
 - **Maranhão**

• **Discriminação**

GUIÃO 1 – Entrevista semiestruturada em profundidade com Caso de Estudo 1.

**GUIÃO 2 – CASO DE ESTUDO 2: Asilo de Mendicidade de São Luís “Lar do Idoso”
Administrador / Idosos**

- 2.1 **Por que** Mendicidade?
- 2.2 Quando foi **fundada** esta Instituição?
- 2.3 Quantos **profissionais trabalham** na Instituição?
- 2.4 Qual a **formação** dos demais profissionais que trabalham na Instituição?
- 2.5 Existem **voluntários na Instituição**? (A comunidade participa?)
- 2.6 Como **faz para ser voluntário** da Instituição? (Existe algum critério?)
- 2.7 Quantos **idosos têm permanentes** na Instituição?
- 2.8 Quantos homens? Quantas mulheres?
- 2.9 Qual a **idade mínima** que a Instituição recebe a pessoa idosa?
- 2.10 Qual o **tipo de procedimento** feito ao receber o idoso na Instituição? (Existe algum critério?)
- 2.11 Os idosos da Instituição recebem o **benefício da Previdência**?
- 2.12 Quem são **os parceiros da Instituição**? (Sabemos que a Instituição é mantida total pela Loja Maçônica Renascença Maranhense, mas existem outros parceiros?)
- 2.13 Quais os **objetivos e ideologias** propostas pela Instituição? (Por quê? E Para quê?)
- 2.14 Como é a **relação do Presidente da Instituição com os idosos** no desenvolvimento dos programas sociais?
- 2.15 Quantos **projetos são desenvolvidos** por ano? (Quais os meios e/ou recursos desenvolvidos para a sustentabilidade?)
- 2.16 Qual a **metodologia de trabalho** adotada? (Em que consiste a técnica?)
- 2.17 Quanto **tempo dura cada atividade/ação**? (Quando e onde ocorrem essas atividades?)
- 2.18 Quais as **expectativas da Instituição** em relação às atividades desenvolvidas para idosos?
- 2.19 Existe um **processo de intervenção social** nas atividades da Instituição? (caso exista, Como se realiza essa intervenção?)
- 2.20 Qual é a **carência da Instituição** hoje? (O que é preciso para melhorar?)
- 2.21 Quais os **resultados e repercussões alcançadas** a nível local e nacional?

2.22 O asilo já teve mais idosos internos. Houve alguma **restrição no recebimento** do idoso pela Instituição com a intenção de aos poucos fechá-la?

2.23 O (A) Sr. (a) tem **família**?

2.24 Como o (a) Sr. (a) **chegou a esta Instituição**?

2.25 Quanto **tempo estar nesta Instituição**?

2.26 O (A) Sr. (a) **gosta da Instituição**?

2.27 Como o (a) Sr. (a) é **tratado (a) pelos profissionais** da Instituição?

2.28 O (A) Sr. (a) consegue perceber se **houve alguma mudança consigo** neste período que encontra-se nesta Instituição? (Positiva ou Negativa?) (Qual?)

2.29 O (A) Sr. (a) participa das **atividades desenvolvidas** pela Instituição?

2.30 O (A) Sr. (a) **gosta dessas atividades** que são desenvolvidas pela Instituição?

2.31 O (A) Sr. (a) **gosta dos seus colegas (amigos) que fez** ao vir para esta Instituição?

2.32 **Ping-Pong**: (Vou falar nomes e acontecimentos e o (a) Sr. (a) vai dizer o que vier na sua cabeça):

- **“Solar do Outono” ou “Asilo de Mendicidade”**
- **Violência**
- **Política Brasileira**
- **Saúde**
- **Educação**
- **Lazer**
- **Brasil**
- **Maranhão**
- **Discriminação**

GUIÃO 2 – Entrevista semiestruturada em profundidade com Caso de Estudo 2.

GUIÃO 3 – CASO DE ESTUDO 3: Conselho Estadual dos Direitos dos Idosos do Maranhão – CEDIMA Presidente/Conselheira

3.1 **Quantos conselheiros** há no CEDIMA?

3.2 Qual a **formação** dos demais conselheiros que trabalham no CEDIMA?

3.3 Quando foi **fundado** o CEDIMA?

3.4 Quais os **objetivos e ideologias** propostas pelo CEDIMA? (Por quê? E Para quê?)

3.5 Existe algum **registro de problemática: social, cultural e/ou político** associado com os idosos e as Instituições de Acolhimento ao Idoso que estão sendo

pesquisadas?

3.6 Qual a **característica de atuação** do CEDIMA?

3.7 Quem são **os parceiros** do CEDIMA?

3.8 Existe um **processo de intervenção sócio político** no CEDIMA? (Como acontece essa intervenção?)

3.9 Quais as **ações desenvolvidas** pelo CEDIMA em relação aos idosos?

3.10 Quais **os resultados e repercussões alcançados** pelo Conselho no nível local e nacional?

GUIÃO 3 – Entrevista semiestruturada em profundidade com Caso de Estudo 3.

A abordagem que denominamos de *Ping-Pong* segue uma palavra desencadeadora de ideia livre, ou seja, é uma abordagem com representações subjetivas, onde os entrevistados (os idosos) expressam espontaneamente o que a palavra adotada isoladamente os fazia lembrar. Enriquecendo as análises e interpretações das abordagens anteriores. Com a finalidade de saber qual a percepção dos participantes diante dos fatos e pessoas dentro do contexto social.

Acredita-se que os métodos adotados foram os mais adequados a nossa investigação, pois contribuiram para que pudéssemos investigar e conhecer as ações dos sujeitos participantes da pesquisa. Uma vez que, o ato do sujeito se restringe somente a dar a conhecer os fatos e acontecimentos das suas ações.

CAPÍTULO IV – Análise e Interpretação dos Dados

4.1 Introdução

Através da análise e interpretação dos dados coletados, procurou-se responder aos questionamentos da investigação: Como a ética social considera o fenômeno “exclusão social” em idosos? Quais as políticas públicas aplicadas ao grupo dos idosos na última década no Brasil? Quais as ações metodológicas realizadas pelos administradores das Instituições, no que diz respeito, aos idosos para que os mantenha em contato social? Como são organizadas as ações sociais pelas Instituições? Quais os objetivos e ideologias como propostas da Instituição em relação aos idosos? Como é feita a fiscalização nas Instituições de Acolhimento? (Por quem?).

São esses questionamentos que se buscou responder nesta etapa da análise e na reflexão dos dados coletados através da avaliação dos casos de estudo na investigação. Buscou-se através da análise de conteúdo, o que Bardin (2011)³⁷⁷, coloca como os três pólos cronológicos de um trabalho de pesquisa: pré-análise, a exploração do material, o tratamento dos resultados, a inferência e a interpretação.

A pré-análise [...] esta primeira fase possui três missões: a escolha dos documentos a serem submetidos à análise, a formulação das hipóteses e dos objetivos e a elaboração de indicadores que fundamentem a interpretação final.

A exploração do material, nada mais é que a administração sistemática das decisões tomadas na fase de análise propriamente dita.

*O tratamento dos resultados obtidos e interpretação, o analista, tendo à sua disposição resultados significativos e fiéis, pode então propor influências e adiantar interpretações a propósito dos objetivos previstos, ou que digam respeito a outras descobertas inesperadas.*³⁷⁸

³⁷⁷ L. Bardin. Análise de conteúdo. 2011. p. 95.

³⁷⁸ Ibid. p. 101.

Portanto, analisam-se aqui as entrevistas realizadas com as Instituições de Acolhimento ao Idoso que integram os casos de estudo, focando nos indicadores de investigação, buscando em teóricos da área o embasamento necessário para fomentar a discussão.

4.2 Análise das entrevistas realizadas com os gestores das Instituições de Longa Permanência no Acolhimento ao Idoso

As entrevistas foram realizadas com os representantes das Instituições: ILPI – Instituição de Longa Permanência para Idosos “Solar do Outono” e Asilo de Mendicidade de São Luís “Lar do Idoso”.

Analisou-se o “Solar do Outono” adotando como referencial os aspectos relativos às relações existentes entre os argumentos descritivos: instituição/gestão e os seus indicadores, estabelecidas para a análise de estudo.

- ❖ **Local** onde situa a Instituição;
- ❖ **Fundação** da Instituição;
- ❖ **Quantos profissionais** e suas respectivas formações;
- ❖ Existe **voluntário na Instituição**;
- ❖ **Número de idosos** na Instituição;
- ❖ Qual o **tipo de procedimento** é feito ao receber o idoso na Instituição;
- ❖ O idoso da Instituição recebe o **benefício da Previdência**;
- ❖ Existem **outros parceiros além do Governo do Estado**;
- ❖ Quais os **objetivos e ideologias** propostas pela Instituição;
- ❖ **Relação da direção com os participantes da investigação** nas ações sociais;
- ❖ Quantitativo de **projetos desenvolvidos** em um ano;
- ❖ **Projetos de sustentabilidade** da Instituição;
- ❖ Qual a **metodologia de trabalho** adotada;
- ❖ **Tempo de duração das atividades/ações**;
- ❖ **Expectativa da Instituição** com as atividades desenvolvidas;
- ❖ Processo de **Intervenção social** realizado;
- ❖ **Resultados e repercussões alcançados pela Instituição** com os participantes da investigação no processo de intervenção: níveis locais e nacionais.

QUADRO 9: Caso de Estudo: ILPI “Solar do Outono”.

A ILPI “Solar do Outono”, iniciou as suas atividades em 1979. E, funciona em uma área cedida pelo Estado, localizada em São Luís, capital do Estado do Maranhão – Brasil, mais especificamente, no IV Conjunto Cohab Anil, um bairro popular da cidade. É um local simples, arborizado, aconchegante, portão de ferro vazado³⁷⁹, as pessoas que transitam na rua podem ter a visão das atividades que acontecem no recinto.

Enquanto isso, a equipe da ILPI “Solar do Outono” é constituída por pessoas das mais variadas formações profissionais, tendo como ponto comum a experiência no cuidado com os idosos. Ao trabalhar na ILPI o profissional já faz uma escolha ética, uma opção filosófica, política e social em prol dos cuidados com os idosos. Segundo Boal³⁸⁰, que esta opção possa:

Se constituir em uma ideologia, afirmando que não pode faltar à convicção e a determinação de um conjunto de ideias que conscientemente, dirijam as ações dos indivíduo ou de um grupo social, contra todas as formas de opressão dominantes na sociedade.³⁸¹

Para que se possa perceber o contexto das atividades ações que são desenvolvidas pelas instituições, é necessário uma breve descrição da cidade de São Luís. Esta é uma ilha, tem o seu Centro Histórico como patrimônio tombado pela UNESCO, tem um pouco mais de 1 milhão de habitantes, tem grandes dificuldades para o desenvolvimento de ações sociais, políticas, éticas, motivada pelas adversidades sociais (violência urbana, exclusão, desigualdades sócias...).

A entrevista foi realizada com a Diretora e Psicóloga Ana Lúcia Azoubel Helal. O local combinado da entrevista com a Psicóloga foi no próprio prédio da ILPI. Antes do encontro foi solicitado um Documento Oficial (Ofício nº 03 – Anexo I) para expor o motivo e ter a permissão de acesso à pesquisa de campo, depois houveram vários encontros sempre no mesmo local. Solicitou-se a permissão para gravar as entrevistas e

³⁷⁹ O portão está sempre trancado para os idosos não fugirem. (N. da A.).

³⁸⁰ A. Boal. O teatro como arte marcial. 2003.

³⁸¹ Ibid.

gentilmente foi dito que poderia ficar à vontade e inclusive fez sugestões e deu dicas para as entrevistas com os idosos.

O contato com a Diretora Ana Lúcia Azoubel Helal da ILPI “Solar do Outono”, foi iniciado em fevereiro de 2013, um mês após, iniciava a observação de campo. Na análise da entrevista realizada com a Diretora da ILPI “Solar do Outono”, buscou-se entender o porquê da Instituição ter recebido esse nome. A diretora não soube informar a motivação para a Casa receber tal intitulação, segundo ela:

Não há nenhum registro na ILPI sobre esse nome. Nós procuramos, pesquisamos, mas infelizmente, não encontramos. Sabemos que a Instituição foi, foi... fundada (risos)... só preocupação de tantas coisa na cabeça. Foi fundada pela então, Primeira Dama na época, esposa do Governador Nunes Freire³⁸².

Foi feita uma pesquisa relacionada ao assunto, não sendo encontrado, de fato, nenhum registro que seja relacionado ao nome desta Instituição, não sendo possível, portanto, justificá-lo. As imagens a seguir demonstram a fachada da Instituição e a Diretora da Instituição que concedeu a entrevista:

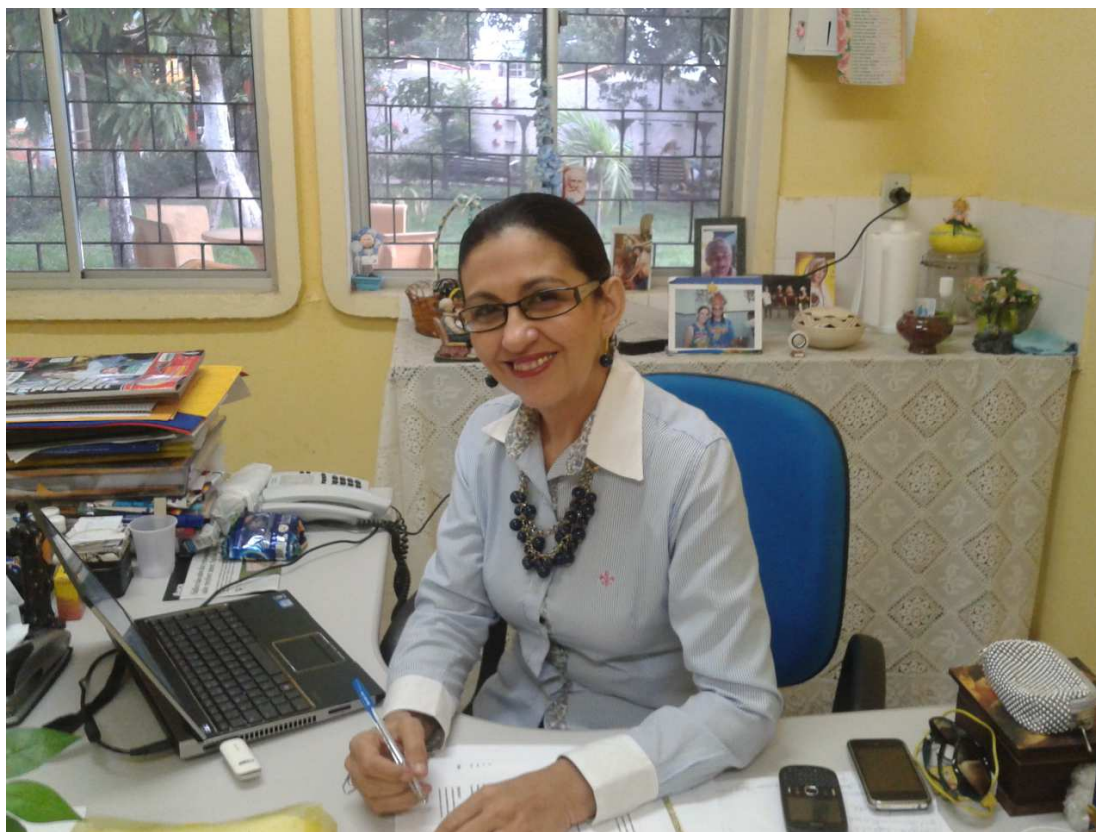
FIGURA 1 – Fachada Solar do Outono



Fonte: Dados primários da pesquisa.

³⁸² Ana Lúcia Azoubel Helal, Diretora da ILPI “Solar do Outono” em entrevista para a pesquisa.

FIGURA 2 – Diretora da ILPI “Solar do Outono”, Ana Lúcia Azoubel Helal.



Fonte: Dados primários da pesquisa.

De acordo com a Diretora da Instituição, conta atualmente com 75 funcionários, que atuam com o objetivo do cuidado com o idoso. Segundo ela, a Instituição conta com uma equipe multidisciplinar:

A ILPI “Solar do Outono” possui uma equipe multidisciplinar composta por: Médico, Nutricionista, Enfermeiro, Psicólogo, Fisioterapeuta, Terapeuta Ocupacional, Assistente Social, Fonoaudióloga, Administrativos, Técnicos de Enfermagem, Maqueiros, Cozinheiros e Serviços Gerais³⁸³.

Para Costa et al³⁸⁴, o trabalho de uma equipe multidisciplinar é uma forma de reorganizar os serviços de saúde, melhorando a execução das intervenções, visto que permite a articulação de saberes por meio da interação entre os profissionais.

³⁸³ Ana Lúcia Azoubel Helal, Diretora da ILPI “Solar do Outono” em entrevista para a pesquisa.

³⁸⁴ R. K. S. Costa et al. Trabalho em equipe de saúde. 2008. p. 530-536.

No que se refere ao profissional de enfermagem, este tem seu papel junto ao idoso como o de prestar um atendimento integral e de qualidade, tendo seu trabalho iniciado na organização de todos os impressos e materiais a serem utilizados pela equipe multidisciplinar. Cabe ainda ao enfermeiro a verificação dos sinais vitais e o exame físico, bem como, verificar junto ao acompanhante, informações sobre os cuidados prestados em casa e as orientações e prescrições da equipe³⁸⁵ (NASCIMENTO et al, 2011).

Nascimento et al.³⁸⁶ elucidam ainda que cabe ao enfermeiro dialogar com o idoso, buscando identificar aspectos que possam interferir no tratamento e na qualidade de vida do idoso. Considerando que uma das principais funções do profissional de enfermagem é promover a saúde, assim como, orientar sobre aspectos de prevenção, transmissão e tratamento de doenças.

Do mesmo modo, os profissionais de serviço social têm suas ações pautadas nas questões sociais que envolvem o idoso. Assim, as ações do assistente social estão comprometidas com uma visão holística sob o sujeito e o seu cotidiano, devendo acolher às vivências, valores, expectativas e dificuldades da população em atendimento. Dessa forma, o assistente social não atua apenas junto ao idoso, mas com todo o seu contexto social, passando a ter uma visão integral sobre ele, identificando as expressões e os rebatimentos que afetam sua qualidade de vida.

Quanto aos psicólogos, o ponto de partida para trabalhar com o idoso é analisar como anda a relação deste com o outro, o outro com ele e ele consigo mesmo. De acordo com Maluf³⁸⁷, o psicólogo deve acompanhar o processo diagnóstico e terapêutico através do aperfeiçoamento de habilidades técnicas; diminuir os efeitos agressivos que podem ser trazidos pela institucionalização; assistir o idoso objetivando sua integralidade, proporcionando oportunidades para que, manifestassem suas ansiedades, angústias e medos, ouvir as manifestações e dar apoio.

³⁸⁵ E. S. Nascimento et al. A atuação da equipe interdisciplinar a crianças e adolescentes vivendo com HIV/AIDS. 2011.

³⁸⁶ Ibid.

³⁸⁷ M. I. Maluf. Psicologia hospitalar: por que e para quem? 2007.

Para Campos³⁸⁸, o trabalho conjunto do psicólogo proposto numa equipe interdisciplinar envolve os seguintes aspectos: avaliação da adesão terapêutica; avaliação global dos cuidados; adaptação e satisfação do próprio idoso; atenção e orientação aos cuidadores; orientação sanitária e de higiene; orientação e adaptação da rotina familiar; educação em saúde; escuta ativa; expectativas, frustrações e sofrimento; elaboração de luto antecipatório; assistência social; sugestões e críticas.

Tem-se ainda o profissional de nutrição, visto que o idoso necessita de uma alimentação equilibrada, considerando que seu sistema imunológico fica fragilizado, portanto, manter uma alimentação saudável, prevenindo a desnutrição é fundamental para esses pacientes.

O médico como parte integrante da equipe multidisciplinar tem como função promover a saúde e prescrever o tratamento a ser realizado pelo paciente. Estão em suas atribuições o fornecimento de informações sobre a doença e a sugestão de mudanças no estilo de vida do paciente após início do tratamento. Inicialmente, após o diagnóstico, o médico é o primeiro profissional buscado pelo paciente, visto que ele busca soluções médicas para seu estado de saúde, constituindo-se, assim, como o ponto de partida para efetividade do tratamento³⁸⁹ (NASCIMENTO et al, 2011).

Ao considerar o modelo Biopsicossocial, De Marco³⁹⁰, possui uma visão integrada do ser e do adoecer, compreendendo as dimensões física, psicológica e social, ou seja, faz a integração do psicológico – *psico*, do meio ambiente – *social*, e do modelo biomédico, o físico – *bio*. Esse modelo mostra a necessidade do profissional, além de aprender e evoluir suas habilidades técnico-instrumentais, deve evoluir também suas capacidades relacionais que permitem o estabelecimento de um vínculo adequado e uma comunicação efetiva.

³⁸⁸ B. P. Campos. Consulta psicológica e desenvolvimento humano. 1988.

³⁸⁹ Nascimento, op.cit.

³⁹⁰ M. A. De Marco. Do modelo biomédico ao modelo biopsicossocial. 2006.

No modelo Biopsicossocial, a comunicação é de grande importância, no sentido de criar um vínculo adequado, garantindo que os problemas e preocupações dos pacientes sejam entendidos pela equipe médica e que as informações relevantes, as recomendações e o tratamento que será oferecido, sejam entendidos, lembrados e efetivados pelos pacientes³⁹¹ (NASCIMENTO et al, 2011).

No modelo biomédico, as pessoas são vistas como vítimas, pois as doenças são consideradas mudanças biológicas que fogem ao controle do indivíduo. O tratamento oferecido envolve vacinas, cirurgias, quimioterapias, entre outras, com o intuito de mudar o estado físico do paciente. Segundo esse modelo, não existe uma continuidade entre doença e saúde, ambos são distintas, e a doença pode gerar consequências psicológicas, mas não pode ter causas psicológicas³⁹² (BARROS; 2002).

Romano³⁹³ afirma que um aspecto importante é que profissionais envolvidos na equipe possam conhecer e respeitar o conhecimento e as atividades dos outros membros da equipe, trocando informações e buscando atender o mais completamente possível o paciente. Desse modo, torna-se necessário trabalhar com a complexidade e a pluralidade do social nos espaços específicos de atuação, tentando questionar abordagens generalizantes³⁹⁴ (KHOURY, 2001).

Acerca da atuação multiprofissional, cabe destacar aqui que não consiste em exaurir as atividades específicas de cada profissão, pelo contrário, deve-se manter as diferenças técnico-operativas de cada profissão, tem-se, na verdade a necessidade de flexibilizar a divisão do trabalho, que pode ser entendida como ações privativas das respectivas áreas profissionais e ações que são executadas, sem distinção, por profissionais de diferentes campos de atuação³⁹⁵ (PEDUZZI, 2001).

³⁹¹ M. A. De Marco. Do modelo biomédico ao modelo biopsicossocial. 2006.

³⁹² J. A. C. Barros. Pensando o Processo Saúde Doença. 2002. p. 67-84.

³⁹³ B. W. Romano. Princípios para a prática da psicologia clínica em hospitais. 1999.

³⁹⁴ Y. A. Khoury. Narrativas orais na investigação da História Social. 2001.

³⁹⁵ M. Peduzzi. Equipe multiprofissional de saúde: conceito e tipologia. 2001.

Pode-se dizer que a comunicação entre os profissionais é determinante no trabalho em equipe, todavia, com base em Peduzzi³⁹⁶, essa comunicação pode se expressar de três formas diferentes: a comunicação aparece externa ao trabalho, ou seja, a comunicação não é exercida, ou é exercida apenas como instrumentalização da técnica observando-se, por um lado, o padrão restrito de comunicação entre os profissionais, e, por outro, a comunicação ocorre como recurso de otimização da técnica, nessa situação não há agir-comunicativo.

O agir-comunicativo consiste na comunicação estritamente de caráter pessoal, nesse caso, a dimensão de sujeito parece ser plena, havendo sobreposição completa entre o agente técnico e o trabalho, ocorrendo aqui redução da interação, diminuindo a noção de trabalho em equipe na mesma direção, aquela relacionada às boas relações interpessoais, independente, da reiteração das relações hierárquicas de subordinação, não há também agir-comunicativo, embora exista forma de comunicação; por fim a comunicação concebida e praticada como dimensão intrínseca ao trabalho em equipe, trata-se da perspectiva do agir-comunicativo no interior da técnica, o que, dada a hegemonia instrumental do agir-técnico, também acaba por gerar tensões.

Diferenciando-se aqui o agir-instrumental e o agir-comunicativo tem-se que o primeiro visa uma informação como prioridade e o segundo, visa o entendimento e reconhecimento mútuos³⁹⁷ (PEDUZZI, 2001).

Peduzzi³⁹⁸ destaca que a atuação multiprofissional se caracteriza como uma modalidade de trabalho coletivo, pautado na relação recíproca entre as diversas intervenções técnicas e interação entre os diferentes profissionais, que por meio da comunicação articulam ações multiprofissionais e a cooperação entre eles.

Nesse momento, apresenta-se a Instituição Asilo de Mendicidade de São Luís “Lar do Idoso”, afirma-se que foi realizada uma entrevista com o Administrador,

³⁹⁶ M. Peduzzi. Equipe multiprofissional de saúde: conceito e tipologia. 2001.

³⁹⁷ Ibid.

³⁹⁸ Idem. Equipe multiprofissional de saúde: a interface entre trabalho e interação. 1998.

Ulysses Mendes Aires. Infelizmente, não foi possível entrevistar o Presidente do Asilo, o maçom Antonio Euzébio da Costa Rodrigues Filho, nos horários em que a pesquisadora esteve fazendo a sua pesquisa de campo, o Administrador (aposentado) não estava presente no recinto, houve choques de horários, o que dificultou o encontro.

A pessoa que atendeu às ligações da pesquisadora e foi muito receptivo no Asilo, foi o Ulysses Mendes Aires, o Administrador do Asilo, o local marcado para a entrevista foi no próprio prédio do Asilo de Mendicidade de São Luís “Lar do Idoso”.

Antes do encontro foi solicitado um Documento Oficial (Ofício nº 01 – Anexo II) para expor o motivo e ter a permissão de acesso à pesquisa de campo, depois houveram vários encontros, sempre no mesmo local. Foi solicitada a permissão para gravar as entrevistas e gentilmente o administrador Ulysses deu todas as informações possíveis.

Analisou-se o Asilo de Mendicidade “Lar do Idoso” adotando como referencial os aspectos relativos às relações existentes entre os argumentos descritivos: instituição/gestão e os seus indicadores, estabelecidas para a análise de estudo.

- ❖ **Local** onde situa a Instituição;
- ❖ **Fundação** da Instituição;
- ❖ **Quantos profissionais** e suas respectivas formações;
- ❖ Existe **voluntário na Instituição**;
- ❖ **Número de idosos** na Instituição;
- ❖ Qual o **tipo de procedimento** é feito ao receber o idoso na Instituição;
- ❖ O idoso da Instituição recebe o **benefício da Previdência**;
- ❖ Existem **outros parceiros além da Loja Maçônica**;
- ❖ Quais **os objetivos e ideologias** propostas pela Instituição;
- ❖ **Relação da direção com os participantes da investigação** nas ações sociais;
- ❖ Quantitativo de **projetos desenvolvidos** em um ano;
- ❖ **Projetos de sustentabilidade** da Instituição;
- ❖ Qual a **metodologia de trabalho** adotada;

- ❖ **Tempo de duração das atividades/ações;**
- ❖ **Expectativa da Instituição** com as atividades desenvolvidas;
- ❖ Processo de **Intervenção social** realizado;
- ❖ **Resultados e repercussões alcançados** pela Instituição com os participantes da investigação no processo de intervenção: níveis locais e nacionais.

QUADRO 10: Caso de Estudo: Asilo de Mendicidade de São Luís “Lar do Idoso”.

O Asilo de Mendicidade de São Luís “Lar do Idoso”, iniciou as suas atividades em 1919. E, funciona dentro da área da Loja Maçônica Renascença Maranhense, localizada em São Luís, capital do Estado do Maranhão – Brasil, mais especificamente, na Rua das Paparaúbas, bairro nobre da cidade. É um local simples, arborizado, aconchegante, portão de madeira e está sempre aberto, para o livre acesso das pessoas da comunidade que queiram visitar o Asilo e os idosos.

O contato foi iniciado com o Administrador do Asilo, Ulysses Mendes Aires do Asilo de Mendicidade de São Luís “Lar do Idoso”, em fevereiro de 2013, um mês após iniciava a observação de campo. Não diferente da ILPI “Solar do Outono”, também buscou-se entender o porquê do Asilo de Mendicidade ter recebido esse nome. Segundo o Ulysses:

Mendicidade, na época era mais mesmo com o intuito de restaurar a ordem da cidade, visando àqueles idosos que não tinham família, que eram pedintes, mais hoje, nos tempos de hoje, é, mais como Lar do Idoso mesmo, o Asilo mesmo, mais já ficou registrado, então, permaneceu esse nome de Mendicidade³⁹⁹.

Importante considerar que a expressão mendicidade como uma estratégia social acaba sendo compreendida como uma forma de superação das incertezas do cotidiano, e seu significado conduz de um modo ou de outro à exclusão social⁴⁰⁰ (BASTOS, 1997).

³⁹⁹ Ulysses Mendes Aires, Administrador do Asilo de Mendicidade de São Luís “Lar do Idoso”.

⁴⁰⁰ S. P. Bastos. O Estado Novo e os seus vadios. 1997.

FIGURA 3 – Administrador do Asilo, Ulysses Mendes Aires



Fonte: Dados primários da pesquisa.

FIGURA 4 - Presidente do Asilo - Antonio Euzébio da Costa Rodrigues Filho



Fonte: Dados primários da pesquisa.

De acordo com o administrador do Asilo, Ulysses Aires, o Lar do Idoso foi fundado com o objetivo de ajudar pessoas desabrigadas.

FIGURA 5 - Fachada frontal do Asilo de Mendicidade



Fonte: Dados primários da pesquisa

FIGURA 6 - Fachada lateral do Asilo de Mendicidade



Fonte: Dados primários da pesquisa

Atualmente a Instituição possui 25 funcionários divididos em dois tipos de profissionais:

1) O quadro da diretoria (por ser uma Instituição filantrópica, eles não recebem nenhuma remuneração, porque a diretoria não pode ter nenhum vínculo rentável), inclusive o Presidente do Asilo é voluntário, assim como, todos os membros da diretoria que são o Presidente, o Tesoureiro, o Diretor Social e os outros cargos da diretoria (como é a Loja Maçônica Renascença Maranhense que mantém o Asilo de Mendicidade, os membros da diretoria do Asilo são escolhidos pela Maçonaria, onde todos da diretoria são maçons) e 2) os que são remunerados (que recebem salários e que não têm cargos administrativos)⁴⁰¹.

Os demais profissionais atuantes na instituição correspondem a um médico Clínico Geral voluntário, uma médica (Geriátrica) cedida pelo Governo do Estado, três Auxiliares de Enfermagem, duas Enfermeiras, um Massoterapeuta, um Fisioterapeuta e diaristas como: um Professor de *Tai Chi Chuan* (arte marcial interna chinesa), um Motorista de plantão 24 horas de domingo a domingo, os funcionários da Portaria que são três, três Auxiliares Administrativos (2 que ficam durante a semana e 1 que fica no fim de semana e feriados), tem um Administrador e duas Cozinheiras. Mas, quando há necessidade contratam temporariamente mais pessoas como diaristas.

Dando continuidade à entrevista realizada com os responsáveis pelas instituições participantes desta pesquisa, foi perguntado aos mesmos sobre a presença de voluntários na Instituição e, em caso positivo, como era o procedimento para se tornar voluntário da Casa.

A Diretora da ILPI “Solar do Outono” afirmou que a Instituição contava com a presença de voluntários e informou o procedimento necessário para se tornar voluntário do local. Já o Administrador do Asilo de Mendicidade de São Luís “Lar do Idoso” informou que a Instituição conta com voluntários que estabelecem os dias que podem trabalhar, em geral é uma vez por semana.

⁴⁰¹ Ulysses Mendes Aires, Administrador do Asilo de Mendicidade de São Luís “Lar do Idoso”.

Há também grupos de entidades religiosas que prestam serviços como: cuidado com higiene pessoal dos idosos, corte de cabelo e unha. Nas palavras dos participantes da pesquisa:

Tem. A comunidade vem, a questão da oração, temos voluntários que vem todos os dias fazer orações com os idosos, temos voluntários, que vem ajudar né, assim na... para oferecer o lanche né, na hora da alimentação, então, temos voluntários assim que, na hora das atividades. Então, isso é um comprometimento que a comunidade, algumas pessoas da comunidade tem conosco, né, então, eles tem o termo de voluntariado, onde eles assinam um compromisso para ficar assim, bem mais né, formal. [...] Vem até aqui na Instituição, se compromete né, marca o dia e a hora que ele possa vim para desenvolver um trabalho, para fazer um projeto né, ajudar no cuidado com o idoso. Então, a gente tem o termo, aí ele assina esse termo de voluntariado, porque tem a Lei do voluntariado, então, fica uma coisa assim bem comprometida, bem organizada e esse voluntário, ele realmente, é como se ele viesse mesmo trabalhar nessa Instituição, mas voluntariamente, pelo compromisso, pela boa vontade que ele dispõe à Instituição⁴⁰².

Bom, na verdade, nós estamos de portas abertas para todos os tipos de trabalhos voluntários ou até mesmo de conclusão de curso curricular. O voluntário, ele não é obrigado a exercer a mesma função de sua profissão ou, se quiser acrescentar com sua profissão é muito bem vindo. Como nós temos, exemplo, nós temos um massoterapeuta que ele realmente trabalha voluntariamente exercendo sua profissão, nós temos o Clínico Geral (o Sr. Wellington) que contribui com sua profissão, mas também temos os outros trabalhadores, que são os policiais, eles exercem um trabalho de “cuidador”, dão o café da manhã para o idoso, dar uma refeição, conversam, assistem uma TV, tem um papo, uma conversa descontraída, não necessariamente que seja algum trabalho braçal ou administrativo, tem pessoas que querem auxiliar na alimentação, no preparo dos alimentos na cozinha e têm outras que já querem está mais, aquele contato já próximo, já com o idoso de está conversando e alimentando o idoso. O Asilo esta de portas abertas de domingo a domingo, horário comercial e nós estamos inclusive também de portas abertas para esses trabalhadores voluntários e também para qualquer tipo de doação, ou seja, donativos de gêneros alimentícios e de limpeza ou de até mesmo de prestação de serviços⁴⁰³.

Cabe aqui conceituar o que vem a ser o trabalho voluntário para que se possa falar acerca da sua importância. De acordo com o artigo 1º da Lei 9.608/1998⁴⁰⁴:

Considera-se serviço voluntário, para fins desta lei, a atividade não remunerada prestada por pessoa física a entidade pública de qualquer natureza, ou a instituição privada de fins não lucrativos, que tenha objetivos cívicos, culturais, educacionais, científicos, recreativos ou de assistência social, inclusive mutualidade.

⁴⁰² Ana Lúcia Azoubel Helal, Diretora da ILPI “Solar do Outono” em entrevista para a pesquisa.

⁴⁰³ Ulysses Mendes Aires, Administrador do Asilo de Mendicidade de São Luís “Lar do Idoso”.

⁴⁰⁴ Dispõe sobre a Lei do Voluntariado.

Assim, o voluntário é aquele que executa uma atividade em uma instituição por livre e espontânea vontade, sem receber valores pecuniários para tanto. A importância do voluntário junto aos idosos institucionalizados é explicitada por Jacob⁴⁰⁵, quando menciona que o trabalho voluntário é fundamental, visto que as atividades realizadas por essas pessoas dar ânimo para os idosos, sendo que a maioria das atividades que possuem este teor é realizada por essas pessoas.

A ILPI “Solar do Outono” conta com áreas favoráveis à realização dessas atividades, conforme demonstram as imagens a seguir:

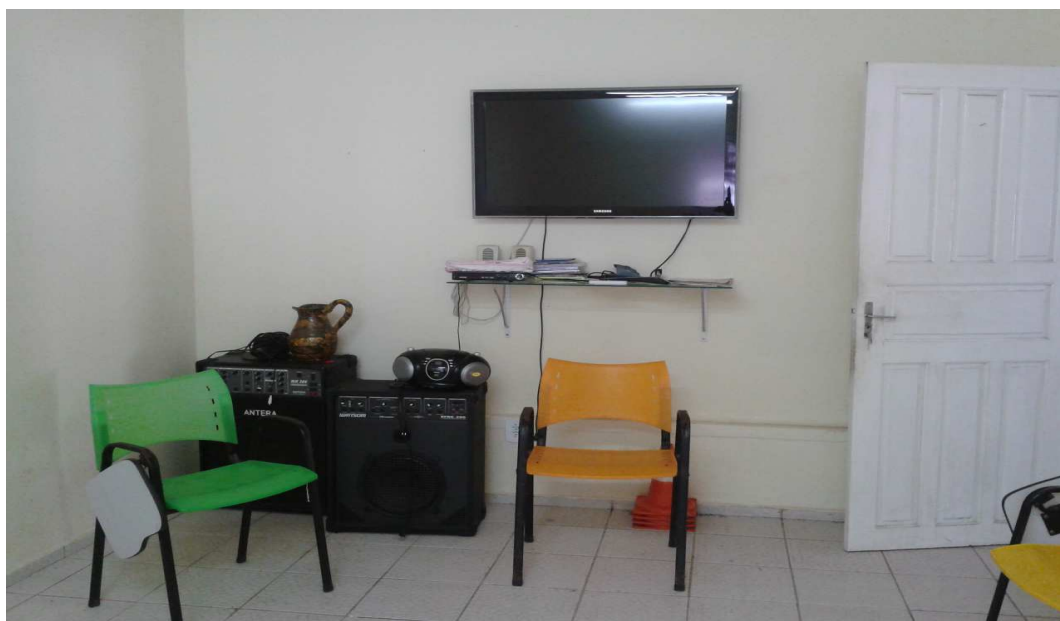
FIGURA 7 – Sala de Multimídia Solar do Outono (Imagem 1)



Fonte: Dados primários da pesquisa.

⁴⁰⁵ L. Jacob. Animação de idosos. 2007.

FIGURA 8 – Sala de Multimídia Solar do Outono (Imagem 2)



Fonte: Dados primários da pesquisa.

Atualmente, a ILPI “Solar do Outono” possui 36 idosos em regime permanente, sendo 10 mulheres e 26 homens, com idade mínima de 60 anos. Já o Asilo de Mendicidade de São Luís possui um número menor de idosos, prestando cuidados atualmente a 19 idosos permanentes, sendo 10 mulheres e 9 homens. Antes, a Instituição recebia o idoso a partir de 60 anos, porém, após um regimento interno realizado ficou firmado que seria aceito pessoas idosas a partir de 65 anos⁴⁰⁶.

Durante a entrevista realizada com os responsáveis pelas instituições aqui em estudo buscou-se saber qual o procedimento para receber o idoso, buscando conhecer os critérios utilizados pelas Instituições. Nas palavras da Diretora do “Solar do Outono” e do Administrador do Asilo de Mendicidade tem-se que:

Segundo o Regimento Interno da Instituição, o idoso não tem que ter vínculo familiar (conjugue, filhos, irmãos e netos), não tem que ter condições de prover a própria subsistência de modo a satisfazer as suas necessidades de moradia, alimentação, saúde e convivência social. O idoso tem que vir encaminhado pela rede de proteção social básica e/ou especial “CRAS” e “CREAS” acompanhado de avaliação concernente a sua situação de vulnerabilidade social, saúde, física e mental. Não ser portador de doença

⁴⁰⁶ A justificativa do Administrador para a questão da idade foi que, aos 60 anos o idoso ainda está ativo, sabe cuidar de si mesmo. (N. da A.).

infecto-contagiosa, neuropsiquiátrica e patologias crônicas terminais, sendo exigidos os seguintes exames pré-admissionais: avaliação cardiológica, avaliação pulmonar, raios-x do tórax, exames laboratoriais (fezes, urina, hemograma, glicemia), avaliação dermatológica (hanseníase) e avaliação psiquiátrica. Na sua admissão, o idoso será avaliado pela equipe multidisciplinar da Instituição e só será admitido, o idoso, que estiver em situação de risco e vulnerabilidade social, assim como, não ser dependente de álcool, drogas ilícitas ou qualquer outra forma de vício⁴⁰⁷.

Bom, havendo vaga, se o idoso tiver 65 anos, se tiver o benefício (Previdência), se não tiver nenhuma doença infecto-contagiosa, se não for cadeirante (não recebemos cadeirante, porque nossos colaboradores já estão sobrecarregados com o número de internos que nós temos que já são cadeirantes, que são acamados mesmo, entendeu...), se não tiver problema de Alzheimer e nenhuma sequela de derrame. Aí, havendo a vaga, passa por esses requisitos, a nossa Médica Geriatria vai avaliar o idoso, vai, se for necessário, passar alguns exames, aí, de acordo com os resultados dos exames, ela (médica) vai fazer uma declaração, dizendo se o idoso está apto ou não para ser admitido, aí, depois disso, a gente só vai pedir toda a documentação, a gente vai pedir alguma pessoa responsável, quando for necessário, se porventura, for internado, quem que vai é, fazer esse acompanhamento, é, caso essa família ficar com o benefício, quem que vai arcar com futuras despesas de remédios ou consultas médicas. A maioria dos idosos, eles entram nessas condições, só que de acordo com o tempo vai sofrendo algum problema de saúde, aí vai tendo derrame, aí já fica cadeirante, aí já teve derrame por diversas vezes, aí já fica com sequelas graves, aí já fica acamado⁴⁰⁸.

Assim, a atenção da ILPI “Solar do Outono” acolhe os idosos que não possuem condições de sustento, estando a mercê da sociedade, visto que encontram-se vulneráveis socialmente. A Instituição utiliza como critério de inclusão dos idosos para com a mesma, os que estejam vulneráveis, sem condições financeiras e sem apoio familiar, bem como os que não possuam qualquer vício.

De forma contrária à ILPI “Solar do Outono”, o Asilo de Mendicidade não recebe o idoso vulnerável, pelo contrário, a família é requisitada, devendo-se destacar que qualquer doença pré-existente no idoso é motivo de exclusão da Instituição, só sendo admitidos idosos sadios. Destaca-se que caso o idoso adoça dentro da Instituição ele receberá os cuidados necessários.

Cabe aqui menção ao nome da Instituição Asilo de Mendicidade, visto que, se considera que a forma de admissão dos idosos não faz jus ao nome carregado pela

⁴⁰⁷ Ana Lúcia Azoubel Helal, Diretora da ILPI “Solar do Outono” em entrevista para a pesquisa.

⁴⁰⁸ Ulysses Mendes Aires, Administrador do Asilo de Mendicidade de São Luís “Lar do Idoso”.

Instituição, considerando que o nome passa a ideia de resgatar idosos das ruas e, considerando-se que estão nas ruas estão vulneráveis às doenças.

Assim, levanta-se aqui uma crítica ao não cumprimento da representação da palavra mendicidade que é de evitar a exclusão social, levantando-se um questionamento cabível ao assunto: não seria, portanto, uma forma de exclusão, aceitar somente idosos sadios? Acredita-se que de fato existe um equívoco entre os procedimentos para inserção do idoso na Instituição e o nome carregado pela mesma.

Observa-se que no contexto do envelhecimento, com todas as implicações que o cercam, tem-se modificado o padrão de adoecimento mundial. Este fato pode ser evidenciado conforme afirma Souza⁴⁰⁹:

No contexto da transição demográfica, o perfil de saúde em nosso país também sofre mudanças. No lugar das doenças infecto-contagiosas nos deparando com doenças crônicas não transmissíveis. Dentre elas, as mais frequentes são a hipertensão, diabetes, artrite, insuficiência renal crônica, osteoporose e respiratória que a maior parte dos idosos apresentam pelo menos uma enfermidades crônicas e com a relação á funcionalidade 40 a 50%, algum grau de dependência.

Muitas vezes o surgimento da doença é inevitável, pois se efetiva devido ao desgaste natural do organismo, porém, podendo ser prevenida ou retardada se houver uma consciência e preparação para o enfrentamento desta fase, resgatando a própria dignidade e propiciando uma melhor qualidade de vida.

Outro questionamento feito aos responsáveis pelas instituições foi acerca do recebimento da Previdência por parte dos idosos que lá estão institucionalizados. A Diretora da ILPI “Solar do Outono” afirmou que:

Recebem. Os que ainda não recebem, é, porque chegaram na Instituição sem documentação, mas nós já providenciamos e eles estão no aguardo da resposta da Previdência.

⁴⁰⁹ R. M. Souza et al. Diagnósticos de Enfermagem identificados em idosos hospitalizados. 2010. p. 732-774.

Já o Administrador do Asilo de Mendicidade afirmou que “*os idosos da Instituição recebem 30% do valor, os outros 70% são destinados à Instituição conforme consta no Estatuto do Idoso*”. Completa o administrador do asilo ao expor:

Tem idoso que quer comprar uma TV, quer comprar uma geladeira, frigobar, uma estante, uma vestimenta melhor, uma cadeira de balanço, aí, isso aí, tudo é destinado para eles, inclusive também esses 30%, é, caso eles tenham uma despesa extra, como: um exame adicional, um remédio adicional, o certo que a gente ainda trabalha com parcerias, quando a gente não consegue gratuitamente esses exames que muitas das vezes o idoso não pode esperar é, um tempo prolongado, no centro de saúde público aí, às vezes, a gente tem que optar para o serviço particular de saúde, aí, no caso os 30%, o idoso é, arca, ou o idoso ou nós temos também alguns idosos que o benefício fica em poder da própria família aí, os responsáveis, eles vem, a gente só contata eles e eles vem e resolvem (se for preciso de algum remédio, um exame aí, com os 30% da família, a gente tenta resolver)⁴¹⁰.

Para um melhor entendimento segue Art. 35 do Estatuto do Idoso, *in verbis*:

Art. 35º Todas as entidades de longa permanência, ou casa-lar, são obrigadas a firmar contrato de prestação de serviços com a pessoa idosa abrigada.

§ 1º No caso de entidades filantrópicas, ou casa-lar, é facultada a cobrança de participação do idoso no custeio da entidade.

§ 2º O Conselho Municipal do Idoso ou o Conselho Municipal da Assistência Social estabelecerá a forma de participação prevista no § 1º, que não poderá exceder a 70% (setenta por cento) de qualquer benefício previdenciário ou de assistência social percebido pelo idoso.

§ 3º Se a pessoa idosa for incapaz, caberá a seu representante legal firmar o contrato a que se refere o caput deste artigo.

A seguridade social surgiu no Brasil com o intuito de atender as necessidades básicas da sociedade, constituindo-se num sistema protetivo de maior abrangência do que os modelos adotados antes da vigência da CF de 1988. É definida como um conjunto de ações de iniciativas dos Poderes Públicos e da sociedade a fim de assegurar os direitos à saúde, à previdência e à assistência social.

Entende-se por seguridade social uma política pública de proteção, ou seja, parte do processo estatal de distribuição de recursos destinada a suprir as necessidades básicas

⁴¹⁰ Ulysses Mendes Aires, Administrador do Asilo de Mendicidade de São Luís “Lar do Idoso”.

do cidadão⁴¹¹ (ABRANCHES et al, 1994). Atualmente a Previdência Social possui na Constituição Federal um capítulo inteiro dedicado a ela. Araújo⁴¹² a define como:

[...] uma forma de assegurar ao segurado, com base no princípio da solidariedade, benefícios ou serviços quando seja atingido por uma contingência social. O sistema previdenciário público utiliza o modelo de repartição simples, na qual os ativos contribuem para os inativos. Logo, existe uma solidariedade entre os participantes no custeio do sistema, cujos valores arrecadados destinam-se aos benefícios futuros.

Martins⁴¹³, por sua vez, define:

[...] o segmento da Seguridade Social, composta de um conjunto de princípios, de regras e de instituições destinado a estabelecer um sistema de proteção social, mediante contribuição, que tem por objetivo proporcionar meios indispensáveis de subsistência ao segurado e a sua família, contra contingência de perda ou redução da sua remuneração, de forma temporária ou permanente, de acordo com a previsão da lei.

Ou seja, trata-se de um seguro coletivo, público e compulsório que se destina a fornecer proteção social ao segurado e à sua família mediante contribuição. Para Wladimir Novaes Martinez⁴¹⁴, a previdência social é “*a técnica de proteção social que visa propiciar os meios indispensáveis à subsistência da pessoa humana – quando esta não pode obtê-los ou não é socialmente desejável*”. Consta no Art. 9 da Lei nº 8.213 de julho de 1991:

Art. 9º A Previdência Social compreende:

I - o Regime Geral de Previdência Social;

II - o Regime Facultativo Complementar de Previdência Social.

§ 1º O Regime Geral de Previdência Social - RGPS garante a cobertura de todas as situações expressas no art. 1º desta Lei, exceto as de desemprego involuntário, objeto de lei específica, e de aposentadoria por tempo de contribuição para o trabalhador de que trata o § 2º do art. 21 da Lei nº 8.212, de 24 de julho de 1991. **(Redação dada pela Lei Complementar nº 123, de 2006)**

§ 2º O Regime Facultativo Complementar de Previdência Social será objeto de lei específica. (grifo original).

⁴¹¹ S. H. Abranches et al. Política social e combate à pobreza. 1994.

⁴¹² F. C. S. Araújo. Seguridade social. 2006. p. 54.

⁴¹³ S. P. Martins. Direito da seguridade social. 2003. p. 43.

⁴¹⁴ W. N. Martinez. A seguridade social na Constituição Federal. 1992. p.99.

Esse regime abrange todos os trabalhadores de iniciativa privada através de CLT – Consolidação das Leis do Trabalho, da lei 5.889/73 e lei 5.859/72⁴¹⁵ (CASTRO; LAZZARI, 2008). O RGPS – Registro Geral de Previdência Social é administrado pelo Ministério da Previdência e Assistência Social e exercida pelo INSS.

A CF de 1988 garante a previdência social em caráter de regime geral, contributivo e de filiação obrigatória em casos de cobertura dos eventos de doença, invalidez, morte e idade avançada. Assim, a Previdência Social é um direito do idoso garantido pela CF, devendo-se, portanto, atentar-se para o recebimento do benefício aos idosos institucionalizados.

A ILPI “Solar do Outono” conta com o Governo Estadual para sua manutenção, recebendo verbas necessárias para as necessidades dos idosos. Todavia, sabendo-se que, geralmente, as verbas não são suficientes para manutenção de uma Instituição como esta, foi perguntado à Diretora se a Instituição contava com outros parceiros:

Sim. Parceiros são os voluntários que dão a sua contribuição no sentido de doar fraldas, doar cestas básicas, mas por necessidade própria, entende. Então, esses parceiros, eles estão aqui conosco, é o que eu sempre digo e falo para eles: “não é a necessidade, assim, de vir e trazer uma doação, não, mas de vir e trazer alegria, isso já faz a diferença, que é importante”. O Governo do Estado, ele é o parceiro, é o que comanda né, através dos recursos, ele que cuida aqui dos idosos, no sentido da alimentação, mas tem coisas que né, fica faltando né, então essas pessoas, elas vem e fazem a doação, né, contribui com a questão afetiva, amorosa né, aquela coisa do doar um sorriso, mas eles sempre trazem fraldas, produto de higiene pessoal, então, isso é bem vindo, porque sempre a gente né, quanto mais, melhor, porque hoje, o idoso precisa estar bem limpo, bem cheiroso, bem arrumado, bem cuidado né, com uma higienização mesmo completa. Então, a gente prioriza hoje, aqui na Instituição de Longa Permanência “Solar do Outono”, é o bem estar do idoso, isso a gente prioriza e a gente dar mesmo bastante importância no cuidado, tanto é que nessa nova reforma vai ter até um salão para cuidar da beleza dos idosos⁴¹⁶.

A Instituição é mantida pela Loja Maçônica Renascença Maranhense e conta com outros parceiros como o Hospital Português, a Distribuidora de Sorvetes da Kibon – a Disbon e Moda Íntima. Tem também algumas clínicas que fazem exames gratuitos

⁴¹⁵ C. A. P. Castro; João Batista Lazzari. Manual de direito previdenciário. 2008.

⁴¹⁶ Ana Lúcia Azoubel Helal, Diretora da Instituição Solar do Outono em entrevista para a pesquisa.

como a Procárdio e alguns supermercados que doam cestas básicas. Ulysses contou um exemplo de um doador anônimo da Instituição:

Mas, graças a Deus, a gente é, nós recebemos muitas doações anônimas, tem pessoas que ligam pedem o número da conta bancária e depositam é, a gente já tem um doador anônimo, que recentemente nós fomos descobri-lo, ele é dono do Posto (de gasolina), aquele do retorno do Bairro São Francisco, ele doava uma quantia de R\$ 300,00 a R\$ 400,00 todo mês, isso já tava a quase 1 ano já, aí, outro dia ele colocou uma placa no Estabelecimento dele é, “abasteça aqui e contribua com o Asilo de Mendicidade”, nós fomos ver o quê que era isso, porque ele não falou nada, a gente não estava sabendo de nada, a gente tava até com medo dele ta usando o nome do Asilo em prol de outras circunstâncias, de maneiras ilícitas aí, ele não, ele se identificou tudo, ele mostrou todos os comprovantes: “Oh! Essa quantia aqui, era eu que depositava”.

FIGURA 9 - Placa Maçônica do Asilo Mendicidade.



Fonte: Dados primários da pesquisa.

Durante a entrevista buscou-se também conhecer acerca dos objetivos e ideologias propostas pelas instituições. A Diretora da ILPI “Solar do Outono” afirmou que:

A Instituição tem como objetivo atender idosos que vivem em situação de abandono, risco pessoal e social, proporcionando atendimento

multidisciplinar entre os idosos, visando garantir proteção integral e melhoria da sua qualidade de vida.

Mais uma vez o atendimento multidisciplinar é destacado pela Diretora da Instituição, podendo-se reforçar a importância do mesmo.

No que concerne à qualidade de vida, pode-se dizer que seu conceito está conexo à autoestima e ao bem estar pessoal e compreende uma série de aspectos como a competência operacional, o nível socioeconômico, o estado emocional, a interação social, a atividade intelectual, o autocuidado, o apoio familiar, o estado de saúde, os apegos culturais, éticos e a religiosidade, o estilo de vida, a satisfação com o emprego e/ou com atividades diárias e o ambiente em que se vive.

É um conceito particular condicionado ao nível sociocultural, da faixa etária e dos anseios pessoais do indivíduo. Devido à variabilidade do conceito de qualidade de vida e sua subjetividade, com o desígnio de se nortear as políticas para um envelhecimento bem sucedido, é indispensável conhecer o que, para a maioria dos idosos, está relacionado ao bem estar, à felicidade, à realização pessoal, enfim, à qualidade de vida nessa faixa etária.

A qualidade de vida pode ser vista como um princípio com muitos dados. Qualidade de vida refere-se às condições gerais de vida de uma pessoa como moradia, alimentação, emprego, lazer, cultura, entre outros. Porém a redução da autonomia do indivíduo, como dificuldade na locomoção, no manejo de instrumentos pode resultar em problemas na sua qualidade de vida. Assim, a preocupação com a qualidade de vida dos idosos é um fator fundamental, sendo de grande relevância a preocupação demonstrada pela Diretora da ILPI “Solar do Outono”.

O Asilo de Mendicidade tem como objetivos e ideais amparar aqueles que não têm família, buscando disponibilizar o máximo possível, orientações médicas e companhias para que o idoso possa se socializar. Busca-se na verdade ressocializar o idoso nas atividades sociais. Um exemplo dessa ressocialização são as festas

comemorativas oferecidas pelo Asilo como comentou o administrador durante a entrevista:

[...] nós fizemos ultimamente o almoço do dia Internacional das Mulheres, nós comemoramos o dia dos Pais, nós celebramos o aniversário do Asilo que completa 94 anos, agora, dia 21 de Abril, aí nós fazemos missa, bolo, almoço, inclusive convidando toda a comunidade, não só para os internos, mas também chamar a comunidade em geral, porque os idosos, eles gostam desse contato com as pessoas, eles gostam de conversar, gostam de ver outras pessoas diferentes, fora aquelas que já trabalham aqui todos os dias que eles já olham, nós fazemos o São João, o Carnaval e através dessas datas, nós pedimos alguns auxílios, como por exemplo, o SESC, nós pedimos a banda de música do SESC, nós fizemos alguns ofícios solicitando algumas atrações carnavalesca para a Secretaria de Cultura do Estado, que foi cedido, eles nos ajudaram muito, disponibilizando essas bandas e nós fazemos alguns churrascos para a comunidade, como forma de arrecadar algum dinheiro, em benefício da Instituição, assim como o Natal, nós fazemos confraternização entre os funcionários, entre os idosos, que alguns idosos, eles não tem assim, mais ou menos ideia de que dia é hoje, mas de acordo com essas festividades que nós fazemos, eles sabem mais ou menos em qual é o mês, que eles já pensam: “Ah! Não, outro dia foi o carnaval, semana passada foi o dia das mulheres, eles já se situam, assim, mais ou menos, na questão cronológica no decorrer do ano, porque se a gente não tivesse essas atividades, eles não sabiam se ia tá em janeiro ou julho, porque não iam acontecer essas datas comemorativas, aí, sempre a gente tenta incluir isso para eles”⁴¹⁷.

Cabe aqui entender o que vem a ser a ressocialização. De acordo com Ferreira Filho (1998, p. 1465) ressocializar significa “*tornar a socializar (-se)*”. Assim, a palavra ressocializar indica um retorno à sociedade, por exemplo, um indivíduo que por algum motivo se desviou do padrão imposto pela sociedade sendo, de certa forma, excluído, como, por exemplo, o idoso que não possui mais capacidades físicas e psicológicas para desenvolver atividades do dia a dia como um jovem, acaba sendo excluído, sendo, por vezes, considerado como incapaz.

Destaca-se que é primordial que estabeleça um bem estar na velhice e o relacionamento seja na família ou na Instituição em que se vive é determinante para a expectativa do processo de envelhecimento para o idoso, pois muitas vezes o idoso sente falta de conversar, de que se dê atenção as suas opiniões e desejos⁴¹⁸ (SCIELO BRASIL, 2000).

⁴¹⁷ Ulysses Mendes Aires, Administrador do Asilo de Mendicidade de São Luís “Lar do Idoso”.

⁴¹⁸ Scielo Brasil – Revista Latino Americana de Enfermagem. 2000. [Consult. Jun 2013]. Disponível na internet: <http://www.scielo.br/scielo.php?iscript=sci_arttext&pid=S0104-11692000000500013>.

De acordo com Oliveira⁴¹⁹ propiciar aos idosos ambientes onde eles se sintam bem e capazes de produzir e aprender é de suma importância. Para o autor é essencial que a capacidade, a criatividade e o potencial de cada idoso sejam constantemente estimulados. Assim, os eventos proporcionados pelas instituições auxiliam no processo de ressocialização e melhoria da qualidade de vida do idoso.

Prosseguindo com a análise das entrevistas, tem-se uma pergunta voltada para o relacionamento da gestão das Instituições para com os idosos no desenvolvimento de programas sociais. De acordo com os participantes desta pesquisa:

É uma relação de respeito e valorização. Ações voltadas para a criação de ambiente cada vez mais humanizado. Então, nós temos uma atenção diferenciada tanto com idosos (os idosos da casa, né), os residentes quanto os idosos que vem para visitar ou fazer alguma atividade dentro da Instituição, além claro dos... uma atenção também dos funcionários, que a gente tem que tratá-los com assertividade, criando motivação, estímulos, para que eles possam vir na Instituição, para a Instituição com prazer, se doando, porque trabalhar com idoso é isso, é se doar, é amor, é ter prazer mesmo de fazer essas atividades⁴²⁰.

[...] Na verdade, é bem, é bem forte, até porque não sendo remunerado a Diretoria, inclusive o Presidente, mas você vai encontrá-los aqui de domingo a domingo. Sábado, eles vem, se reúnem, todo tempo é uma vistoria nos pavilhões masculinos e femininos, nos ambulatórios da enfermagem, da geriatra, porque, na verdade, esse relacionamento tem que ser um relacionamento forte, até mesmo para a gente saber o que esta acontecendo na Instituição e o que é preciso fazer para melhorar cada vez mais⁴²¹.

No que se refere à relação do Presidente da Instituição Asilo de Mendicidade com os idosos esta é estabelecida por meio das programações realizadas no asilo. O Presidente acompanha os idosos, perguntam “*o que eles gostam, o que estão achando do evento, que tipo de atividade eles gostaram, o que faltou, o que precisa ser melhorado*”.

Cabe aqui uma pauta acerca da assistência humanizada mencionada pela Diretora da ILPI “Solar do Outono”. A assistência humanizada pode ser compreendida

⁴¹⁹ L. C. C. Oliveira. Doença invisível, medicina ambígua. 2006. [Consult. Jun 2013] Disponível na internet: <<http://www.ergonet.com.br/download/ler-correia.pdf>>.

⁴²⁰ Ana Lúcia Azoubel Helal, Diretora da ILPI “Solar do Outono” em entrevista para a pesquisa.

⁴²¹ Ulysses Mendes Aires, Administrador do Asilo de Mendicidade de São Luís “Lar do Idoso”.

como um processo amplo, demorado e complexo que encontra inúmeras resistências para ser de fato aplicada, visto que envolvem mudanças de comportamento, fator que sempre desperta receio e medo. Humanizar um atendimento envolve o desafio de sensibilizar-se para reconhecer o outro como semelhante, estabelecendo relações mais solidárias por meio de um diálogo mais compreensivo, tendo diante de um atendimento, uma relação humana como uma relação entre dois sujeitos, e não entre um sujeito e um objeto⁴²² (WROBEL; RIBEIRO, 2006).

A Relação da gestão com os funcionários também é fundamental conforme o destacado pela Diretora da ILPI “Solar do Outono”, destaca-se uma importante citação de Walton⁴²³ (1973 apud FERNANDES, 1996) acerca desse assunto, a qual:

Gerar uma organização mais humanizada, na qual o trabalho envolve simultaneamente relativo grau de responsabilidade e de autonomia a nível do cargo, recebimento de recursos de “*feedback*” sobre o desempenho, com tarefas adequadas, variedade, enriquecimento do trabalho e com ênfase no desenvolvimento pessoal do indivíduo. (apud FERNANDES, 1996, p.36)

Por meio do *feedback* o funcionário tem a clara noção, com base na opinião de seu gestor, de como está seu trabalho, se está superando expectativas, ou se está deixando a desejar, enfim, é por meio desta tão importante ferramenta que o funcionário avalia seu próprio trabalho. Devendo-se considerar a motivação gerada a um colaborador ao elogiá-lo pelo trabalho cumprido, pelas metas alcançadas, ou mesmo informá-lo como ele pode alcançar determinada meta, enfim, por meio do *feedback* feito pelo gestor de forma adequada é possível torná-lo comprometido com o trabalho, fazendo com que ele gere melhores resultados.

Averiguando-se acerca dos projetos realizados pelas instituições, foi perguntado aos participantes desta pesquisa, quantos projetos desenvolvem por ano e quais os meios e/ou recursos utilizados para a sustentabilidade. Nas palavras dos participantes desta pesquisa:

⁴²² L. L. Wrobel; S. T. M. Ribeiro. A prática do parto humanizado no SUS. 2006. p. 17-22.

⁴²³ Apud E. C. Fernandes. Qualidade de Vida no Trabalho. 1996. p. 36.

A Instituição trabalha com plano de ação né, elaborado anualmente tendo como referência as demandas, a gente sempre busca fazer uma pesquisa entre né... até os próprios idosos realmente daqui, junto com os idosos da comunidade né, é uma realidade do público que atendemos que é esse público aqui, são os residentes né, buscando garantir na medida do possível um caráter de continuidade das ações em curso⁴²⁴.

Em relação aos recursos, bom, todos os recursos são diretamente ligado à Loja Maçônica Renascença Maranhense que fica sediado, aqui, dentro do espaço do Asilo, porque na verdade, esse terreno é da Loja Renascença, e é cedido, foi construído com recursos dela, o prédio, o Asilo, porque na verdade, esse terreno não é do Asilo é da Loja Renascença, entendeu, e a Loja Renascença contribui desde pagar toda a folha de funcionários do Asilo, incluindo também os diaristas e taxas de manutenção como: água, luz, telefone, despesas mesmo, que tem diariamente, às vezes, acontece algum problema, a Loja sempre repassa o dinheiro para o Asilo administrar esse recurso da melhor maneira⁴²⁵.

De acordo com a diretora da ILPI “Solar do Outono”, quanto ao quantitativo de projetos que são desenvolvidos por ano:

Trabalha com plano de ação elaborado anualmente, tendo como referência as demandas, sempre busca fazer uma pesquisa entre os próprios idosos, junto com os idosos da comunidade, pois atendem uma realidade do público local, dos residentes, buscando garantir, como disse na medida do possível um caráter de continuidade das ações em curso.

A Instituição Asilo de Mendicidade desenvolve apenas projetos oficiais para escolas de nível superior e também atividades festivas. Um exemplo de projeto realizado foi com auxílio do Coren – Conselho Regional de Enfermagem, que implementou o programa “amigo cuidador” que vem uma pessoa da comunidade, conhece o Asilo e, vendo de acordo com as necessidades, veem no que pode ajudar, desde dar o café da manhã até conversar com eles.

A metodologia de trabalho das instituições também foi investigada, encontrando-se com base nas respostas que não há uma metodologia específica para o atendimento e assistência aos idosos. Em relação ao método de trabalho adotado pela Instituição Asilo de Mendicidade, “*busca-se respeitar os horários dos idosos, desde visitação até qualquer outra atividade como alimentação que são seis diárias*”. De qualquer forma o asilo visa sempre estabelecer uma boa comunicação com o idoso, por

⁴²⁴ Ana Lúcia Azoubel Helal, Diretora da ILPI “Solar do Outono” em entrevista para a pesquisa.

⁴²⁵ Ulysses Mendes Aires, Administrador do Asilo de Mendicidade de São Luís “Lar do Idoso”.

meio de uma boa conduta, respeitando suas limitações. Já a Diretora da Instituição Solar do Outono afirma que:

Não existe uma metodologia única, considerando a diversidade e natureza das ações né, que são desenvolvidas pelo conjunto de profissionais, né, que é essa equipe multidisciplinar que tem no Solar né, é, e assim, há de convir que cada um, tem a sua especificidade né, o seu trabalho. Então, quando é um trabalho individual, então né, cada um faz aquilo que lhe convém, dentro do seu profissionalismo, mas existe a questão do trabalho em grupo, aí, se reúne, aí, a gente faz uma, tipo assim, uma reunião para desenvolver uma determinada atividade, e aí todos atuam né, em conjunto, para dar uma melhor qualidade de vida aos idosos, pra questão da socialização, que é muito importante para que eles se sintam amados né, e cuidados.⁴²⁶.

Novamente verifica-se o enfoque dado pela Diretora da Instituição Solar do Outono a equipe multidisciplinar no atendimento aos idosos. Nesse ponto cabe destacar a importância da atuação multidisciplinar, afirmando-se que o diálogo com outros profissionais é fundamental, visto que o trabalho realizado de forma isolada não é suficiente para envolver a complexidade do atendimento das necessidades em saúde.

Almeida⁴²⁷ destaca que é de grande importância que o profissional reconheça o que lhe falta, e busque no próximo a ampliação de seus conhecimentos sobre cada paciente, sobre cada caso, flexibilizando, assim, seus limites de competência e, proporcionando uma ação integral. Neste contexto é importante ressaltar que, para Hannah Arendt, poder:

Corresponde à habilidade humana não apenas para agir, mas também para agir em concreto. [...] nunca é propriedade de um indivíduo; pertence a um grupo e permanece em existência apenas na medida em que o grupo se conserva unido”⁴²⁸. Esta característica humana refere-se à relação de consentir e de ser consentido, já que “o consentimento implica o reconhecimento de que nenhum homem pode agir sozinho [...]”⁴²⁹.

Prosseguindo com a entrevista foi perguntado aos participantes da pesquisa sobre as atividades relacionadas com os idosos, sendo pedido que comentassem acerca

⁴²⁶ Ana Lúcia Azoubel Helal, Diretora da Instituição Solar do Outono em entrevista para a pesquisa.

⁴²⁷ M .C. P. Almeida; S. M. Mishima. O desafio do trabalho em equipe na atenção à Saúde da Família. 2001.

⁴²⁸ H. Arendt. Que é liberdade? 2009. p. 36.

⁴²⁹ Ibidem. A promessa da política. 2008. p. 336.

da duração de tais atividades e de quando e onde elas ocorriam. A Diretora da ILPI “Solar do Outono” informou que:

As atividades são realizadas em diversos espaços físicos da Instituição e leva em consideração as características/realidade do público a quem se destina né, temos o salão (que a gente chama de área de convivência), temos aqui o jardim sensorial, temos os pátios internos, então, são desenvolvidas, dependendo né, da atividade, como por exemplo, o jantar né, nós fazemos um “jantar alegre”, aí a gente coloca, saímos do refeitório e colocamos os idosos para jantar no pátio e a gente arruma toda né, todo o ambiente, colocamos música e tal, então, fica assim, dependendo do trabalho a ser desenvolvido nesse dia. Mas, dura em média 50 minutos até porque o idoso né, não pode passar muito tempo porque ele cansa e tem o tempo que ele não abstrai mais. Então, a gente tem muito cuidado nesse sentido⁴³⁰.

Nas palavras da Diretora percebe-se o cuidado com os idosos no que concerne ao desgaste físico, realizando as atividades em um período de tempo que não represente esse desgaste para os idosos. Pois, as atividades realizadas são estimuladoras, buscando a socialização do idoso.

No que concerne às atividades lúdicas, pode-se dizer que um importante teórico da psicanálise, Winnicott⁴³¹, ensina que o brincar é universal e facilita o crescimento, conseqüentemente, a saúde. O autor afirma que o brincar é uma forma de comunicação consigo mesmo e com os outros. Constituindo-se justamente num espaço potencial entre o eu e o não eu, entre o mundo interno e o mundo externo, que se desenvolvem à medida que o brincar se desenvolve.

É a brincadeira que é universal e que é própria da saúde: o brincar facilita o crescimento e, portanto, a saúde; o brincar conduz aos relacionamentos grupais; o brincar pode ser uma forma de comunicação na psicoterapia; finalmente, a psicanálise foi desenvolvida como forma altamente especializada do brincar, a serviço da comunicação consigo mesmo e com os outros⁴³².

O ato de brincar também representa uma absorção cognitiva, emocional, moral e social, além de ser uma forma de estimular raciocínio lógico dos aprendizes, pois estes

⁴³⁰ Ana Lúcia Azoubel Helal, Diretora da Instituição Solar do Outono em entrevista para a pesquisa.

⁴³¹ D. W. Winnicott. Textos selecionados: da pediatria a psicanálise. 1975.

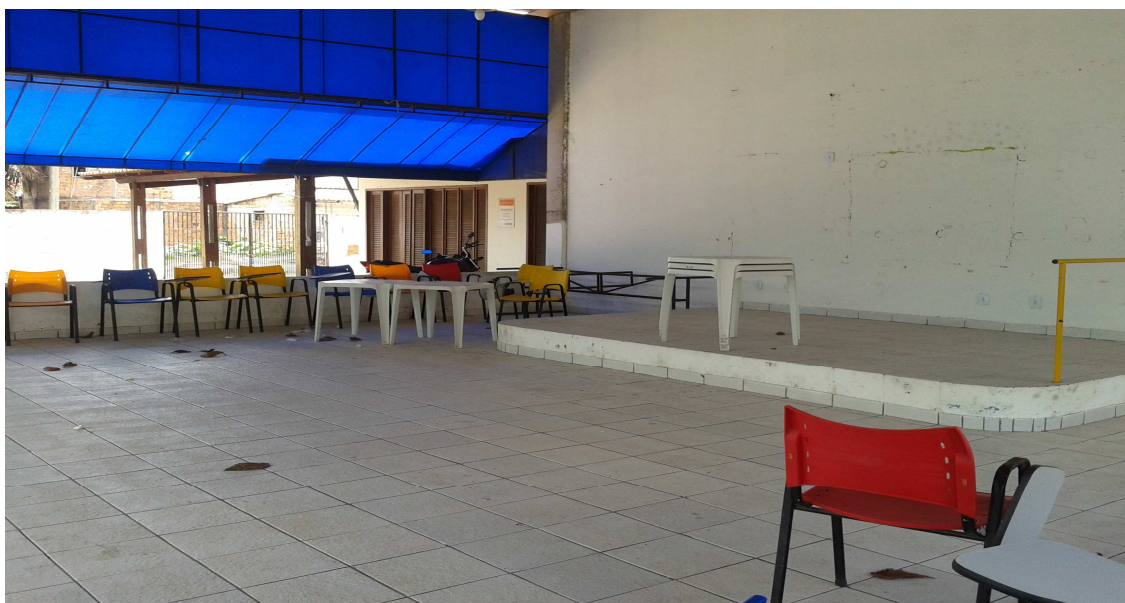
⁴³² Ibid. p. 63.

sofrem influência mútua entre o mundo da fantasia e da realidade. Destaca-se também a dinâmica de grupos, que de acordo com Minicucci⁴³³:

A dinâmica é a atividade que leva o grupo a uma movimentação, a um trabalho que se percebe, por exemplo, como cada pessoa se comporta em grupo, como é a comunicação, o nível de iniciativa, a liderança, o processo de pensamento, o nível de frustração, se aceita bem o fato de não ter sua idéia levada em conta.

A dinâmica de grupos é um instrumento de avaliações de interesse, podendo-se dizer que é a expressão que nomeia genericamente o processo de mobilização social de que lançam mão todos os métodos ou técnicas de chamada “didática ativa”. As imagens a seguir demonstram os locais onde as atividades são realizadas:

FIGURA 10 – Área de convivência Solar do Outono



Fonte: Dados primários da pesquisa.

⁴³³ F. Minicucci. Desenvolvimento Interpessoal. 1995. p. 94.

FIGURA 11 – Área de convivência Solar do Outono (Foto mais ampla)



Fonte: Dados primários da pesquisa.

FIGURA 12 – Pátio Interno Solar do Outono



Fonte: Dados primários da pesquisa.

FIGURA 13 – Jardim Solar do Outono



Fonte: Dados primários da pesquisa.

FIGURA 14 – Placa fixa Solar do Outono



Fonte: Dados primários da pesquisa.

No caso do Asilo de Mendicidade de São Luís, as atividades praticadas na Instituição ocorrem na quadra, no jardim e no salão de festas do asilo que conta com bar e churrasqueira. Os eventos em geral duram uma manhã ou uma tarde para não ficar desgastante para o idoso. A Instituição possui infraestrutura como banheiros, rampas que ligam os pavilhões masculinos e femininos para o bar e para a quadra visando facilitar locomoção dos cadeirantes.

Quanto às atividades externas, o Administrador da Instituição explicou que até tentaram desempenhar um passeio para a cidade de São José de Ribamar (faz parte da grande ilha de São Luís) e, de acordo:

Que viram que alguns são cadeirantes, outros queriam ir, mas, não queriam sair da Van (carro), não queriam fazer os passeios até mesmo por questões físicas, eles se cansam com facilidade, questão de temperatura, só a locomoção, o balançar do veículo, isso tudo já vai aborrecendo e para evitar esses desgastes.

A administração preferiu realizar essas atividades internas, até porque eles já estão mais acostumados com o ambiente, eles se sentem mais à vontade.

FIGURA 15 - Jardim do Asilo Mendicidade



Fonte: Dados primários da pesquisa.

FIGURA 16 - Praça do Asilo Mendicidade



Fonte: Dados primários da pesquisa.

FIGURA 17 - Igreja de São Francisco do Asilo Mendicidade



Fonte: Dados primários da pesquisa.

Ainda buscando informações acerca das atividades realizadas na Instituição perguntou-se aos participantes da pesquisa quais eram as expectativas dos mesmos em relação às atividades realizadas junto aos idosos. A Diretora da ILPI “Solar do Outono” afirmou que:

Melhorar a autoestima do idoso, isso é fundamental, porque o idoso institucionalizado, ele não é igual ao idoso que tem sua vida lá fora livre, né, então a autoestima desse idoso é baixa, então, a gente procura sempre melhorar essa autoestima né, a gente faz uma interação entre os idosos internos, entre eles, assim como também, a gente promove com os idosos da comunidade né, aí a gente oferece suporte emocional e trabalha as funções cognitivas que é muito importante né, nessa idade, a cognição a gente sabe que vai deteriorando e tal, então, quanto mais estímulo esse idoso receber melhor⁴³⁴.

Acerca da cognição nessa fase da vida, destaca-se, com base em Greve e Passel⁴³⁵, que a capacidade de aprender de um adulto difere de uma criança, considerando as capacidades físicas e mentais. Seliger⁴³⁶ acrescenta a esse comentário a perda da plasticidade do cérebro que implica em o que chama de uma aprendizagem mais enciclopédica após a puberdade. Sobre o assunto, Lennerberg⁴³⁷ menciona que:

[...] Depois da puberdade, a capacidade de auto-organização e ajuste às demandas psicológicas do comportamento verbal declinam rapidamente. O cérebro comporta-se como se tivesse se fixado daquela maneira e as habilidades primárias e básicas não adquiridas até então geralmente permanecem deficientes até o fim da vida.

Lima⁴³⁸ (2001) esclarece sobre a aprendizagem na terceira idade:

O cérebro é um órgão em crescimento e mudança; sua capacidade e vitalidade dependem, em grande parte, de como o nutrimos e o tratamos. Desta maneira, podemos influenciar o funcionamento do cérebro, moldado por diferenças internas e externas.

Desta forma, tem-se a certeza de que pode haver aprendizagem na terceira idade, porém ela ocorre de forma diferente de uma pessoa mais jovem, pois no idoso a aprendizagem concorre com problemas específicos da própria idade. Dentre esses problemas, Campos⁴³⁹ cita a questão da dificuldade em memorizar dados, preferência por aulas expositivas e recusa por metodologia construtivista e dispersão diante de

⁴³⁴ Ana Lúcia Azoubel Helal, Diretora da ILPI “Solar do Outono” em entrevista para a pesquisa.

⁴³⁵ M. De Grève; F. Van Passel. *Linguística e ensino de línguas estrangeiras*. 1975.

⁴³⁶ H. Seliger. *Implications of a multiple critical period hypothesis for second language learning*. 1978.

⁴³⁷ E. Lenneberg. *Biological foundations of language*. New York, Wiley, 1967, p. 220.

⁴³⁸ M. P. Lima. *Capítulo 1: Reformas paradigmáticas na velhice do século XXI*. 2001, p. 18.

⁴³⁹ R. Campos. *Na flor da idade*. 2002. p. 34-38.

muita informação.

O Administrador da Instituição Asilo de Mendicidade de São Luís afirma que quanto às expectativas de oferecer outras atividades aos idosos, relata que tentaram:

Acrescentar um entretenimento, para proporcionar um contato com outras pessoas de fora, da comunidade, de convidar as pessoas para conhecer o Asilo (se eles não conhecem), porque muitas pessoas não sabem como funciona o Asilo, até mesmo aqueles idosos que não tem parente ou que ainda tem parentes para tentar fazer uma maneira de reaproximação, de ter aquele contato mais forte com aquele parente (seja um sobrinho, um primo ou até mesmo um irmão).

Contou também que receberam projetos de algumas Entidades particulares, de empresas, como por exemplo:

Visita de uns profissionais de beleza, de um Salão da cidade de São Luís, que fizeram corte de cabelo, corte de unhas, o que se pôde observar a melhora da autoestima dos idosos, tanto nos homens quanto nas mulheres.

Importante salientar que os idosos acabam rejeitando o próprio envelhecimento e assim desenvolvem sentimentos de baixa autoestima e autodesvalorização⁴⁴⁰ (ROCHA; CUNHA, 1994), e por isso tais atitudes são válidas para que se possa recuperar a autoestima do idoso, mostrando que ainda há vida para ser vivida.

Dando continuidade à entrevista perguntou-se se as instituições possuíam processo de intervenção social, pedindo aos participantes que caso exista na instituição que comentassem sobre esse processo. De acordo com os participantes da pesquisa:

Sim. A própria existência e natureza da Instituição né, que é uma Instituição assistencial né, nós somos... esse, temos esse foco né, voltada ao atendimento de segmento social vulnerabilizado (idoso em situação de risco social e pessoal com vínculos familiares rompidos) né, já caracteriza uma forma de intervenção do Estado numa questão social né, presente na sociedade brasileira né, isso aí a gente tem né, as ações são no sentido de garantir direitos fundamentais e a prestação de uma proteção integral, né, a gente

⁴⁴⁰ F. L. Rocha; U. G. V. Cunha. Aspectos psicológicos e psiquiátricos das quedas do idoso. 1994. p. 9-13.

aqui, nós, a gente tem esse olhar, a gente cuida deste idoso, não só a questão da saúde, mas o social também⁴⁴¹.

Bom, na verdade é, nós além de nos preocupar com esta Instituição, com o Asilo, nós também temos uma preocupação com as outras Entidades que, nós por ser privada e filantrópica, nós sabemos as dificuldades de outras Instituições também, é, inclusive nós fazemos mensalmente, nós separamos alguns dos nossos mantimentos, alguns dos donativos que nós recebemos e também nós doamos para outras Instituições. A última que nós doamos foi para a Escola de Cegos, que fica no Bequimão (Bairro da cidade de São Luís), nós estamos fazendo, nós estamos arrecadando outros mantimentos para doar para os leprosários lá no Bonfim (Bairro da cidade de São Luís), e, no próximo mês, nós pretendemos doar para o Lar das Idosas, que fica lá no Bairro João Paulo (Bairro da cidade de São Luís), na verdade é um Asilo constituído só por senhoras⁴⁴².

Assim, de acordo com as respostas dos participantes da pesquisa nota-se que as instituições se preocupam com o idoso de uma forma holística, promovendo também a intervenção social, fator fundamental em sua qualidade de vida.

A fim de averiguar as carências que as instituições possuem atualmente, perguntou-se aos participantes da pesquisa o que as instituições precisavam melhorar e quais suas principais carências.

Na Instituição Solar do Outono a Diretora afirmou que as melhorias já estão próximas, visto que a Instituição passará por uma reforma para a construção de mais dormitórios, pronto atendimento de urgência com atendimento especializado, salão de beleza para trabalhar a autoestima do idoso e ambiente ecumênico para orações. Com isso, a Instituição pretende prestar um atendimento ainda melhor aos idosos institucionalizados no local.

Quanto ao Asilo de Mendicidade de São Luís, o Administrador afirmou que a Instituição ainda tem carência de profissionais da área da saúde. Quanto às doações o Asilo necessita de material de limpeza, já que em geral recebem grande quantidade de mantimentos e o gênero da limpeza é sempre escasso, pois todos os dias são trocados todas as colchas de cama e lençóis, pelo fato de que os idosos sujam com facilidade.

⁴⁴¹ Ana Lúcia Azoubel Helal, Diretora da ILPI “Solar do Outono” em entrevista para a pesquisa.

⁴⁴² Ulysses Mendes Aires, Administrador do Asilo de Mendicidade de São Luís “Lar do Idoso”.

Finalizando a entrevista realizada com os responsáveis pelas instituições aqui em estudo foi perguntado aos participantes da pesquisa quais os resultados e repercussões que a Instituição já havia alcançado tanto em nível local quanto em nível nacional. A Diretora da ILPI “Solar do Outono” afirmou que:

É possível perceber a nível institucional que a melhoria da qualidade do atendimento prestado a médio prazo, tem possibilitado melhor o estado geral do idoso e a diminuição dos índices de mortalidades, né, isso aí, é muito importante, deveria ter, claro, mais Instituições, porque a gente sabe que nós estamos envelhecendo e a questão, infelizmente né, as famílias não estão querendo cuidar dos seus velhos. Então, é viável ter mais Instituições para acolher esses idosos, para que eles não fiquem né, solta por aí, sendo maltratados, passando fome. Então, é possível e deve ser possível a construção de mais ILPI's para poder acolher esses idosos. Infelizmente, não é nosso objetivo, porque o objetivo maior é que esse idoso, esse velho tem que ficar no seio familiar, mas infelizmente não é o que acontece, né, ultimamente né, os idosos estão aí, passando necessidade, correndo risco de vida, maltratado, sendo violentado e tanto a violência psicológica quanto a violência física⁴⁴³.

Assim, além das melhorias na qualidade do atendimento a nível local, visto que tira o idoso da vulnerabilidade social e de possíveis maus-tratos familiares, a Diretora destaca o crescimento populacional dos idosos como resultados a nível nacional, considerando a redução da mortalidade desse público.

Quanto aos resultados alcançados pelo Asilo de Mendicidade, estes repercutem mais nas Lojas Maçônicas em nível nacional, pois segundo o entrevistado a maçonaria tenta incluir as outras pessoas, mesmo que não seja da própria Entidade, da Maçonaria.

Observa-se que também até mesmo o poder público, que existe em São Luís um outro Asilo, é o Solar do Outono que é mantido pelo Estado, até mesmo o Promotor do idoso ele vem, ele reconhece o trabalho, mesmo voluntário mas com muita dificuldade que a Loja Maçônica tem de manter o Asilo e nós observamos que atendemos o Estatuto do Idoso, da própria Promotoria e a gente observa que nós estamos dentro das condições, tanto de gerenciamento quanto de condições físicas para manter esta Instituição.

⁴⁴³ Ana Lúcia Azoubel Helal, Diretora da ILPI “Solar do Outono” em entrevista para a pesquisa.

Importante aqui destacar que os maçons possuem nível cultural elevado e ocupam posição estratégica na sociedade, possuindo como características os ideais de liberdade, fraternidade e igualdade⁴⁴⁴ (COUTO, 2008).

Para ser um maçom um indivíduo não precisa pertencer a nenhuma religião, basta que tenha boa índole e caráter, cultive a ordem e a justiça, ou seja, é preciso ser um homem íntegro, na qual qualquer deslize moral o maçom será extinto da ordem em que foi aceito⁴⁴⁵ (NASCIMENTO, 2011).

FIGURA 18 - Museu de Arte e História da Maçonaria



Fonte: Dados primários da pesquisa.

⁴⁴⁴ J. Couto. Influência da maçonaria. 2008. [Consult. Jun 2013] Disponível na internet: <<http://blogdamaconaria.blogspot.com.br/2008/06/influncia-da-maonaria.html#.UcbugitwpRU>>.

⁴⁴⁵ P. M. R. Nascimento. Origem e características gerais da maçonaria. 2011. [Consult. Jun 2013] Disponível na Internet: <<http://mitosocultos.blogspot.com.br/2011/03/origem-e-caracteristicas-gerais-da.html>>.

Verificou-se durante a investigação dessa Instituição que anteriormente havia mais idosos internos do que atualmente, procurou-se saber se isto devia-se ao fato de que se criara uma restrição para o recebimento destes com a intenção de fechar o Asilo aos poucos. Ulysses, no entanto ponderou que não, não havia tal intenção e sim o contrário, buscavam encontrar meios para arrecadar mais dinheiro para que se pudesse ampliar a estrutura física do local e assim ter capacidade para admitir mais idosos, e acrescentou que a Maçonaria está tendo que vender alguns imóveis para fazer reformas, melhorias e criar um novo Asilo que ofereça estrutura mais adequada às normas. Por exemplo, intui-se colocar uma piscina para prática de atividades.

4.3 Análise da entrevista realizada com a presidente do Conselho Estadual dos Direitos dos Idosos do Maranhão – CEDIMA

Dar-se início neste momento à análise da entrevista realizada com a Presidente do CEDIMA. Este está localizado em São Luís no Maranhão, mais precisamente no centro da capital. A entrevista foi realizada com a atual presidente e assistente social, Isabel de Fátima Amorim Gonzalez Lopizic.

FIGURA 19 – Presidente do CEDIMA, Isabel de Fátima Amorim Gonzalez Lopizic



Fonte: Dados primários da pesquisa.

O local combinado da entrevista com a Assistente Social Isabel de Fátima Amorim Gonzalez Lopizic, Presidente do CEDIMA, foi no CIAPVI – Centro Integrado de Apoio e Prevenção à Violência contra a Pessoa Idosa, que funciona dentro da DPE – Defensoria Pública do Estado, devido ao prédio do CEDIMA estar passando por uma reforma.

A Presidente do CEDIMA também é Coordenadora do CIAPVI. Antes do encontro foi solicitado um Documento Oficial (Ofício nº 02 – Anexo III) para expor o motivo e ter a permissão de acesso à pesquisa de campo. Solicitei a permissão para gravar nossas entrevistas e naturalmente disse que não teria nada contra.

Analisamos o CEDIMA adotando como referencial os aspectos relativos às relações existentes entre os argumentos descritivos: instituição e os seus indicadores, estabelecidas para a análise do estudo.

- ❖ **Local** onde situa a Instituição;
- ❖ **Tempo de criação** do Conselho;
- ❖ Quantos **conselheiros** há no CEDIMA;
- ❖ Quais **os objetivos e ideologias** propostas pelo CEDIMA;
- ❖ **Problemas comuns registrados** pelo Conselho em relação aos idosos das Instituições investigadas;
- ❖ **Características de atuação** do Conselho;
- ❖ Quem são **os parceiros** do CEDIMA;
- ❖ **Processo de intervenção social** realizado;
- ❖ Quais **ações são desenvolvidas** pelo CEDIMA;
- ❖ **Resultados e repercussões alcançados** pela Instituição no diz respeito ao processo de intervenção: níveis locais e nacionais.

QUADRO 11: Caso de Estudo: Conselho Estadual dos Direitos dos Idosos do Maranhão.

O CEDIMA possui atualmente 60 conselheiros, sendo 30 titulares e 30 suplentes. A maioria possui nível superior dentre advogados, defensor público,

assistentes sociais, pedagogos e sindicalistas. Há pessoas também com formação até o nível médio.

O Conselho foi fundado em 14 de novembro de 1996 por meio da Lei n. 6.835, e os conselheiros buscam seguir o que diz a Lei sobre a formação dos Conselhos. A presidente sobre os objetivos e ideologias propostas pelo CEDIMA:

[...] nós temos a proposição de ser um órgão fiscalizador e também disseminador das políticas né, de interesse do idoso, de maneira que esse idoso, ele possa ter uma vida mais digna, uma vida de respeito dentro da sociedade que ele faz parte, então nós não fazemos é, não tem uma coisa diferenciada, como é que tu perguntou aí, uma... ah! Ideologia (o telefone nos interrompeu). A nossa visão é de ter uma atuação voltada é... para o segmento idoso, olhando ele como ser humano é... que ele tenha todas as características dos direitos que tem um cidadão comum né. Então, nós não, o Conselho ele não tem uma definição, porque são interesses antagônicos, de uma certa forma, porque ta Governo e sociedade civil e nem sempre a gente tem a mesma visão, a mesma visão ideológica. Então, há um embate, de uma certa forma, com algo comum que é o idoso... a questão do idoso, a melhoria de vida dele, a qualidade de vida, então isso é algo comum entre os interesses que são, de uma certa forma, antagônicos entre o Estado que tem aquela visão do benefício e de tudo mais e a sociedade que exige né, mais qualidade, mais direitos, os direitos que já são assegurados, que não são efetivados. Então, há uma certa contradição, tendo como eixo comum o idoso. É um pouco contraditório explicar isso, mais você como estudante (ela estava se referindo a pesquisadora) sabe muito bem que, isso acontece. Eu sempre digo que dentro do Conselho, lá não é um Clube Social, em que todo mundo vai lá para se encontrar, para bater papo ou então, chegar lá com uma questão que se coloca determinada situação ou questão do idoso e que todo mundo concorde... não é um... só pra chegar, olha, e nós vamos fazer tal coisa e todo mundo achar que é importante essa... esse embate de maneira que a gente possa... num é, vamos dizer assim, fazer o melhor, mas pelo menos, fazer aquilo que mais é, vá beneficiar mais o idoso em relação a determinadas questões do que outras, né. Então, a ideologia, eu não posso dizer que nós somos... nós somos dentro de uma linha de... vamos dizer assim... de transformação à medida que a gente permite essas discussões, esses embates ideológicos mesmo.

Há certa contradição de pontos de vistas, segundo Isabel Lopizic quanto aos interesses do Governo do Estado e da sociedade civil, como podemos perceber quanto ao denominador comum – o idoso. O objetivo do CEDIMA não é de transformação à medida que permite esses embates antagônicos de ideias, mas de cuidar dos direitos da pessoa idosa e zelar por eles.

Procurou-se saber se já houve algum registro de problemática social, cultural e/ou político associado aos idosos e as Instituições de Acolhimento ao Idoso que foram pesquisadas neste estudo. Relata a presidente:

Se existe algum... aqui... no Conselho, tem, tem vários registros de pessoas que, inclusive tem uns casos que foram encaminhado para o CIAPVI (Centro Integrado de Apoio e Prevenção à Violência Contra a Pessoa Idosa), veio do Conselho né, porque é, nós trabalhamos em rede não é, aí nós temos é, como o Conselho ele é paritário e ele tá pra fazer essa fiscalização e ver a questão da política mesmo do idoso, a gente vai realmente... (nesse momento fomos interrompidas pelo telefone celular dela, ela teve que atendê-lo), a questão do Solar do Outono, das Instituições de longa permanência, então, tem um registro, porque assim, nós não temos, vamos dizer assim, todos os casos, os nomes, é... históricos, porque isso ficou dentro da Instituição, mas nós sabemos, é, constantemente nós estamos indo lá, ver a situação, olhamos os registros das pessoas que chegam, é, alguns casos chegam no Conselho, ele (idoso) solicitando vaga, é, uma pessoa que tá em situação de abandono, aí a gente já vai, encaminha para as Instituições que faz o atendimento a idoso, como o CIAPVI que vai fazer visita, os CREAS, os CRAS e a partir daí, se faz o encaminhamento né, para essas Instituições que vai fazer todo um levantamento e encaminhar para essas Instituições. Muito embora, o Asilo de Mendicidade, ele restringiu o recebimento de pessoas lá, hoje eles estão querendo que cesse né, os que já estão lá, é, um caso ou outro, eles recebem, como eles são uma Entidade que ela é filantrópica e ela é cuidada pela Maçonaria. Não podemos, assim, de permanecer direta, a não ser, um caso, assim, de ver a situação que é vivenciada pelo idoso. Então, o Solar do Outono, é o único que é uma Instituição de longa permanência do Estado do Maranhão, que atende aqui, essa área de São Luís, e recebe pessoas que vem de outros Estados e que passou muito tempo fora (fora do seu Estado natal), e assim, nós não temos esse registro dentro do Conselho, vendo a vida de cada um, isso tem na Instituição e o Conselho vai lá, observa (fomos interrompida novamente pelo telefone celular).

Segundo a presidente do CEDIMA, há registros de problemáticas associados com os idosos e as Instituições de Acolhimento ao Idoso investigadas. Existem casos que foram encaminhados para o CIAPVI vindo do CEDIMA, porque o Conselho é um órgão paritário, trabalha em rede com outros órgãos e o CEDIMA está para fazer a fiscalização e ver a questão política do idoso.

Diante dessa exposição não se pode deixar de mencionar que o asilo é uma instituição burocrática, na qual são estabelecidas relações de poder e os idosos são tratados como objetos em que se exerce o trabalho de mantê-los vivos e confortáveis enquanto aguardam a morte⁴⁴⁶ (SOUZA, 2003).

⁴⁴⁶ J. L. C. Souza. Asilo para idosos: o lugar da face rejeitada. 2003. p. 77-86.

Nestas instituições o idoso se encontra submerso às regras impostas tanto de caráter formal como informal, manipuladas por premiações quando acatadas e punições se desobedecidas no intuito de fazer com que o idoso seja dócil e se adapte ao seu novo lar.

Ao serem recolhidos no asilo, os idosos precisam reinventar a sua identidade e veem seus direitos de cidadão limitados, o que por sua vez gera um confronto pela negação da igualdade. Tal postura pode ser encarada como um ato de violência ao idoso, uma vez que se priva a liberdade seja por uso de força ou por meio da retirada de algum bem que lhe pertence. Essas ações acabam sendo justificadas pelas Instituições como forma de proteger o idoso. Porém tal ação é mais uma segregação do que a proteção propriamente dita, uma vez que, esta é realizada contra a vontade dos internos e ainda pode-se dizer que esse processo agride ainda os direitos fundamentais desses cidadãos⁴⁴⁷ (SOUZA, 2003). As características do CEDIMA citadas pela presidente são fiscalização e orientação.

A gente quando vai fiscalizar ou monitorar, talvez seja a palavra mais adequada, a gente vai, na perspectiva de orientar, no primeiro momento. Se por um acaso, continua, por exemplo, nós já tivemos várias interferências na... em algumas Instituições de longa permanência do idoso no Maranhão, em alguns Asilos, como eram chamados antigamente é, lá, em Barra do Corda, Caxias é, Imperatriz (são cidades do interior do Maranhão). Imperatriz, principalmente, nós tivemos uma intervenção muito forte, de inclusive ir com o Ministério Público, a Vigilância Sanitária, porque, às vezes, o Conselho viaja com a Vigilância Sanitária para fazer inspeção, eles olham uma coisa e a gente vê outra e já faz a orientação. Então, nós somos fiscalizadores né, de como tá sendo trabalhada essa questão, não só das Instituições de longa permanência, mais nos transportes públicos, nos Bancos é, entendeu... é o que a gente tá querendo retomar, agora é... capacitando, nós vamos fazer uma capacitação, porque agora houve uma mudança né, do Conselho... alguns dos conselheiros são... é a primeira vez que eles participam de um Conselho de idoso e de um Conselho mesmo. Entrou algumas Entidades que não fazem parte do Conselho, então, a gente tá nessa perspectiva, de tá orientando para que se faça um monitoramento né, que seja realmente a nossa posição, a nossa característica de atuação basicamente é esta.

O CEDIMA conta com parceiros como o Ministério Público, a Defensoria Pública, inclusive, a Isabel Lopizic (presidente do CEDIMA) é também representante da DPE do Maranhão. Assim como, toda a rede de saúde, o CAISI – Centro de Atenção

⁴⁴⁷ J. L. C. Souza. Asilo para idosos: o lugar da face rejeitada. 2003.

Integral à Saúde do Idoso do Município, os Conselhos Municipais, o CEDIMA não só é atuante, como também é regulador desses Conselhos que atua como parceiros, as Secretarias do Estado, as Secretarias que estão ligadas diretamente, é a dos Direitos Humanos e a da Assistência Social.

FIGURA 20 – Defensoria Pública



Fonte: Dados primários da pesquisa.

No que se refere ao processo de intervenção sociopolítico do CEDIMA, o conselho está formando comissões para a elaboração de um plano político de atuação para os anos de 2013 e 2014. Os conselheiros estão dividindo de acordo com a vontade de cada um em comissões: de normas, de políticas, nova legislação política e de fiscalização.

O CEDIMA busca está presente em várias atividades relacionadas ao idoso, como por exemplo, *nas Campanhas de Prevenção à Violência*, que se faz a cada ano, se faz o dia *Mundial de Conscientização da Pessoa Idosa*. Busca-se a valorização da pessoa idosa. A Defensoria desenvolveu o “curso de cuidadoso”, atingindo onze municípios do Maranhão levando informações por meio da UNIVIMA – Universidade Virtual do Maranhão. Pois, foram locais onde o CEDIMA tem dificuldade de chegar e com a parceria da DPE e da UNIVIMA se pode adentrar. O CEDIMA participa dessas ações juntamente com DPE e o Ministério Público como destaca a entrevistada:

[...] A gente tem feito e agora a gente tá pensando numa grande campanha, a Defensoria tá pensando em deflagrar aos motoristas e cobradores (de empresas de ônibus) né, “o idoso pede passagem”, tá se pensando nessa campanha, que há uma queixa muito grande “ainda” desses idosos que sofrem discriminação, sofre violência nos ônibus, motivados pelos motoristas e cobradores que ainda não entenderam a questão do envelhecimento e junto às escolas pra que esses alunos do Ensino Fundamental, do Ensino Médio, eles possam ter uma visão do que é o envelhecimento, porque não adianta a gente só fazer uma campanha de, mostrando a situação de violência e a gente não trabalhar a questão do envelhecimento, levando as pessoas a ter uma ideia de que o velho, a pessoa velha, é, continua sendo um cidadão, ele é uma pessoa né, ele não perdeu seus direitos fundamentais, ele continua tendo todas as prerrogativas de um ser humano, ele só está velho. Então, a gente precisa mostrar isso para as crianças, para os jovens, para os adolescentes, para as pessoas adultas e para o próprio velho, que às vezes, não se entende como velho, ele esconde sua velhice, ele nega sua velhice e deixa de exigir aquilo que tem de direito. Então isso, a gente ainda trabalha essa questão, o CEDIMA é fundamental, ele tá sempre presente em todas as ações que foi feita pela Defensoria ou Conselho, não só por esta na presidência do CEDIMA, mas muito antes, sempre trabalhamos com o Conselho Estadual, nós já fizemos um grande Seminário, ali na Região Tocantina, abrangendo 32 Municípios, é, “envelhecer com dignidade é meu compromisso”, essa foi a temática que nós trabalhamos, nós trabalhamos todos esses Municípios, os profissionais desses Municípios, mostrando a questão do envelhecimento, a garantia dos direitos, aí nós envolvemos o Ministério Público, a Defensoria Pública e todos os órgãos ali, fizemos Imperatriz, abrangendo vários Municípios, então, quem foi o articulador, o CEDIMA. Então, as ações é... que é desenvolvida pela Defensoria, o CEDIMA também faz parte.

A entrevista finaliza buscando saber os resultados e repercussões alcançados pelo Conselho e segundo a presidente:

O Conselho hoje é referência nacional correspondente a sua gestão e de presidências anteriores como Socorro Ramos, Juçara, Dra. Ana Flávia, a Ivaneide e o Marcos Passim. Ao longo da existência do CEDIMA foram realizadas capacitações para os Conselhos, prestando assessorias quanto ao estabelecimento de novos Conselhos.

Até o momento foram capacitadas 575 pessoas na área de cuidador de idoso e deseja-se capacitar 200 policiais para orientá-los quanto à agressividade que, às vezes, há violência, revitimização do idoso, em virtude do policial ser mal preparado para o atendimento dessas pessoas. Se houver essa capacitação abrangerá a cidade de São Luís, e os municípios de Paço do Lumiar, Raposa e São José de Ribamar, que forma a grande ilha, segundo Isabel Lopizic.

Para o próprio idoso o Conselho realizou um curso literário na qual este foi colocado como protagonista da história, oportunizando a eles a possibilidade de tirar de dentro de si aquilo que tinha guardado e não teve oportunidade de escrever, de ser visto como ser que é pensante, que são pessoas comuns. Essas histórias são levadas pela Academia Maranhense de Letras, que é parceiro do CEDIMA e estão terminando um livro com essas histórias para realizar uma tarde de autógrafos e mostrar o que eles escreveram.

Assim, Segundo Isabel Lopizic, quanto aos resultados e repercussões alcançados pelo CEDIMA, a nível nacional, hoje, é tido como referência e que esta demanda não é de agora, já vem das gestões passadas e que tem culminado na sua gestão dentro de São Luís, dentro do Maranhão. O CEDIMA tem feito capacitações para os Conselhos, prestando assessorias para está no estabelecimento de novos Conselhos.

Avalia-se o discurso do CEDIMA (entidade fiscalizadora), no que se refere à dignidade da pessoa idosa, como órgão paritário, ou seja, trabalha em parceria com outros órgãos para intervir quando for o caso e para fiscalizar e orientar quando for preciso.

Percebe-se que o CEDIMA trata o idoso, mostrando-lhe a realidade social, pois mesmo com todas as dificuldades de enfrentar esta realidade, muitos idosos não aceitam sua própria existência e negam a própria idade. Há muita resistência dos idosos em aceitar-se velho. Pois, não se percebe a velhice como uma etapa do processo de desenvolvimento humano.

4.4 Análise das entrevistas realizadas com os Idosos Institucionalizados

A análise dos dados foi realizada a partir dos argumentos descritivos determinados aos Idosos institucionalizados e os seus indicadores, estabelecidos para a análise de estudo.

- ❖ **Idade;**
- ❖ **Gênero;**
- ❖ **História de vida:** condicionantes familiares
- ❖ **Como chegou à Instituição;**
- ❖ **Tempo de vínculo** na Instituição;
- ❖ **Gosta da Instituição;**
- ❖ **Como é tratado pelos profissionais** da Instituição;
- ❖ **Mudança sócio-política;**
- ❖ **Participa das atividades desenvolvidas** pela Instituição;
- ❖ **Gosta dos colegas (amigos) que fez** na Instituição;
- ❖ **Avaliação das atividades desenvolvidas** na Instituição pelos idosos.

QUADRO 12: Indicadores p/ entrevista com os Idosos Institucionalizados.

Observamos os participantes e com a ajuda dos responsáveis das instituições foram escolhidos os idosos que “ainda” estavam lúcidos para serem entrevistados, pois a maioria dos idosos institucionalizados já está com demência. Devido, os desgastes físicos e suas limitações, fizemos as entrevistas com os idosos em um único dia. O tempo de duração com cada entrevistado foi entre 30 a 40 minutos.

A entrevista teve como objetivo principal, investigar os efeitos das ações sociais dentro dessas instituições para com os idosos e através deles; como, quando e onde acontecem as atividades com os idosos; qual o resultado e repercussão alcançados nesse intuito.

i. Instituição de Longa Permanência Para Idosos “Solar do Outono”

Dar-se início a partir deste ponto a análise das entrevistas realizadas com os idosos institucionalizados na ILPI “Solar do Outono”. Inicialmente, apresenta-se os

idosos entrevistados, a fim de averiguar o perfil dos mesmos, sendo dois homens e uma mulher: Geraldo Assunção, Engração Pereira Silva e Antônio Araújo Barros.

O interno Geraldo Assunção, de 86 anos, é um idoso muito culto, apesar de não ter estudado, parafraseou Sócrates várias vezes, possui fisicamente um caroço muito grande na nuca. Mostrou-se bastante lúcido durante a entrevista realizada. Outra idosa entrevistada foi a Sra. Engração Pereira Silva, uma senhora de 102 anos, muito alegre que gosta de conversar. Não tem estudo e por causa da idade, não anda mais e se encontra em cadeira de rodas. O terceiro idoso entrevistado foi o Senhor Antônio Araújo Barros, um idoso de 70 anos, introspectivo com expressão facial triste, não tem estudo, perdeu as duas pernas em dois momentos distintos e anda de cadeira de rodas. Porém, percebe-se nele uma força interior muito forte.

Iniciando a entrevista buscou-se conhecer a história de vida dos idosos institucionalizados, averiguando os condicionantes familiares que os envolvem. Perguntou-se aos idosos se eles tinham família.

Sobre sua família, conta o Sr. Geraldo que seu sobrenome Assunção é de uma família do Estado de São Paulo, há os que ainda escrevem com “p” (Assumpção) que são os ricos de São Paulo segundo o idoso. Por sua vez os nordestinos não têm “p”. Depois de contar a história do seu sobrenome, disse o idoso que não tinha família, era solteiro. Já a Sra Engração, mais objetiva, conta que sua família é a entrevistadora e alguma outra pessoas que tem na Instituição. O Sr. Antônio Barros relata que tem cinco filhos e o mais novo tem dez anos, mas sua esposa não o quis mais, devido sua deficiência (apontou para as duas pernas, inexistentes).

Nos relatos dos entrevistados acerca da existência de suas famílias nota-se que em geral são idosos isolados, sem familiares. No relato do Sr. Geraldo observa-se uma frustração por não ter constituído uma família, mesmo que outras pessoas com seu sobrenome não tenham nenhum conhecimento com ele, são citados em seu discurso como se buscasse uma forma de dizer que possui família, apesar de ser solteiro.

No discurso da Sra. Engração observa-se algum sentimento oculto ao mencionar que a família que tem são apenas algumas pessoas da própria instituição, em nenhum momento menciona ser solteira ou não ter filhos, irmãos, enfim, nota-se uma ausência de vontade em falar sobre o assunto.

Na fala do Sr. Antônio Barros nota-se tristeza e mágoa ao mencionar o abandono por sua ex-mulher e, conseqüentemente, da família, já que menciona ter filhos pequenos. Casara⁴⁴⁸ destaca que o abandono é o motivo expressivo e principal da institucionalização.

Cabe aqui mencionar, com base em Casara⁴⁴⁹, que os idosos institucionalizados, geralmente, se encontram nessa situação por não possuírem família, ou por terem sido abandonados por elas, por não terem quem os cuide ou um local onde morar, sendo as condições financeiras uma das principais vertentes.

Dando continuidade à entrevista foi perguntado aos idosos como eles chegaram até a instituição Solar do Outono, essa foi mais uma forma de conhecer a dinâmica familiar dos participantes da pesquisa. Os idosos contam que:

Ah! Eu cheguei porque eu caí na rua, ali na subida (ele apontou em direção ao Bairro que ele caiu), começou o milagre, eu vinha subindo daquela parada lá de baixo, do Anel Viário (ponto de ônibus), e ali pela Oleama (Bairro), ali eu escorreguei, quando eu escorreguei, eu enganchei (engatei) o sapato, não escorregou todo, enganchou lá em qualquer coisa, eu fiquei seguro ainda no triz, se não eu saía rolando, aí não tinha mais jeito não. Bem, mas ía passando uma pessoa, um jovem lá, de 20 anos por aí assim, me deu a mão e eu tô aqui. [...] ⁴⁵⁰

Cheguei porque eu vivia doente lá no Pão de Açúcar (Bairro da cidade de São Luís), uma senhora me levou lá no LBA (hoje funciona o Conselho Estadual dos Direitos dos Idosos do Maranhão) e de lá, negócio de grupo né, eu vivia mais doente e me botaram para o Solar do Outono (asilo). Mas, eu tive que fazer exame, fazer tudo, quem assinou já morreu, foi Dona Zenir e de lá uma senhora por nome Raimunda me botou no Solar, porque eu não tinha

⁴⁴⁸ M. B. Casara. Quem é o idoso institucionalizado? 2009.

⁴⁴⁹ Ibid.

⁴⁵⁰ Geraldo Assunção, idoso institucionalizado na ILPI “Solar do Outono”.

ninguém para viver comigo e até hoje eu vivo aqui nessa casa (se referindo ao Solar)⁴⁵¹.

Bom, eu cheguei aqui, porque isso aqui (apontou para a perna esquerda) foi um assalto, eu estava na Cohab (Bairro da cidade de São Luís), tava andando na moleta só com uma perna, já tinha perdido essa (apontou para a perna direita), esta aqui eu perdi em frente à UEMA e essa foi aqui na Cohab, 7:00 horas da manhã, dois caras (homens) chegou, pediu o dinheiro, eu disse que não tinha, então vou cortar a outra perna, aí ele pegou o facão e cortou minha perna, aí eu fiquei sem saber de mais nada, sozinho, cortaram a perna e foram embora. Passou um cidadão, me olhou andando me arrastando, aí ele parou o carro, me trouxe uma cadeira, me botou na cadeira, me levou para o carro dele, me levou para o Turu (Bairro da cidade de São Luís), aí do Turu eu vim pra cá. (Solar).⁴⁵²

O discurso dos idosos retrata a fragilidade imposta pela terceira idade, problemas biológicos e de mobilidade física estão em destaque. O discurso mais forte é o do Sr. Antônio Barros, que a todo o momento na entrevista destaca a ausência de suas pernas, demonstrando mágoa e estigma de si próprio, ao passo que não menciona a ausência das pernas em palavras apenas aponta e a menciona utilizando o termo “isso”, o desprezo pela sua condição é nítido. No discurso do Sr. Antônio Barros, nota-se também a violência e o descaso contra o idoso.

Perguntou-se também aos participantes da pesquisa há quanto tempo eles já estavam institucionalizados na Solar do Outono. O Sr. Geraldo já se encontra nesta instituição desde o ano de 2007, contabilizando 6 anos de instituição. Já a Sra Engraça relata que mora na Instituição há 34 anos na qual foi a primeira pessoa a morar no Asilo, do qual gosta muito e se sente bem tratada pelos profissionais da Instituição. O Sr. Antônio Barros já está no Solar de Outono há dois anos, porém quando indagado informou que tinha chegado há seis ou oito meses.

A opinião dos idosos acerca da instituição Solar do Outono também foi verificada, perguntando-se, inicialmente, se eles gostavam de lá. Todos os idosos afirmaram gostar, apesar de o Sr. Geraldo, demonstrar certa dúvida e de o Sr. Antônio Barros, levantar mais uma vez frustração em relação à sua família, afirmando que gostaria mesmo era de ir procurá-los. Nas palavras dos idosos:

⁴⁵¹ Engraça Pereira, idoso institucionalizado na ILPI “Solar do Outono”.

⁴⁵² Antônio Barros, idoso institucionalizado na ILPI “Solar do Outono”.

Gosto e não gosto, quer dizer, eu digo que não gosto porque eu (risos)... eu gosto de tudo viu, eu não vou dizer que não gosto disso, porque aí depois tô gostando né, por isso que a gente diz que: “a língua não tem osso mas quebra caroço”, por isso, porque fala muito. Então, eu não preciso de eu, eu preciso de ti, seja quem for.⁴⁵³

Tô aqui há 34 anos, eu sou a primeira moradora do Solar do Outono, graças a Deus! Gosto muito, graças a Deus!⁴⁵⁴

Não, quer dizer, eu não posso dizer nada né, gosto porque tô aqui, mas se eu pudesse ir embora pra mim era melhor. Meus familiares moram em Humberto de Campos (cidade do interior do Maranhão).⁴⁵⁵

Ao observar as falas dos idosos, percebe-se o que foi dito por Debertt⁴⁵⁶, quando afirma que as mulheres possuem uma maior aceitação em relação à sua situação de institucionalizada, podendo-se dizer que o asilo é um local definitivo, ao qual já se adaptaram, mesmo quando criticam com veemência algumas das práticas desenvolvidas na instituição. Já os homens geralmente são mais críticos em relação à vida no asilo. Procuram mostrar que não estão adaptados e que não se adaptarão nunca ou, então, procuram deixar claro que suportam a instituição por uma razão bem específica como, por exemplo, por não ter outro lugar para ir.

Prosseguindo com a entrevista foi perguntado aos idosos como eles eram tratados pelos profissionais da instituição. Os idosos informaram que:

Bem, uns são fechados, outros são indiferentes, outros ainda não tão nem aí, então, se eu for falar a coisa, eu não falo bem não, viu. Eu sou sincero, por isso, outra coisa que eu acho estranho aqui é, ninguém rir, a pessoa aqui é triste, num sabe, pode olhar, aqui, o rosto é triste, o rosto não há sentido, o rosto da senhora (o da pesquisadora) é da pessoa normal, o triste é doente, a pessoa que não rir é doente⁴⁵⁷.

Graças a Deus! Tão bem, nunca andei suja, nunca andei rasgada, eles me tratam bem, eu trato eles bem, também⁴⁵⁸.

Aqui, eu sou bem tratado, graças a Deus.⁴⁵⁹

⁴⁵³ Geraldo Assunção, idoso institucionalizado na ILPI “Solar do Outono”.

⁴⁵⁴ Engraca Pereira, idoso institucionalizado na ILPI “Solar do Outono”.

⁴⁵⁵ Antônio Barros, idoso institucionalizado na ILPI “Solar do Outono”.

⁴⁵⁶ G. G. Debertt. A reinvenção da velhice. 1999.

⁴⁵⁷ Geraldo Assunção, idoso institucionalizado na ILPI “Solar do Outono”.

⁴⁵⁸ Engraca Pereira, idoso institucionalizado na ILPI “Solar do Outono”.

⁴⁵⁹ Antônio Barros, idoso institucionalizado na ILPI “Solar do Outono”.

No relato do Sr. Geraldo, o entrevistado afirma que “*alguns profissionais da Instituição são fechados, outros indiferentes, outros não se importam com ele*”. Percebe-se nesse depoimento que o sentimento é avivado pela ausência da família, há mágoa e revolta pelo distanciamento da família em sua vivência e por isso seria importante que os profissionais dessa instituição buscassem favorecer relações de amizade, procurando dar atenção aos idosos, escutando suas histórias de vida, estimulando assim a autovalorização do institucionalizado⁴⁶⁰ (RISSARDO et al, 2011).

Cabe aqui destacar a importância da humanização do atendimento que ainda não é aplicada em sua totalidade, existe ainda frieza por parte dos cuidadores, devendo-se considerar que tais instituições envolvem profissionais de saúde. De acordo com diversos pesquisadores, geralmente, essa frieza é adquirida pelo profissional no decorrer do tempo em que trabalha na área da saúde. Segundo Angerami-Camon⁴⁶¹:

[...] calosidade profissional é aquela postura onde o profissional da saúde, depois de anos de prática com o doente e a doença, adquire uma indiferença total para a dor do paciente, uma calosidade que o impede de ser tocado ainda que minimamente, pelo sofrimento do paciente.

Entende-se que a afirmação referida pelo autor acima citado, se dá quando o paciente é tratado pelo profissional de saúde com desprezo pela sua dor, sendo bem comum pacientes narrarem que a informação médica acerca de sua doença foi fria e distante, ou até médicos que para evitar o contato com o possível sentimento emocional do idoso.

O acolhimento do paciente, de acordo com Pinochet e Galvão⁴⁶², deve ser feito de forma a familiarizá-lo com a instituição, tornando a recepção do hospital mais humana e calorosa. Assim, os autores ressaltam que no momento de acolher o paciente, o profissional de saúde deve se identificar com sua dor, com sua emoção, buscando

⁴⁶⁰ L. K. Rissardo et al. Concepção e sentimentos de idosos institucionalizados sobre família. 2011. p. 682-689.

⁴⁶¹ V. A. Angerami-Camon. O ressignificado da prática clínica e suas implicações na realidade da saúde. 2000, p. 43.

⁴⁶² L. H. C. Pinochet; C. R. Galvão. Aspectos humanos na gestão hospitalar. 2010.

sempre oferecer segurança, permitindo ser olhado e ouvido, bem como ouvir o paciente, possuindo bom senso no que concerne à relação humana.

Dando continuidade, perguntou-se aos idosos se eles haviam notado alguma mudança em si mesmo, seja ela positiva ou negativa, após terem entrado para a instituição Solar do Outono. Os idosos informaram que:

Sim. Positiva sim, porque eu andei e agora tô conhecendo as coisas como elas são, quer dizer, eu não vivo de papo (conversa), a pessoa me trata bem hoje e depois me vira as costas sem eu fazer nada, porque se vira as costas pra mim, não vai te dizer, né. Parece que eu não existo⁴⁶³.

Mudou, porque eu não tinha onde morar e graças a Deus, eu achei esse filho Bendito que me botou na casa que eu tô morando, morarei até quando Deus quiser⁴⁶⁴.

Mudou, foi porque eu tava na rua né, e hoje eu tô aqui, bem ambientado né.⁴⁶⁵

Os idosos contam que houve mudanças positivas durante o período em que se encontram na ILPI “Solar do Outono”. A Sra Engração e o Sr. Antônio destacaram a moradia como melhoria, visto que antes não tinham onde morar e a ILPI “Solar do Outono” passou a representar o espaço de lar. Já o discurso do Sr. Geraldo demonstra algo oculto como uma mágoa de pessoas a quem já confiou, assim, passou a desconfiar das pessoas, não dando mais os créditos que dava anteriormente, esse fator pode ser percebido nas perguntas posteriores.

Dando prosseguimento à entrevista perguntou-se aos participantes da pesquisa se eles participavam das atividades desenvolvidas pela ILPI “Solar do Outono” e se eles gostam dessas atividades. Os idosos responderam que:

Não, eu não participo, porque se eu me sento perto de uma pessoa, eu incomodo, eu não vou lá. Eu não gosto de incomodar, eu não gosto de contrariar ninguém, eu não gosto de aborrecer ninguém, eu não sei, para encerrar, eu não sei o que é ódio, pela essa luz que nos ilumina, eu não sei o que é ódio. [...] Também porque às vezes, já é a mesma história, eu às vezes

⁴⁶³ Geraldo Assunção, idoso institucionalizado na ILPI “Solar do Outono”.

⁴⁶⁴ Engração Pereira, idoso institucionalizado na ILPI “Solar do Outono”.

⁴⁶⁵ Antônio Barros, idoso institucionalizado na ILPI “Solar do Outono”.

chego e as pessoas começam a se mexer, aí eu acho que eu tô sendo demais, aí eu acho que eu tô incomodando...⁴⁶⁶

Tudo, quando eu posso, eu vou, quando eu não posso, eu não vou, porque não posso mais tá andando. [...] Eu gosto, porque eu não tenho outra coisa pra fazer, agora eu não posso mais é nada, porque eu não posso mais tá andando, eu ando quando tô saindo de cadeira de roda, por causa da minha perna inchada e dói. Eu sou uma mulher doente de cansaço, pressão alta, problema de coração... mas graças a Deus!⁴⁶⁷

Participo. Tenho que gostar, né⁴⁶⁸.

No discurso do Sr. Geraldo nota-se o mesmo da questão anterior ele sente-se como se não fosse bem vindo, desconfia das pessoas, qualquer movimento que fazem já atrai para si como se estivesse incomodando, nota-se em seu discurso uma noção de inferioridade de si mesmo, como se não fosse digno de está junto dos demais. A exclusão social de si mesmo, por ver em si uma figura inferior, que não merece participar da vida social.

Freire Jr. e Tavares⁴⁶⁹ (2005) destacam que uma das consequências da institucionalização é o sentimento de inferioridade dos idosos, podendo sentir-se também incapaz de existir. Já no discurso da Sra Engração nota-se que apesar de gostar das atividades realizadas possui dificuldades de participar das mesmas devido à sua mobilidade, a situação de cadeirante a impede de participar de algumas atividades promovidas pela instituição, até mesmo sua própria idade, visto que o cansaço chega rápido. O Sr. Antônio Barros, por sua vez, novamente demonstrou o que foi mencionado por Debertt⁴⁷⁰, de que os homens tentam demonstrar que nunca se adaptarão à instituição, em sua fala tenta demonstrar que é obrigado a gostar das atividades, como se fosse o único jeito de conviver dentro da mesma.

Foi perguntado aos idosos também se eles gostavam dos colegas (amigos) que fizeram na ILPI “Solar do Outono”. O Sr. Geraldo afirma que “*não tem nada contra*

⁴⁶⁶ Geraldo Assunção, idoso institucionalizado na ILPI “Solar do Outono”.

⁴⁶⁷ Engração Pereira, idoso institucionalizado na ILPI “Solar do Outono”.

⁴⁶⁸ Antônio Barros, idoso institucionalizado na ILPI “Solar do Outono”.

⁴⁶⁹ R. C. Freire Jr; M. F. L. Tavares. A saúde sob o olhar do idoso institucionalizado. 2005.

⁴⁷⁰ Debertt, op.cit.

ninguém, gosta de todos, mas se percebe que não está agradando se afasta da pessoa". Já a Sra Engração diz que "*gosta de todos, menos um chamado Júlio, mas que os demais respeita e é respeitada*". O Sr. Antônio Barros afirma que "*não tem colegas ou amigos na instituição, que não tem ninguém para conversar*". (fragmentos das entrevistas).

É notório o sentimento de rejeição expressado durante essa entrevista, é latente na sua insegurança emocional. Pelo fato da família o ter abandonado há sempre uma sensação de desamor e descrença de que pode voltar a criar laços afetivos, de que pode ser importante para alguém. Sr. Geraldo e Sr. Antônio Barros manifestam a dor da ausência familiar em carência afetiva e isolamento.

Verifica-se que diferente do Sr. Geraldo e do Sr. Antônio Barros, a Sra. Engração conseguiu se socializar com os demais internos e adotou como família algumas pessoas da Instituição. Importante observar que essa ação é o meio que o idoso encontra para apagar o sofrimento do passado e tentar reescrever a sua história.

A entrevista foi finalizada com um *Ping-pong*, na qual o idoso deveria dizer o que primeiro viesse em sua mente a partir de cada palavra ou acontecimento citado. As palavras ditas pelos idosos estão expostas a seguir no QUADRO 13:

Idoso (a)	Geraldo Assunção	Engraça Pereira	Antonio Barros
Ping-pong			
Solar do Outono	Velhice	Saúde	Pra mim é uma coisa boa né, porque dá apoio ao povo né.
Violência	Maldade	Brigas	Foi o que aconteceu comigo, é não ter coração.
Política brasileira	É muito confusa, é isso mesmo, o nome já está dizendo, é um complexo, é um paradoxo, é um enigma, é uma coisa sem explicação.	Só me serviu pra tirar documento de identidade.	Isso aí é com os mandões lá de dentro.
Saúde	Médicos	Que eu peço todo dia a mim e a todos.	Tá em primeiro lugar.
Educação	Eu gosto muito de saber, admiro, eu gostaria de ter aprendido, mas quando eu era menino, eu pensava em me formar, eu botava Dr. logo (<i>ele quis dizer que quando assinava seu nome, ele colocava antes o Dr.</i>).	Graças a Deus, tudo bom.	Também.

Idoso (a)	Geraldo Assunção	Engraça Pereira	Antonio Barros
Ping-pong			
Lazer	Brincadeira saudável	Tudo bom	É a pessoa ter onde ele se apoiar, pra mim lazer é isso, se eu tivesse na minha casa hoje, pra mim eu tava no meu lazer.
Brasil	É o maior país, não tem outro igual, é o Brasil.	Bom pra mim também.	Eu sou patriota, né.
Maranhão	Bem, eu acompanhei aí, no tempo quando eu cheguei aqui, em 1945, eu fui cabo eleitoral de Zé do Bigode (risos, pediu desculpa pela brincadeira).	Até hoje pra mim é muito bom.	Pra mim é bom.
Discriminação	Exclusão	Muito ruim pras pessoas.	É judiar de outra pessoa.

QUADRO 13 – Ping-pong: Vou falar nomes e acontecimentos e o (a) Sr. (a) vai dizer o que vier na sua cabeça (Idosos da ILPI “Solar do Outono”).

Fonte: Dados primários da pesquisa

Assim, a representação do Solar do Outono para o Sr. Geraldo, é a velhice, a violência é a maldade, a política brasileira para o entrevistado é confusa, um enigma. A saúde é representada pelos médicos, sobre a educação, Sr. Geraldo conta que gosta muito de saber, que admira, e que gostaria de ter aprendido. Acredita que o lazer deve ser uma brincadeira sadia e para ele o Brasil é o maior, não havendo outro igual. Sobre o Maranhão relatou que quando chegou em 1945 foi cabo eleitoral do *Zé do Bigode*⁴⁷¹. Por fim expõe a discriminação como uma exclusão.

A Sra. Engrça atribuiu ao Solar do Outono a saúde e a violência, as brigas. Alega que a política brasileira só serviu para que ela tirasse documento de identidade. A saúde é o que ela pede para si e para todos e se refere à educação, lazer, Brasil e Maranhão como tudo bom. A discriminação por sua vez, muito ruim para as pessoas.

O Sr. Antônio conta que o Solar de Outono é uma coisa boa, um apoio. Cita a violência como algo que aconteceu com ele, a falta de coração. Acerca da política brasileira fala: *“isso aí é com os mandões lá de dentro”*. Para o idoso saúde e educação estão em primeiro lugar. O lazer simboliza apoio, o Brasil representa seu patriotismo e o Maranhão é bom. A discriminação é você judiar de outra pessoa.

Nota-se que os participantes da pesquisa possuem uma visão semelhante em relação aos termos colocados, devendo-se destacar a visão do Sr. Geraldo em relação à instituição Solar do Outono que pode ser tida como negativa, já que associa à velhice, um local apenas para velhos.

ii. Idosos do Asilo de Mendicidade São Luís “Lar do Idoso”

Apresentando os idosos institucionalizados no Asilo de Mendicidade São Luís e que participaram desta pesquisa, tem-se o Sr. Itamar Monteiro Nunes, o Sr. José de Ribamar Rodrigues e o Sr. José Dionísio de Ribamar.

⁴⁷¹ É José Ribamar Araújo Sarney, maranhense, ex-presidente da República, Senador... e o maior político na história da política brasileira, só no Estado do Maranhão, ele lidera há cinco décadas. (N. da A.).

O Sr. Itamar Monteiro Nunes se mostrou um homem muito culto e talentoso. Dentro do Asilo, dar aulas de pintura em tela e de matemática (estudou até o nível médio). Com 77 anos de idade, Sr. Itamar conta que tem apenas uma irmã e que procurou a Instituição sozinho, alegando problemas pessoais, há dezoito anos.

FIGURA 21 - Irmã de Itamar pintada por ele.



Fonte: Dados primários da pesquisa.

O Sr. José de Ribamar Rodrigues é um idoso muito alegre, gosta de cantar, compõe letras de músicas e não tem estudo, hoje está com 86 anos. E o Sr. José Dionísio de Ribamar é um idoso que adora conversar, tem até o nível fundamental, mas tem muita sabedoria, hoje está com 97 anos.

Averiguando os condicionamentos familiares dos idosos foi perguntado aos mesmos se eles possuíam família. O Sr. Itamar afirma ter uma irmã, enquanto o Sr.

Ribamar afirma não ter família, por nunca ter tido vontade de se casar, da mesma forma que o Sr. Dionísio, todavia, esse por sua vez, afirma ter irmãos e que se tivesse mulher não estaria ali.

Nota-se aqui que os participantes da pesquisa são todos solteiros, não tendo constituído família durante sua vida, uma característica já percebida durante a análise das entrevistas realizadas com os idosos institucionalizados na ILPI “Solar do Outono”.

Dando continuidade foi perguntado como eles chegaram à Instituição. Os participantes da pesquisa responderam:

Ninguém me trouxe, eu que quis vim. Problemas pessoais⁴⁷².

Foi Ribamar, meu irmão, que me trouxe, irmão de criação (foram criados juntos, mas não é irmão de sangue)⁴⁷³.

Meu serviço me botou, eu trabalhei de vigia (vigilante) para o Estado, eu nunca trabalhei em outro serviço⁴⁷⁴.

Apenas o Sr. Itamar procurou a instituição por vontade própria, conforme pode-se perceber, alegando problemas pessoais.

O tempo em que os idosos estão na instituição também foi verificado. O Sr. Itamar informou que já está no Asilo de Mendicidade há cerca de dezesseis ou dezessete anos. Já o Sr. Ribamar informa que seguramente está na Instituição há cerca de 3 anos. E o Sr. Dionísio diz ser novato, estando na Instituição há apenas dois meses. Foi buscada junto à administração do Asilo a confirmação dessas informações, encontrando-se que os idosos já estão na instituição há 18 anos, 5 anos e 8 anos, respectivamente. Pode-se constatar com base nisso que os idosos perdem a noção de tempo dentro da instituição, já estando há um tempo superior ao que imaginam dentro da casa.

⁴⁷² Itamar Monteiro, idoso institucionalizado no Asilo de Mendicidade de São Luís.

⁴⁷³ Ribamar Rodrigues, idoso institucionalizado no Asilo de Mendicidade de São Luís.

⁴⁷⁴ Dionísio Ribamar, idoso institucionalizado no Asilo de Mendicidade de São Luís.

Em seguida verificou-se saber junto aos participantes se eles gostavam da instituição e como eram tratados pelos profissionais que integravam o quadro da mesma. Nas palavras dos idosos:

Normal. Dezesseis para dezessete anos né⁴⁷⁵.

Comadre, a gente diz que gosta, porque sabe, a gente tá aqui em casa alheia, tá vendo. [...] Não, eles aqui é que dão de comer pra nós, a gente paga... eles dão às vezes um almoço pra gente, um mingau, com uma sopa, a gente faz que gosta porque tá na casa alheia né, compadre? (perguntou para o Sr. Itamar que estava próximo)⁴⁷⁶.

Dona, a gente não gosta quando não é ruim também. Bem⁴⁷⁷.

Em seus discursos os idosos não demonstram gostar da instituição, suas falas passam a ideia de obrigação por gostar, como se estivessem ali de favor, enquanto essa assistência prestada é um dever do Governo e uma garantia dos idosos estabelecida na CF. Assim, pode-se destacar aqui a falta de conhecimento desses idosos acerca de seus direitos, visto que sentem-se assistidos por favor, quando, na verdade, possuem o direito a essa assistência.

Perguntou-se aos idosos que participaram desta pesquisa se eles notaram alguma mudança consigo mesmo durante o tempo que estão na instituição. O Sr. Itamar e o Sr. Dionísio informaram que nada mudou, tudo seguindo seu ciclo normal. Já o Sr. Ribamar informou que:

Não, tá, quer dizer, nós tava lá daquele lado, do outro lado né (se refere ao prédio do antigo dormitório, que hoje é a administração do Asilo), não era mais nem aqui (prédio do dormitório atual), tá esse aqui que sabe (Sr. Itamar que estava próximo), aí eles botaram nós pra ir, agora chove, pega a tá respingando, e agora eles endireitaram as goteiras, meio que tá melhorzinho. Mas, eu gostava mais era de tá pra colá⁴⁷⁸.

Assim, a mudança de prédio foi destacada pelo Sr. Ribamar que considerou essa mudança negativa, apesar de já ter apresentado melhorias, como o citado pelo idoso em

⁴⁷⁵ Itamar Monteiro, idoso institucionalizado no Asilo de Mendicidade de São Luís.

⁴⁷⁶ Ribamar Rodrigues, idoso institucionalizado no Asilo de Mendicidade de São Luís.

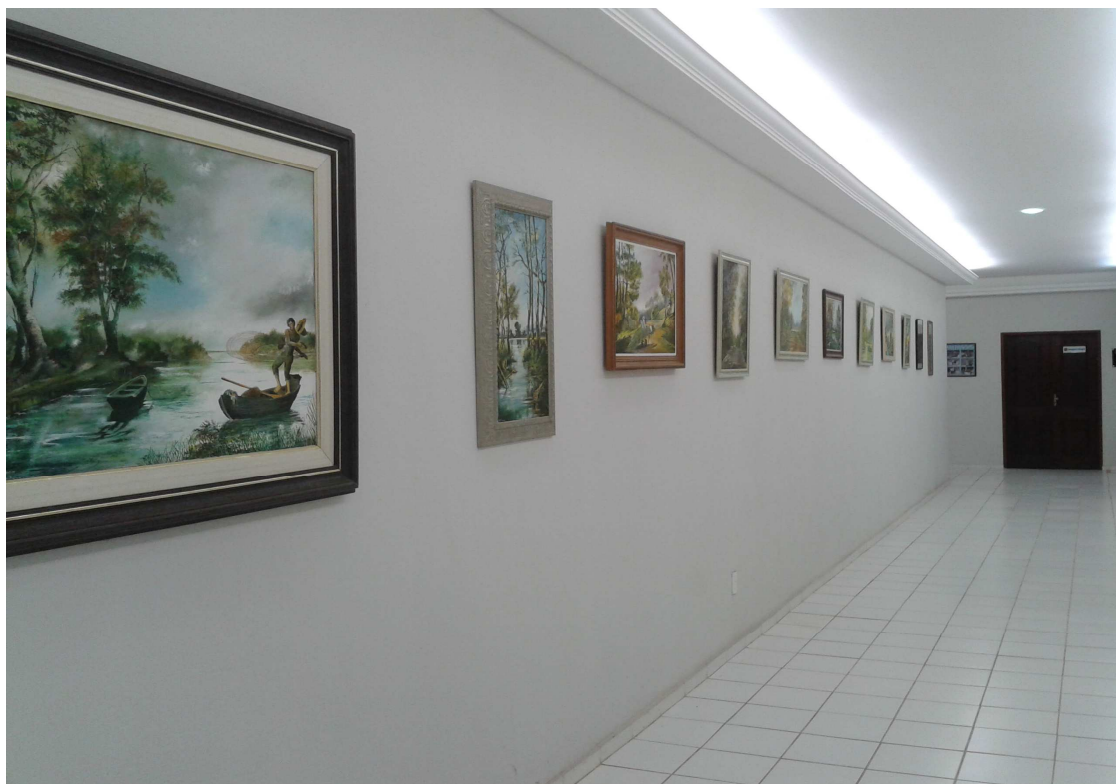
⁴⁷⁷ Dionísio Ribamar, idoso institucionalizado no Asilo de Mendicidade de São Luís.

⁴⁷⁸ Ribamar Rodrigues, idoso institucionalizado no Asilo de Mendicidade de São Luís.

relação às goteiras, o outro prédio era considerado melhor pelo idoso. Todavia, o idoso não destaca mudanças de si mesmo, ele menciona as mudanças feitas na instituição. Foi verificado também se os idosos participam das atividades realizadas pelo Asilo de Mendicidade.

No do caso Sr. Itamar, ele não participa das atividades do Asilo, seu quarto é separado dos demais, pois é artista plástico e precisa de inspiração para fazer suas obras de arte e ainda tem um horário específico para dar aulas particulares de pintura e matemática.

FIGURA 22 - Obras de Itamar expostas no Museu de Arte e História da Maçonaria



Fonte: Dados primários da pesquisa.

FIGURA 23 - Obra de arte de Itamar (imagem 1)



Fonte: Dados primários da pesquisa.

FIGURA 24 – Obra de arte de Itamar (imagem 2)



Fonte: Dados primários da pesquisa.

FIGURA 25 – Obra de arte de Itamar (Imagem 3)



Fonte: Dados primários da pesquisa.

O Sr. Ribamar afirmou gostar de participar de festas, “*que festa boa é aquela de cidade do interior que dança com uma mulher ‘bonitona’*”, mas afirma não gostar das festas dadas pela instituição. O Sr. Dionísio apenas afirmou participar das atividades e que gosta das mesmas.

Verificou-se também se os idosos mantinham amizades e o seu ciclo social dentro da instituição. O Sr. Itamar afirmou que não costuma visitar seus colegas de instituição, já que vão sempre até onde ele está. Assim, tem-se que este mantém seu ciclo social, não se isolando. O Sr. Dionísio informou ter amigos também. Nas palavras do Sr. Ribamar:

Ah! Eu tenho uns colegas e umas colegas que eu me dô muito com elas, mas tem uma que quer só ser (convencida, vaidosa), essas assim, eu não tô nem ligando, deixa pra lá, eu gosto da pessoa ser dado comigo (conversador, simples, humilde) não é, uma comparação, mas, este aqui (apontou para o Sr. Itamar) é dado comigo, eu chamo ele só de compadre, sem ser, a minha consideração, sabe como é⁴⁷⁹.

O Sr. Ribamar demonstra ser bastante comunicativo e sempre que a pessoa demonstra tal comportamento, afirma fazer amizade. Nota-se que o ciclo social dos idosos aqui entrevistados não é um problema, eles demonstram ser bastante sociáveis, fator de fundamental importância para a qualidade de vida dos mesmos.

O mesmo *Ping-pong* realizado com os idosos institucionalizados na ILPI “Solar do Outono” também foram realizados com estes que estão no Asilo de Mendicidade de São Luís, as respostas estão expostas no QUADRO 14, veja:

⁴⁷⁹ Ribamar Rodrigues, idoso institucionalizado no Asilo de Mendicidade de São Luís.

Idosos	Itamar Monteiro	Ribamar Rodrigues	Dionísio Ribamar
Ping-pong			
Asilo de Mendicidade	Bom tratamento	Não sei lhe responder.	Asilo que estou.
Violência	Negativa	Dar muito prejuízo pra gente, é melhor ir na calma.	Eu não brigo com ninguém.
Política brasileira	Muita gente honesta lá em Brasília (ironia).	É uma pessoa que rouba.	Minha política é trabalhar, agora não, já que estou aposentado, né.
Saúde	Normal	É o que eu quero mais no mundo, eu minha saúde vou em todo lugar, embora seja pobre, mas eu peço pra Deus e Ele me ajuda	Muito bom.
Educação	Pinto, desenho e dou aula.	É uma pessoa ser delicada com a outra né?!	Tudo bem, a senhora me trata, eu lhe trato bem.
Lazer	Aqui na prancheta dando minhas aulas.	Asilo	Eu gosto.

Idoso (a)	Itamar Monteiro	Ribamar Rodrigues	Dionísio Ribamar
Ping-pong			
Brasil	País maravilhoso	Brasil	Tudo bom.
Maranhão	Também	É o mesmo Brasil.	Tudo bom também.
Discriminação	Negativa	Comadre, discriminação é uma pessoa que desfaz dos outros, fica zangado, eu entendo que isso é uma discriminação.	Tô escutando agora (desconhecia a palavra).

QUADRO 14 – Ping-pong: Vou falar nomes e acontecimentos e o (a) Sr. (a) vai dizer o que vier na sua cabeça (Idosos do Asilo de Mendicidade de São Luís “Lar do Idoso”)

Fonte: Dados primários da pesquisa

Assim, o Sr. Itamar considera o Asilo de Mendicidade como bom tratamento, a violência e a discriminação como negativa. Usa de ironia ao dizer que a política brasileira, que em Brasília tem muita gente honesta. Demonstra orgulho ao dizer que pinta, desenha e dar aula e que seu lazer é na prancheta dando aulas. Os outros dois idosos, Ribamar Rodrigues e Dionísio Ribamar não falam nada em especial sobre a instituição, o primeiro afirma não saber falar e o segundo diz ser apenas o lugar onde mora.

A violência cabe mencionar aqui, que os idosos Ribamar Rodrigues e Dionísio Ribamar não atribuíam a que eles podiam sofrer, mas sim a que poderia cometer. Assim, demonstram um desconhecimento acerca da violência que pode ser sofrida pelos idosos, problema esse que acometem muitos, principalmente em âmbito familiar.

De acordo com Louzá⁴⁸⁰ o agressor frequentemente ameaça e agride a vítima com a finalidade da doação de um bem, da antecipação de uma herança ou para evitar gastos desnecessários ou inúteis feitos pelos idosos. Outra característica dos agressores é que alguns são usuários de álcool e drogas.

Outro fator que chamou atenção foi o desconhecimento do Sr. Dionísio Ribamar acerca da palavra discriminação, um dos fatores que mais acometem os idosos, marcado pelo estigma social e pela exclusão. Assim, conforme pode-se observar na análise das entrevistas realizadas durante esse capítulo, os idosos institucionalizados possuem um bom tratamento e, em linhas gerais, estão satisfeitos com o atendimento que recebem, todavia, muitos demonstram desconhecimento acerca de seus direitos, não compreendendo que não se trata de um favor dos profissionais, mas sim de uma obrigação. A assistência ao idoso é garantida na CF e confirmada pelo Estatuto do Idoso.

⁴⁸⁰ J. R Louzá et al. Os avós maltratados. 1987. p. 108-111.

iii. Resumo dos indicadores: Perfil dos idosos

Descreve-se um resumo de alguns indicadores que compõem o perfil dos idosos entrevistados, com a finalidade de fornecer uma visão global, a média de idade dos idosos institucionalizados é de 70 a 100 anos de idade e a maioria não tem escolaridade ou deixou de estudar muito cedo.

Nome	Tempo que está na Instituição	Idade	Estado Civil	Instituição
Geraldo Assunção	5 anos	86 anos	Solteiro	Solar do Outono
Engração Pereira Silva	34 anos	102 anos	Solteira	Solar do Outono
Antonio Araújo Barros	2 anos	70 anos	Casado	Solar do Outono
Itamar Monteiro Nunes	18 anos	77 anos	Solteiro	Asilo Mendicidade
José Ribamar Rodrigues	5 anos	86 anos	Solteiro	Asilo Mendicidade
José Dionísio Ribamar	8 anos	97 anos	Solteiro	Asilo Mendicidade

QUADRO 15: Perfil dos Idosos Institucionalizados.

Fonte: Dados primários da pesquisa

Construímos o QUADRO 16 com o indicador: Histórias de vida: condicionantes familiares que consideramos significativos para compor as histórias de vida desses idosos. Realizando algumas considerações sobre as narrativas e análises sobre as entrevistas.

Instituição de Longa Permanência para Idosos “Solar do Outono”	
Entrevista	Histórias de vida: condicionantes familiares
Idoso (a)	O Sr.(a) tem família?
Geraldo Assunção	<i>Sim, família propriamente dita, a minha eu não tenho, eu sou solteiro.</i>
Engração Pereira Silva	<i>Não. A minha família é a senhora e outro que tem aqui.</i>
Antonio Araújo Barros	<i>Tenho. Tenho cinco filhos, todos pequenos, o mais novo tem dez anos, mas a mulher não me quis mais, por causa da minha deficiência (apontou para as duas pernas, inexistentes).</i>
Asilo de Mendicidade de São Luís “Lar do Idoso”	
Entrevista	Histórias de vida: condicionantes familiares
Idosos	O Sr.(a) tem família?
Itamar Monteiro	<i>Só uma irmã.</i>

Nunes	
José Ribamar Rodrigues	<i>Não. Nunca quis me casar.</i>
José Dionísio Ribamar	<i>Tenho. Irmãos. Se eu tivesse mulher, eu não estava aqui.</i>

QUADRO 16: Indicador: Histórias de vida: condicionantes familiares.

Fonte: Dados primários da pesquisa

As histórias de vida desses idosos institucionalizados são marcadas por relatos de sofrimentos, provocados pela perda precoce do convívio familiar, falta de condições mínimas de sobrevivência (falta de moradia, alimentação e saúde). A maioria demonstra estar melhor no Asilo do que fora dele, mas como chegaram à instituição? Veja como:

Instituição de Longa Permanência para Idosos “Solar do Outono”	
Entrevista	Como o (a) Sr. (a) chegou a esta Instituição?
Idoso (a)	
Geraldo Assunção	<i>Eu cheguei porque eu caí na rua ...eu escorreguei ...Bem, ía passando uma pessoa, um jovem lá, de 20 anos por aí ...me deu a mão e eu tô aqui.</i>
Engraja Pereira Silva	<i>Cheguei porque eu vivia doente ...uma senhora me levou lá no LBA (Legião Brasileira de Assistência - hoje funciona o CEDIMA) e de lá ...me botaram para o Solar do Outono (asilo). Mas, eu tive que fazer exame, fazer tudo ... eu não tinha ninguém para viver comigo e até hoje eu vivo aqui nessa casa (se referindo ao Solar).</i>
Antonio Araújo Barros	<i>eu cheguei aqui, porque isso aqui (apontou para a perna esquerda) foi um assalto, eu estava na Cohab (Bairro da cidade de São Luís), tava andando na moleta só com uma perna, já tinha perdido essa (apontou para a perna direita), esta aqui eu perdi em frente à UEMA (Universidade do Estado do Maranhão) e essa foi aqui na Cohab, 7:00 horas da manhã, dois caras (homens) chegou, pediu o dinheiro, eu disse que não tinha, então vou cortar a outra perna, aí ele pegou o facão e cortou minha perna, aí eu fiquei sem saber de mais nada, sozinho, cortaram a perna e foram embora. Passou um cidadão, me olhou andando me arrastando, aí ele parou o carro ...me levou para o carro dele ...aí do Turu eu vim pra cá (Solar).</i>
Asilo de Mendicidade de São Luís “Lar do Idoso”	
Entrevista	Como o (a) Sr. (a) chegou a esta Instituição?
Idosos	
Itamar Monteiro Nunes	<i>Ninguém me trouxe, eu que quis vim. Problemas pessoais.</i>
José Ribamar Rodrigues	<i>Foi Ribamar, meu irmão, que me trouxe, irmão de criação.</i>
José Dionísio Ribamar	<i>Meu serviço me botou, eu trabalhei de vigia (vigilante) para o Estado.</i>

QUADRO 17: Indicador: Como o (a) Sr. (a) chegou a esta Instituição?

Fonte: Dados primários da pesquisa

A acolhida nas ILPI's trouxe mais qualidade de vida, saúde, segurança, um lar constituído de pessoas que estão para ajudá-los no que for preciso. Então, para melhor analisarmos o indicador construído no QUADRO 18, temos que ponderar sobre os sentimentos, as angústias passadas pelos idosos ao longo de suas vidas.

Instituição de Longa Permanência para Idosos “Solar do Outono”	
Entrevista	O (A) Sr. (a) gosta da Instituição?
Idoso (a)	
Geraldo Assunção	<i>Gosto e não gosto, quer dizer, eu digo que não gosto porque eu (risos)... eu gosto de tudo viu, eu não vou dizer que não gosto disso, porque aí depois tô gostando né, por isso que a gente diz que: “a língua não tem osso mas quebra caroço”, por isso, porque fala muito. Então, eu não preciso de eu, eu preciso de ti, seja quem for.</i>
Engração Pereira Silva	<i>Gosto muito, graças a Deus!</i>
Antonio Araújo Barros	<i>Não, quer dizer, eu não posso dizer nada né, gosto porque tô aqui, mas se eu pudesse ir embora pra mim era melhor.</i>
Asilo de Mendicidade de São Luís “Lar do Idoso”	
Entrevista	O (A) Sr. (a) gosta da Instituição?
Idosos	
Itamar Monteiro Nunes	<i>Dezesseis para dezessete anos, né.</i>
José Ribamar Rodrigues	<i>A gente diz que gosta, porque sabe, a gente tá aqui em casa alheia, tá vendo.</i>
José Dionísio Ribamar	<i>A gente não gosta quando não é ruim também.</i>

QUADRO 18: Indicador: O (A) Sr. (a) gosta da Instituição?

Fonte: Dados primários da pesquisa

Quando foi perguntado sobre o indicador: como é o tratamento dado pelos profissionais aos idosos, todos responderam que são *bem tratados*. Agora, se eles conseguem perceber se houve alguma mudança consigo neste período que estão na Instituição, temos que considerar o fator idade, o senhor Geraldo diz: “*Sim. Positiva sim, porque eu andei e agora tô conhecendo as coisas como elas são*”. A senhora Engração diz: “*Graças a Deus! Tão bem, nunca andei suja, nunca andei rasgada, eles me tratam bem, eu trato eles bem, também*”. O senhor Antonio diz: “*Mudou, foi porque eu tava na rua, né, e hoje eu tô aqui, bem ambientado né*”. O senhor Itamar diz: “*Não,*

tudo normal, tudo correndo normal". O senhor José Dionísio diz: "*é a mesma coisa (ele continua o mesmo)*". (fragmentos das entrevistas).

Desenvolvemos o QUADRO 19 para analisarmos os indicadores sobre os idosos se participam e se gostam das atividades que são desenvolvidas pelas ILPI's:

Instituição de Longa Permanência para Idosos "Solar do Outono"	
Entrevista Idoso (a)	O (A) Sr. (a) participa das atividades desenvolvidas pela Instituição e o Sr.(a) gosta das atividades?
Geraldo Assunção	<i>Não, eu não participo, porque se eu me sento perto uma pessoa, eu incomodo, eu não vou lá. Eu não gosto de incomodar, eu não gosto de contrariar ninguém, eu não gosto de aborrecer ninguém, eu não sei, para encerrar, eu não sei o que é ódio, pela essa luz que nos ilumina, eu não sei o que é ódio.</i>
Engraja Pereira Silva	<i>Tudo, quando eu posso, eu vou, quando eu não posso, eu não vou, porque não posso mais tá andando. Eu gosto, porque eu não tenho outra coisa pra fazer, agora eu não posso mais é nada, porque eu não posso mais tá andando, eu ando, quando tô saindo de cadeira de roda, por causa da minha perna inchada e dói.</i>
Antonio Araújo Barros	<i>Participo. Tenho que gostar, né.</i>
Asilo de Mendicidade de São Luís "Lar do Idoso"	
Entrevista Idosos	O (A) Sr. (a) participa das atividades desenvolvidas pela Instituição e o Sr.(a) gosta das atividades?
Itamar Monteiro Nunes	<i>Não. Fico sempre aqui (no seu quarto que é separado dos demais, porque ele é artista plástico e precisa de inspiração para fazer suas obras de arte e ainda tem um horário específico para dar aulas particulares de pintura e matemática).</i>
José Ribamar Rodrigues	<i>Eu até gosto de uma festa ...Aqui, as festinhas daqui, eu não me dô muito.</i>
José Dionísio Ribamar	<i>Participo. Gosto.</i>

QUADRO 19: Indicador: O (A) Sr. (a) participa das atividades desenvolvidas pela Instituição e o Sr.(a) gosta das atividades?

Fonte: Dados primários da pesquisa

De acordo com a investigação sobre os efeitos das ações sociais com os idosos em relação às atividades desenvolvidas pelas instituições, no quesito aceitabilidade, fica notório os prós e os contras. Da mesma forma que, as atividades são intencionais, ou seja, são voltadas para obter-se uma aproximação entre eles (idosos/idosos) ou entre idosos/funcionários ou entre idosos/comunidade. Há um distanciamento entre os próprios idosos, eles não conversam entre si.

Instituição de Longa Permanência para Idosos “Solar do Outono”	
Entrevista Idoso (a)	O (A) Sr. (a) gosta dos seus colegas (amigos) que fez ao vir para esta Instituição?
Geraldo Assunção	<i>Eu volto a repetir, eu não tenho nada contra ninguém, eu gosto de todo mundo, eu amo todo mundo, mas se eu me sento aqui, mas se eu notar que ele não gostou que eu me sentei, eu não levanto naquela hora, mas eu me levanto e vou me sentar em outro lugar. A gente, só pode bater palma pra quem a gente, pode aplaudir quem nos dá aquela oportunidade.</i>
Engraça Pereira Silva	<i>Eu gosto, mas só tem um que não topo com ele não, esse tal de Júlio, mas o resto, graças a Deus, porque eu respeito e quero respeito. Eu nunca bati boca (briguei) com ninguém pelos anos que vivo, graças a Deus.</i>
Antonio Araújo Barros	<i>Não tenho nenhum colega, eu sou sozinho, não tenho ninguém para conversar comigo, não senhora.</i>
Asilo de Mendicidade de São Luís “Lar do Idoso”	
Entrevista Idosos	O (A) Sr. (a) gosta dos seus colegas (amigos) que fez ao vir para esta Instituição?
Itamar Monteiro Nunes	<i>Todos vem me visitar, eu não vou pra lá, eles vem aqui, não todos, mas alguns vem.</i>
José Ribamar Rodrigues	<i>Eu tenho uns colegas e umas colegas que eu me dô muito com elas ...eu gosto da pessoa ser dado comigo não é, uma comparação, mas, este aqui (apontou para o Sr. Itamar) é dado comigo, eu chamo ele só de compadre, sem ser, a minha consideração, sabe como é.</i>
José Dionísio Ribamar	<i>Amigo eu tenho, o lugar é saber falar também, né.</i>

QUADRO 20: Indicador: O (A) Sr. (a) gosta dos seus colegas (amigos) que fez ao vir para esta Instituição?

Fonte: Dados primários da pesquisa

As entrevistas na íntegra estão todas em anexo, organizadas dessa forma: entrevistas com os responsáveis pelas Instituições (Anexo IV); entrevistas com os idosos institucionalizados na ILPI “Solar do Outono” (Anexo V) e Entrevistas com os idosos institucionalizados no Asilo de Mendicidade (Anexo VI).

Desse modo, tenho plena convicção que os métodos adotados foram os mais adequados, pois colaboraram para nossa investigação e também para o conhecimento das ações dos idosos participantes da pesquisa. Na medida em que, o ato fica restringido em somente dar e conhecer os fatos dos sujeitos mediante os acontecimentos das suas ações.

CONCLUSÃO

Realizamos as considerações e análise final da investigação desta tese, avaliando a parte teórica e a sua relação com a parte empírica (estudos de caso). Este trabalho limitou-se à pesquisa bibliográfica e pesquisa digital (*internet*) referente à análise bibliográfica investigada e na pesquisa de campo, nos limitamos a investigar os casos de estudo: as Instituições de Longa Permanência ao Idoso e um Conselho fiscalizador da Política Estadual dos Idosos (PEI), o CEDIMA.

Então, subdividimos as considerações finais em dois tópicos sobre: **a)** A ética e a política no contexto social brasileiro na última década: considerações sobre o fenômeno “exclusão social” em idosos e **b)** A exclusão social no contexto das políticas sociais aplicadas ao grupo dos idosos na última década no Brasil.

Consideramos como pontos de ligações, as perguntas de partida e os objetivos de estudo, que são: *Como a ética é contextualizada socialmente considerando o fenômeno “exclusão social” em idosos? Quais as políticas públicas aplicadas ao grupo dos idosos na última década no Brasil? Quais as ações metodológicas realizadas pelos administradores das Instituições, no que diz respeito, aos idosos para que os mantenha em contato social? Como são organizadas as ações sociais pelas Instituições? Quais os objetivos e ideologias como propostas da Instituição em relação aos idosos? Como é feita a fiscalização nas Instituições de Acolhimento? (Por quem?).*

O objetivo geral deste trabalho consiste em analisar a Ética e a Política Social no Brasil na última década, desenvolvendo uma investigação analítica sobre exclusão social em idosos “institucionalizados”, assim como, os efeitos sociais gerados das políticas públicas na população participante dessa investigação. E, os nossos objetivos específicos consistem em: analisar a ética no contexto social brasileiro considerando o

fenômeno “exclusão social” em idosos institucionalizados; analisar as políticas públicas aplicadas ao grupo dos idosos na última década no Brasil; analisar as ações metodológicas realizadas pelos administradores das Instituições, no que diz respeito, aos idosos para que os mantenha em contato social; analisar as ações sociais organizadas pelas Instituições; analisar os objetivos e ideologias como propostas da Instituição em relação aos idosos e investigar como é feita a fiscalização nas Instituições de Acolhimento ao idoso.

a) A ética e a política no contexto social brasileiro na última década: considerações sobre o fenômeno “exclusão social” em idosos

A ética não é somente cumprimento de conduta social, é uma atitude de profundo respeito ao ser humano e valorização do bem comum. Os valores éticos são colocados como expressão e garantia da condição de seres humanos e agentes livres.

Desse modo, a ética é analisada nessa investigação em um contexto sociopolítico, onde investigamos a “exclusão social” em idosos como parte analítica de uma ética social e de nossa política social brasileira nesses últimos dez anos.

A ética social como sugestão para o bom funcionamento das instituições de acolhimento aos idosos investigadas são ideologias e objetivos convergentes: na ILPI “Solar do Outono” – *é atender os idosos em situação de abandono, risco pessoal e social com o objetivo de proteção integral e melhoria de qualidade de vida*; no Asilo de Mendicidade de São Luís “Lar do Idoso” – *é amparar aqueles que não têm familiar nenhum que possa tomar conta, disponibilizando orientações médicas, psicológicas e físicas, tentar colocar o idoso, ressocializá-lo nas atividades sociais, como as datas comemorativas.* (fragmentos da entrevista).

A ética profissional e social junto a pessoas idosas é um fator complexo, visto que está cada vez maior o número de pessoas nessa faixa etária que vive só ou em Instituições de Acolhimento, com doenças degenerativas e incapacitantes, pela Lei nº 8.842/94 que institui a Política Nacional do Idoso – PNI, a própria vulnerabilidade

trazida pela idade, impede que os próprios idosos possam exigir a execução dos seus direitos, liberdade, autonomia e participação.

Assim, fica a cargo dos profissionais que atuam junto a esse público, bem como a família, a comunidade e o Estado, um debate para aprofundar os melhores princípios a serem seguidos tendo como finalidade, o bem estar dos idosos, principalmente, aqueles que se encontram em situação de vulnerabilidade ou fragilidade social.

Quando selecionamos o CEDIMA para ser um dos casos de estudo na nossa investigação, foi por ser o Órgão fiscalizador da Política Estadual do Idoso⁴⁸¹ junto às Instituições de Acolhimento, e a nossa intenção foi averiguar como eram feitas as fiscalizações nas Instituições investigadas. Então, a presidente do CEDIMA – Izabel Lopizic nos disse que: a fiscalização acontece no primeiro momento com a perspectiva de orientar, mas já aconteceu de intervirem junto com o Ministério Público e a Vigilância Santinária (alguns dos órgão parceiros do CEDIMA), nas instituições de acolhimento investigadas (assim como, existe registro de problemáticas com os idosos em ambas – segundo a presidente do Conselho dos Idosos⁴⁸²).

O Estado, nesse ponto, precisa apresentar políticas de apoio, a partir dos órgãos competentes, considerando os limites da assistência social referentes à implementação de ações que estão prevista no Estatuto do Idoso, na PNI, na PEI e outras leis. Pois, no Maranhão existe o CIAPVI⁴⁸³ (Centro Integrado de Apoio e Prevenção à Violência Contra a Pessoa Idosa), assim como em todo o país, amparando legalmente o combate à violência contra a pessoa idosa. Mas, falta efetivação nas medidas de prevenção pelo Estado, falta o respeito para com os idosos pela sociedade e falta amor e consciência por parte das famílias em relação aos seus velhos.

⁴⁸¹ A PEI (Política Estadual do Idoso) foi sancionada com base na PNI (Política Nacional do Idoso), cada Estado tem a sua. (N. da A.).

⁴⁸² Porém nos foi negado o acesso a essa documentação. (N. da A.).

⁴⁸³ O CIAPVI tem como Coordenadora, Izabel Lopizic que também é Presidente do CEDIMA.

Apesar das ações desenvolvidas pelo CEDIMA de orientação às Instituições de Acolhimento, capacitação de “cuidadores”, valorização da pessoa idosa, juntamente com os seus parceiros: CIAPVI, Ministério Público, Vigilância Santinária, CREAS, CRAS e outras instituições de igual importância no contexto político, social e ético do brasileiro. Ressalta-se que a ética está a serviço da vida e precisamos cultivá-la em todas as instâncias da sociedade, como utensílio de prevenção da vida humana.

Percebe-se que os grupos sociais como a família, o Estado, a comunidade..., encontram-se perdidos, sem noção de ética, de valores, sem um princípio de justiça pelos direitos comuns para os cidadãos.

Podemos afirmar que a realização ética do ser humano reside na dimensão da convivência, isto é, na relação com o outro. Contudo, nesta saída de si mesmo, o que o ser humano busca, na relação com o outro, é algo que o transcende, a si mesmo e ao outro, a que denominamos bem, porque proporciona ao ser humano a plena satisfação de seu desejo, que é o desejo de infinito.

A grande intenção das considerações teóricas sobre a dimensão ética no aspecto social visa estabelecer uma fundamentação sólida e segura, enquanto preocupação ou cuidado para com o outro – ser humano.

Falar de ética resguarda as suas peculiaridades, é estendido a todo agir humano em sua historicidade. Por isso, ambas constituem o fundamento, a essência, ou seja, a intencionalidade maior que envolve todo o agir humano, contribuindo para que as pessoas atinjam pessoal e comunitariamente aquilo a que são chamados a se tornar, a sua condição de humanização.

Na pesquisa realizada neste estudo, notou-se que os idosos que chegaram até as instituições, de fato são aqueles que se encontravam em condições de fragilidade e vulnerabilidade social, sendo acolhidos com vistas a proporcionar melhoria em sua qualidade de vida e garantir seus direitos sociais.

O processo de intervenção junto aos idosos com vulnerabilidade e fragilidade social está associado aos direitos sociais do ser humano, se constituindo como um potencial de cidadania, devendo ser entendido como participação do indivíduo e dos grupos, enquanto membros de pleno direito.

Assim, pode-se dizer que o exercício da ética pelas instituições que acolhem os idosos deve ser pautado no respeito, na tolerância e na aceitação do ser humano, fator encontrado nos casos de estudo.

A institucionalização ao romper vínculos familiares e alterar a rotina do idoso acaba gerando falta de perspectiva para o futuro e percebe-se que a maioria desses idosos acaba se isolando em uma busca de construir uma nova identidade que lhe dê maior segurança. Trata-se de um meio encontrado para o idoso superar suas dificuldades e um ambiente favorável com assistência social e à saúde, que favorece uma boa qualidade de vida a estes.

Desta forma, as Instituições de Acolhimento na maioria das vezes, é a única alternativa para o idoso morar. A maioria possui espaço amplo para lazer e quartos em forma de alojamentos, oferece cuidados básicos como higiene e alimentação, porém em geral tendem a não promover uma interação social com o idoso que acaba se isolando.

Em ambas as ILPI's investigadas, os idosos não conversavam entre si, eles ficavam em estado de isolamento (cada um para um lado). E, em nenhum momento percebemos os profissionais da saúde ou os gestores preocupados com esse processo de distanciamento entre eles. Mas, o relacionamento dos idosos/gestores no momento da investigação era amigável e de muito respeito.

No que se refere ao procedimento adotado pelas instituições ao receber o idoso, verificou-se que nenhuma das instituições recebe idosos doentes, está no Regimento Interno delas. O fato é que as instituições têm como papel acolher os idosos e afastá-los do processo de exclusão social, porém em virtude de suas normas internas acabam realizando um afastamento social, proporcionando um confinamento, gerando no idoso

um sentimento de solidão, rejeição. Suas vidas acabam ficando manipuladas pelas normas internas impostas por cada instituição, tendo como principal consequência a falta de qualidade de vida dos internos.

Analisamos na investigação, as ações metodológicas utilizadas, percebemos que há mais similaridades do que diferenças entre as Instituições. Há similaridades quando não existe uma metodologia única adotada pelos administradores, considerando a diversidade da natureza das ações desenvolvidas pelos profissionais que trabalham nas Instituições para que os idosos tenham um contato com as pessoas da comunidade e não se sintam sozinhos.

Portanto, a comunidade está sempre presente nas duas Instituições investigadas, tanto como voluntários, quanto como visitantes. E, para ser voluntário na ILPI “Solar do Outono”: *basta preencher um formulário de dias e horários da Instituição, de acordo com o Regimento Interno da mesma e a Lei do voluntariado*; e, no Asilo de Mendicidade: *basta ir à Instituição e dizer que quer ser voluntário para ser aceito*.

Então, percebe-se a questão do compromisso para com o cidadão, onde na ILPI “Solar do Outono” há o lado da formalidade (voluntário/instituição) e no Asilo de Mendicidade, há ausência de formalidade que faz com que a Instituição fique sem o voluntariado permanente.

Para as ações/atividades que ocorrem dentro das instituições, essas focalizam a interação dos idosos no processo, tentando motivá-los a superar seus limites, visando uma independência dos mesmos. As ações são ocorridas na própria instituição e seu tempo de duração é o tempo de resistência do idoso, o tempo é limitado por eles. A diferença que há entre as Instituições, é que uma é pública e a outra é filantrópica.

Há uma grande preocupação com uma ética social que contribua com alguns questionamentos. No Brasil, nesses últimos dez anos, transgredir as leis, desrespeitar o outro e praticar a violência com seu próximo viraram rotina na vida do brasileiro.

Temos que ter ciência que fazemos parte da mesma rede criada pelas relações sociais: pessoas e sociedade. Sabemos que a ética social é imprecisa, que acaba por permitir que se desenvolva uma ética individual pela falta de referenciais coletivos de valores, que sejam capazes de dar segurança às pessoas, para que permita a elas, respeitar a si e ao próximo.

Percebe-se também um significativo crescimento da expectativa de vida dentre as principais conquistas do século XXI, contudo, houve também, um crescimento desordenado dos centros urbanos, refletindo dificuldades na qualidade de vida dos cidadãos. O envelhecimento da população somado à falta de qualidade de vida amplia os conflitos de convivência tanto no espaço público quanto no privado, fazendo com que apareçam formas de violência.

O envelhecimento traz problemas típicos tanto para a família quanto para o Estado, porém, somente quando houve um significativo aumento da população idosa, é que os pesquisadores, legisladores e os governos se interessaram de fato pelo assunto, deixando que o problema criasse um volume expressivo.

Podemos dizer que o envelhecimento traz consigo um desgaste natural do corpo humano, fazendo com que as funcionalidades sejam reduzidas, acarretando em problemas físicos, psíquicos e sociais.

Consideramos na investigação, as dimensões sociais, culturais e políticas que ocorrem através dos programas sociais com os idosos nas Instituições pesquisadas. Desse modo, melhorar a autoestima do idoso é o quesito fundamental, pois, percebe-se que o idoso institucionalizado é diferente do idoso que tem uma vida junto com seus familiares, a autoestima desse idoso é muito baixa. As instituições fazem atividades para que os idosos possam interagir entre si, da mesma forma, promovem encontros com pessoas da comunidade. Portanto, há um suporte para trabalhar a parte cognitiva do idoso, quanto mais for estimulada melhor.

Percebemos que existe muito respeito quanto às limitações dos idosos, visando uma boa comunicação entre eles (idosos/gestores), assim como, ao desenvolver uma atividade para os idosos, todos se preocupam com o processo de socialização, que é importante, para que o idoso possa se sentir querido.

b) A exclusão social no contexto das políticas sociais aplicada ao grupo dos idosos na última década no Brasil

No contexto social brasileiro, o envelhecimento tem sido motivo de preocupação, por ter ficado à margem da sociedade. O envelhecimento no Brasil como fator de exclusão social, tem sido uma questão explorada por outros pesquisadores, epidemiologistas e estatísticos através de investigação científica que pode ser encontradas na literatura nacional e internacional, devido o crescimento relevante dessa população no país.

Ressalta-se que o idoso é amparado também pela PNSI – Política Nacional de Saúde do Idoso, além disso, em teoria ele (idoso) precisa ser tratado com prioridade pelo SUS – Sistema Único de Saúde. Mas, isso só em teoria, porque na prática sabemos que não acontece.

Em contrapartida, os idosos institucionalizados têm o direito de receber o benefício da previdência, assim como, na nossa pesquisa constatamos que os que ainda não estavam recebendo, já estavam providenciando a documentação. Dessa forma, o sistema anda no país, porque tem o interesse dos administradores em manter as instituições com o benefício dos idosos, que diga de passagem, são 70% que fica na instituição. Embora, isso esteja na Lei nº 10.741/2003⁴⁸⁴ de amparo aos idosos.

No Brasil, o processo de aprovação de uma lei para que seja colocada em prática, leva tempo até atingir seus objetivos, ou seja, fazer qualquer mudança que se deseja, para isso, nós temos que ter muito empenho e dedicação na sua fiscalização para que seja cumprida.

⁴⁸⁴ Estatuto do Idoso. 2003.

O Estatuto do Idoso antes de sua aprovação foi analisado todos os direitos e garantias da pessoa idosa, apesar das falhas, podemos dizer que foi a maior conquista na área do envelhecimento no Brasil. Mas, não podemos ficar esperando do Governo, nós (sociedade) temos que fazer a nossa parte.

Não podemos falar de idosos sem pensar no processo de envelhecimento, torna-se primordial relacioná-los à sociedade, uma vez que, o ser humano é integrado ao meio social, independente da idade. Pois, possibilita-se uma nova dimensão social para aqueles idosos que nunca saíram da sociedade, mas que se encontram marginalizados da mesma.

Na sociologia, o envelhecimento, é uma busca constante para integrar o idoso no contexto social, mostrando sua importância dentro da sociedade. Apesar de a sociedade brasileira demonstrar certos preconceitos e estigmas para com as pessoas da terceira idade.

O envelhecimento no Brasil é um problema social, o qual não é atual, mas merece ações urgentes dos órgãos competentes. A população idosa está crescendo muito rápido, implicando em ações sociais que permita que o grupo dos idosos envelheça com dignidade, pois o envelhecimento é inevitável (se não houver uma morte prematura).

A maioria dos idosos atinge diretamente o Estado, que precisa assegurar condições mínimas de sobrevivência a esta população. Sabe-se que o envelhecimento acarreta novos gastos com a manutenção da Previdência, ocasionando em uma ameaça para a estrutura econômica.

Esta é uma questão delicada, pois com o aumento da população idosa (beneficiária) e a população ativa (contribuinte) diminuindo, a relação entre ambas tende a interferir sobre a percepção de velhice. O benefício da Previdência é um marco social que caracteriza o início da terceira idade, contudo ao mesmo tempo em que é um direito assegurado, adiciona a ideia de incapacidade.

O envelhecimento no Brasil alerta-nos para todos os problemas sociais que o segmento do idoso vem enfrentando. A cultura brasileira nos impõe que toda pessoa que atinge os 60 anos torna-se incapaz. E, para que haja superação dos preconceitos, é fundamental que o idoso aceite sua condição de pessoa idosa, ao menos para amenizar qualquer tipo de violência.

A sociedade brasileira ainda tem muito que aprender no que diz respeito, a valorização da pessoa idosa, sabe-se que o processo é longo para que haja uma mudança, uma transformação, mas temos que dar o primeiro passo.

Na terceira idade, a educação é vista como uma forma de mudanças, proporcionando uma auto-análise, possibilitando um contato com novas formas de aprendizagem. Assim, torna-se indispensável conscientizar-se da importância de todas as probabilidades de ensino e aprendizagem, como também da realidade apresentada.

A violência contra os idosos nos leva a refletir sobre a falta de estrutura e políticas sociais voltadas para o bem estar dessas pessoas. A institucionalização do idoso, nada mais é que, a saída do seu lar para um novo ambiente, a dependência, a questão da adaptação e integração.

Mudar o pensamento da sociedade em relação às pessoas segregadas se torna uma questão muito complexa, trata-se de um processo histórico que acompanha tais exclusões sociais e modificar essa postura da sociedade exige um novo processo histórico que talvez, nem o tempo, seja capaz de dirimi-las.

A prática da institucionalização em relação aos idosos, somente é concebível, se, atentarmos que para alguns indivíduos com graves condições psicopatológicas e orgânicas, possa não se socializar e nem se beneficiar com os programas educativos regulares. Então, nesse caso, necessitariam de cuidados e ambientes especializados.

Todavia, acabar com a institucionalização dos idosos não poderia resolver a questão, levando em consideração a prestação de serviços desses locais, apesar das

limitações apresentadas por algumas instituições e do número de idosos com moradia fixa nelas.

O Coren (Conselho Regional de Enfermagem) implementou um programa de “amigo cuidador”, onde uma pessoa da comunidade vai visitar a Instituição de Acolhimento e, de acordo com as necessidades, a pessoa ver como pode ajudar: dar o café da manhã aos idosos, conversar um pouco ou até mesmo desempenhar outro tipo de função que não seja de sua área de formação. Portanto, esse programa já está sendo implementado no Asilo de Mendicidade e observamos que os idosos gostaram de estar em contato com as pessoas da comunidade.

Inicialmente para a promoção de uma ação/projeto social em uma determinada instituição, se busca verificar a história, os principais serviços prestados e qual a abrangência do seu atendimento. Em seguida é preciso traçar qual o objetivo principal de se promover uma ação na instituição, que resultados pretendem alcançar com o público alvo. Num terceiro momento precisa-se saber qual o público alvo da Instituição, média de idade e variáveis de vulnerabilidade social e risco pessoal e social.

Consideramos nos estudos de caso, a organização das ações sociais feitas por elas. Percebeu-se que há uma organização anualmente através de planos de ação, onde se faz uma pesquisa com os idosos internos e os idosos da comunidade, tendo sempre a preocupação de dar continuidade nas ações em curso.

As ações promovidas nas instituições visam promover uma interação e participação dos idosos institucionalizados, tendo em vista que as mudanças provocadas pela transição de sua vida social para uma vida asilar.

A equipe multidisciplinar sempre tem uma preocupação de oferecer aos idosos uma programação diversificada, levando em consideração os riscos que o envolve, a importância do acompanhamento dos voluntários, à distância da Instituição de Acolhimento até o local de visita e a locomoção utilizada.

Os profissionais envolvidos nas ações acreditam que estas proporcionam aos institucionalizados bem estar pessoal, melhora na saúde, estímulo da espiritualidade e alimentação diferenciada do que se costuma ter na Instituição de Acolhimento.

Os idosos, por sua vez, se sentem bem com as atividades, porém preferem não participar de eventos fora do asilo, principalmente pelo fato de suas limitações físicas, a instituição virou seu porto seguro, e sair seria para eles uma aventura muito arriscada.

Independente de onde ocorram as ações, para o idoso institucionalizado o mais importante é que estas promovam uma oportunidade de criar um ambiente de harmonia, favorecendo o relacionamento com os outros internos. A maioria se sente carente, reclama de falta de atenção e gostaria que houvesse alguém que se interessasse por suas histórias, mas sempre acham que estão incomodando, que não são dignos de atenção e por isso voltam a se isolar.

Consideramos na investigação das instituições, os efeitos sociais, culturais, políticos e éticos gerados nos participantes pelas ações. Na ILPI “Solar do Outono” – observou-se que esses efeitos gerados pelas ações de políticas públicas no sentido de garantir os direitos fundamentais e a prestação de uma proteção integral, ou seja, são cuidados não só com a questão da saúde, mas também com o social, cultural, político e com os valores éticos. Percebeu-se também que, no Asilo de Mendicidade, não há uma preocupação somente com a Instituição em si, mas com outras entidades que têm dificuldades de si manterem, como a Escola de Cegos.

Conclui-se que faltam políticas públicas mais rigorosas propostas pelos órgãos competentes através do Estado, na segurança, na educação, na saúde e no social, para fortalecer a comunidade. Ações do Governo e da sociedade devem trabalhar para a redução das diferenças sociais. Direitos todos nós temos.

Nesse contexto, afirma-se que os idosos, como qualquer outro ser humano, independente da fase da vida em que se encontre, são incumbidos de direitos, os quais

devem ser assegurados tanto pela família quanto pelo Estado. Pressupõe-se o dever de proteção e acolhimento ao idoso por parte dos seus familiares.

Atualmente, o envelhecimento ativo, se mostra como uma das propostas sociais mais bem estruturadas para o público idoso, tendo em vista a integração social deste segmento. Os idosos ativos e sua participação social deve ser entendida como direito de todas as pessoas idosas, caracterizando-as como cidadãos, independentemente de classe social, raça, gênero ou faixa etária.

O direito a inclusão social deve ser conservado em todas as situações, para todas as pessoas que compõe a sociedade brasileira. Apesar de culturalmente o respeito à dignidade humana não ser encarado como direito de todos no Brasil.

Infelizmente, nem todos os idosos tem acesso ao conhecimento dos seus direitos elementares, devido a isso, acabam aceitando as situações de discriminação e marginalização por falta de explicações ou esclarecimentos. Nestas condições, a educação se apresenta como propulsora de uma mudança social, pois através dela obtêm-se conhecimentos e o processo de socialização se fortalece.

Pois, muitas vezes, o idoso é visto como um entrave para o desenvolvimento, numa sociedade que se caracteriza pelo poder, pela busca desenfreada pelo lucro. Dessa forma, desconsidera-se toda a contribuição social que os idosos deram e ainda dão à produção de bens, serviços e conhecimentos.

O idoso também sofre com a perda ou redução de sua função social na família. Em vários momentos, às vezes, os filhos, os netos desconsideram o curso e as atividades exercidas ao longo da vida por estes idosos, os quais foram responsáveis pela sua educação.

A família, ao mesmo tempo em que, sustenta a distribuição de recursos, proteção, cuidados e educação, também negligencia o idoso, dando-lhe um status de inútil. Porém, a pessoa idosa, por bastante tempo, foi responsável pelo gerenciamento

da instituição familiar, tendo que assumir responsabilidades e tomar decisões. No entanto, quando a velhice chega, o idoso passa a ser visto como uma pessoa frágil, incapaz de dar opinião frente alguma ocorrência.

Atualmente, a educação na terceira idade volta-se para um âmbito distinguido, não mais sendo um meio de assistencialismo aos envolvidos. Percebe-se que, há certa coerência entre o discurso e a prática propostos nas ações desenvolvidas com os idosos (Anexo VII: Diário de campo), pois, as atividades desenvolvidas pelas instituições propiciam em:

- ✓ Melhorar a autoestima do idoso, tirando-o do isolamento;
- ✓ Interação social como processo de ressocialização;
- ✓ Estimular às práticas físicas como fator de saúde;
- ✓ Trabalhar o conceito de coletividade.

Quanto às ações desenvolvidas pelo CEDIMA em relação aos idosos tanto institucionalizados ou não. Segundo a presidente do Conselho, Isabel Lopizic: o CEDIMA está em várias atividades, nas Campanhas de Prevenção à Violência, dentro da questão da Valorização da Pessoa Idosa, o curso de “cuidadoso”, está nos locais onde o CEDIMA não pode chegar, mas vai através da UNIVIMA (Universidade Virtual do Maranhão). O CEDIMA é articulador, participa também junto com a Defensoria Pública e o Ministério Público dessas ações.

Portanto, investigar as instituições foi uma experiência única, passei por um processo de reconstrução de valores ao observar aqueles idosos indefesos e fragilizados sentimentalmente.

Contudo, gostaria de destacar que a investigação só foi possível pela contribuição e consentimento dos administradores das instituições. Espera-se que os resultados das informações desta investigação possam auxiliar outros pesquisadores contribuindo para a análise de outros estudos relacionados com a Ética e Política Social no Brasil e a Exclusão Social em Idosos.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

A situação social do idoso no Brasil: uma breve consideração – [Em linha] [Consult. 18 Nov 2012] Disponível na internet: <<http://www.scielo.br/pdf/ape/v18n4/a11v18n4.pdf>>.

ABRANCHES, S. H et al. – **Política social e combate à pobreza**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar. 1994.

ADELA, C – **O Fazer Ético: guia para educação moral**. São Paulo: Moderna. 2003. ISBN 85-16-03898-X.

---. **Ética Mínima: Introdução à filosofia prática**. São Paulo: Martins Fontes. 2009. ISBN 978-85-99102-92-3.

ALDWIN, C. M – **Stress, coping and development: An interactive**. New York: Guilford. 1994.

ALMEIDA, M. C. P.; MISHIMA, S. M – O desafio do trabalho em equipe na atenção à Saúde da Família: construindo “novas autonomias” no trabalho. **In: Interface - Comunicação, Saúde e Educação**. 2001.

ALTAVILA, J – **Origem dos Direitos dos Povos**. 6ª ed. Ícone, 1995.

ANGERAMI-CAMON, V. A – **O ressignificado da prática clínica e suas implicações na realidade da saúde**. São Paulo: Pioneira.2000.

ANNAN, K – **Discursos do Sr. Kofi Annan, Secretário Geral das Nações Unidas**. **In: Plano de Ação Internacional para o Envelhecimento**. Brasília: Secretaria Especial dos Direitos Humanos. 2003.

ARAÚJO, F. C. S – **Seguridade social**. **In: Jus Navigandi**, ano 11, n. 1272, 25 dez. Teresina. 2006.

ARMSTRONG, T – Idade adulta avançada: aproximando-se do horizonte. **In: Odisseia do Desenvolvimento Humano: navegando pelos 12 estágios da vida**. Rio de Janeiro: ARTMED. 2011. ISBN 9788536325163.

ARNSPERGER, C; PARIJS, P. V – **Ética econômica e social**. São Paulo: Loyola. 2003.

ARISTÓTELES – **Ética a Nicômaco**. São Paulo: Martin Claret Ltda. 2001.

ARENDT, H – **A condição humana**. Rio de Janeiro: Forense Universitária. 1997.

---. **Que é liberdade?** São Paulo: Perspectiva. 2009.

---. **A promessa da política**. Rio de Janeiro: DIFEL. 2008.

ARRUDA, J. A et al. – **Toda a história: história Geral e do Brasil**. São Paulo: Ática. 2001. Adaptado de Emanuel Bouzon. *Código de Hamurabi*. Petrópolis: Vozes. 1987.

BACKES, S. D et al. – O papel do enfermeiro no contexto hospitalar: A visão de profissionais de saúde. **In: Ciência Cuidado Saúde**. Jul/Set; 7(3). 2008.

BANDEIRA, F et al. – Vitamin D Deficiency: A Global Perspective. **In: Arquivo Brasileiro de Endocrinologia e Metabologia**. 2006.

BARROS, J. A. C – Pensando o Processo Saúde Doença: A que responde o modelo Biomédico? **In: Saúde e Sociedade** 11 (1): 67-84. 2002.

BASTOS, S. P – **O Estado Novo e os seus vadios**. Lisboa: Publicações Dom Quixote. 1997.

BECK, U – **O que é a globalização. Equívocos do globalismo**. Rio de Janeiro: Paz e Terra. 1999.

BECKER, H. S – **Uma teoria da ação coletiva**. Rio de Janeiro: Zahar. 2008.

BERNARDINO, M. P. A – As respostas sociais de apoio na satisfação das necessidades humanas básicas da pessoa idosa: uma perspectiva de educação e promoção da saúde. Dissertação de Mestrado não-publicada. Instituto de Educação e Psicologia da

Universidade do Minho. **In: Revista Portuguesa de Educação**, v. 19, nº 02, Braga. 2006.

BITTAR, E. C – **In: Curso de Ética Jurídica: ética geral e profissional**. São Paulo: Saraiva. 2002.

BOAL, A – **O teatro como arte marcial**. Rio de Janeiro: Garamond. 2003.

BOGDAN, R. C.; BIKLEN, S. K – **A investigação qualitativa em educação: uma introdução à teoria e aos métodos**. Porto: Porto. 1994.

BORN, T. & BOECHAT, N. S – A qualidade dos cuidados ao idoso institucionalizado. **In: FREITAS, Elizabete Viana de et al. Tratado de Geriatria e Gerontologia**. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan. 2006.

BARDIN, L – **Análise de Conteúdo**. Lisboa/Portugal: Edições 70. 2011. ISBN: 972-44-0898-1.

BRAGA, P. M. V – **Direitos dos idosos**. São Paulo. 2005.

BRASIL, **Constituição da República Federativa do** – Brasília: Manole. 1988.

---. **Constituição da República Federativa do** – Barueri/São Paulo. Manole. 2009.

---. **Plano Nacional de Desenvolvimento Humano** – PNDH. 1995.

---. **Lei nº 8.842, de 4 de janeiro de 1994. Dispõe sobre a Política Nacional do Idoso, cria o Conselho Nacional do Idoso e dá outras providências**. Brasília. 1994. [Consult. 18 Nov 2012] Disponível na internet: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/1994/lei08842.htm>.

---. **Lei nº 6.835/96, (Lei sobre a formação de Conselhos)**. Brasília. 1996.

---. **Lei nº 9.608, de 18 de fevereiro de 1998 (Dispõe sobre a Lei do Voluntariado)**. Brasília. [s. a.].

---. **Lei nº 10.741 de 1 de outubro de 2003. Estatuto do Idoso**. Brasília, 2003.

BRASIL. Lei nº 8.368, de 6 de janeiro de 2006, princípios que regem a Política Estadual do Idoso, sancionada pelo Governo do Estado do Maranhão. Brasília. 2007.

---. **Lei nº 11. 433, de 28 de dezembro de 2006 (Dispõe sobre o dia Nacional do Idoso no Brasil).** Brasília. 2006.

BRUM, R. K. A et al. – O Enfermeiro como Instrumento de Ação do Idoso. **In: Revista Latino-Americana de Enfermagem.** Nov/dez 13 (6) pp. 1019 – 26. 2005.

BRUNO, M. M. G – **O significado da deficiência visual na vida cotidiana: análise das representações dos pais–alunos–professores.** Campo Grande, 1999. 158 p. Dissertação (Mestrado em Educação) Programa de Mestrado em Educação na Área de Concentração Formação de Professores, Universidade Dom Bosco.

BULLA, L. C.; KUNZLER, R – **Envelhecimento e gênero: distintas formas de lazer no cotidiano.** Porto Alegre: Dora Luzzatto. 2005.

CAMARANO, A. A.; PASINATO, M. T – **O envelhecimento populacional na Agendas das políticas públicas.** Rio de Janeiro: IPEA. 2004.

CAMPOS, B. P – Consulta psicológica e desenvolvimento humano. **In: Cadernos de Consulta Psicológica.** 1988.

CAMPOS, R – Na flor da idade. **In: Revista Educação,** 67:34-38, nov. 2002.

CANOTILHO, J. J. G – **Direito constitucional e teoria da constituição.** Coimbra: Almedina. 2000.

CARBONARI, P. C – **A construção de um Sistema Nacional de Direitos Humanos. Assembléia Legislativa Gaúcha.** Porto Alegre: Corag. 2004.

CARDOSO JR., J. C.; JACCOUD, L – **Políticas sociais no Brasil: organização, abrangência e tensões da ação estatal.** Brasília: IPEA. 2005.

CARMO, A. A – **Diversidade Humana e Educação.** – Juiz de Fora/MG: CBDCCR. 2005.

CARVALHAIS, M; SOUSA, L – **Comportamentos dos enfermeiros e impacto em idosos em situação de internamento hospitalar**. [Revista Eletrônica] 2007. Set-Dez; 9 (3): 596-616 [Consult. Mai 2013] Disponível na internet: URL: <<http://www.fen.ufg.br/revista/v9/n3/v9n3a04.htm>>.

CARVALHO, R; IAMAMOTO, M. V – **Relações Sociais e Serviço Social no Brasil: esboço de uma interpretação histórico-metodológica**. São Paulo, Cortez, 1983.

CARVALHO FILHO, J. S – **Políticas Públicas e pretensões judiciais determinativa**. Belo Horizonte: Fórum. 2008.

CASARA, M. B – Quem é o idoso institucionalizado? **In: Portal do Envelhecimento**. 2009.

CASTRO, C. A. P.; LAZZARI, J. B – **Manual de direito previdenciário**. Florianópolis: Conceito Editorial. 2008.

CAVALLI, S. et al. – Exclusion in very old age: the impact of three critical life events. **In: International Journal of Ageing and Later Life**. v.2, n.1, pp. 9-31. 2007.

CENEVIVA, W – Estatuto do Idoso, Constituição e Código Civil: a terceira idade nas alternativas da lei. **In: A Terceira Idade**, v.15, n.30. 2004.

CHALITA, G. – **Os dez mandamentos da ética**. Rio de Janeiro: Nova Fronteira. 2003.

CHAUÍ, M – **Convite à Filosofia**. São Paulo: Ática. 2002.

CIAMPA, A – **A estória do Severino e a história da Severina: um ensaio de psicologia social**. São Paulo: Brasiliense. 1998.

COMPARATO, F. K – **Afirmção Histórica dos Direitos Humanos**. São Paulo: Saraiva. 2003.

COSTA, L. V. A – Política Nacional do Idoso: perspectiva governamental. **In: Anais do I Seminário Internacional** Brasília: MPAS, SAS. 1996.

COSTA, R. K. S. et al. – Trabalho em equipe de saúde: uma análise contextual. **In: Ciência & Saúde Coletiva**. v. 7, n. 4, p. 530-536. Rio de Janeiro. 2008.

COUTO, J – **Influência da maçonaria**. 2008. [Consult. Jun 2013] Disponível na internet: <http://blogdamaconaria.blogspot.com.br/2008/06/influencia-da-maonaria.html#.UcbugjtwpRU>>.

CRISTOVAM, J. S. S – **Breves considerações sobre o conceito de políticas públicas e seu controle jurisdicional**. 2005.

DALLARI, D. A – **A Luta pelos Direitos Humanos**. Direitos Humanos em Dissertações e Teses da USP: 1934-1999. São Paulo: Universidade de São Paulo. 1999.

DANNA, M. F.; MATOS, M. A – **Aprendendo a observar**. São Paulo: Edicon, 2006.

DEBERTT, G. G – **A reinvenção da velhice**. São Paulo: EDUSP. 1999.

DE GRÈVE, M.; VAN PASSEL, F – **Linguística e ensino de línguas estrangeiras**. São Paulo: Pioneira. 1975.

DE MARCO, M. A – Do modelo biomédico ao modelo biopsicossocial: um projeto de educação permanente. **In: Revista brasileira de educação e medicina**. v.30 n.1. Jan./abr. Rio de Janeiro. 2006.

DIAS, M. B – Manual de direito das famílias. **In: Revista dos Tribunais**. 6ª ed. rev., atual. e ampl. São Paulo. 2010.

DRAIBE, S. M – **Uma nova institucionalidade das políticas sociais? Reflexões a propósito da experiência latino-americana recente de reformas dos programas sociais**. São Paulo: Perspectiva. 1997.

ENGELS, F – **Prefácio à terceira edição alemã de 1885 de O 18 de Brumário de Louis Bonaparte**. Lisboa-Moscovo: Progresso. 1982.

ESTEVAM, É. F. B.; MAGRI, G. P – **Assistente Social: Um garantidor de direitos? Presidente Prudente/SP**. 2005.

FARIAS, C. C.; ROSENVALD, N – **Direito das Famílias**. Rio de Janeiro: Lúmen Júris. 2008.

FERNANDES, E. C – **Qualidade de Vida no Trabalho: Como medir para melhorar**. Salvador: Casa da Qualidade, 1996.

FERNANDES, M. G. M.; SANTOS, S. R – **Políticas Públicas e Direitos do Idoso: desafios da agenda social do Brasil contemporâneo.** [artigo - Pós-Graduação em Sociologia [Doutorado]] – CCHLA/UFPB. 2013.

FERRARI, M. A. C – Envelhecimento e Bioética: o respeito à autonomia do idoso. **In: A Terceira Idade.** Vol. 15, n.º 31, Set. 2004.

FERREIRA FILHO, M. G – **Direitos Humanos Fundamentais.** São Paulo: Saraiva. 1998.

FIRMINO, H – **Psicogeriatrics.** Coimbra: Psiquiatria Clínica. 2006.

FRAIMAN, A. P – **Coisas da idade.** São Paulo: Gente. 1995.

FREIRE JR, R. C.; TAVARES, M. F. L. – A saúde sob o olhar do idoso institucionalizado: conhecendo e valorizando sua opinião. **In: Interface – Comunicação, Saúde e Educação.** 2005.

FREIRE, P – **Pedagogia da Autonomia. Saberes necessários à prática educativa.** São Paulo: Paz e Terra. 2003.

FREITAS, E. V – **Demografia e Epidemiologia do Envelhecimento.** Rio de Janeiro: NAU. 2004.

--- et al. – **Tratado de Geriatria e Gerontologia.** 2 ed. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan. 2006.

GODOY, A. S – Pesquisa qualitativa: tipos fundamentais. **In: Revista de Administração de Empresas,** v. 35, n. 3, p. 20-9. 1995.

GIL, A. C. – **Como elaborar projetos de pesquisa.** São Paulo: Atlas. 2007.

GOFFMAN, E – **Estigma: notas sobre a manipulação da identidade deteriorada.** Rio de Janeiro: LTC. 1982.

GOLDMAN, S. N – **As Dimensões Sociopolíticas do Envelhecimento.** Rio de Janeiro: NAU. 2004.

GOMES, A. L – **O Benefício da prestação continuada: uma trajetória de retrocessos e limites – construindo possibilidades de avanços?** São Paulo: FAPESP. 2002.

HAMEL, J. et al. – **Case Study Methods**. Sage publications. 1993.

HERNANDIS, S. P – **El apoyo social y las relaciones sociales de las personas mayores**. Madrid: Pearson Educación. 2005.

HERKENHOFF, J. B – **Curso de Direitos Humanos – Gênese dos Direitos Humanos**. São Paulo: Acadêmica. 1994.

HOFFMANN, M. E – **Velhice: bases biológicas do envelhecimento**. SBPC/Labjor. 2007.

HUENCHUAN, S.; MORLACHETTI, A – **Analises de los instrumentos internacionales y nacionales de derechos humanos de las personas mayores**. Chile: CEPAL/CELADE. 2006.

IAMAMOTO, M. V – A questão social no capitalismo. **In. Revista Temporalis**. n. 03 Jan-Jun. Brasília. 2001.

JACOB, L – Animação de idosos. **In: Cadernos Socialgest**, nº 4, 2007.

---. **Origem e desenvolvimento das IPSS** [Em linha]. 2002. [Consul. Mai 2013] Disponível na internet: <<http://www.socialgest.pt>>.

KAMEL, A – **Não somos racistas: Uma reação aos que querem nos transformar em uma nação bicolor**. Rio de Janeiro: Nova Fronteira. 2006.

KANT, I – **Fundamentação da metafísica dos costumes**. São Paulo: Abril Cultural. 1984.

KAUFFMAN, T. L – **Manual de Reabilitação Geriátrica**. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan. 2001.

KERLINGER, F. N – **Metodologia da pesquisa em Ciências Sociais**. São Paulo: EPU/EDUSP. 1980.

KHOURY, Y. A – **Narrativas orais na investigação da História Social**. São Paulo: 2001.

LADRIÈRE. J. et al. – **Fondements d'une théorie de la Justice**. Louvain-la-Neuve. 1984.

LENNEBERG, E – **Biological foundations of language**. New York: Wiley. 1967.

LIMA, M. P – **Reformas paradigmáticas na velhice do século XXI**. São Paulo: Cortez. 2001.

LÔBO, P. L. N – **Direito ao estado de filiação e direito à origem genética: uma distinção necessária**. p. 37. [Consult. 15 Mai 2013] Disponível na internet: <<http://www.iobonlinejuridico.com.br>>.

LOUZÁ, J. R. et al. – Os avós maltratados. **In: Revista Paulista de Medicina**. 105 (2): 108-111, Mar/Abr. 1987.

MADALENO, R – **Curso de Direito de Família**. RT: Forense. 2009.

MALUF, M. I – **Psicologia hospitalar: por que e para quem?** São Paulo: ABPP. 2007.

MARCONI, M. A.; LAKATOS, E. M – **Metodologia científica**. São Paulo: Atlas. 2006.

MARTÍNEZ, G. P. B – **Historia de los Derechos Fundamentales Tomo I: transito a la modernidad siglos XVI y XVII**. Madrid: Universidad Carlos III de Madrid. 1998.

MARTINEZ, W. N – **A seguridade social na Constituição Federal**. São Paulo: LTR. 1992.

MARTINS, F. J. B – **Dignidade da Pessoa Humana: Princípio Constitucional Fundamental**. Curitiba: Juruá. 2003.

MARTINS, R. et al. – A Vida... Vista pelos Idosos. **In: Millenium**, 39. 2010.

MARTINS, S. P – **Direito da seguridade social**. São Paulo: Atlas. 2003.

MARX, K – **O Capital**. Livro 3. Vol. 6. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira. 1980.

MATTAR, F. N – **Pesquisa de marketing**. São Paulo: Atlas. 1996.

MEASSI, C. G – Os meios de comunicação e a formação do conceito de velho. **In: Anais I** Simpósio de Comunicação e Tecnologias Interativas. Bauru. 2008.

MELAZZO. E. S – **Políticas Públicas e intervenção no espaço urbano**. São Paulo. 2010.

---; GUIMARÃES, R. B – **Exclusão social em cidades brasileiras: um desafio para as políticas públicas**. São Paulo. 2010.

MERRIAN, S. B – **Qualitative research and study applications in educations**. San Francisco: Jossey-Bass Publishers, 1998.

MILIBAND, R – **Marxismo e política**. Rio de Janeiro: Zahar. 1979.

MINAYO, M. C. S – **A Saúde em Estado de Choque** . 3. ed. Rio de Janeiro: Espaço e Tempo. 1986.

--- et al. – **Pesquisa Social: teoria, método e criatividade**. Rio de Janeiro: Vozes. 1994.

---. Social Violence from a Public Health Perspective. **In: Caderno Saúde Pública**, 10 (supplement 1): 07-18. Rio de Janeiro. 1994.

MINICUCCI, F – **Desenvolvimento Interpessoal**. Rio de Janeiro: José Olympio. 1995.

MINISTÉRIO DAS RELAÇÕES EXTERIORES (MRE). – **Relatório Nacional Brasileiro sobre o Envelhecimento da População Brasileira**. [Consult. Mai 2013] Disponível na internet: <www2.mre.gov.br/relatorio_envelhecimento.doc>.

MORAES, A – **Direito constitucional administrativo**. São Paulo: Atlas. 2002.

MORAES, E. N – **Princípios básicos de geriatria e gerontologia**. Belo Horizonte: Folium. 2009.

MORAES, E. N. et al. – Características biológicas e psicológicas do envelhecimento. **In: Revista Medicina**. Minas Gerais. 2010.

MORAES, M. C. B – **O conceito de dignidade humana: substrato axiológico e conteúdo normativo**. Porto Alegre: Livraria do Advogado. 2004.

NASCIMENTO, E. S. et al. – A atuação da equipe interdisciplinar a crianças e adolescentes vivendo com HIV/AIDS. **In: Revista de Trabajo Social**, Año 4 - Nº 6, Diciembre, Tandil, FCH, UNCPBA. 2011.

NASCIMENTO, P. M. R – **Origem e características gerais da maçonaria**. 2011. [Consult. Jun 2013] Disponível na internet: <<http://mitosocultos.blogspot.com.br/2011/03/origem-e-caracteristicas-gerais-da.html>>.

NERI, A. L – **Qualidade de vida e idade madura**. Campinas: Papyrus. 1993.

NORBERT, E – **A Solidão dos Moribundos, seguido de Envelhecer e Morrer**. Rio de Janeiro: Zahar. 2001.

OKUMA, S. S – **O Idoso e a Atividade Física: Fundamentos e Pesquisa**. São Paulo: Papyrus. 1998.

OLIVEIRA, L. C. C – **Doença invisível, medicina ambígua: a configuração clínica da LER/DORT**. Salvador. 2006. [Consult. Jun 2013] Disponível na internet: <<http://www.ergonet.com.br/download/ler-correia.pdf>>.

ORGANIZAÇÃO MUNDIAL DA SAÚDE (OMS). – **Envelhecimento Ativo: uma política de saúde**. Brasília: organização Pan-americana de Saúde. 2005.

OPPENHEIM, F. E – **Igualdade** [verbetes]. In: Dicionário de Política. São Paulo: Imprensa Oficial do Estado de São Paulo, Vol. I e II. 5ª ed., Vol. 1. 2004.

O Programa Bolsa Família – [Em linha] [Consul. 28 Nov 2012]. Disponível na internet: <<http://www.mds.gov.br/bolsafamilia>>.

PAPALÉO NETTO, M – **Gerontologia**. São Paulo: Atheneu. 2002.

---. **Gerontologia: a velhice e o envelhecimento em visão globalizada**. In: **Conceito de Velhice, O idoso e a Família**. São Paulo: Atheneu. 2000.

PASTORINI, A – **A categoria “questão social em debate”**: Questões da nossa época. São Paulo: Cortez, 2004.

PAÚL, M. C – **Percursos pela velhice: uma perspectiva ecológica em psicogerontologia**. Porto: ICBAS. Universidade do Porto. 1991. [Consult. Jun 2013] Disponível na internet: <<http://hdl.handle.net/10400.12/1668>>.

PAVARINI, S. C. I. et al. – A arte de cuidar do idoso: gerontologia como profissão. **In: Texto Contexto Enfermagem**. Jul-Set; 14(3). 2005.

PAZ, S. F – **A situação de conselhos e fóruns na defesa dos direitos dos idosos**. Rio de Janeiro: Guanabara, 2002.

PEDUZZI, M – **Equipe multiprofissional de saúde: a interface entre trabalho e interação**. [Doutorado]. Campinas/SP: UNICAMP. 1998.

---. Equipe multiprofissional de saúde: conceito e tipologia. **In: Rev Saúde Pública**. 2001.

PEGORARO, O. A. – **Ética é Justiça**. Rio de Janeiro: Vozes. 1995.

PEREIRA, R. C – **Princípios fundamentais norteadores do direito de família**. Belo Horizonte: Del Rey. 2006.

PESSOA, I. L – **Envelhecimento na agenda da política social brasileira: avanços e limitações**. Brasília. 2009.

PINOCHET, L. H. C.; GALVÃO, C. R – **Aspectos humanos na gestão hospitalar**. São Paulo. 2010.

PIOVESAN, F – **Temas de Direitos Humanos**. São Paulo: Max Limonad. 1998.

---. – **Direitos humanos globais, justiça internacional e o Brasil**. Brasília. 2000.

Política Social Brasileira. – [Em linha] [Consult 18 Nov 2012] Disponível na internet: <http://amaivos.uol.com.br/amaivos09/noticia/noticia.asp?cod_canal=41&cod_noticia=18381>.

PROCHET, T. C.; SILVA, M. J. P – Situações de desconforto vivenciadas pelo idoso hospitalizado com a invasão do espaço pessoal e territorial. **In: Revista Enfermagem**. 2008.

RAWLS, J – **Uma teoria da justiça**. São Paulo: Martins Fontes. 1997.

REVAULT d'ALLONES, C – **Os procedimentos clínicos em Ciências Humanas**. Documentos, métodos, problemas. São Paulo: Casa do Psicólogo. 2004.

RIBAS, J. B. C – **O que são pessoas deficientes**. São Paulo: Brasiliense. 2003.

RICOEUR, P – **Leituras 1. Em torno ao político**. Tradução: Marcelo Perine. São Paulo: Loyola. 1995.

---. **Leituras 2. A região dos filósofos**. Tradução: Marcelo Perine. São Paulo: Loyola. 1996.

---. **História e Verdade**. Rio de Janeiro: Forense. 1955.

RISSARDO, L. K. et al. – Concepção e sentimentos de idosos institucionalizados sobre família. **In: Ciência e Cuidados da Saúde**; 10(4): 682-689. 2011.

REGA, L. S – **Compreendendo o que é ética**. Instituto Jetro. 2006.

RICHARDSON, R. J – **Pesquisa social: métodos e técnicas**. São Paulo: Atlas. 1999.

RIZOLLI, D.; SURDI, A. C – Percepção dos idosos sobre grupos de terceira idade. **In: Revista Brasileira de Geriatria e Gerontologia**, v. 13, n. 2, p. 225-233. 2010.

ROCHA, F. L.; CUNHA, U. G. V – Aspectos psicológicos e psiquiátricos das quedas do idoso. **In: Arquivos Brasileiros de Medicina**, 68, p. 9-13, jan./fev. 1994.

RODRIGUES, C. E – **Hume, David. Ensaios morais, políticos e literários**. Tradução de Luciano Trigo. Rio de Janeiro: Topbooks. 2004.

RODRIGUES, N. C – Política Nacional do Idoso e a contribuição da enfermagem. **In: Revista Enfermagem**. Florianópolis, 2007.

ROMANO, B. W – **Princípios para a prática da psicologia clínica em hospitais**. São Paulo: Casa do Psicólogo. 1999.

RUBIO, V. L – Introduccion a la Teoria de los Derechos Humanos: Fundamento. Historia. **In: Declaracion Universal de 10 de diciembre de 1948**. Madrid: Civitas. 1998.

RULLI NETO, A – **Proteção legal do idoso no Brasil: universalização da cidadania**. São Paulo. 2003.

SAMPAIO, P. P – As instituições na perspectiva Freudiana. **In: Revista de Humanidades**, v. 24, n. 2, pp. 244-255, jul./dez. Fortaleza. 2009.

SANTOS, A. M – **Questão social, trabalho e desemprego**. Grupo Ecosol CES. 2006.

SARUP, M – **Marxismo e educação**. Rio de Janeiro. 1980.

SASSAKI, R. K – **Inclusão: construindo uma sociedade para todos**. Rio de Janeiro: WVA. 1997.

SCHONS, C. R.; PALMA, L. T. S – **Política social para a velhice: instrumento de integração ou marginalização social?** Passo Fundo: UPF. 2000.

SCHWENCK T – **Os novos direitos**. 2001. p. 3. [Consult. 12 Mai 2013] Disponível na internet: <<http://jus.com.br/revista/texto/2566/os-novos-direitos/3>>.

SCIELO BRASIL – **Revista Latino Americana de Enfermagem**. ISSN 0104-1169 vol 8 n° 5. Ribeirão Preto. 2000. [Consult. Jun 2013] Disponível na internet: <http://www.scielo.br/scielo.php?iscript=sci_arttext&pid=S0104-11692000000500013>.

SELIGER, H – Implications of a multiple critical period hypothesis for second language learning. **In: Second Language Research, Issues and Implications**. W. Ritchie, 11-19. New York: Academic Press. 1978.

SILVA, J. C – Da Velhice e assistência social no Brasil. **In: A Terceira Idade**, São Paulo: SESC. n° 35, v.17, p.54-64. Fev. 2006.

SILVA, L. T et al. – Conhecimento de Enfermeiro de um Hospital Universitário Acerca do Cuidado ao idoso. **In: Cogitare Enfermagem**. Jan/mar; 14(1); p. 99-106. 2009.

SILVA, A. C. G. M. et al. – *Cuidados de Enfermagem e o envelhecimento: da pratica à reflexão*. **In: Boletim de Enfermagem**. 2007.

SILVA, M. O. S – **A Política Social Brasileira no Século XXI. A prevalência dos programas de transferência de renda**. São Paulo: Cortez. 2008.

SOUSA, A. M. V – **Tutela jurídica do idoso: a assistência e a convivência familiar**. São Paulo. 2004.

SOUSA, L. et al – **Envelhecer em família**. Porto: Âmbar. 2006.

SOUZA, J. A. V. et al. – **Violência contra os idosos: análise documental**. Brasília, v. 60, n. 3, 2007. [Consul. Abr. 2013] Disponível na internet: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0034-71672007000300004&lng=&nrm=iso>.

SOUZA, J. L. C – **Asilo para idoso. O lugar da face rejeitada**. Ano 4, nº 1, p. 77-86, set. Belém. 2003.

SOUZA, L. S.; PAULI JR. – **Envelhecimento e Aptidão Funcional: Efeitos Longitudinais de um Programa de Atividade Física Generalizada Motricidade** [Em linha] 2005.

SOUZA, R. M. et al. – Diagnósticos de Enfermagem identificados em idosos hospitalizados; Associação com Síndromes Geriátricas. **In: Escola Anna Nery**. out/dez. 14(4); pp. 732-740. 2010.

SPOSATI, A – **A fluidez da inclusão/exclusão social**. São Paulo: Ciência e Cultura. v.58, n.4, p.4-5. 2006.

---. **Mapa da exclusão/inclusão social**. 2002, p. 1. [Consul. Mai 2013] Disponível na internet: <<http://www.comciencia.br/reportagens/ppublicas/pp10.htm>>.

STHAL, H. C. et al. – Caracterização de idosos internados em enfermagem de pronto-socorro quanto à vulnerabilidade social e programática. **In: Rev. Enfermagem**. 14(4): 697-04. 2010.

STUKART, H. L – **Ética e Corrupção. Os benefícios da conduta ética na vida pessoal e empresarial.** São Paulo: Nobel. 2003.

TEIXEIRA, E. C – **O papel das políticas públicas no desenvolvimento local e na transformação da realidade.** AATR. 2002. [Consult. Jun 2013] Disponível na internet: <http://www.dhnet.org.br/dados/cursos/aatr2/a_pdf/03_aatr_pp_papel.pdf>.

TOMASINI, M. E. A. – **Atuais desafios da educação especial, na educação e trabalho dos “chamados deficientes mentais”.** Florianópolis. 1998.

TRIVIÑOS, A. N. S. – **Introdução à pesquisa em ciências sociais: a pesquisa qualitativa em educação.** São Paulo: Atlas. 1987.

UVO, R. T.; ZANATTA, M. de L. A. L – O Ministério Público na defesa dos direitos do idoso. **In: A Terceira Idade**, v.16, n.33. 2005.

VELHO, G – **Desvio e Divergência: uma crítica da patologia social.** Rio de Janeiro: Jorge Zahar. 2003.

VERÁSTEGUI, R. L. A – **A educação e seu papel de construir a ética.** 2008. p. 1. [Consult. Abr 2013] Disponível na internet: <<http://www.unioeste.br/cursos/cascavel/pedagogia/eventos/2008/6/Artigo%2008.pdf>>.

VIEIRA, A. B. et al. – **Exclusão social em cidades brasileiras: um desafio para as políticas públicas.** São Paulo. 2010.

WALBER, V. B.; SILVA, R. N – As práticas de cuidado e a questão da deficiência: integração ou inclusão? **In: Estudos de Psicologia.** v. 23, n.1, p. 29-37. Campinas. 2006.

WEYDT, P. C. et al. – Grupo de Convivência com Idosos Hospitalizados: relato de experiência. **In: Revista Brasileira Ciência do Envelhecimento Humano.** pp .116-134, jan/jun. Passo Fundo. 2004.

WINNICOTT, D. W – **Textos selecionados: da pediatria a psicanálise.** Rio de Janeiro: Livraria Francisco Alves Editora. 1975.

WROBEL, L. L.; RIBEIRO, S. T. M – A prática do parto humanizado no SUS: estudo comparativo. **In: Acta Scientiarum Health Science.** v. 28, n. 1, p. 17-22. Maringá. 2006.

ZILLES, U – **Ética**. Porto Alegre: EST. 2006.

ANEXOS

RELAÇÃO DE DOCUMENTOS APRESENTADO EM VOLUME SEPARADO

ANEXO I – Ofício nº 03 – ILPI “Solar do Outono”

ANEXO II – Ofício nº 01 – Asilo de Mendicidade de São Luís “Lar do Idoso”

ANEXO III – Ofício nº 02 – CEDIMA

ANEXO IV – Entrevistas com os responsáveis pelas Instituições:

- Ana Lúcia Azoubel Helal – Diretora da ILPI “Solar do Outono”.
- Ulysses Mendes Aires – Administrador do Asilo de Mendicidade.
- Isabel de Fátima Amorim Gonzalez Lopizic – Presidente do CEDIMA.

ANEXO V – Entrevistas com os idosos institucionalizados na ILPI “Solar do Outono”:

- Geraldo Assunção.
- Engraca Pereira Silva.
- Antonio Araújo Barros.

ANEXO VI – Entrevistas com os idosos institucionalizados no Asilo de Mendicidade:

- Itamar Monteiro Nunes.
- José de Ribamar Rodrigues.
- José Dionísio de Ribamar

ANEXO VII – Diário de campo